

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ISABELA RODRIGUES DE SOUZA

**O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista:
Saint-Domingue, 1790-1803**

Versão Corrigida

São Paulo

2023

ISABELA RODRIGUES DE SOUZA

**O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista:
Saint-Domingue, 1790-1803**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719s Souza, Isabela Rodrigues de
O sistema de plantation em tempos de revolução
aboliconista: Saint-Domingue, 1790-1803 / Isabela
Rodrigues de Souza; orientador Rafael de Bivar
Marquese - São Paulo, 2023.
249 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Revolução Haitiana. 2. Liberdade. 3.
Escravidão. 4. Estrutura Fundiária. 5. Campesinato.
I. Marquese, Rafael de Bivar, orient. II. Título.

Ficha de Aprovação

O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista: Saint-Domingue, 1790-1803

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2022

Trata-se da versão corrigida após a defesa

Banca julgadora:

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese – Presidente (Universidade de São Paulo)

Profa. Dra. Fernanda Bretones Lane – Titular (University of Florida)

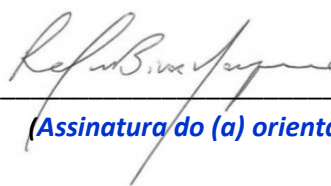
Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes – Titular (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Profa. Dra. Ivete Machado de Miranda Pereira – Titular (Externo)

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Isabela Rodrigues de Souza****Data da defesa: 16/12/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): Rafael de Bivar Marquese**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/01/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Para Elda e Antônio, que dos confins de um bom jardim me ensinaram a enxergar o mundo

Agradecimentos

Um longo ciclo se fecha com a conclusão desta Dissertação. Desde seu início, foram grandes os obstáculos enfrentados para que eu pudesse chegar a este momento. Devo esta conquista à inúmeras pessoas que tornaram essa trajetória mais leve e colorida e que, de um modo ou de outro, ajudaram-me a tornar a pessoa que sou hoje. A elas dedico esta seção.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processos nº 2019/11240-9 e nº 2019/25713-6), pelo auxílio fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa, inclusive no exterior. Ao meu orientador, Rafael de Bivar Marquese, que carinhosa e gentilmente me guiou em períodos difíceis da minha vida. Desde 2016, traz luz aos meus limites intelectuais, mostrando-me um caminho excepcional a ser seguido. Devo minha jovem trajetória acadêmica aos seus ensinamentos. Agradeço igualmente a todos os professores que foram significativos para a conclusão do presente estudo. Em especial aos professores Fernanda Bretones Lane, Flávio dos Santos Gomes e Ivete Machado de Miranda Pereira, que compuseram a banca de defesa e me deram sugestões substanciais para a continuação da pesquisa num futuro Doutorado. Aos professores Henrique Espada Lima e Ivete Machado de Miranda Pereira pela participação na banca de qualificação, cujos comentários foram cruciais para atingir os resultados da Dissertação. À professora Laura de Mello e Souza pela gentileza de ter aceitado supervisionar minha pesquisa no exterior, pela atenção ao me receber na Sorbonne Université e, sobretudo, pela preocupação durante os meses em que estive isolada em outro país em decorrência do início da pandemia. Aos professores Fernanda Bretones Lane e Flávio dos Santos Gomes

Tive a sorte de contar, ao longo desses anos, com o apoio genuíno de pesquisadores que se tornaram ótimos amigos. Não tenho como retribuir a paciência de Breno Aparecido Servidone Moreno pelos conselhos e auxílio, sem os quais não chegaria à sistematização de dados que permitiram as análises realizadas. O mesmo se pode dizer de Juliana Cristina Zanezi, que cordialmente compartilhou seu conhecimento e os dados de sua pesquisa em várias ocasiões, essenciais para ampliar minha visão sobre nossa temática em comum. No espaço amigável do “Mestrado Coletivo”, concebido pelo querido Thomáz Fortunato, tive a oportunidade de me aproximar de assuntos e pessoas diversas; agradeço ao próprio Thomáz, a Branca Zilberleib, Camilla Cristina Guelli e a

Jean Gomes de Souza pela rica troca de ideias. Dentro do Laboratório sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP), aprendi e continuo aprendendo com muitos nosso ofício de historiador: Luis Otávio Vieira, Bruno da Fonseca Miranda, Felipe Rodrigues Alfonso, Gabriel González Sterman e Cesar Alexandre Bonamico.

As conquistas aqui alcançadas são fruto da intensa colaboração de dois grandes amigos: Nicole Leite Bianchini e Alberto Camargo Portella. Reunidos pelo infortúnio da pandemia, ambos me deram forças para continuar a pensar quando tudo parecia estar perdido. A presente Dissertação tem muito de suas mãos.

Ao meu fiel grupo de amigos da faculdade, com quem passei as experiências mais magnificas e que suportaram cada lágrima de tristeza e alegria nos últimos anos: Marina Duarte Sanchez, Laura Stocco Felicio, Mathias Patricio Eichbaum e Lucas da Costa Mohallem. Aos meus irmãos da vida de uma época mais simples, agradeço nossos laços inabaláveis: Ana Maria Hashimoto, Breno Silva, Caique Celegatto, Luiza Belice, José Otávio Marton e Pedro Moita.

Nada disso seria possível sem meus familiares. Aos meus quatro avós – Elda, Maria, Antônio e José –, que, não tendo tido a oportunidade dos estudos, depositaram seus maiores votos à sua neta com muito amor. A Tia Nelma, de quem puxei minha obstinação. À minha mãe, Rose, maior fonte de inspiração e perseverança. Junto de meu pai, Paulo, ambos não mediram esforços para que eu me apaixonasse pelos estudos e me dedicasse eternamente a eles. Ao meu irmão, Renan, que nos últimos anos se tornou um verdadeiro companheiro e cujo suporte foi indispensável para o término da Dissertação.

Finalmente, ao meu parceiro de vida, João, que esteve ao meu lado nos momentos mais felizes e tristes de minha jornada. Levantou-me quando eu estava caindo, confiou quando eu não mais acreditava e cedeu mais do que podia. Meu maior agradecimento vai a ele, que estará em todos os ciclos de minha vida.

Resumo

SOUZA, Isabela Rodrigues de. *O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista: Saint-Domingue, 1790-1803*. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta dissertação examina a transformação do sistema de plantation na colônia francesa de Saint-Domingue no período conhecido como a Revolução Haitiana (1790-1803). Defendemos que o evento estava centrado no embate entre duas visões contrastantes de liberdade, uma desenvolvida pelas lideranças revolucionárias francesas e negras, e a outra pela massa de ex-escravos. Essas concepções, por sua vez, carregaram distintos projetos de organização fundiária e trabalho, centrados nas plantations e nas pequenas propriedades de subsistência. Os conflitos entre as autoridades pela manutenção dos latifúndios monocultores contra os escravizados em busca das propriedades camponesas moldaram a forma como ocorreu a transformação do sistema de plantation durante os anos da Revolução. Essas mudanças, no entanto, tiveram configurações diferentes em cada departamento de Saint-Domingue. Para analisar essa conjuntura, utilizamos os censos dominiais e urbanos da colônia, produzidos entre 1795 e 1803, e os arquivos notariais da província Oeste de 1790 a 1803. A partir dessa investigação, é possível melhor compreender a passagem do antigo complexo produtivo escravista para as posses camponesas que predominam no Haiti desde o século XIX.

Palavras-chave: Revolução Haitiana. Liberdade. Escravidão. Estrutura Fundiária. Campesinato.

Abstract

SOUZA, Isabela Rodrigues de. *The plantation system in times of abolitionist revolution: Saint-Domingue, 1790-1803*. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This thesis explores the transformation of the plantation system in the French colony of Saint-Domingue during the period known as the Haitian Revolution (1790-1803). We argue that the event center was the struggle between two contrasting visions of freedom, one developed by the French and black revolutionary leaderships and the other by the mass of former slaves. Different projects of land and labor organization (plantations and small subsistence properties) based these visions. The conflicts between authorities regarding the maintenance of the monoculture plantations against enslaved in search of peasant properties shaped the way the transformation of the plantation system occurred during the years of the Revolution. These changes, however, had different configurations in each department of Saint-Domingue. To analyze this conjuncture, we use the domanial and urban censuses of the colony from 1795 to 1803, and the western Province notarial archives from 1790 to 1803. From this investigation, it is possible to understand the transition from the former slave production complex to the peasant holdings that have predominated in Haiti since the nineteenth century.

Keywords: Haitian Revolution. Freedom. Slavery. Land Structure. Peasantry.

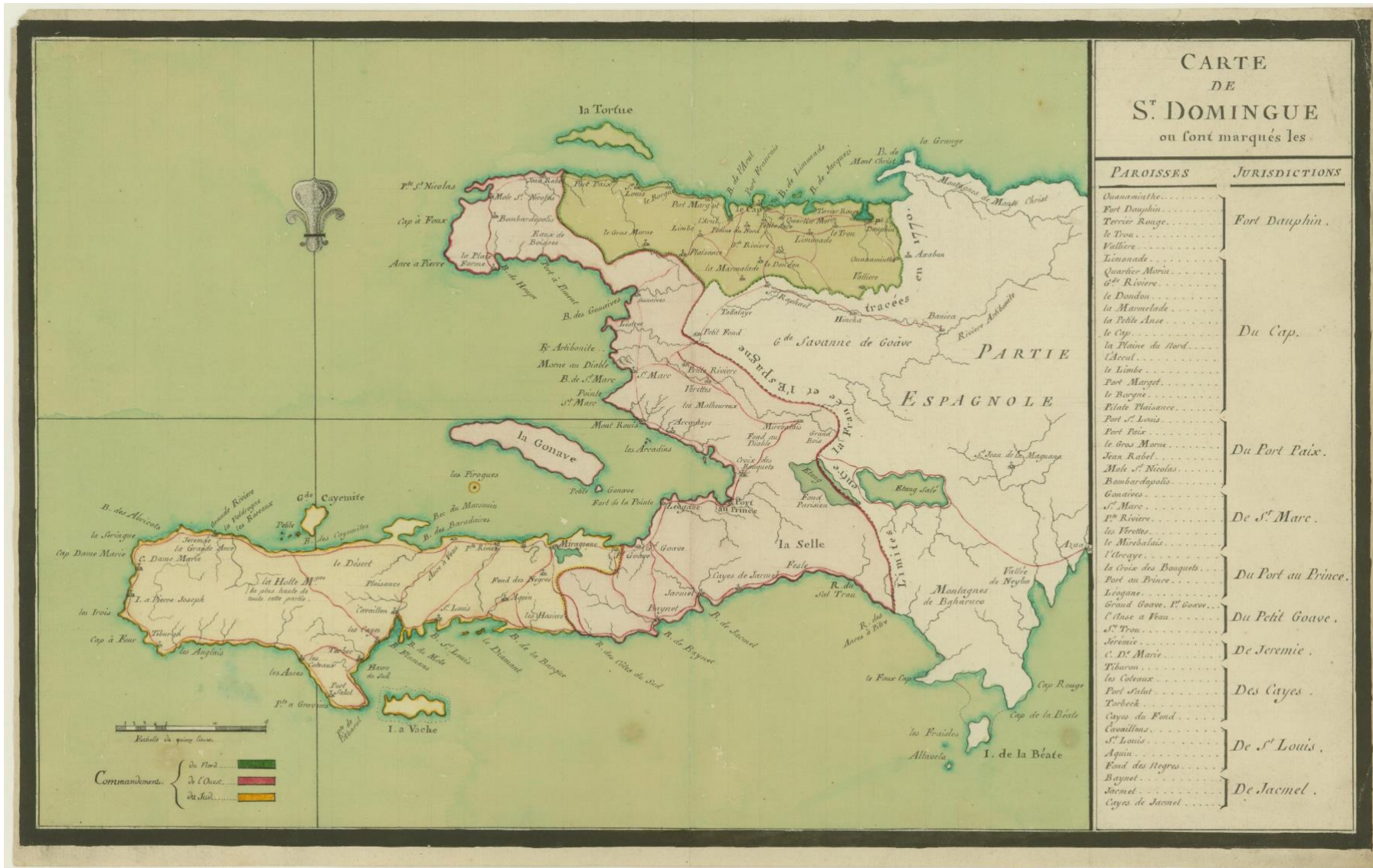
LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 Engenhos no Departamento do Norte, 1789-1795.....	94
Tabela 2.2 Informações sobre os engenhos sequestrados no Departamento do Norte em 1795	95
Tabela 2.3 Fazendas de café na paróquia de Plaisance, 1796	99
Tabela 2.4 Relação dos engenhos retirados do sequestro no distrito de Cap-Français, 1798.	114
Tabela 2.5 Relação das fazendas de café retiradas do sequestro no distrito de Cap-Français, 1798.....	115
Tabela 2.6 Censos comparativos das fazendas de café do distrito de Cap-Français, 1797-1798.....	117
Tabela 2.7 Média de cultivadores nas fazendas sequestradas ao longo dos anos. Borgne e Plaisance	125
Tabela 2.8 Comparação fazendas de proprietários presentes na paróquia de Plaisance, 1796 e 1800	126
Tabela 2.9 Média de cultivadores nas fazendas sequestradas ao longo dos anos da paróquia de Plaisance	132

Sumário

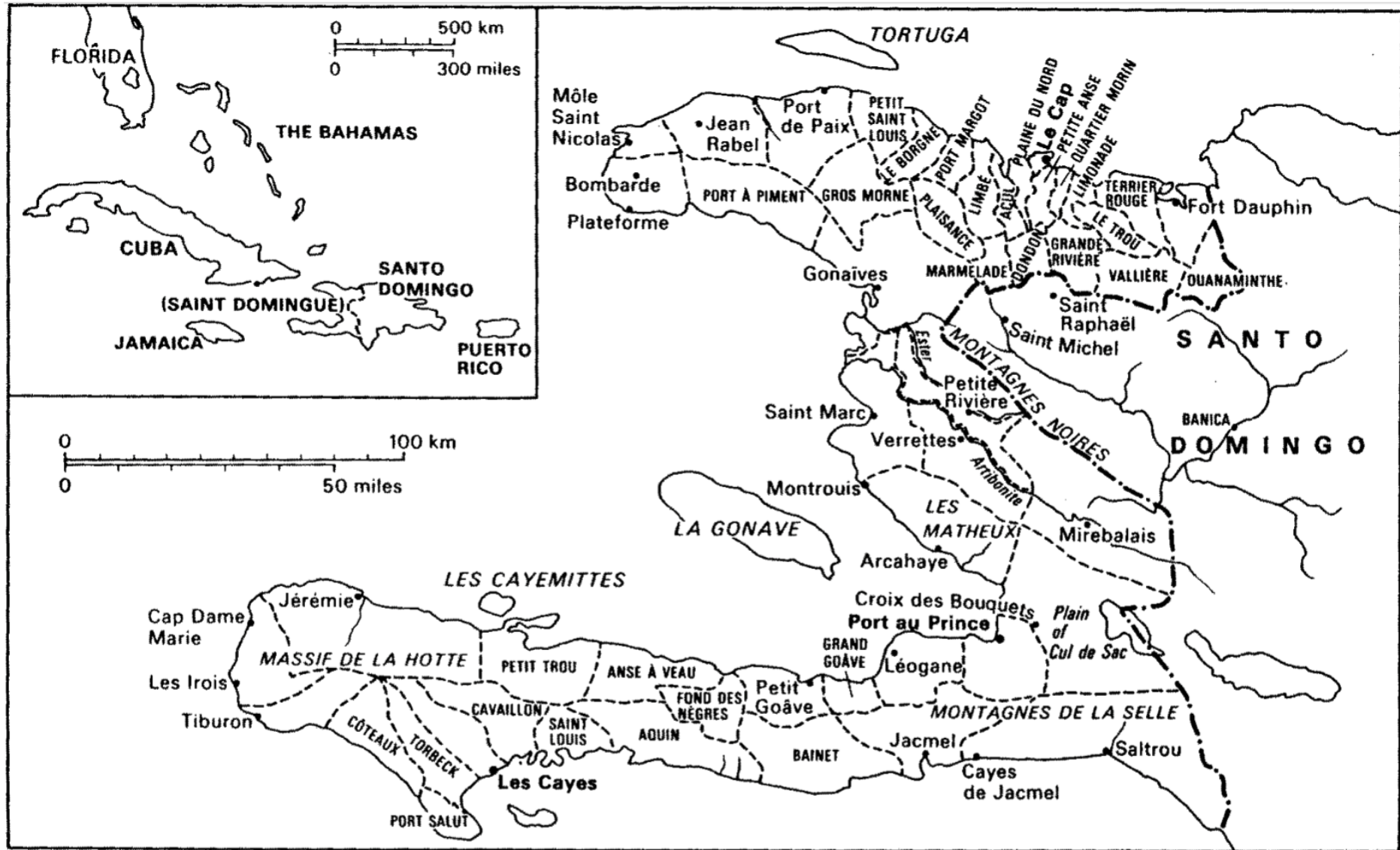
Introdução	15
Capítulo 1: A revolução das liberdades de Saint-Domingue (1790-1803)	27
Os conceitos de liberdade na Revolução Haitiana	28
Saint-Domingue, da colonização à Revolução	33
O processo revolucionário	40
Capítulo 2: A força da “liberdade de plantation” no Departamento Norte	75
A formação do sistema de plantation na província setentrional	77
A ascensão do poder negro revolucionário (1791-1795)	84
O desenvolvimento dos planos econômicos do Norte (1795-1798)	92
O sistema de plantation na ordem louverturiana (1798-1802)	111
Capítulo 3: As aberturas para a liberdade dos escravizados no Departamento Oeste	138
A formação do sistema de plantation na província ocidental (c. 1650-1789)	141
A outra face da Revolução: autonomia, direitos e a preservação da propriedade (1789-1793)	147
O isolamento do Oeste britânico (1793-1798)	159
A ordem louverturiana no Oeste (1798-1802)	179
Considerações Finais	215
Apêndice	219
Fontes e Bibliografia	226

Mapa 1. Divisão das províncias de Saint-Domingue, c. 1770.



Fonte: John Carter Brown Library

Mapa 2. Divisão das paróquias de Saint-Domingue, 1789.



Fonte: GEGGUS, David. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana University Press, 2002.

Todo tempo é tempo de mudança - mas alguns são mais do que outros. Todo tempo é tempo de conflito - mas há momentos históricos em que as tensões e os conflitos isolados que caracterizam a experiência cotidiana subitamente se aglutinam num fenômeno mais amplo e abrangente, que ameaça a “ordem social”. [...] Esses são tempos perigosos e estimulantes: tempos de heróis e mártires, heresias e ortodoxias, revolução e repressão. [...] Tempos como esses são tempos de revolução.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*, p. 23.

As revoluções, como ressalta Emília Viotti da Costa, chamam a atenção para as profundas mudanças que nela e dela se desdobram. No caso do processo que levou, ao longo de treze anos, à criação do primeiro país negro das Américas, a Revolução Haitiana, muitos foram os mártires, os heróis, os conflitos, mas sobretudo as transformações. Foi na colônia francesa de Saint-Domingue, no coração do mundo colonial atlântico do século XVIII, que ocorreu esse evento, talvez o mais fascinante e prenhe de significados da chamada Era das Revoluções. A partir das reverberações da Revolução Francesa, cada grupo social de Saint-Domingue mobilizou o quadro ideológico e material aberto em prol de suas aspirações. E isso incluiu, é claro, os próprios escravizados, que promoveram, mediante sua luta, uma das maiores mudanças do período: a abolição geral da escravidão. Em meio às disputas consecutivas pelo fim permanente da escravidão na colônia, constantemente em ameaça pelos poderes escravistas ao seu redor, deram-se as transformações políticas, econômicas e sociais que tanto atraíram – e ainda atraem – os estudiosos do tema.

O campo de estudos da Revolução Haitiana tem se modificado e expandido nos últimos anos – o que inclui trabalhos elaborados no Brasil.¹ Essa evolução historiográfica

¹ Trabalhos recentes trataram das repercussões da revolução no Brasil, bem como de importantes personalidades da Revolução Haitiana. Ver MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí: Paco, 2017; SILVA, Amanda Bastos. *A Revolução de São Domingos e os embates entre forças abolicionistas e escravistas no longo século XIX: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense,

tem possibilitado não apenas o aparecimento de novas perspectivas sobre a narrativa tradicional revolucionária, como também o surgimento dos mais variados recortes temáticos, por meio de personagens, anos específicos e até por uma expansão espacial analítica, que englobou as relações com outros territórios.² Contudo, existem ainda muitos campos em aberto, sendo um deles a ordenação econômica e social do sistema de plantation durante a Revolução. O foco mais do que compreensível na luta escrava, culminando na única revolução escrava bem-sucedida da história moderna, acabou por relegar a um segundo plano o exame da dinâmica fundiária de Saint-Domingue no período. Que os ricos latifúndios monocultores foram fracionados e substituídos, no curso dos anos, pelas pequenas propriedades camponesas, que marcam o horizonte do Haiti até hoje, é fato comentado por diversos especialistas da área. Costumam salientar os impactos negativos da revolução sobre a economia açucareira, o principal gênero de exportação da colônia pré-revolução, e, quando muito, mencionam o setor cafeeiro e sua breve recuperação produtiva nos primeiros anos do século XIX. Apesar de serem informações dadas como certas, poucos chegaram a tratar da questão mais a fundo.

Um desses raros trabalhos está em um artigo de Robert Lacerte, que, por meio do exame das mudanças econômicas e sociais ocorridas em Saint-Domingue durante a revolução, procurou compreender a passagem do complexo latifundiário colonial para a economia camponesa haitiana do século XIX. O enfoque do autor recaiu sobre a nova relação estabelecida entre senhores e ex-escravos após a abolição de 1793, mais especificamente nas normas inscritas na constituição proclamada por Toussaint Louverture – o principal líder revolucionário – em 1801. Embora conceituados legalmente como trabalhadores assalariados, os ex-escravos não sentiram mudanças nas condições de trabalhos nas propriedades agrícolas, uma vez que eram obrigados pelos códigos legais a cumprir árduas jornadas de trabalho com pouca remuneração, sob ameaça constante de castigos físicos. Segundo Lacerte, se as condições de existência da população trabalhadora não tiveram transformações de fundo, no plano econômico – e do ponto de vista do Estado comandado por Toussaint – houve sucesso: o rígido sistema de trabalho foi essencial para o reerguimento dos padrões pretéritos das plantations e para certa recuperação das exportações. Em contraposição, o abandono de muitas unidades por

Niterói, 2019; LOGIS, Berno. *Cor, privilégios e liberdade na época da revolução: a luta de Julien Raymond em São Domingos-Haiti (1789-1794)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2020.

² Sobre a evolução historiográfica do tema, ver POPKIN, Jeremy. The Haitian Revolution comes of age: ten years of new research. *Slavery & Abolition*, Vol. 42, No. 2, 2021, pp. 382-401.

senhores que fugiam da revolução possibilitou a ocupação e subdivisão dessas terras pelos antigos cativos, destinadas ao cultivo de mantimentos e, eventualmente, de café. Lacerte, ao apresentar informações cruciais para a compreensão das relações econômicas e sociais desenvolvidas durante a revolução, lançou um caminho de investigação que, naquele momento, se manteve limitado ao espaço de um único artigo.³

A questão da organização agrária em Saint-Domingue foi retomada em outro texto poucos anos depois, desta vez por Robert Stein. O autor analisou as iniciativas infrutíferas dos líderes revolucionários em conciliar as pretensões de recuperação do complexo de exportação com os anseios da massa de escravizados em se estabelecer, de forma independente, em pequenos lotes de terra. Assim como apontou Lacerte anteriormente, Stein enfatizou que o regime de trabalho que veio acompanhado da abolição da escravidão não representava uma mudança das condições de vida da escravidão. A recuperação dos níveis de exportação ocorreu somente a base de um custo social muito alto, já que a liberdade, tal como regida pela ordem louverturiana, centrada no sistema monocultor de exportação, era discordante da concepção desenvolvida pela população escrava durante a revolução. Os escravos também buscavam a liberdade, mas não aquela ofertada pelas autoridades revolucionárias; ela significava, em última instância, a posse de sua própria terra e, por conseguinte, a autonomia em relação ao trabalho nas plantations. A consolidação dessa concepção de liberdade, por seu turno, só veio a ocorrer anos após a independência, quando a oposição dos cidadãos haitianos finalmente superou qualquer manutenção da ordenação agrária pré-revolucionária.⁴

Pouco após o artigo de Stein, Mats Lundhal publicou um artigo sobre a economia de guerra promovida por Toussaint Louverture durante seus anos de comando em Saint-Domingue. Lundhal teve por propósito observar como as necessidades militares determinaram a organização do sistema econômico escolhida pelo líder negro, o qual, ao fim e ao cabo, freou a expansão das pequenas propriedades de subsistência. Baseado em uma visão bastante problemática da revolução, recheada de interpretações teleológicas e monocausais,⁵ Lundhal leu nas ações de Louverture pela recuperação do complexo

³ LACERTE, Robert K. The Evolution of Land and Labor in the Haitian Revolution, 1791-1820. *The Americas*, Vol. 34, No. 4, 1978. Uma das cláusulas da constituição de 1801 proibia a venda de terras menores que 50 *carreaux*, equivalente a aproximadamente 65 hectares.

⁴ STEIN, Robert. Revolution, Land Reform, and Plantation Discipline in Saint-Domingue. *Revista de Historia de Américas*, No. 96, 1983, pp. 173-186.

⁵ Segundo transparece no artigo, Lundhal considera que o processo revolucionário, desde o início da rebelião escrava de 1791, tinha como propósito a independência da colônia. Esta, inclusive, já possuiria um censo de união e nação durante os anos da revolução. Além disso, realidades que só vieram a se consolidar pós-1804 são postas como verdade ao longo desse período, o que prejudica toda a análise que faz a seguir.

produtivo de exportação motivações de ordem pragmática, puramente econômicas. O fortalecimento do exército revolucionário para a luta contra os poderes escravistas – o que, segundo o autor, também incluía a França republicana – não teria como ser sustentado pelos reduzidos lotes de mantimentos. Somente os rendimentos das commodities suportariam a guerra pela independência e pela liberdade, ao mesmo tempo que consolidariam as forças armadas enquanto classe dominante. Mas mesmo que mencione a compulsão ao trabalho nas plantations para atingir os resultados positivos em 1801, o papel da população escravizada é pouco considerado. Lundhal mal menciona a aversão dos escravos pela disciplina da produção de exportação e mesmo sua predileção pelo plantio de alimentos é explicada pelas necessidades de abastecimento interno – e não pela associação com a prática da liberdade.⁶

A luta pela liberdade das massas escravizadas é assunto central nos trabalhos de uma das maiores especialistas sobre a Revolução Haitiana. Carolyn Fick não deixou de atender para o aspecto fundiário da década revolucionária, salientando também os esforços das autoridades revolucionárias, em especial de Toussaint Louverture, no reerguimento das plantations sob um regime não mais escravista, contudo com o uso em larga escala de trabalho assalariado forçado. De acordo com essa historiadora, o líder revolucionário acreditava que a única maneira de assegurar a abolição da escravidão em Saint-Domingue seria por meio da recuperação da economia de exportação e da formação de um exército negro que pudesse garantir a ordem interna e defender o território de inimigos externos. Para tanto, um rígido sistema de trabalho forçado e a reorganização das antigas propriedades se fazia necessário para a revitalização econômica na colônia. Em concordância com Lacerte e Stein, Fick afirma que a vida cotidiana dos ex-escravizados, segundo os preceitos defendidos pelas lideranças, pouco mudaria não fosse a resistência constante deles, que via na posse da terra a verdadeira essência da liberdade.⁷ Porém,

⁶ LUNDHAL, Mats. Toussaint Louverture and the war economy of Saint-Domingue, 1796–1802. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 6, 1985, pp. 122-138.

⁷ FICK, Carolyn. Dilemmas of Emancipation: from the Saint Domingue Insurrections of 1791 to the Emerging Haitian State. *History Workshop Journal*, No. 46, 1998, p. 1-15; Idem. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, p. 11-40; Idem. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, No. 2, 2004, p. 355-380; Idem. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004; Idem. Revolutionary Saint Domingue and the Emerging Atlantic: Paradigms of Sovereignty. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 31, No. 2, 2008; Idem. From slavery colony to black nation: Haiti's Revolutionary Inversion. In: TURINO, John (Ed.). *New Countries*. Durham: Duke University Press, 2016.

apenas após a independência, em 1804, é que o campesinato realmente se consolidaria no Haiti.

Esses trabalhos trazem em comum dois pontos. Ao mesmo tempo que são pioneiros no exame do complexo produtivo da revolução e em suas implicações sociais e econômicas no período, eles foram apresentados na forma de artigos. Com exceção de Fick, que transformou a questão das massas escravas em seu ponto de observação sobre a Revolução Haitiana, os demais autores pouco aprofundaram *como* os distintos projetos de ordenação agrária de fato implicaram o fim do sistema de plantations, transformando-se nas pequenas propriedades camponesas. Foi para responder a essa questão que surgiu a pesquisa mais recente de Johnhenry Gonzalez. Por mais que essa transição tenha suas origens no período revolucionário, para o autor a resposta está nas primeiras décadas do Haiti independente. Seu doutorado, há pouco tempo transformado em livro, tem a pretensão maior de preencher um vácuo de estudos sobre os anos iniciais do pós-independência haitiano. Apesar da inovação do trabalho, algumas questões permanecem em aberto. Gonzalez adota uma visão habitual entre os estudiosos ao focar apenas na destruição da rica economia açucareira pela revolução escrava. No entanto, o café continuou um importante artigo de exportação e atingiu níveis impressionantes sob o governo de Toussaint Louverture. Além disso, ainda fica em aberto como este processo de transformação veio a ocorrer durante os anos revolucionários que, embora considerado um período crucial, trazem aspectos distintos do padrão que veio a se consolidar no século XIX.⁸

De grande importância para o entendimento da mutação do complexo latifundiário são duas outras vertentes de pesquisa: as monografias de plantation e as biografias de Toussaint Louverture. No que tange à primeira, informações específicas sobre propriedades à época da revolução dão indícios dos acontecimentos próprios de cada região e paróquia. A principal referência no campo é o historiador Gabriel Debien. Em vários de seus trabalhos, por meio do acesso a inúmeros arquivos privados (muitos dos quais ainda pertencentes a particulares, e, portanto, com dificuldades de acesso ao público), Debien ofereceu histórias pontuais dessas propriedades, desde a chegada dos primeiros representantes à Saint-Domingue até o desmantelamento final das posses. Por

⁸ GONZALEZ, Johnhenry. *The War on Sugar: forced labor, commodity production and the origins of the Haitian peasantry, 1791-1843*. Tese (Doutorado em História) – The Faculty of the Division of the Social Sciences, University of Chicago, Chicago, 2012; Idem. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019.

mais que seja um caminho rico, a limitação documental – em especial quando nas mãos dos descendentes dos antigos senhores – dificulta a construção sistemática de um vasto conjunto de monografias. Não obstante, e seguindo o caminho aberto por Debien, Jacques de Cauna e Paul Cheney adotaram estratégia parecida à dele.⁹ De modo geral, esses estudos são bastante pertinentes para a compreensão da realidade fundiária no curso da revolução, mas não são suficientes para apreender a completude do processo de transição do sistema de plantations para as posses camponesas.

Este processo, inclusive como mostraram as primeiras publicações mencionadas, não pode ser de todo investigado sem atentar para os papéis desempenhados pela principal figura da revolução: Toussaint Louverture. Uma das lideranças mais excepcionais da Era das Revoluções, sua trajetória é objeto de curiosidade desde a época da sua morte em 1803. Diversas são as biografias do ex-escravo *domingoise*, que, à frente do movimento, derrotou as poderosas potências europeias de seu tempo. De relevância para esta pesquisa, destacam-se as duas obras mais recentes. Na primeira delas, de Charles Forsdick e Christian Høgsbjerg, a vida de Toussaint é explorada a partir da perspectiva da clássica obra de C. L. R. James, qual seja, a de sua constituição enquanto um Jacobino negro nas Américas.¹⁰ Para os dois autores, Louverture foi, antes de tudo, fruto dos processos históricos articulados da Revolução Haitiana e da Revolução Francesa. Avesso às aspirações da massa de escravizados, Louverture era comprometido com o princípio da emancipação geral e, em nome da ordenação de uma nova sociedade livre, coagiu a população ex-escrava ao trabalho. Foi pela contínua alienação dela que se deu sua queda final.¹¹

A segunda biografia, mais recente, impressiona pela vastidão da documentação mobilizada, quiçá a mais completa até o momento. O ponto de vista adotado por Sudhir Hazareesingh, também anuncia ser diferente dos demais biógrafos, ao contrastar a originalidade do pensamento de Toussaint – de matriz africana, europeia e, diria o autor,

⁹ DEBIEN, Gabriel. Les plans et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue: La plantation La Merveillère aux Anse-à-Pilre (1789-1792). *Revue d'histoire et de géographie d'Haïti*. Vol. 14, No. 51, Port-au-Prince, oct. 1943, p. 12-32; DEBIEN, Gabriel. *Plantaitons et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962; DEBIEN, Gabriel. *La fortune et la famille d'un colon poitevin: une caféière a Saint-Domingue (1770-1803)*. Niort: Société historique et scientifique des Deux-Sèvres, 1977; CAUNA, Jacques. *Au temps des îles à sucre : Histoire d'une plantation de Saint-Domingue au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions Karthala, 1987; CHENEY, Paul. *Cul de Sac: Patrimony, Capitalism, and Slavery in French Saint-Domingue*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

¹⁰ JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos* (1 ed. 1930) São Paulo: Boitempo, 2015.

¹¹ FORSDICK, Charles & HØGSBJERG, Christian. *Toussaint Louverture: A Black Jacobin in the Age of Revolutions*. London: Pluto Press, 2017.

indígena – numa combinação própria caribenha. Ele seria simultaneamente uma simbolização da Era das Revoluções e a personificação da Revolução Haitiana. Fortemente influenciado pelos ideais iluministas, o líder negro não teria deixado de seguir os objetivos democráticos e republicanos para a construção de – novamente, nos termos do autor – uma “sociedade melhor”, baseada na igualdade e na fraternidade de todos os grupos da colônia. Entretanto, ao expor essa história, a narrativa de Hazareesingh ao fim e ao cabo reforça – contra suas próprias intenções – o enquadramento de Louverture enquanto o “Jacobino negro” desvelado pioneiramente por C. L. R. James. Em uma narrativa envolta de detalhes sobre a vida dessa personalidade, o autor pouco dá atenção às políticas agrárias desenvolvidas naqueles anos, no que consiste uma parte central da carreira política da liderança.¹²

De modo geral, os estudos aqui citados, mais ou menos profundamente, tocaram na questão econômica e social da transformação do sistema de plantation durante a revolução em Saint-Domingue. O assunto, em resumo, ainda não foi sistematicamente investigado pela historiografia. Por um lado, a mutação do complexo latifundiário escravista para as propriedades camponesas é fato assaz comentado pelos estudiosos, que não negam as raízes revolucionárias desse processo. Por outro, do pouco que se pesquisou detidamente sobre o tema, a atenção recaiu sobretudo no período de consolidação do campesinato haitiano, ou seja, nas primeiras décadas após a independência do Haiti. Nenhum dos estudos citados chegou a apreender, de fato, *como* se deu esse processo de transformação ao longo dos treze anos revolucionários, basilares para a configuração política, econômica e social do país recém-independente.

Este é justamente o objetivo da presente dissertação: analisar a modificação do sistema de plantation na Revolução Haitiana. Para tanto, lançaremos mão da perspectiva do que será aqui chamado de “embate das liberdades” para poder interpretar esse processo de transformação fundiária. Com base nos trabalhos do antropólogo Sidney Mintz sobre o campesinato caribenho e da historiadora Carolyn Fick,¹³ consideramos que os conflitos entre diferentes concepções de liberdade – concebidas de modo particular por cada grupo social *domingoise* – constituíram um dos eixos centrais da Revolução Haitiana. O modo

¹² HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹³ FICK, Carolyn. Dilemmas of Emancipation; Idem. Emancipation in Haiti; Idem. Para uma (re)definição de liberdade; Idem. *The Making of Haiti*. MINTZ, Sidney. Slavery and the Rise of Peasantries. *Historical Reflections; Réflexions historiques*, Vol. 6, No. 1, summer/été 1979, p. 213-242; Idem. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989.

como tais enfrentamentos ocorreram nas diversas regiões da colônia moldou a maneira como a configuração das plantations foi modificada nesses anos.

É indiscutível que a revolução esteve centrada na luta pela liberdade. Todavia, não existia apenas uma visão em jogo naquele momento, mas sim distintos projetos elaborados pelos grupos sociais em luta em Saint-Domingue. As lideranças revolucionárias que comandaram o exército negro originado dos insurgentes de 1791 viram no trabalho assalariado compulsório nas plantations a expressão oficial da liberdade em meio às emergências da guerra. Já a população escravizada ligou a posse da terra para produção de subsistência à sua verdadeira concepção, um modo de vida partilhado pelas vivências africanas de muitos deles, mas também pelas experiências de autonomia com as roças de alimentos do período da escravidão. Ambas as concepções, antes de serem princípios incitadores da ação, surgiram enquanto constructos práticos criados no desenrolar dos eventos. Estavam baseadas em duas formas opostas de organização social e econômica da terra e do trabalho, abertas pelo impasse criado pela abolição geral da escravidão: de um lado, a perseverança do latifúndio monocultor e a introdução do trabalho assalariado coagido; de outro, a conformação da pequena propriedade policultora com o trabalho autônomo camponês.

Se as autoridades de Saint-Domingue, negras e francesas, tentaram impor a recuperação do complexo produtivo no pós-emancipação como condição para a defesa da ordem revolucionária, esse não foi um processo fácil. Era igualmente o momento oportuno para os novos libertos concretizarem definitivamente suas experiências de autoafirmação no cultivo de alimentos para além dos limites das plantations. A transformação dos escravizados em camponeses era, ao mesmo tempo, a consolidação de sua liberdade e a resistência direta ao sistema de plantation (fosse de base escravista ou assalariada).¹⁴ Foram, assim, longos anos da revolução de intensas lutas entre ideais de liberdade tão antagônicos. Contudo, apesar de gerais, tais embates estavam longe de ser uniformes em todas as regiões da colônia, já que cada uma possuiu experiências revolucionárias bastante díspares.

No âmbito desta dissertação, centramo-nos em dois dos três departamentos que compunham Saint-Domingue colonial: as províncias do Norte e Oeste. O departamento Norte foi palco da rebelião de escravos de agosto de 1791, acontecimento pelo qual a

¹⁴ CARDOSO, Ciro F. *Camponeses brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 103-109; FICK, Emancipation in Haiti, p. 14; MINTZ, Slavery and the Rise of Peasantries, p. 216-217; Idem, *Caribbean Transformations*, p. 151-152.

Revolução Haitiana é usualmente conhecida, e o epicentro do poder do exército negro revolucionário comandado por Toussaint Louverture. O departamento Oeste, por seu turno, não contou com a organização de uma rebelião escrava autônoma. Pelo contrário, foi a região onde as forças escravistas locais – de brancos e afrodescendentes livres – por mais tempo dominaram, inclusive sob a ocupação britânica, a qual isolou a província da administração francesa. Desse modo, as distintas configurações regionais engendraram múltiplas, porém divergentes, possibilidades de ação histórica em cada local, que, por sua vez, conformaram o modo como o confronto das liberdades se desenrolou nesses espaços. Onde prevaleceu o poder das forças armadas revolucionárias, os planos de recuperação do sistema de plantation enfraqueceram outras formas de ordenação fundiária. A autonomia paroquial criada pelo isolamento da conquista estrangeira, em contrapartida, permitiu aos senhores maior liberdade de ação em nome de seus interesses, bem como aos próprios escravizados na concretização de seus anseios.

As tipologias documentais mobilizadas para tal análise manifestam justamente essas duas realidades, uma de elaboração direta pela administração colonial e a outra de caráter local, relacionada às demandas individuais dos colonos. Para a observação das políticas oficiais de reerguimento das plantations, utilizamos os *recensements des biens domaniaux et urbains de Saint-Domingue* produzidos entre os anos de 1795 e 1803, até o momento pouco explorados pela historiografia. Consistem em recenseamentos das propriedades agrícolas e urbanas que se encontravam em territórios sob administração francesa – excluindo-se, portanto, áreas comandadas por outros poderes, como foi boa parte do Oeste com os britânicos, e o Sul, sob o poder autônomo de André Rigaud. À vista disso, o departamento setentrional possui a cobertura espacial e temporal mais completa, com registros que datam desde o início da produção desses documentos em 1795.

Era principalmente a partir de suas informações que as lideranças *domingoises*, em especial Toussaint Louverture, elaboravam os projetos econômicos de reerguimento das plantations. Não por acaso as principais paróquias produtoras do Norte pré-revolução, que compunham o distrito de Cap-Français, foram as mais recenseadas ao longo daqueles anos. Além de ser a zona de maior controle do exército negro – justamente onde se organizou a revolta escrava de 1791 –, o distrito concentrava o rico complexo produtivo que conferiu à Saint-Domingue o nome de Pérola das Antilhas. Acreditavam as lideranças que seria pela massiva recuperação dessas plantations, atacadas diretamente pela insurreição cativa, que o governo revolucionário se alicerçaria na colônia. O exame atento

das paróquias de Cap-Français por meio dos censos dominiais, portanto, revelou a maneira como a firme injunção das políticas econômicas reverberou na transformação do sistema de plantation.

Os recenseamentos fundiários, sem embargo sua predominância no departamento setentrional, chegaram a ser produzidos na província Oeste após a recuperação do território pelos franceses em 1798. Entretanto, a soberania do grupo senhorial, sem conexão com a administração francesa por anos, torna as fontes de caráter descentralizado mais adequadas à análise das mudanças fundiárias e laborais nesta região. É aqui que entra a segunda tipologia documental da pesquisa: os arquivos notariais da época revolucionária, produzidos por todo o período de 1790 a 1803. Composto por gêneros diversos – abarcando inventários, vendas, arrendamentos, processos de herança, apossamento de bens, testamentos, contratos de casamento etc. –, os registros denotam a tenacidade dos proprietários em meio ao conturbado contexto da revolução. Buscavam, acima de tudo, atenuar a radicalidade da conjuntura ao manter o máximo de controle sobre as inevitáveis transformações que ocorriam.¹⁵ Nesse sentido, a atividade do tabelionato, movida pelos interesses e preocupações imediatas dos colonos, aponta-nos os pormenores do longo processo de modificação do sistema de plantation no departamento ocidental.¹⁶ Foi pelas estratégias de adaptação do interesse senhorial diante de situações inconstantes que a luta dos escravizados por sua liberdade pôde prevalecer.

Sem o forte poder centralizador das forças armadas negras por boa parte do período revolucionário, os escravos do Oeste tiveram maiores possibilidades de consolidação de seus anseios. Ainda que a instituição da escravidão tenha lá se conservado por mais tempo, as aspirações dos antigos cativos foram de encontro às carências do grupo senhorial no momento de extremo desgaste econômico da província. Em outras palavras, quando o ataque ao sistema de plantation chegou ao seu limite e trouxe, por consequência, o fim das esperanças dos colonos pela recuperação produtiva, os escravizados aproveitaram para angariar seus pequenos lotes de terra de modo oficial. As atas notariais revelam, assim, os múltiplos arranjos fundiários durante a revolução que

¹⁵ Cf. HÉBRARD, Jean. Esclavage et dépendance dans les archives paroissiales et notariales des sociétés esclavagistes en transition. *Esclavages & Post-esclavages* No. 1, 2019, p. 2-7.

¹⁶ MARI, Eric de. Notes sur le droit privé dans la pratique notariale à l'Ouest et au Sud de Saint Domingue (an II - an VIII), p. 4-6.

Disponível em: <https://www.academia.edu/34019895/saint_domingue_1_doc_v2_1_doc_v_7_pdf>. Acesso em 17/05/2022; Cf. HÉBRARD, Jean. Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730- 1804). *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, No. 57-2, 2010, p. 53.

chegaram ao convívio do decadente latifúndio monocultor com a pequena propriedade de subsistência.

Essas questões são examinadas ao longo de três capítulos que percorrem, todos, o mesmo arco temporal de 1790 a 1803, aqui entendidos como os anos constitutivos do evento. O primeiro capítulo é dedicado à apresentação da Revolução Haitiana pela perspectiva da revolução das liberdades. Considerando a falta de um campo de estudos mais amplo dessa temática no Brasil até o momento, por um excesso de didatismo optei por compor uma narrativa completa da revolução com base em trabalhos tradicionais e recentes do assunto, mas também mirando o ponto de vista a ser desenvolvido na dissertação. Foi a maneira que encontrei, portanto, para preparar o terreno para a verticalização de análise empreendida nos capítulos seguintes, centrados cada qual em um departamento em específico.

No segundo capítulo concentramo-nos no embate das liberdades na província do Norte. A partir das paróquias que formaram o epicentro revolucionário, no distrito de Cap-Français, demonstramos o processo de consolidação dos escravos insurgentes num ordenado exército negro, que se tornou a base do poder francês em Saint-Domingue até que se iniciasse a guerra de independência em 1802. Eles foram responsáveis não somente pela sustentação da guerra contra os poderes escravistas da Espanha e da Inglaterra, como também, enquanto grupo dominante, pela vigorosa implementação das políticas fundiárias republicanas. A centralização da organização política, econômica e social nas mãos das lideranças negras revolucionárias promoveria o relativo sucesso na recuperação do sistema de plantation a partir do retorno compulsório dos ex-escravos enquanto trabalhadores assalariados aos mesmos espaços onde foram brutalmente escravizados nas décadas anteriores. Os novos libertos, porém, não aceitaram passivamente as imposições daquela conhecida disciplina de trabalho, mesmo que passassem a receber salários. Uma vez que a província setentrional se tornou o domínio imperioso das forças armadas *domingoises*, as aberturas para o exercício da liberdade da população escrava foram reduzidas. Isso não significou que a retomada produtiva das plantations tenha ocorrido sem fortes contestações, criando uma série de obstáculos aos projetos centrais.

Já o terceiro capítulo é restrito à conformação da luta das liberdades na província do Oeste, em específico nas paróquias de Arcahaye, Saint-Marc e Croix-des-Bouquets. Malgrado a manutenção da antiga ordem fundiária escravista ser também o foco dos colonos locais, o predomínio do grupo senhorial enquanto autoridade autônoma abriu outras possibilidades de ação para os ex-escravos. A centralidade dos conflitos iniciais

entre brancos autonomistas e afrodescendentes livres pela igualdade de direitos favoreceu a permanência dos colonos nas paróquias em controle de suas posses. Foi a fim de conter os avanços da ideologia revolucionária, com a radicalização jacobina e a abolição geral da escravidão no Norte, que os senhores incentivaram a invasão inglesa em nome da manutenção da ordem escravista. Ainda que perdurassem as esperanças da recuperação econômica após anos de guerra, as progressivas dificuldades econômicas enfrentadas pelos proprietários, com a falta de trabalho nas plantations e o ataque às estruturas de produção, propiciou a outros setores da sociedade colonial a angariar propriedades. Se por boa parte da revolução foram os afrodescendentes livres empobrecidos que mais se beneficiaram dessas oportunidades, nos anos finais do evento, quando as consequências das ininterruptas guerras pesaram sobre os senhores do Oeste, os antigos escravos tiveram brechas legais para se constituírem como pequenos proprietários de subsistência, em estrita associação com suas concepções de liberdade.

São, enfim, esses tempos de conflito, mudança e revolução que se delineiam nas páginas a seguir.

CAPÍTULO 1: A REVOLUÇÃO DAS LIBERDADES DE SAINT-DOMINGUE (1790-1803)

“Pegue, portanto, em minhas mãos o juramento de viver livre e independente e de preferir a morte a tudo que tenderia a colocá-los sob o jugo”.¹ Com essas palavras, pronunciadas em 1º de janeiro de 1804, Jean-Jacques Dessalines fazia do Haiti o segundo país independente das Américas, formalizando o fim do processo que veio a ser conhecido como Revolução Haitiana (1790-1803). Foram treze anos de incontínuas guerras na colônia francesa de Saint-Domingue que envolveram as principais potências atlânticas, colonos brancos, *gens de couleurs libres* e, especialmente, os escravizados, no mais duradouro e radical evento da Era das Revoluções. Assim como nos demais episódios do final do Setecentos, a Revolução Haitiana também se desdobrou na busca pela liberdade. Contudo, não era a liberdade de autonomia política e econômica da Revolução Americana ou a liberdade de direitos e cidadania da Revolução Francesa. Era, no extremo, uma liberdade de matriz caribenha; melhor dizendo, *liberdades*, concebidas no entrecruzamento de circunstâncias históricas estruturais com elementos sociais, culturais, econômicos e políticos do local.²

Estas concepções de liberdade não estavam prontas no início deste evento, não obstante se tornassem o cerne dele com o seu avançar. Muito menos fazia parte dos propósitos iniciais de seus integrantes viverem livres e independentes a quaisquer vínculos de dominação. Ainda assim, o desfecho da Revolução resultou não apenas na independência do Haiti, como também permitiu a transformação da colônia mais rica do mundo ocidental, firmada no sistema de plantation e na instituição da escravidão, num país de camponeses. A explicação deste processo é o que pretendemos neste estudo. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, a reconstituição do evento por um viés de observação específico: o das concepções de liberdade.

¹ No original: “Prête donc entre ses mains le serinent de vivre libre et indépendant, et de préférer la mort à tout ce qui tendrait à te remettre sous le joug.” La proclamation de l'Indépendance, 1er janvier 1804. *Outre-mers*, tome 90, n°340-341, 2e semestre 2003. Haïti Première République Noire, p. 247-248.

² Sobre o período da Era das Revoluções, ver HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 36a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016; PALMER, J. J. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and Americas, 1760-1800*. (1st ed. 1964). New Jersey: Princeton University Press, 2014.

Desde a época de sua ocorrência, a Revolução Haitiana é objeto de estudo, seja com as testemunhas oculares, com intelectuais caribenhos, ou com os diversos estudiosos nos séculos seguintes. Malgrado a constatação do “silenciamento” do evento na historiografia,³ diversos foram os recortes feitos pelos pesquisadores nas últimas décadas: análises da revolução em confluência com os acontecimentos na França; observação do âmbito político do evento; focos em ocorrências específicas ao longo dos anos; reconstrução do processo revolucionário pelo “olhar de baixo”, dentre outros.⁴ Cada um desses aspectos trouxe contribuições importantes para a compreensão do evento em toda sua complexidade.

Neste capítulo, pretendemos trazer um outro olhar do processo, baseado nas concepções de liberdade desenvolvidas por diferentes grupos sociais em Saint-Domingue durante a Revolução Haitiana. Esta não é a elaboração de uma perspectiva de todo nova, porquanto embasada nos trabalhos de outros estudiosos, mas um ângulo privilegiado para se apreender o processo de transformação das plantations ocorrido nesses treze anos. Com esse fim, o capítulo se inicia com a elucidação dos significados de liberdade desenvolvidos no espaço *domingoise*, seguida de uma breve apresentação do desenvolvimento econômico e social da colônia francesa ao longo do século XVIII, para enfim adentrar nos eventos-chave da *revolução das liberdades*.

Os conceitos de liberdade na Revolução Haitiana

Entender o conceito de liberdade somente dentro do quadro das doutrinas revolucionárias de finais do Setecentos – da Revolução Americana e da Revolução Francesa – significa não compreender a complexidade dos conflitos do processo revolucionário em Saint-Domingue.⁵ Na realidade, este evento reconfigurou os ideais de

³ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

⁴ Em ordem de menção: JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. (1 ed. 1937). São Paulo: Boitempo, 2015; DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press, 2004; GEGGUS, David P. *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint-Domingue, 1793-1798*. New York: Clarendon Press, 1982; Idem. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana university press, 2002; FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. (2nd ed). Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004.

⁵ As páginas a seguir se apoiam nas obras de dois importantes autores: as do antropólogo Sidney Mintz, sobre as origens do campesinato caribenho, e os da historiadora Carolyn Fick, em sua reconstrução do evento pela perspectiva “de baixo”. Juntos, eles foram o enquadramento básico do que será aqui

direitos naturais, soberania popular, universalidade de cidadania e igualdade propagados pelas revoluções burguesas. Dentro da realidade colonial, as contradições filosóficas do Iluminismo tornaram-se evidentes, implicando a redefinição desses ideais, em especial o de liberdade, em meio às necessidades dos diferentes grupos sociais diante dos acontecimentos locais.⁶

Todavia, o embate de liberdades não se resume à oposição de concepções iluministas, seguidas pela Revolução Francesa, e uma concepção específica caribenha, com a Revolução Haitiana. O maior confronto de significados de liberdade ocorrido no seio deste evento foi entre dois ideais forjados localmente em Saint-Domingue: o das massas de ex-escravizados e o das lideranças revolucionárias. O primeiro de origens no cotidiano da escravidão e no passado africano da maioria dos cativos; e o outro concebido ao longo do processo revolucionário, uma adaptação do conceito universalista francês com as imposições das contingências históricas de guerra na colônia.⁷ A revolução das liberdades, portanto, não é apenas a luta da abolição *versus* escravidão, ou da colônia *versus* metrópole, apesar de serem elementos constituintes do processo em diferentes momentos. O cerne desta perspectiva está no embate entre seus próprios protagonistas, lideranças negras e população escravizada, e no antagonismo de suas concepções de liberdade.

Ambos os significados, assim como as percepções de igualdade, cidadania e emancipação, não eram previamente conscientes e claros a nenhum dos grupos antes do

argumentado. FICK, Carolyn. Dilemmas of Emancipation: from the Saint Domingue Insurrections of 1791 to the Emerging Haitian State. *History Workshop Journal*, No. 46, 1998, p. 1-15; Idem. Emancipation in Haiti: From plantation labor to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, p. 11-40; Idem. *The Making of Haiti*; Idem. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, No. 2, 2004, p. 355-380; MINTZ, Sidney. Slavery and the Rise of Peasantries. *Historical Reflections; Réflexions historiques*, Vol. 6, No. 1, summer/été 1979, p. 213-242; Idem. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989. Sobre os ideais iluministas e a Revolução Haitiana, ver GETACHEW, Adom. Universalism After the Post-colonial Turn: Interpreting the Haitian Revolution. *Political Theory*, Vol. 44, No. 6 (December 2016), p. 821-845. Sobre os conceitos iluministas nas demais revoluções, ver ISRAEL, Jonathan. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights 1750-1790* (7th ed.). Oxford: Oxford University Press, 2003; MORGAN, Edmund. Slavery and Freedom: The American Paradox. *The Journal of American History*, Vol. 59, No. 1, Jun. 1972, p. 5-29.

⁶ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 359; GETACHEW, *op. cit.*, p. 823. Como afirma Getachew em seu artigo, os protagonistas da Revolução Haitiana (lideranças e massas de ex-escravizados) não expandiram os limites da realização dos ideais revolucionários, como comumente a historiografia tendeu a colocar. Nesta visão, sua capacidade de ação está limitada a apenas realizar as potencialidades dos conceitos e não em criar e reimaginar alternativas para esses ideais. A ação revolucionária em Saint-Domingue, na realidade, inaugurou novas concepções ao invés de somente realizar ideais já existentes. A perspectiva de “realização”, utilizada por tantos especialistas da área, implica a limitação da ação revolucionária à esfera da extensão e aplicação.

⁷ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 359-360; GETACHEW, *op. cit.*, p. 833.

desenrolar dos acontecimentos; nem mesmo foram anunciados ou considerados objetivos pelos atores de antemão, como na Revolução Americana (com sua Declaração de Independência) e na Revolução Francesa (com a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão). Surgiram como constructos práticos, atendendo aos interesses das partes em conflito. A população em geral e seus líderes em Saint-Domingue concebiam esses ideais e princípios simultaneamente à sua ação histórica, tornando os conceitos de matriz funcional e não meramente abstrata.⁸ Quais são, então, os significados de liberdade para cada um desses estratos?

A abolição geral da escravidão de 29 de agosto de 1793 em Saint-Domingue foi a primeira a ser proclamada no Novo Mundo e expandiu os direitos universais de igualdade a pessoas que até aquele momento eram consideradas como propriedades. Naquela altura, a insurreição escrava no departamento do Norte já era guiada em nome da abolição, embora os rebeldes lutassem sob a Coroa espanhola. A proclamação feita pelo comissário civil e abolicionista Léger-Félicité Sonthonax, todavia, surgiu também perante as exigências de uma guerra cada vez pior para o lado francês, que enfrentava duras perdas diante dos adversários espanhóis e britânicos. A manutenção do conflito armado, por sua vez, implicou a combinação de direitos de cidadania com uma série de deveres atrelados à liberdade, relacionados às necessidades econômicas da guerra, isto é, de recuperação produtiva da colônia. Em outras palavras, havia um conjunto de condições para o exercício da liberdade e da cidadania concedidas, baseadas em direitos e obrigações prezados pelos chamados “cidadãos respeitáveis”.⁹ Estava claro, no decreto de abolição de 1793, que a liberdade pressupunha a continuidade do trabalho e, numa colônia que fora escravista, isso significava a continuidade do trabalho nas plantations.

A lógica adotada era a de que a permanência da guerra impunha, para sua própria sobrevivência, a restauração da produção e da exportação de commodities, que foram a base da economia colonial. Sonthonax, seguido posteriormente por Etienne Polverel (comandante dos departamentos do Oeste e do Sul), teve de adaptar os princípios universais franceses de liberdade e cidadania à realidade econômica colonial do complexo latifundiário. Essa associação foi intitulada de *cidadania de plantation* pela historiadora Carolyn Fick, em que a instituição da escravidão foi abolida, mas o regime monocultor de exportação e sua organização de trabalho não o foram.¹⁰ Assim sendo, um regimento

⁸ Cf. GETACHEW, *op. cit.*, p. 831; FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 360-361.

⁹ FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 363.

¹⁰ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 364-366; Idem, Emancipation in Haiti, p. 17.

de trabalho foi adotado com a emancipação, em que a liberdade dos novos cidadãos existia circunscrita ao universo das plantations; isto é, sua concretização passava pela implementação de mecanismos de controle aos próprios libertos.¹¹ Essa concepção de liberdade, ainda que formulada pelos comissários civis, foi ativamente adotada pelas lideranças negras revolucionárias.

A principal figura a defender essa concepção foi Toussaint Louverture, logo que passou para o lado francês da guerra. Conforme se consolidava como a autoridade dominante em Saint-Domingue, essa prática de liberdade se aprofundou. Para ele, havia uma clara distinção entre liberdade como abolição, e liberdade como direito de exercer seus anseios pessoais. O segundo sentido, em sua visão, levaria necessariamente a ruína econômica e moral de Saint-Domingue pela vadiagem e pela preguiça. Seguindo os preceitos inaugurados pelos comissários civis, Toussaint acreditava que a liberdade só se concretizava através do trabalho, fosse como soldado, fosse como trabalhador nas plantations. À medida que a revolução avançava, consumava-se a adaptação da abolição geral, baseada nos princípios abstratos de liberdade e nos direitos universais de cidadania, às pressões da economia de guerra, dedicada ela mesma à defesa da abolição. Assim, a Revolução em Saint-Domingue construiu seu próprio conjunto de princípios emancipadores.¹²

Em contrapartida, a liberdade tal como promulgada pelos comissários e desenvolvida pelos líderes negros, constrangida pelo sistema de trabalho coletivo nas *habitations*, muito se parecia com o regime da escravidão para os ex-cativos.¹³ No geral, não se sentiam libertos, não obstante estivessem emancipados. Nos meses que se seguiram ao decreto de abolição, ocasião em que os códigos de trabalho não estavam implementados, os ex-escravos se apoderaram do que consideravam ser seus direitos, como a expansão das roças pessoais e a apropriação e venda de artigos agrícolas no mercado interno. Mesmo a efetivação do regimento de trabalho não impediu completamente a busca de sua afirmação: havia indícios de cultivadores (como passaram a ser chamados os trabalhadores das plantations) que escolhiam trabalhar cinco dias na

¹¹ MANIGAT, Sabine. Le Régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception. In: BÉNOT, Yves; DORIGNY, Marcel (orgs). *1802: Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises, ruptures et continuités de la politique coloniale française, 1800-1830: aux origines d'Haïti*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003, p. 371.

¹² FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 376; Idem, Emancipation in Haiti, p. 17; HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 27 e 180.

¹³ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 371. *Habitations* era o modo como chamavam as grandes e pequenas propriedades em Saint-Domingue.

semana, mesmo que houvesse perda salarial – que consistia em parte da produção; não seguiam a disciplina de trabalho e, em alguns casos, recusavam-se coletivamente a trabalhar; e, assim como era prática comum nas sociedades escravistas, fugiam das propriedades e se tornavam *marrons*.¹⁴

A massa de ex-escravizados, à vista disso, não consentia com o tipo de liberdade firmada pelas lideranças revolucionárias. Isso porque desenvolveram um significado distinto, intimamente ligado a concepções de autonomia formuladas ainda quando escravos, bem como ao estilo de vida africano da maioria dessas pessoas.¹⁵ A relação social da escravidão, ao mesmo tempo que os moldou enquanto uma força massificada e disciplinada, criou brechas pelas quais os escravos se autoafirmavam nas roças próprias. Para os senhores, as roças de subsistência consistiam num modo barato de assegurar o provimento da mão-de-obra; já para os cativos era um tipo de resposta e resistência à dinâmica das plantations, por meio das quais poderiam manejar parcialmente as condições materiais e sociais de sua reprodução, segundo seus próprios interesses.¹⁶ A despeito das condições repressivas a que eram obrigados a viver, os escravos conceberam espaços para adaptações criativas dentro das plantations. A isso, o antropólogo Sidney Mintz deu o nome de “proto-campesinato”: a adaptação de um estilo de vida camponês – da pequena produção de subsistência e da criação de animais – elaborada durante a escravidão.¹⁷

A noção de liberdade desenvolvida pela população escrava durante a Revolução estava estreitamente ligada a esse modo de vida camponês afro-caribenho. Se as roças de subsistência eram uma arena social e econômica de autorrealização para essas pessoas durante a escravidão, uma vez libertos, eles almejavam reproduzi-las de forma independente, fora do confinamento das plantations.¹⁸ Por tal razão, a resistência ao trabalho nas plantations continuou, e até aumentou, mesmo após se tornarem trabalhadores assalariados. Eles buscavam, a todo custo, converter-se em pequenos

¹⁴ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 368-369; Idem, *The Making of Haiti*, p. 169.

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In: *Camponeses brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 109; GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019, p. 37.

¹⁶ Cf. TOMICH, Dale W. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830–1848*. (2nd edition). Albany: State University of New York Press, 2016, p. 368; MINTZ, *Caribbean Transformations*, p. 132.

¹⁷ MINTZ, *Caribbean Transformations*, p. 151-152.

¹⁸ GONZALEZ, *op. cit.*, p. 79; MURRAY, Gerald F. *The Evolution of Haitian Peasant Land Tenure: a case study in agrarian adaptation to popular growth*. PhD (Doctor of Philosophy) - Faculty of Political Science, Columbia University, New York, 1977, p. 47-49.

produtores e rejeitar definitivamente a vida nos latifúndios monocultores. Sendo assim, a luta pela liberdade dos novos libertos permaneceu depois da abolição geral de 1793.

Este é o cerne da Revolução Haitiana: a luta entre duas concepções de liberdade, uma atrelada à cidadania de plantation com foco na produção de artigos tropicais para exportação a base de mão-de-obra assalariada compulsória; e outra relacionada ao estilo de vida camponês, de pequenos lotes de terra para produção de subsistência. Conseqüentemente, a reconstrução do complexo produtivo pós-emancipação foi um processo conturbado e de resultados dúbios, que exigiu violência e compulsão para a retomada de trabalho devido à experiência que a população possuía ainda quando escravizada. A luta pelo controle da vida material e social continuou, portanto, no novo contexto revolucionário.¹⁹ É isso o que constituiu a *revolução das liberdades* e é por meio dessa chave que analisaremos a transformação do sistema de plantation.

No fundo, ela envolve o embate entre dois projetos distintos de organização fundiária: o projeto dos líderes, baseado na economia de exportação; e o projeto das massas, de pequenas propriedades camponesas.²⁰ São duas diferentes estruturações econômicas e sociais que entraram em choque na Revolução, mas que se afirmaram de maneiras distintas em cada departamento por conta do campo de possibilidades particular a cada região. Esta não é uma história uniforme de consolidação de uma estrutura e de uma “liberdade” sobre a outra, como será possível compreender nos capítulos seguintes. No entanto, para chegar neste ponto, é necessário observar o processo revolucionário como um todo. Começemos por aí.

Saint-Domingue, da colonização à Revolução

Oficialmente francesa desde 1697, a parte oeste da ilha de Hispaniola, nomeada Saint-Domingue, teve um desenvolvimento econômico e social vertiginoso no Setecentos, apesar do despertar tardio da possessão francesa quando comparada a outras colônias caribenhas. Em meados do século XVII, tendo a população nativa sido exterminada pela extrema exploração espanhola desde as expedições de Cristóvão

¹⁹ TOMICH, *op. cit.*, p. 370.

²⁰ Outros dois autores mencionam a centralidade desses projetos para a compreensão da Revolução Haitiana, mas não chegam a aprofundar a temática. GONZALEZ, *op. cit.*, p. 18; MURRAY, *op. cit.*, p. 40-66.

Colombo, a porção ocidental da ilha foi ocupada por marinheiros franceses e de outras nacionalidades (conhecidos como *boucaniers*), enquanto as ilhas do entorno já contavam com notáveis plantations de açúcar. Logo, porém, Saint-Domingue se tornou uma nova fronteira de produção açucareira, em vista das abrangentes planícies disponíveis na região; inicialmente combinou mão-de-obra europeia contratada, os *engagés*, e escravizados africanos. O sucesso dos primeiros estabelecimentos açucareiros provocou uma verdadeira competição para compra de terrenos férteis. O investimento inicial para montagem de engenhos se tornou cada vez mais oneroso, fato que aumentou as solicitações de empréstimos para casas comerciais francesas. A ampliação produtiva foi tamanha que, já em 1740, a colônia era um dos maiores fornecedores de açúcar das Américas: produzia 40.000 toneladas anuais do artigo.²¹

O sucesso produtivo era explicado principalmente por dois fatores: pela morfologia do solo *domingoise* e pelo desenvolvimento impetuoso do tráfico transatlântico de escravos. Os engenhos necessitavam de planícies com terreno fértil e úmido, disponíveis em vários espaços da colônia. A planície do Norte, nas paróquias ao redor da cidade de Cap-Français, foi a primeira a ser ocupada e a mais desenvolvida nas vésperas da revolução, por conter as terras mais favoráveis. Tornou-se a principal região produtora de açúcar branco, o mais bem avaliado no mercado mundial. Por esse motivo também, foi onde prosperaram as plantações mais ricas e com maior taxa de absenteísmo senhorial. Por sua vez, as planícies do departamento do Oeste tiveram assentamento mais tardio, pois fez-se necessária a construção de longos canais de irrigação que tornassem o terreno apropriado para os canaviais. Ainda assim, um considerável parque produtivo se constituiu na região, que se transformou na principal fornecedora de açúcar bruto de Saint-Domingue. O último local de produção açucareira foi a província do Sul, uma zona que, pela própria configuração geográfica, era mais apartada do controle metropolitano e ligada à região das Antilhas. As planícies da colônia eram circundadas por montanhas (*mornes*) que naturalmente dividiam o território em três regiões, transformadas em departamentos administrativos pelo governo francês.²²

²¹ De acordo com os historiadores Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, a produção de açúcar quadruplicou de 1730 para 1740. BERBEL, M., MARQUESE, R. & PARRON, T. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 67-68; KLEIN, Herbert S. & VISION III, Ben. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 97; DUBOIS, *op. cit.*, pp. 13-20.

²² DUBOIS, *op. cit.*, p. 19; POPKIN, Jeremy. *A concise history of the Haitian revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012, p. 11-13.

De modo geral, o desenvolvimento da indústria do açúcar no Caribe, máxime em Saint-Domingue, fortaleceu a associação escravidão-açúcar. A expansão dos parques produtivos foi acompanhada do crescimento pujante da quantidade de escravos, já superando, na primeira década de 1700, o número de brancos na colônia: concentrava 117.000 cativos, metade do total das Antilhas francesas. No entanto, a produção do artigo dependia do constante fornecimento de mão-de-obra escravizada pelo tráfico transatlântico, o qual atingiu níveis sem precedentes no decorrer do século XVIII.²³ A pressão por maior produção e rendimentos, já vultuosos para alguns, aumentou o desequilíbrio demográfico com a importação de escravizados africanos combinada ao absenteísmo de grandes proprietários. Diante dessas grandes esperanças de enriquecimento, Saint-Domingue era o principal destino de franceses que se aventuravam nas Américas; e alguns deles se transformaram em importantes proprietários de plantations no século XVIII.²⁴

Porém não apenas da indústria açucareira sobreviveu a colônia. Outro importante artigo de exportação, o café estava intimamente ligado ao sistema de plantation escravista elaborado para a produção de açúcar.²⁵ A colônia atingiu acelerado sucesso produtivo cafeeiro, consolidando-se, em pouco tempo, como importante exportadora no mercado mundial, sobretudo na conjuntura pós-guerra dos Sete Anos (1756-1763). O aumento da demanda pelos artigos tropicais nos centros urbanos do noroeste-europeu contribuiu, por um lado, para uma nova onda de investimentos nas plantations açucareiras, e, por outro, para a disseminação das fazendas de café por toda a colônia. Enquanto as planícies eram usadas massivamente para a produção do açúcar, os terrenos montanhosos, dos *mornes* – inadequadas para o crescimento dos canaviais – eram ideais para o cultivo dos arbustos cafeeiros, onde o clima era mais temperado e chuvoso.²⁶ Por tal motivo, as terras das montanhas eram vendidas por valores consideravelmente menores, já que não haviam sido incorporadas pelo rico setor açucareiro.

²³ Cf. BERBEL, MARQUESE, PARRON, *op. cit.*, p. 67-68; TARRADE, Jean. *Le Commerce coloniale de la France à la fin de l'Ancien Régime. L'évolution du régime de l'Exclusif de 1763 a 1789*. Vol. 2. Paris: Publications de l'Université de Poitiers, 1972.

²⁴ Cf. BERBEL, MARQUESE, PARRON, *op. cit.*, p. 45-46; DUBOIS, *op. cit.*, p. 20; FICK, *The Making of Haiti*, p. 16-17.

²⁵ PENDERGRAST, Mark. *Uncommon Grounds: The History of Coffee and how it Transformed Our World*. New York: Basic Books, 2010, p. 44.

²⁶ Cf. MARQUESE, Rafael. A Tale of Two Coffee Colonies: Environment and Slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750–1790. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 64, No. 3, 8 mar. 2022, p. 738-740; TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the system: coffee, color, and slavery in the eighteenth-century Saint-Domingue. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 5, No. 3, 1982, p. 342-343.

A produção de café conseguiu desde cedo se aproveitar da estrutura desenvolvida para e pela indústria do açúcar. As principais zonas produtivas da ilha estavam justamente associadas aos portos coloniais mais dinâmicos. Este é o caso do *Massif du Nord*, que escoava o produto para Cap-Français e o *Chaine de Matheux*, que o direcionava para Port-au-Prince (capital) e Saint-Marc.²⁷ O departamento do Norte foi o primeiro a prosperar e onde se registou o maior volume de produção da época pré-revolucionária. Todavia, as maiores propriedades, em extensão e em número de trabalhadores, se encontravam na província Oeste.

Por conseguinte, a plantação dos grãos encontrou participação alargada entre os estratos sociais intermédios da sociedade colonial, em decorrência do investimento inicial inferior com terras, escravos e tecnologia se comparado aos engenhos. Homens brancos inseridos na economia do açúcar (gerentes das fazendas, procuradores, artesãos e outros profissionais liberais), ou recém-chegados de outros locais do império francês, sem rendas suficientes para se tornarem um senhor de engenho, foram os primeiros participantes da economia cafeeira. Começaram comprando os terrenos montanhosos mais baratos ao redor das planícies, montando ali fazendas modestas que lhes permitiam se transformar em proprietários de escravos. *Gens de couleur libres* (afrodescendentes e negros livres), que formavam um setor amplo na sociedade de Saint-Domingue, também se envolveram no cultivo dos grãos, embora formassem propriedades de menor escala. Com efeito, as unidades de produção cafeeiras na colônia francesa adquiriram traços os mais diversos.²⁸ Independentemente do local e do tamanho das fazendas, a natureza mais aberta e versátil da economia cafeeira fez multiplicar a quantidade de *habitations* e, por conseguinte, a demanda por mão-de-obra escrava. Não foi por acaso que, nos últimos quarenta anos do século XVIII, registraram-se as maiores entradas de africanos na colônia

²⁷ Cf. MARQUESE, A Tale of Two Coffee Colonies, p. 738. No departamento do Sul, as áreas cultivadas se associavam aos portos locais de Jérémie e Jacmel, com fazendas mais modestas, que por vezes uniam plantações de café e de algodão. Sobre a particularidade do sul, ver o estudo de GARRIGUS, John D. *Before Haiti: Race and Citizenship in the French Saint-Domingue*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

²⁸ MARQUESE, A Tale of Two Coffee Colonies, p. 739. Sobre a participação social na cafeicultura, ver TROUILLOT, Motion in the system.; MANUEL, Keith Anthony. *Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789*. Master (Thesis of Master of Arts). Florida: University of Florida, 2005. A respeito da sociedade *domingoise* e as relações raciais nela estabelecidas, o trabalho mais completo é o de GARRIGUS, *op. cit.*.; O historiador David Geggus, em uma amostra comparativa de fazendas de açúcar e café, afirma que as fazendas cafeeiras possuíam uma média de 33 escravos; um quarto da escravaria vivia em fazendas com menos de 18 escravos, enquanto um terço em unidades com mais de 100 cativos. GEGGUS, David. Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, Ira & MORGAN, Philip (Eds.). *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of the Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993, p. 76-77.

francesa. Já principal produtora de açúcar do mundo, Saint-Domingue logo se tornou a maior produtora de café também.²⁹

A colônia, assim, se tornou o destino de muitos franceses, que tentavam ganhar enriquecimento pessoal e fugir das restrições da sociedade aristocrática metropolitana. Fantasiavam com as riquezas que muitos *grands blancs* (grandes proprietários) haviam adquirido com os estabelecimentos coloniais, ainda que vários não possuíssem nada para além da cor branca de sua pele; segundo seu pensamento, isso ao menos os colocava em situação de superioridade diante dos afrodescendentes e negros livres da ilha. Esses *petits blancs* formavam a maioria dos brancos residentes na colônia, já que muitos dos que enriqueciam retornavam para a França, constituindo-se como proprietários ausentistas. Eles possuíam, portanto, maior ligação com a realidade colonial do que com a metrópole e muitos se ressentiam do controle metropolitano sobre a administração e economia coloniais.³⁰

Saint-Domingue se desenvolveu, assim, como uma sociedade escravista.³¹ Em apenas trinta anos, quase quinhentos mil escravizados chegaram à colônia, metade deles somente na década de 1780. A discrepância entre brancos e negros era uma das maiores das Américas desse período, em que 89% da sociedade *domingoise* era composta por escravizados; dois terços desse grupo eram de africanos de várias partes do continente. Muitos morriam ainda no primeiro ano de “aclimatação”, afligidos pelo desumano sistema de trabalho. Praticamente toda a atividade manual na colônia era realizada por escravos, seja nas cidades ou no campo. Nas *habitations*, eles eram normalmente organizados em *work gangs* (turmas), a maioria destinada às lavouras, ao passo que alguns poucos possuíam cargos especializados, sobretudo na produção de açúcar, que exigia habilidades específicas para o manejo dos equipamentos.³²

Mas para além do trabalho que existia sob o comando dos senhores, os cativos conseguiam criar formas de oposição e resistência a esse tipo de vida. Encontros noturnos entre escravos de diferentes plantations não era incomuns, mesmo que proibidos. Formas

²⁹ A colônia era responsável por metade da oferta de açúcar e quase 60% do café do mundo ocidental. BERBEL; MARQUESE & PARRON, *op. cit.*, p. 67-68; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution.*, p. 78-79; MARQUESE, *A Tale of Two Coffee Colonies*, p. 738-739. POPKIN, *op. cit.*, pp. 11-13.

³⁰ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 9-16; DUBOIS, *op. cit.* p. 19-20; FICK, *The Making of Haiti*, p. 13-17.

³¹ Sobre o conceito de sociedade escravista, ver FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

³² FICK, *The Making of Haiti*, p. 22-31; Sabe-se que o trabalho nos engenhos era mais rígido, disciplinar e exigente que nos demais cultivos, pela própria natureza da produção do açúcar. GEGGUS, *Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue*.

individuais ou coletivas de resistência, como fuga temporária ou definitiva, greves e trabalho insuficiente eram corriqueiras. E, evidentemente, de grande importância era o cuidado das roças de víveres e criação de animais, que poderiam ser trocados nos mercados urbanos aos domingos. Conseguiram, assim, mitigar as condições materiais de vida com o pouco que auferiam e poderiam tentar comprar sua alforria, posto que raros conseguissem.³³

Entre a desmedida quantidade de escravos e os poucos brancos presentes, existia uma camada intermediária que, em Saint-Domingue, ganhou força: os chamados *gens de couleurs libres*. Este grupo existiu, evidentemente, em todas as sociedades escravistas das Américas. No entanto, foi ali que eles tiveram grande destaque social e econômico, possuindo cerca de um terço das propriedades e um quarto dos escravos de toda a colônia. Em sua grande maioria, eram filhos de homens brancos, que emancipavam suas concubinas escravas e filhos “mulatos”, sendo que vários acabaram herdando as propriedades de seus pais. Foi assim que se encontravam na colônia ricos afrodescendentes proprietários e famílias *de couleur* influentes, educados na França, mas cujas raízes se preservavam em Saint-Domingue. Era, portanto, um grupo essencial para a ordem colonial.³⁴

No entanto, o alargamento da quantidade e do prestígio desse grupo provocou a reação dura de colonos brancos, principalmente dos que possuíam poucas rendas. Estes viram a solução na proclamação de leis raciais que limitavam os direitos civis e políticos dos afrodescendentes livres. Como consequência, a sociedade *domingoise* começou a ser organizada pelo princípio da raça em substituição ao princípio da posse econômica. O desenvolvimento da década de 1760 foi crucial para esse cenário: a chegada de um número recorde de brancos em Saint-Domingue aumentou a competição de trabalho com afrodescendentes livres nas cidades e no campo; ao mesmo tempo, ao passo que franceses chegavam sem posses, vários *affranchis* (como eram também chamados os *gens de couleur*) eram detentores de notáveis propriedades ou concorriam com aqueles para a abertura de fazendas. À vista disso, a restrição de direitos implicou a proibição da utilização de sobrenomes franceses, o exercício de algumas profissões e até a segregação espacial em certos locais. Essa foi a maneira encontrada para os *petits blancs* se colocarem

³³ FICK, Carolyn. Slave Resistance. In: Idem, *The Making of Haiti, passim.*; POPKIN, *op. cit.*, p. 14.

³⁴ POPKIN, *op. cit.*, p. 23. Moreau de Saint-Méry, em sua *Description*, faz uma classificação racial de Saint-Domingue antes da Revolução, em que discrimina 16 níveis de afrodescendentes. MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. 2ª edição. Paris: L. Guérin, 1875, 3 vols.

como superiores aos *gens de couleurs libres* em Saint-Domingue.³⁵ Nas vésperas da revolução, este grupo era quase tão numeroso quanto os brancos, chegando a aproximadamente 28.000 pessoas.³⁶

*

Os anos precedentes à Revolução Haitiana foram de rápido crescimento econômico e demográfico, acompanhado do aumento de expectativas e alargamento de horizontes para cada um dos grupos da sociedade *domingoise* – brancos ricos e pobres, afrodescendentes e negros livres, e escravizados.³⁷ Brancos da colônia buscavam mais autonomia interna em oposição a mercadores e proprietários na metrópole, que queriam a manutenção do sistema de *Exclusif*. *Gens de couleurs*, vários regressados da França após receber educação, opunham-se às limitações a que estavam sujeitos e buscavam a igualdade de direitos garantida pelo *Code Noir* de 1685.³⁸ E os escravizados, em números potencialmente maiores, usavam de cada oportunidade para afirmar sua autonomia, por menor que fosse. Apesar disso, poucos brancos podiam sentir a independência, poucos afrodescendentes livres podiam sentir a igualdade, e poucos escravos podiam sentir a

³⁵ DUBOIS, *op. cit.*, p. 63.

³⁶ Os brancos totalizavam 30.000 pessoas. Sobre a configuração social de Saint Domingue, ver GARRIGUS, *op. cit.*; DUBOIS, *Specters of Saint-Domingue*. In: Idem, *op. cit., passim*. Cabe aqui uma nota importante sobre os termos referentes aos chamados *gens de couleurs* adotados neste trabalho. A sociedade *domingoise* pré-revolução era de extrema complexidade e não pode ser compreendida de maneira teleológica a partir da lógica dos processos revolucionários que se seguiram. Segundo Dominique Rogers, “d’un côté, les esclaves comme les libres de couleur sont des Noirs ou des métis; d’un autre, les esclaves par l’affranchissement deviennent des libres de couleur. [...] un certain nombre de métis très clairs parviennent à franchir la ligne et sont assimilés de fait aux Blancs.” (p. 238). Assim sendo, a população negra livre e liberta não pode ser resumida ao grupo de “mulatos”. Na realidade, a administração colonial chegou a diferenciar em documentos oficiais sete categorias de *libres de couleur*, sendo os “mulatos” apenas uma delas; o termo *nègre* referia-se nas fontes estritamente ao grupo de africanos ou escravos. Ao longo desta dissertação, os termos da época, considerados atualmente de conotação discriminatória, serão sinalizados entre aspas quando utilizados. Ao mesmo tempo, os *gens de couleur libres* serão chamados aqui de afrodescendentes livres (e libertos) ou população negra livre (e liberta). ROGERS, Dominique. *Raciser la société: un projet administratif pour une société domingoise complexe*. *Journal de la société des américanistes*, Vol. 95, No. 2, 2009.

³⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 32.

³⁸ O *Code Noir* foi um código decretado no ano de 1685. Nas palavras de Ivete Machado, “le Code Noir [...] est ancré quant à lui sur une jurisprudence construite à partir des ordonnances royales et locales, et par les jugements déjà prononcés dans les Antilles.” Nele, foram estipuladas a soberania dos proprietários sobre seus escravos, conjuntamente com a imposição de algumas obrigações que os senhores deveriam seguir (como a distribuição de alimentos, vestimentas e condições mínimas de trabalho, além de proibir alguns níveis de tortura e morte do escravo). Ao mesmo tempo, dizia que todos aqueles que fossem libertos teriam os mesmos direitos de um cidadão francês. MACHADO, Ivete de Miranda Pereira. *La Guyane française sous l’occupation portugaise*. Administration, société, économie (1809-1817). Tese (Doctorat en Histoire et civilisations). Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2019, p. 373-374. Sobre o assunto, ver a obra de GRECHEN, Malick. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2012.

liberdade como realidades próximas.³⁹ Foi o choque provocado pelo movimento revolucionário na França que incendiou e tornou inconciliáveis essas contradições já latentes em 1789.

O processo revolucionário

O advento da Revolução Francesa em 1789 logo gerou impactos em Saint-Domingue. As circunstâncias de enfraquecimento do poder metropolitano, associado a uma sociedade colonial inquieta e heterogênea, permitiu a emersão de forças revolucionárias que colocariam em xeque a própria legitimidade da metrópole. Contudo, ainda que intimamente intrincadas, a Revolução em Saint Domingue possuiu dinâmicas e objetivos próprios que não se limitam à Revolução Francesa.⁴⁰

A abertura dos Estados Gerais e a formação da Assembleia Constituinte na França foram tomadas pelos brancos residentes na colônia como boa oportunidade de alcançar seus anseios. Eles formaram um movimento autonomista em busca do controle administrativo da ilha, bem como da desmontagem progressiva do regime do *Exclusif*, que permitiria o comércio legal com outros poderes europeus e, especialmente, com os norte-americanos.⁴¹ O grupo se articulou fortemente no espaço colonial, sobretudo nas cidades de Cap-Français e Saint-Marc e, apesar das dissidências internas – entre brancos de rendas modestas, funcionários da burocracia colonial, mercadores e grandes proprietários –, os colonos conseguiram força na metrópole com a nomeação de seis deputados no parlamento revolucionário. Muitos eram contrários ao importante *lobby* dos

³⁹ Cf. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 32. FICK, *The Making of Haiti*, p. 238; JAMES, *op. cit.*, p. 66.

⁴⁰ FICK, *The Making of Haiti*, p. 1; MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí: Paco, 2017, p. 82-87.

⁴¹ Vale dizer que, por mais que o movimento seja chamado de autonomista, ele não visava a independência com relação à França, apenas buscava um afrouxamento do controle metropolitano, tanto comercial, quanto administrativo. Sobre o assunto, ver DEBIEN, Gabriel. *Les colons de Saint-Domingue et la Révolution: Essai sur le Club Massiac (Août 1789 – Août 1792)*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953; e FROSTIN, Charles. *Les révoltes blanches à Saint-Domingue aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: L'École, 1975. Sobre o relaxamento da política do *Exclusif* e a relação com os Estados Unidos, ver COVO, Manuel. *Commerce, empire et révolutions dans le monde atlantique : La colonie française de Saint-Domingue entre métropole et États-Unis (ca. 1778 – ca. 1804)*. Tese (Doutorado em História) – École doctorale en Sciences Sociales - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2013.

negociantes, símbolos da dependência econômica colonial. Ainda assim, no início de 1790, obtiveram a permissão para formar, oficialmente, uma Assembleia Colonial.⁴²

Por outro lado, a conjuntura revolucionária foi interpretada de modo distinto pelos afrodescendentes livres, principalmente pela camada mais abastada. A revolução era a ocasião oportuna para a busca do reconhecimento dos direitos políticos e civis que possuíam antes da proclamação das leis segregacionistas. Eles sofreram, entretanto, uma rejeição fervorosa do *lobby* colonial na Assembleia Nacional à sua participação no jogo político. Nem mesmo a aliança com a *Société des amis des Noirs* (Sociedade dos Amigos dos Negros) – grupo antiescravista pela abolição do tráfico de escravos e, depois, pela defesa dos direitos dos *gens de couleur* – foi capaz de enfrentar a influência política dos proprietários escravistas.⁴³ Se as vias políticas não foram capazes reinstaurar a igualdade da comunidade, que vinha sofrendo linchamentos em vários locais da colônia em 1789, restava a saída pelo confronto direto.

Foi assim que ponderou a milícia de afrodescendentes livres, a chamada *maréchaussée*, em torno da liderança de Jean-Baptiste Chavanne na paróquia de Grande-Rivière, no departamento do Norte.⁴⁴ O ambiente revolucionário inspirou não somente *affranchis* enriquecidos e de famílias tradicionais, como também a ala mais modesta de militares, artesãos, agricultores e pecuaristas, que eram, por sua vez, mais radicais que os primeiros. A primeira revolta armada ocorreu no final de outubro de 1790, após a omissão da Assembleia Nacional quanto à igualdade de direitos de toda população livre, e contou com o apoio de mais de 300 pessoas; foi mais conhecida na historiografia como a rebelião

⁴² DUBOIS, *op. cit.*, p. 74-78; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 35; PONS, Frank Moya. *History of the Caribbean: plantations, trade, and war in the atlantic world*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007, p. 150-151. Jean Philippe Garran de Coulon, advogado e político francês, em um dos três volumes publicados sobre o estado de Saint Domingue no início da revolução, fez uma descrição bastante minuciosa sobre as disputas entre os colonos. Por ser uma fonte primária, deve ser lida com cautela e crítica, apesar de ser uma das mais importantes sobre o assunto. COULON, Jean-Phillipe Garran de. *Rapport sur les troubles de Saint-Domingue*. 4 vols. Commission des Colonies. Paris: Imp. nationale, 1797-99.

⁴³ Quando as primeiras assembleias coloniais foram organizadas em novembro de 1789, os setores negros da população livre foram interditados de qualquer participação, fato que provocou a formação de grupos que lutavam pelos direitos de igualdade política. Esses movimentos foram vistos como ameaças pelos *planters*, que preferiram se juntar aos negociantes para barrar qualquer avanço nesse sentido. DEBIEN, *op. cit.*; DUBOIS, *op. cit.*, p. 75-85; FROSTIN, *op. cit.*; JAMES, *op. cit.*, p. 73-77; PONS, *op. cit.*, p. 150. Para uma análise da Sociedade dos Amigos dos Negros, ver SAES, Laurent. *A Sociedade dos Amigos dos Negros: A Revolução Francesa e a Escravidão (1788-1802)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

⁴⁴ Jean-Baptiste Chavanne foi um “mulato” proprietário de uma fazenda de café que ganhou destaque após participar da expedição enviada de Saint-Domingue aos Estados Unidos para lutar na guerra de independência, conhecidos como *Chasseurs-Volontaires*. Fazia parte dos peticionários pela busca de direitos da camada de negros livres e libertos. GARRIGUS, John. Vincent Ogé "jeune" (1757-91): Social Class and Free Colored Mobilization on the Eve of the Haitian Revolution. *The Americas*, Vol. 68, No. 1, julho 2011, p. 33-62.

de Vincent Ogé, proeminente “quarteirão” proprietário de uma fazenda de café.⁴⁵ Após rápida repressão do conflito armado, Ogé foi acusado de liderar o evento em conjunto com outros participantes, entre eles Chavanne, todos executados em praça pública no início de 1791.

Mais impactante do que o episódio, foi a repercussão da brutal execução de seu suposto comandante. Com as notícias que chegavam à França da violenta morte de Ogé, acrescidos do clima social agitado no país, não seria mais possível, a partir de então, ignorar a discussão dos direitos da população negra livre nos debates parlamentares, como haviam feito até então. Na tentativa de pacificar a colônia, em 15 de maio de 1791, foram concedidas garantias políticas para afrodescendentes livres, filhos de pais igualmente livres, que possuíssem certa quantia de renda.⁴⁶ A morte de Ogé no Norte foi um marco da luta pela igualdade racial, tanto na colônia, como na metrópole. Sua importância simbólica residiu, igualmente, em ser um ponto de virada dos conflitos sociais em Saint-Domingue, que não se apaziguariam até a independência do país em 1804.

Os escravos não estavam alheios às circunstâncias na colônia. Eles testemunharam as agitações sociais que tomaram conta da ilha, entre revolucionários e contrarrevolucionários, brancos e afrodescendentes livres. Ouviam as discussões sobre liberdade e igualdade que chegavam com a Revolução Francesa, e as novidades dos acontecimentos na França trazidos por soldados e marinheiros nos portos. Sabiam do movimento autonomista dos colonos, das dissidências entre *grands* e *petits blancs* e dos embates entre brancos e *gens de couleurs* sobre a questão da igualdade da população negra livre. No movimento armado de outubro de 1790, escravos do Norte ofereceram ajuda e presenciaram a punição violenta imposta pelas autoridades a seus líderes. Eles estavam expostos à novas ideias, aos princípios sobre os quais a Revolução Francesa ia

⁴⁵ Filho de uma “mulata” com um branco, Vincent Ogé foi um dos afrodescendentes mais ricos de Saint-Domingue no século XVIII. Nascido na paróquia de Dondon e educado na França, Ogé se estabeleceu na vida adulta em Cap-Français, onde multiplicou sua fortuna. Diante do elevado status da família no departamento do Norte, ele e seus irmãos nunca foram discriminados como *libres de couleurs* nos documentos oficiais, prática tornada obrigatória com as leis segregacionistas a partir de 1770. Sua posição social, como bem destacou o historiador John Garrigus, o colocava dentro dos círculos mais conservadores dos afrodescendentes livres. Não se encontraram provas, na época, de que Vincent Ogé estaria envolvido na liderança da rebelião de outubro de 1790; e, segundo o autor, sua trajetória pessoal refuta tal hipótese. Contrário ao que aponta historiografia em geral, Garrigus é a favor de uma postura mais cautelosa de associação entre o conflito armado e a participação de Ogé na revolta. GARRIGUS, Vincent Ogé "jeune", p. 33-62.

⁴⁶ No total, eles não perfaziam mais que 1.000 pessoas. FICK, *The Making of Haiti*, p. 82-85; GEGGUS, *Haitian Revolutionary Studies*, p. 166-168.

se construindo, e carregaram essa experiência com eles.⁴⁷ Diferente do que pensavam os senhores, eles interpretavam, à sua maneira, a realidade à que eram expostos. Foram nas brechas abertas pelas hostilidades entre o grupo de livres que os escravizados conseguiram articular e organizar sua própria luta.

Em 22 de agosto de 1791, após a mística cerimônia de *Bois Caïman*,⁴⁸ as planícies centrais do Norte foram tomadas pela insurreição dos cativos. A investida foi realizada por cerca de 2.000 escravos que passavam de fazenda a fazenda recrutando novos apoiadores, matando brancos e opositores, e, sobretudo, incendiando os canaviais e destruindo equipamentos e edifícios, os grandes símbolos do cativeiro. Na primeira semana de revolta, quase 200 engenhos de paróquias ao redor de Cap-Français foram arruinados. Nas palavras de Antoine Dalmas, cirurgião sobrevivente da *habitation* Gallifet,

O tamanho e a quantidade de estabelecimentos consumidos pelas chamas ofereceram um espetáculo, cuja memória as testemunhas preservarão para sempre. A espessa nuvem de fumaça negra, que durante o dia cobria o horizonte de Cap, tomou, logo após o pôr-do-sol, a aparência de uma aurora boreal, tendo por foco cerca de vinte plantations transformadas em vulcões. [...] No dia seguinte, as duas paróquias mais ricas e mais importantes da província do norte eram apenas uma massa de cinzas e ruínas.⁴⁹

Africanos e crioulos (como eram chamados os nascidos na colônia), *commandeurs* e trabalhadores das roças, homens e mulheres compunham as forças escravas insurgentes. Em menos de um mês, já se contavam 20.000 revoltosos e quase 1.500 *habitations* açucareiras e cafeeiras destruídas em 27 paróquias. O rumor constante de que o rei havia garantido proteções aos escravos, cujas aplicações eram barradas pelos senhores, foi um dos elementos motivadores para o planejamento da revolta. Ainda não buscavam a abolição geral da escravidão, embora sua façanha já fosse deveras revolucionária.⁵⁰

⁴⁷ Cf. FICK, *The Making of Haiti*, p. 86. Ver também SCOTT, Julius. *The Common Wind: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution*. London/New York: Verso, 2018.

⁴⁸ Cerimônia religiosa vodu composta pelos escravos organizadores da insurreição, provavelmente realizada no dia 14 de agosto de 1791. Sua importância jaz no símbolo político e religioso que ajudou a fundamentar a rebelião do dia 22. Sobre Bois Caïman, ver GEGGUS, David. *The Bois Caïman Ceremony*. In: Idem. *Haitian Revolutionary Studies*. FICK, *The Making of Haiti*, p. 91-94; DUBOIS, *op. cit.*, p. 102.

⁴⁹ No original: “La grandeur, le nombre des établissements consumés par les flammes offriront un spectacle dont les témoins conserveront à jamais le souvenir. Le nuage épais de fumée noirâtre, qui dans le jour embrassait l’horizon du Cap, prit, aussitôt après le coucher du soleil, l’apparence d’une aurore boréale, ayant pour foyer une vingtaine d’habitations changées en autant de volcans. [...] Le lendemain, les deux paroisses les plus riches et les plus importantes de la province du nord n’offraient plus qu’un amas de cendres et de ruines.” [tradução autoral]. DALMAS, Antoine. *Histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Mame frères, 1814, vol. 1, p. 125.

⁵⁰ DUBOIS, *op. cit.*, p. 102-107; FICK, *The Making of Haiti*, p. 91-105; POPKIN, *op. cit.*, p. 37-39.

Enquanto a província do Norte era tomada pela insurreição escrava, no Oeste o protagonista era diferente. Afrodescendentes livres do departamento – que eram mais numerosos e socialmente importantes na região – furiosos pela recusa da aplicação da lei de 15 de maio,⁵¹ reuniram-se, no começo de agosto, próximos ao local onde se instalava a segunda Assembleia Colonial, na paróquia de Léogane. Diante da ameaça escrava no Norte, brancos e afrodescendentes decidiram abandonar os atritos e se unir em defesa da escravidão. A aliança, todavia, acabou no momento em que chegou a notícia de que os direitos da população negra livre poderiam ser decididos internamente na colônia. *Gens de couleurs libres*, mais uma vez, se engajaram na luta armada contra brancos e autoridades francesas para a garantia da igualdade política e civil, chegando mesmo a recrutar escravos para lutar a seu favor. No final do ano de 1791, as tensões atingiram tal ponto que a capital Port-au-Prince foi quase completamente incendiada.⁵² Com a sociedade livre dividida, havia pouco que os administradores coloniais pudessem fazer para enfrentar os escravos insurgentes. A formação da primeira comissão civil na França, acompanhada de 600 soldados franceses, veio para tentar mudar essa situação.

A resolução dos conflitos, contudo, estava longe de ser efetuada. No norte, as negociações para o fim da insurreição escrava com os líderes negros Jean-François e Georges Biassou, iniciadas em novembro, fracassaram. Feitas pela intermediação do comandante Toussaint Bréda, eles estavam dispostos a coagir os escravos rebeldes a retornarem para as plantations em troca da anistia e da liberdade dos oficiais mais importantes e alguns de seus subordinados – atingindo aproximadamente 400 pessoas. Porém frente à intransigência da Assembleia Colonial, que recusou enfaticamente a oferta, as hostilidades voltaram ainda em dezembro de 1791, desta vez munidos de mais cólera.⁵³

Este episódio marcou a guinada da insurreição escrava para a revolução das liberdades. A partir desse momento, dois aspectos despontaram: em primeiro lugar, se nem a negociação pela liberdade de alguns poucos chefes em detrimento dos milhares de rebeldes foi aceitável para os colonos brancos, não havia outra saída senão a luta pela

⁵¹ A lei de 15 maio, feita pela Assembleia Nacional, reconhecia a igualdade das pessoas de cor livres filhas de pais já livres.

⁵² FICK, *The Making of Haiti* p. 121-126; JAMES, *op. cit.*, p. 103-105; PONS, *op. cit.*, p. 153. POPKIN, *op. cit.*, p. 40-46. Segundo Pamphile de Lacroix, general francês que lutou na guerra de independência do Haiti com as tropas de Etienne Leclerc, a perda em Port-au-Prince dos edifícios, artigos e produtos em armazéns, contabilizando 500 casas, foi avaliada em pelo menos 50 milhões de libras, equivalendo as perdas do Norte com a insurreição escrava. LACROIX, Pamphile de. *Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Pillet aîné, 1820, vol. 1, p. 137-140.

⁵³ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 76-77; POPKIN, *op. cit.*, p. 44.

emancipação da escravidão pelos próprios insurgentes. Este, pelo menos, foi o fator que levou Toussaint, chefe militar do regimento de Biassou, a se tornar um aberto defensor da abolição geral.⁵⁴ Em segundo lugar, os objetivos das lideranças e da população em geral cindiram e entraram em conflito. Aqueles, temerosos da chegada de novas tropas francesas na colônia, consideraram que o melhor para eles e para os representantes franceses seria a liberdade da alta-roda da rebelião e a garantia do regresso da população para as *habitations*. Tendo a possibilidade, gostariam eles mesmos de controlarem a produção de artigos tropicais. Por outro lado, eles sabiam que os escravos insurretos não tinham a intenção de continuar no trabalho rígido e disciplinar do complexo produtivo, muito menos se importavam com a sobrevivência do sistema de plantation.⁵⁵

Enquanto isso, no Oeste, a oposição dos brancos proprietários ao governo revolucionário aumentou com a presença da delegação civil, ao mesmo tempo que os afrodescendentes livres prosseguiriam com a luta armada até que a igualdade fosse instaurada em Saint-Domingue. Ficou claro para o governo francês que, diante deste cenário incontrolável, a única maneira de retomar a ordem seria a união do setor livre da população contra os cativos rebelados. Com este fim, foi aprovada a lei de 4 de abril de 1792, que reconhecia os plenos direitos dos *gens de couleurs libres*. Ela previu igualmente o envio de uma segunda comissão civil e novos soldados para garantir a aplicação do decreto e dar fim aos conflitos na ilha. Desembarcados em setembro desse ano, encontraram grande resistência por parte dos brancos e um importante apoio da população negra livre no Oeste e no Sul, onde eram um forte grupo social. À medida que os comissários franceses Légér-Félicité Sonthonax e Etienne Polverel conferiam mais poder aos afrodescendentes, aumentava a objeção dos colonos brancos residentes às autoridades

⁵⁴ Toussaint não teve participação direta no deslanche da insurreição de agosto de 1791. Na realidade, ele permaneceu na habitation Bréda, onde ajudou o gerente da fazenda e sua esposa, a escaparem da plantation e fugir da colônia em direção aos Estados Unidos. Nascido na colônia na primeira metade do século XVIII, Toussaint desempenhava a função de cocheiro, posição de importância no engenho da família Bréda, localizada nos arredores de Cap-Français. Na década de 1770, foi libertado e se tornou, nos anos seguintes, administrador de uma fazenda de café, chegando até mesmo a possuir escravos. Enquanto ex-escravizado crioulo e homem liberto, Toussaint desenvolveu uma vasta rede de relações no espaço urbano e rural que foram fundamentais para a insurreição escrava que se iniciaria em 1791, mesmo que não tenha papel ativo em sua organização. Sobre as biografias de Toussaint, ver: FORSDICK, Charles & HØGSBJERG, Christian. *Toussaint Louverture: A Black Jacobin in the Age of Revolutions*. London: Pluto Press, 2017; GIRARD, Philippe. *Toussaint Louverture: A Revolutionary Life*. New York: Basic Books, 2016; HAZAREESINGH, *op. cit.*

⁵⁵ Cf. POPKIN, p. 47.

revolucionárias. Foi assim que pedidos de assistência à Grã-Bretanha para derrubar a revolução em Saint-Domingue tornaram-se comuns entre este grupo.⁵⁶

O poder colonial francês, já ameaçado nesta altura pelos conflitos internos, deteriorou-se com a extensão da guerra europeia entre França, Inglaterra e Espanha no espaço atlântico. Mesmo com o apoio dos afrodescendentes livres, a morte acelerada dos soldados franceses de febre amarela era mais um fator que diminuía a força do governo republicano em Saint-Domingue, para além dos duros combates em que estavam envolvidos. Com a declaração de guerra, a monarquia espanhola – que fornecia as tropas escravas com armas, munições e mantimentos – viu a oportunidade de finalmente enxotar os franceses e recuperar o controle da ilha de Hispaniola por meio do financiamento oficial dos rebeldes negros do Norte para lutarem a seu lado, com promessas de liberdade. As autoridades francesas constatavam, com o passar das semanas, que era cada vez mais improvável acabar com a insurreição dos escravos, apoiada pelos espanhóis, e com a resistência de brancos contrários à igualdade racial; e para agravar a situação, corriam boatos de uma possível invasão britânica em Saint-Domingue.⁵⁷

A saída encontrada pelos comissários civis foi a oferta progressiva de emancipação aos escravos que lutassem em nome da República. À vista da pouca adesão por parte dos sublevados e da urgência de seu engajamento, Sonthonax, conhecido na metrópole pela associação ao movimento abolicionista, viu a solução na abolição geral da escravidão. Por uma combinação de circunstâncias históricas, o agente metropolitano se aproveitou dos acontecimentos postos em curso pelos escravizados para consumir o que já fazia parte de seus princípios, a abolição.⁵⁸ Ela foi finalmente decretada em 29 de agosto de 1793, nas áreas sob seu domínio; nas demais regiões, administradas por Polverel, a abolição foi somente concedida dois meses depois, tendo em vista a tentativa de elaboração de um projeto diferente.⁵⁹

A abolição era munida de uma interpretação clara: malgrado prever a extensão da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão aos libertos, o decreto de agosto ordenava um novo regime de trabalho. Sonthonax sabia que a posição da França em Saint-

⁵⁶ GEGGUS, D. Autonomism, Royalism and “L’Appel aux Anglais”. In: Idem. *Slavery, War and Revolution*; JAMES, *op. cit.*, p. 118-11; PONS, *op. cit.*, p. 154. POPKIN, *op. cit.*, p. 48-52.

⁵⁷ DUBOIS, *op. cit.*, p. 153.

⁵⁸ Cf. FICK, *The Making of Haiti*, p. 163.

⁵⁹ Sobre a diferença dos projetos de abolição dos dois comissários civis, ver STEIN, Robert. The Abolition of Slavery in the North, West, and South of Saint Domingue. *The Americas*, Vol. 41, No. 3, Jan., 1985, p. 47-55. FICK, Emancipation in Haiti; Idem. Para uma (re)definição de liberdade; Idem. From slavery colony to black nation: Haiti’s Revolutionary Inversion. In: TURINO, John (Ed.). *New Countries*. Durham: Duke University Press, 2016.

Domingue não se recuperaria apenas com o engajamento de novos soldados, no caso, os antigos escravos. A compra armamentos, provisões, vestuário e o pagamento do soldo para manter as tropas exigia um constante fluxo de capital incapaz de ser sustentado pelo governo metropolitano, ele mesmo enfrentando duras guerras no continente europeu. A instauração de uma economia de guerra dependia, portanto, da produção de commodities para exportação, responsável pela riqueza da época pré-revolucionária. Tornava-se primordial a manutenção do sistema de plantation. Criou-se, assim, um entendimento de liberdade original em Saint-Domingue, que seria a base para a definição defendida pelas lideranças da revolução: em âmbito legal, a liberdade deveria estar em estrita conformidade com o regime do latifúndio monocultor. Concebeu-se a conciliação entre os princípios da liberdade individual e direitos universais de cidadania com as necessidades de uma economia de guerra que dependia da exportação de artigos tropicais.⁶⁰

O decreto de abolição foi publicado em francês na cidade de Cap-Français, contendo seis páginas e um total de 38 artigos relativos às obrigações e direitos dos ex-escravos enquanto indivíduos livres. Mais do que apenas conceder a emancipação às pessoas escravizadas – resumida nos dois primeiros artigos do documento –, a proclamação fornecia um verdadeiro código de conduta e de normas para uma “nova era” em Saint-Domingue. Na introdução que antecede as cláusulas, Sonthonax se direcionou diretamente aos insurgentes negros que lutavam pela monarquia hispânica, apresentando os benefícios da liberdade sob a república francesa. O comissário esperava provar que o trabalho assalariado em nada perdia para o trabalho escravo em termos de rendimentos econômicos. Para tanto, ele oficializou no documento as implicações da liberdade na realidade colonial. Em suas palavras,

[...] não pensem que a liberdade que vocês irão desfrutar é um estado de preguiça e ociosidade. Na França, todos são livres e todos trabalham; Sant-Domingue, sujeita às mesmas leis, seguirá o mesmo exemplo. Regressando às plantações de vossos ex-patrões, vocês passarão a ser recompensados pelo vosso trabalho; vocês nunca mais serão propriedade de quem quer que seja; vocês serão os patrões da vossa própria propriedade e vocês serão felizes.⁶¹

⁶⁰ Cf. FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 17.

⁶¹ No original: “Ne croyez cependant pas que la liberté dont vous allez jouir, soit un état de paresse & d’oisiveté. En France, tout le monde est libre, & tout le monde travaille; à Saint-Domingue, soumis aux mêmes lois, vous suivrez le même exemple. Rentrés dans vos ateliers ou chez vos anciens propriétaires, vous recevrez le salaire de vos peines; vous ne serez plus assujettis à la correction humiliante qu’on vous infligeait autrefois; vous ne serez plus la propriété d’autrui; vous resterez les maîtres de la vôtre, & vous vivrez heureux”. Em uma passagem da proclamação, o comissário francês menciona abertamente a questão da comparação dos dois modos de trabalho: “Vos calomnieurs & vos tyrans soutiennent que l’Africain

O novo sistema de trabalho instaurado por Sonthonax nas paróquias do Norte começou a ser aos poucos imposto em 1794, quando a situação militar francesa progrediu na região. Estava definido, nos artigos publicados, que os antigos escravos, agora chamados de cultivadores (*cultivateurs*), permaneceriam nas plantations de seus ex-senhores por pelo menos um ano, dedicados ao trabalho agrícola (artigo XI). Como forma de remuneração, um terço da produção seria dividida entre os subalternos, variando a proporção recebida por cada um de acordo com a ocupação, a idade e o sexo (artigos XII a XVIII).⁶² O restante da renda seria dividido entre as despesas de manutenção da fazenda e o faturamento do proprietário. Seis dias da semana deveriam ser dedicados ao trabalho, com permissão de duas horas diárias para o cuidado das hortas, enquanto domingos e feriados eram livres (artigo XXIX). Punições por mau-comportamento eram permitidas por parte dos *conducteurs* de trabalho, novo nome dado aos *commandeurs* (feitores), mas o uso do chicote era expressamente proibido (artigo XXVII). Acima de tudo, destacados nos últimos artigos do decreto, pessoas que não estivessem vinculadas a uma fazenda como cultivadores ou domésticos, ou servindo no exército, estariam sujeitas à prisão; do mesmo modo, a circulação dos libertos fora de sua comuna era interdita, passível de encarceramento e trabalhos forçados (artigos XXXIII a XXXVI). Por fim, inspeções semanais deveriam ser feitas por agentes do governo nas *habitations*, acompanhadas de relatórios enviados aos comissários civis e ao governador da colônia (artigo XXXVII).⁶³ Tais medidas seriam o caminho para o sucesso econômico de Saint-Domingue, o único que garantiria a abolição na colônia. Pelo menos era o que julgava Sonthonax e, posteriormente, as principais lideranças negras.

A medida não teve o efeito esperado à princípio pelos comissários civis. A invasão pelo exército britânico foi posta em prática no final de 1793, rapidamente conquistando diversas áreas do Oeste e do Sul da colônia. Foram apoiados por colonos brancos e alguns

devenu libre ne travaillera plus ; démontrez qu'ils ont tort ; redoublez d'émulation à la vue du prix qui vous attend prouvez à la France, par votre activité, qu'en vous adjoignant à ses intérêts elle a véritablement accru ses ressources & ses moyens." SONTONAX, Léger-Félicité. *Proclamation au nom de la République*. Nous Léger-Félicité Sonthonax, Commissaire Civil de la République, délégué aux Iles Françaises de l'Amérique sous le vent, pour y rétablir l'ordre & la tranquillité publique. Cap-Français: Imprimerie de P. Catineau au Carénage, 29 de agosto de 1793, p. 2-3. Parte da tradução para português foi retirada de FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 364.

⁶² Um quarto depois de retirados os impostos ao governo colonial. Esta cláusula só foi incluída posteriormente.

⁶³ FICK, Emancipation in Haiti, p. 17; POPKIN, *op. cit.*, p. 60; STEIN, Robert. Revolution, Land Reform, and Plantation Discipline in Saint-Domingue. *Revista de Historia de Américas*, No. 96, 1983, p. 173-186; SONTONAX, *op. cit.*

afrodescendentes livres e lá mantiveram a instituição da escravidão.⁶⁴ Ademais, o decreto de Sonthonax não foi capaz de atrair massivamente os escravos revoltosos apoiados pela Espanha, que juravam lealdade aos chefes Jean-François e Georges Biassou, os quais possuíam garantias de liberdade dadas pela monarquia Bourbon. A primeira mudança ocorreu após a Convenção Nacional estender a abolição da instituição para todas as possessões ultramarinas no decreto de 16 pluviôse do ano II (4 de fevereiro de 1794, no calendário gregoriano), que garantia a todos plenos direitos de cidadão francês. Internamente, o ponto de virada aconteceu em maio de 1794, quando o general Toussaint, auto-intitulado Toussaint L'Ouverture desde o ano anterior, tornou-se aliado dos republicanos.⁶⁵ Sob o poder de Georges Biassou, Toussaint ajudou a organizar parte das frentes rebeldes em soldados mais disciplinados e adotou, de modo decisivo, uma postura em favor do abolicionismo.

A reviravolta dessa personalidade foi o que os franceses necessitavam para sair do desastre em que se encontravam. Aproximadamente 4.000 soldados lutavam agora sob a bandeira tricolor e, comandados por Louverture, tinham controle da importante faixa de território que dividia as áreas de domínio espanholas das áreas de controle britânicas, o chamado “Cordão do Oeste”.⁶⁶ O comandante negro, desde o momento que se afiliou ao lado republicano na guerra, empenhou-se para o retorno dos antigos escravos às fazendas: no mesmo passo que tomava controle de um território, os regimentos eram implementados quase que de imediato. Seu poder se tornou ainda mais acentuado quando os comissários civis foram compelidos a regressar à metrópole em 1794, relegando a execução das políticas econômicas ao novo governador Étienne Laveaux. Sendo seu seguidor mais próximo, bem como o líder revolucionário mais influente entre a população

⁶⁴ Sobre a ocupação britânica do Oeste, ver a monografia de GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, ainda hoje o melhor estudo sobre o assunto.

⁶⁵ De acordo com FORSDICK e HØGSBJERG, "Rather than risk being associated forever with someone who had remained on the Bréda plantation during the August 1791 insurrection, the new name meant there was a very good chance 'Toussaint Louverture' would now be forever associated with those who had made 'the opening', and that he had indeed worked 'since the beginning' for liberty and equality." FORSDICK & HØGSBJERG, *op. cit.*, p. 53. Doravante, L'Ouverture será grafado como Louverture, como é corrente na historiografia.

⁶⁶ Não se sabe o real motivo para a virada para o republicanismo de Toussaint. David Geggus não acredita que fosse por conta do decreto de 16 pluviôse, cuja primeira cópia só chegou na colônia em junho de 1794, um mês depois da decisão do comandante. Outros acreditam que seja por sua rixa com os outros líderes, Jean-François e Biassou. Sobre o assunto, ver o debate de GEGGUS, D. The “Volte-Face” of Toussaint Louverture. In: Idem. *Haitian Revolutionary Studies*. Sobre a vida de Toussaint, ver a biografia de GIRARD, *op. cit.* PONS, *op. cit.*, p. 155; POPKIN, *op. cit.*, pp. 67-70.

de novos libertos, coube a Toussaint empreender a aplicação estrita da ordem. Tarefa que logo descobriu não ser tranquila.⁶⁷

Isso porque, sem hesitação, o decreto da abolição em 1793 despertou novas atitudes entre a população escravizada. Uma vez livres, eles poderiam exercer o que era o verdadeiro significado de liberdade, mais complexo do que a saída formal do cativeiro. Em sua percepção, a liberdade envolvia uma nova relação com a terra, isto é, ela implicava a posse de um pequeno lote a partir do qual viveriam do cultivo de víveres. No departamento do Norte, onde a operação das fazendas já era bastante fraca, ela foi praticamente inexistente nos meses que se seguiram ao decreto. Em fazendas onde a escravaria não havia desertado, os cativos comumente aumentavam o tamanho das roças pessoais em detrimento da monocultura. Os roubos de mercadorias, como melão, açúcar, tafiá, café, índigo, etc., para vender no mercado interno foram ainda mais comuns em propriedades não atingidas diretamente pela guerra. Em algumas fazendas, os novos libertos se organizaram em grupos para cultivar alimentos e produtos, vendendo aquilo que não fosse necessário nos mercados e portos. Insurgentes independentes, estabelecidos nas montanhas, puderam se apossar de *habitations* abandonadas e as ocupar em conjunto. Até mesmo soldados das tropas revolucionárias começaram a se apropriar de fazendas destruídas para cultivar seus alimentos. Provavelmente nenhuma dessas atitudes era nova passadas dois anos de revolução escrava; o fato era que, a partir deste momento, elas se tornaram a ordem do dia. Não apenas os ex-cativos estavam emancipados, como também concretizavam seu significado próprio de liberdade. A revolução abriu um campo de possibilidades que os escravos aproveitaram para levar adiante suas próprias lutas.⁶⁸

A instauração do regimento de trabalho rompeu, em certa medida, a autonomia dessas práticas de liberdade. Desde o instante em que os recém-emancipados eram impelidos a voltar às plantações – vários deles para as exatas unidades onde viveram durante a escravidão –, eles comprovavam que esta liberdade limitada à economia de plantations não era tão divergente da situação anterior da escravidão. Além da mesma rotina de trabalho, os poucos rendimentos das *habitations*, isto quando chegavam a produzir algo, tinham grandes chances de não chegar às mãos dos cultivadores. A maneira de continuar com sua autodeterminação de liberdade era a resistência, em suas múltiplas formas. Em alguns locais, os cultivadores escolheram trabalhar apenas cinco dias, mesmo

⁶⁷ JAMES, *op. cit.*, p. 152; FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 365.

⁶⁸ MINTZ, *Caribbean Transformations*; FICK, Dilemmas of Emancipation, p. 6; Idem, Emancipation in Haiti, p. 20; Idem, *The Making of Haiti*, p. 173-176.

que isto implicasse remuneração menor. Comumente danificavam equipamentos, utensílios e as culturas e, quando labutavam, era de forma ineficiente. Enfrentavam as ordens de supervisores e frequentemente fugiam, por vezes para se juntar ao exército revolucionário, por vezes para as montanhas como *marrons*.⁶⁹

Em suma, a presença mandatória dos cultivadores nas negligenciadas fazendas do Norte, que parecia representar o reestabelecimento da economia de exportação, não trouxe o efeito rápido esperado. Laveaux e Toussaint não podiam dar a atenção devida aos projetos de recuperação das plantations enquanto enfrentavam guerras árduas contra a ocupação britânica e o exército espanhol. Não obstante a restituição de mão-de-obra para as plantações, o primeiro ano de efetivação dos decretos de labuta nesse departamento não gerou imediatamente os frutos almejados pelos líderes no tocante a produção.

O decreto de emancipação e o regime de trabalho foram ainda menos efetivos na província do Oeste. Polverel sofria forte resistência dos colonos locais, os quais tenderam a permanecer no controle de suas propriedades pela ausência da insurreição escrava nessa região. Esse departamento, inclusive, recebeu várias pessoas que conseguiram escapar da revolta no Norte. Mas isso não significa que as circunstâncias fossem tranquilizadoras. As dissidências entre brancos e afrodescendentes livres não diminuíram com a aprovação da igualdade de direitos na lei de 4 de maio e com a chegada da segunda comissão civil. O grupo dos *gens de couleur* no Oeste possuía elevada importância social e econômica que contrariava a camada volumosa de brancos na região, os maiores opositores dos princípios de igualdade. Contudo, era um permanente embate entre forças que, apesar de antagônicas, eram apologistas do direito de propriedade, incluindo a escravista.⁷⁰

A situação de Étienne Polverel no departamento Oeste era bastante distinta, portanto, do cenário que Sonthonax enfrentava no Norte. Não foi sem motivo que Polverel demorou cerca de dois meses para enfim legitimar a proclamação de 29 de agosto na região. No geral, as plantations ali se mantiveram em operação. É claro que a vigilância do trabalho e a produção agrícola sofreram com as contendas civis entre os setores livres da sociedade, porém a preservação das propriedades era do interesse de ambas as partes. Os escravizados encontraram maiores margens para fugir das *habitations* ou negligenciar

⁶⁹ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 366-369. Gabriel Debien fala da emancipação dos escravos como uma revolução dentro da revolução. DEBIEN, Gabriel. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962, p. 144.

⁷⁰ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*. Sobre o poder econômico dos afrodescendentes livres, ver GARRIGUS, *Before Haiti*.

o trabalho nos campos, mas não para organizar uma insurreição autônoma, coordenada e generalizada. Em algumas paróquias, grupos *marrons* fizeram múltiplas incursões nas fazendas, pilhando equipamentos, produtos, animais e até mesmo instigando novos seguidores; sem embargo eram ataques efêmeros.⁷¹

A chegada da segunda comissão civil provocou novo impulso na luta dos brancos, que, sabendo da aprovação da lei de igualdade de direitos, temiam a “influência negativa” da Revolução Francesa na província. Muitos proprietários, nesse momento, fugiram para os Estados Unidos, temerosos de serem perseguidos como contrarrevolucionários. Os afrodescendentes livres, por seu turno, foram fortemente favoráveis à instalação de Polverel no departamento, de quem receberam amplo apoio contra os colonos brancos. Tudo mudou quando ficou claro para os comissários civis que apenas a assistência da população negra livre, a qual era bem menos numerosa no Norte, não seria suficiente para vencer a guerra. Os decretos de emancipação progressiva, iniciados em princípios de 1793, mostraram aos colonos do Oeste que a instituição da escravidão estava ameaçada. Com esse panorama, cresceu o apoio, inclusive entre os *gens de couleurs* proprietários de escravos, de uma ocupação britânica em Saint-Domingue, potência escravista que estava oficialmente em guerra contra a França.⁷²

Assim sendo, Polverel lidava com a luta entre proprietários livres e não com uma revolução de escravos, embora o espectro de uma rebelião nos mesmos termos impactasse profundamente o cotidiano da região. Já que inserido num contexto distinto, sua proposta de abolição da escravidão era também diferente. O comissário civil estava diante de uma maioria de proprietários em controle de suas posses, fortes defensores da escravidão, e enfrentava o perigo de uma invasão estrangeira apoiada pelos próprios colonos. A República dependia do apoio da população negra livre, porém, após as primeiras

⁷¹ FICK, *The Making of Haiti*, p. 129; CAUNA, Jacques de. *Au temps des isles à sucre: Histoire d'une plantation de Saint Domingue au XVIIIe siècle*. Paris: Karthala, 2003, p. 220; CHENEY, Paul. *Cul de Sac: Patrimony, Capitalism, and Slavery in French Saint-Domingue*. Chicago: University of Chicago Press, 2017. Os ataques à paróquia de Arcahaye são documentados nos arquivos notariais da época, que se encontram nos Archives Nationales d'outre-mer (ANOM), compondo o fundo *Dépot des papiers publics des colonies*. ANOM, 7DPPC 5839. Mais sobre o assunto será tratado no terceiro capítulo.

⁷² POPKIN, *op. cit.*, p. 51-53. As procurações de senhores ausentes a representantes na colônia eram comuns antes da revolução em Saint Domingue, devido a alta taxa de proprietários absenteeístas, principalmente no Norte e no Oeste, onde as maiores *plantations* de açúcar estavam localizadas. Sobre isso, ver as atas depositadas em notário na paróquia de Arcahaye, ANOM, 7DPPC 5839 e 5840. Sobre a busca de apoio britânico, David Geggus afirmou em sua obra que esse desejo não era homogêneo; alguns preferiam o apoio dos espanhóis, como de fato chegou a ocorrer por um curto período. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 61-78.

indicações de emancipação dos cativos, este suporte foi debilitado. Logo, a assistência dos escravizados foi igualmente necessária, não obstante menos imediata.

O agente francês era um defensor da abolição gradual que garantisse meios posteriores de sustento aos libertos. No esboço do código de 27 de agosto de 1793, estava prevista a emancipação dos escravizados de propriedades abandonadas, que já totalizavam um terço da província naquela época.⁷³ Nestes casos, as fazendas pertenceriam ao conjunto de cativos libertos, bem como àqueles que lutavam pelo exército republicano, sendo destinado uma parcela do terreno a cada um de forma desigual, o soldado recebendo mais que os cultivadores.⁷⁴ No caso de *habitations* em controle dos senhores, Polverel incentivava a alforria privada dos escravos pelos próprios proprietários, mas não obrigaria nenhuma medida. O decreto nunca chegou a ser oficializado. Enfrentou, de cara, grande resistência dos proprietários escravistas, cujos maiores temores da revolução poderiam, enfim, se concretizar: o fim da instituição da escravidão e do sistema de plantation. Vendo que sua política não seria bem-sucedida, em outubro Polverel promulgou a abolição de 29 de agosto e o regime de trabalho nela contido.⁷⁵

O alarde da abolição no Oeste coincidiu com a chegada das tropas britânicas vindas da Jamaica em 20 de setembro de 1793, na região de Grande Anse, no Sul. A conquista não tardou a avançar, e, no início de 1794, os ingleses estavam estabelecidos em quase toda a província do Oeste. As autoridades militares britânicas possuíam o apoio maciço dos brancos e de vários afrodescendentes livres que queriam a restauração da escravidão, fato que contribuiu para a dominação de um terço de Saint Domingue sem maiores conflitos; a falta de soldados ingleses, na realidade, foi um limitador de maiores conquistas naquele momento.⁷⁶ Foi um período de entusiasmo para senhores escravistas *domingoises*, vários deles retornando à colônia após meses de refúgio nos Estados Unidos ou outras ilhas no Caribe. Seu principal anseio era a recuperação das culturas abandonadas e da disciplina do trabalho escravo.

⁷³ Sobre os diversos decretos de abolição, ver STEIN, *The Abolition of Slavery in the North*; FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 18.

⁷⁴ “Le partage des propriétés déclarées vacantes doit donc naturellement se faire entre le guerrier e le cultivateur. Les parts doivent être inégales; car si les fatigues du cultivateur et celles du guerrier sont à-peu-près égales, le guerrier court de plus des dangers pour sa vie; sa part doit donc être plus forte que celle du cultivateur.” [tradução autoral]. COULON, *op. cit.*, v. 4, p. 80

⁷⁵ STEIN, *The Abolition of Slavery in the North*, p. 54.

⁷⁶ Geggus afirmou que, em oito meses de ocupação, os britânicos perderam apenas 50 soldados. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 111-114.

As zonas de ocupação britânica impediram, assim, a imposição do decreto de abolição e, por conseguinte, dos regimentos de trabalho. Esses locais deveriam, supostamente, funcionar à maneira da época pré-revolucionária, com o sistema de plantation e disciplina de trabalho escravo. As circunstâncias da revolução, entretanto, tornaram isso impossível. Os escravizados no Oeste estavam imersos, havia anos, no contexto revolucionário, por mais que não estivessem engajados num movimento insurrecional autônomo. Viviam ainda dentro dos limites das plantations, mas munidos de uma nova atitude e de novas oportunidades. Eles representavam uma forte ameaça para a ordem da região, cujos colonos temiam uma revolução escrava como a que acontecia no departamento do Norte – e que tentava avançar para além do Cordão do Oeste. Os escravos perceberam que esse cenário de guerras, quebra de produção e incertezas abriu espaço para que eles negociassem suas posições e condições materiais de vida. Negociações estas que foram admitidas pelos senhores de forma a manter a ordem em suas propriedades.⁷⁷ Assim, a negociação dos cativos com os proprietários se tornou uma atitude comum na província. As demandas abarcavam desde mais tempo de folga e maior distribuição de vestimentas, até a escolha de seus supervisores (*économes, commandeurs* e gerentes). Para tentar manter – ou recuperar – os rendimentos produtivos, os senhores tiveram de aceitar e conceder o que eram vistos como direitos pelos escravizados, os quais continuaram a firmar, dentro do sistema de plantation, o estilo de vida autônomo que dava a base para a sua concepção de liberdade.

Para além disso, a posição dos ingleses na parte ocidental de Saint-Domingue começou a ser ameaçada a partir de meados de 1794. Se de início se apossaram praticamente de um departamento inteiro, o acometimento dos soldados pela febre amarela limitava a ação dos generais britânicos.⁷⁸ Toussaint Louverture depressa iniciou ataques às regiões próximas de sua zona de domínio, suportado por um número considerável de combatentes. Em consequência, a manutenção da guerra começou a depender, do lado inglês, da convocação de escravos para assomar as tropas contrarrevolucionárias. Para defender a escravidão, senhores escravistas e o exército britânico alistaram os próprios escravos nessa luta.

A instabilidade da ocupação britânica só aumentou as oportunidades de fuga dos cativos nas plantations, que conseguiam se estabelecer em locais remotos com grupos *marrons* ou mesmo na ocupação ilícita de terra. O recrutamento de escravos como

⁷⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 101-103.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 111-114.

soldados também desfalcou o trabalho nas propriedades; os que permaneceram, ao invés de simplesmente sofrerem sobrecarga de tarefas, confrontavam gerentes, dedicavam-se mais às roças pessoais e executavam seus trabalhos de modo inconstante. Era a maneira de fazer valer sua vontade para além do maior espaço de negociação permitido pelo ambiente revolucionário.⁷⁹ No departamento do Oeste, pelo menos no período de ocupação britânica, o embate das liberdades envolvia os escravos e os representantes do poder escravista.

No momento em que começaram a convocar os cativos para o exército britânico, as forças contrarrevolucionárias já haviam sofrido sérias perdas. Os afrodescendentes livres no Sul, organizada sob o poder do “mulato” André Rigaud, conseguiram recuperar importantes zonas do departamento na segunda metade de 1794, abrindo novos espaços de conflito até a paróquia de Léogane, no Oeste. Na fronteira setentrional, Toussaint Louverture, neste período um general do lado republicano, embrenhou seus soldados em Saint-Marc e Artibonite, dentro dos limites do Cordão do Oeste.⁸⁰ Nesse mesmo período, os comissários civis retornaram para a França, nomeando Rigaud como responsável pela zona meridional, e o general Étienne Lavaux como governador de Saint-Domingue. Em conjunto com Louverture, o lado francês recuperou sucessivamente parte do domínio republicano na colônia e escapou de vez da ruína do ano anterior. E, com a saída da Espanha da guerra em julho de 1795, houve uma nova virada para a revolução colonial: pela primeira vez, desde 1791, toda a planície do Norte retomou ao controle da França. Doravante, Toussaint se consolidou como o líder negro mais importante da revolução escrava e, pela proximidade que possuía com Lavaux, estava pronto para pôr em prática alguns de seus objetivos.⁸¹

Tal como as lideranças francesas, o governo de ocupação britânica sabia que, sem a economia de exportação, não obteria meios para financiar a guerra. Do lado republicano, a entrada de Louverture em espaços setentrionais do Oeste foi acompanhada, em 1795, da imposição dos regimentos de trabalho. Desde a entrada do general nos arredores de Petite-Rivière, lugar recuperado dos ingleses sem grandes provações, ele prontamente tentava retomar a disciplina produtiva. Conseguiu, de fato, retornar trabalhadores para suas antigas *plantations*, autorizando os comandantes militares a tomar as medidas necessárias para atar as pessoas nas plantações. Na intenção de ganhar a confiança da

⁷⁹ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 300.

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 128-132.

⁸¹ *Ibidem*, p. 132; POPKIN, *op. cit.*, p. 75-76.

população, Toussaint garantia-lhes que os salários seriam pagos, caso contrário confiscaria as propriedades que desrespeitassem a lei. As autoridades militares inglesas, por seu turno, decretaram lei marcial em 19 de abril de 1795, tendo por primeira medida a realização de um censo de pessoas e propriedades.⁸² Casas ausentes seriam imediatamente distribuídas entre os soldados, ao passo que *habitations* seriam ofertadas como recompensas futuras. Entretanto, o sequestro público de fazendas, aos moldes do que fazia o governo francês no departamento Norte, foi aplicado somente no ano seguinte por parte da administração britânica.⁸³

Se o propósito era obter vultuosos rendimentos da economia agrícola de exportação, o governo de ocupação não se saiu melhor que o lado francês, mesmo mantendo a instituição da escravidão. Ambos os lados, lutando em oposição na guerra, possuíam conflitos internos semelhantes: a oposição entre o sistema de plantation por uma elite – fosse escravista, fosse das lideranças negras – e os almejos de posse de pequenos terrenos pela massa da população. Escravos ou oficialmente libertos, eles buscavam objetivos análogos em situações diferentes. Assim, a continuidade da escravidão sob a dominação inglesa não foi capaz de salvar o complexo agrícola, nem mesmo o trabalho assalariado compulsório sob o poder republicano conseguiu resultado diferente, dado que os pagamentos – quando eles existiam – não eram suficientes para incentivar a volta da disciplina de produção. Somente a imposição de uma autoridade forte tornaria possível o retorno do sistema de plantation.⁸⁴

Foi assim que o processo de ascensão de Toussaint Louverture ao poder foi também o processo de fortalecimento das políticas econômicas de reestabelecimento das plantations. Em 1795, um ano após ter entrado para o lado republicano da guerra, o líder foi nomeado general das armadas francesas. Ao salvar Etienne Laveaux de uma tentativa de golpe militar por afrodescendentes livres em Cap-Français no início de 1796, Toussaint se consolidou como o representante do poder francês na ilha, sendo nomeado como deputado-governador de Saint-Domingue. Por isso a chegada da terceira comissão civil na ilha, contando com a volta de Sonthonax, o “pai da abolição”, foi tão conflitiva.⁸⁵ Para além de confirmar a abolição da escravidão atrelada aos códigos de trabalho, a comissão

⁸² Esses censos não fazem parte do corpus analisados nesta pesquisa. Eles estão localizados no War Office do The National Archives, na Inglaterra.

⁸³ JAMES, *op. cit.*, p. 152-153; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 154-159; DEBIEN, Gabriel. *La fortune et la famille d'un colon poitevin: une caféière a Saint-Domingue (1770-1803)*. Niort: Société historique et scientifique des Deux-Sèvres, 1977, p. 136-137.

⁸⁴ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 187.

⁸⁵ POPKIN, *op. cit.*, p. 80; HAZAREESINGH, *op. cit.* p. 151-153.

tinha como objetivo diminuir o poder dos comandantes negros, de quem os franceses tanto haviam dependido para manter seu poder sobre Saint-Domingue.

Entretanto, a terceira comissão, ao mesmo tempo que tencionava enfraquecer o poderio negro, solidificou as tropas revolucionárias como o fulcro da força francesa na colônia: ao invés do envio de soldados, a metrópole expediu apenas armamento e munições para os oficiais; buscavam, com isso, dar novo ímpeto a guerra contra os britânicos. Estes, por sua vez, tinham planos semelhantes com o encaminhamento de novas tropas para a consolidação da ocupação em Saint-Domingue. Novamente o recrutamento de trabalhadores dos dois lados atingiu um novo patamar, que impedia o ordeiro retorno produtivo do qual tanto dependiam. Todavia, mesmo com as dissidências internas do lado republicano, com conflitos entre autoridades francesas, lideranças negras e população liberta, os britânicos não foram capazes de fazer avanços. Ficou claro, no final de 1796, que a ocupação gerava mais gastos do que recompensas para a Grã-Bretanha e um corte drástico deveria ser feito.⁸⁶

Toussaint continuava firme na crença de que a abolição da escravidão dependia da recuperação produtiva, principalmente com a virada conservadora do Diretório em 1797. Conseguiu convencer Laveaux a representar os interesses de Saint-Domingue na Assembleia Legislativa francesa, mas Sonthonax permaneceu como governador da colônia. Ele e Louverture possuíam os mesmos objetivos: recuperar o complexo de plantations e extirpar as forças escravistas do território. Sem embargo, o último acreditava que somente um líder negro como ele seria capaz de conservar a abolição, visto que nenhum futuro governo francês poderia garantir o comprometimento com a liberdade. Toussaint se aproveitou do contexto conservador na metrópole para forçar a saída do comissário civil da ilha naquele ano. No departamento do Norte, não havia autoridade maior que a dele. Para se firmar no resto de Saint-Domingue, contudo, ainda faltava expulsar os britânicos do Oeste, que naquele momento já não tinham mais esperanças de tomar a colônia para si. Em meados de 1797, possuíam intenções de desocupar a maioria das paróquias, com exceção das estratégicas comunas de Môle Saint-Nicolas e Jérémie, ambas nas extremidades norte e sul do território, com a justificativa de proteger a Jamaica de um possível ataque revolucionário.⁸⁷

⁸⁶ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 205-207; HAZAREESINGH, *op. cit.* p. 157-158.

⁸⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 373; HAZAREESINGH, *op. cit.* p. 157-158; POPKIN, p. 80-81.

Com a resolução da guerra, maior atenção pôde ser dada a organização das plantations. Na província do Norte, Louverture começou a regular as propriedades sequestradas pelo governo colonial. Seguindo os regimentos do decreto de agosto de 1793, gerentes foram designados para supervisionar as *habitations* e reaver a disciplina do trabalho, em especial nos engenhos, que tinham sido os mais afetados desde a rebelião escrava de 1791. Esse arranjo se mostrou problemático em vista da alta incidência de práticas corruptas, sendo substituído, pouco tempo depois, por um sistema de arrendamentos públicos a particulares. Essa política favoreceu figuras com capital para recuperar as propriedades, como antigos colonos e, especialmente, militares de alto escalão, que enriqueceram durante a guerra revolucionária. Este grupo – contando com nomes como Jean-Jacques Dessalines, Hyacinthe Moïse, Henri Christophe e, é claro, Toussaint Louverture –,⁸⁸ concentrou grande parte das mais ricas plantations do Norte. Contrariamente, a massa dos cultivadores na região não possuía os meios de arrendar as propriedades, estando excluída do processo de formação da nova categoria de proprietários.⁸⁹ É evidente que não desistiram de se estabelecer como possesores independentes, no entanto não poderiam o ser dentro desta ordem agrária vigente.

O cenário do departamento do Oeste possuía outra feição. Muitas propriedades continuavam em posse de seus senhores, mesmo que por intermédio de procuradores, e as *habitations* sequestradas pelo governo britânico estavam nas mãos de apoiadores locais da ocupação. Mas a permanência das hostilidades e a falta de rendimentos foram adversidades que vários dos colonos não conseguiam mais suportar.⁹⁰ Foi assim que, a partir do final de 1796, os arrendamentos de plantations cresceram e, pela gravidade da situação, não importava o padrão das transações fundiárias. Aqueles que possuíam algum recurso, grandes ou diminutos, poderiam adquirir seu quinhão de terra, pois o que mais interessava aos proprietários era ganhar algo com as propriedades cada vez mais abandonadas. Não foi incomum, nesse período, a venda ou arrendamento de parcelas de propriedades ao invés delas inteiras, quiçá com participação entre afrodescendentes e brancos de menores rendas, que tenderam a permanecer em Saint-Domingue no período revolucionário. Entretanto, assim como no norte da colônia, a população de escravizados não possuía os meios para esse tipo de transação, acima de tudo porque ainda estavam

⁸⁸ Jean Jacques Dessalines foi o primeiro presidente do Haiti; Henry Christophe se tornou rei do reino do Norte em 1806; Moïse era um sobrinho adotivo de Toussaint e um dos mais importantes generais da revolução.

⁸⁹ DUBOIS, *op. cit.*, p. 204-205; POPKIN, p. 85

⁹⁰ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 332-337.

subjugados à escravidão. Se quisessem se estabelecer como pequenos produtores, tinham também de fugir das plantations e se apossar ilegalmente de terras marginais.⁹¹

A construção de um regime de poder por Louverture, mais formal no Norte, foi ganhando força à medida que ele retomava o controle das áreas antes ocupadas pelos britânicos no decorrer de 1798. A saída definitiva do exército inglês, no segundo semestre, marcou uma nova era em Saint-Domingue, em que a escravidão estava finalmente abolida de toda a colônia e um ex-escravo era sua principal autoridade. Longe estava das pretensões de Toussaint criar um governo inteiramente negro: em sua concepção, fortemente moldada pela realidade revolucionária colonial, o alicerce da sociedade *domingoise* seria a consonância entre brancos, *gens de couleurs* e negros numa verdadeira comunidade multirracial.⁹² Ele convidou os colonos que apoiavam o governo de ocupação a permanecer na colônia para ajudar a reerguer a economia de exportação, prometendo proteção de suas propriedades, exceto pela liberdade dos antigos escravos. Aos senhores que haviam fugido da insurreição escrava no Norte, ele se comprometia a ressarcir as *habitations* apreendidas. Vários de fato ficaram ou retornaram. Saint-Domingue ainda sofria economicamente com os impactos das guerras, mas as expectativas para um futuro de retomada econômica sob o comando de Louverture eram grandes entre proprietários e lideranças negras. As ambições da população liberta, por seu turno, não eram menores.⁹³

Nesta nova era, o revigoramento da ordem de Toussaint – cujos pilares eram a abolição da escravidão, a manutenção do sistema de plantation e o exército revolucionário – encontrou obstáculos na figura de agentes metropolitanos, no grupo de *gens de couleurs* e nos cultivadores, especialmente quando as expectativas de cada um deles eram quebradas. A oposição mais fervorosa do governo francês foi a do general Gabriel de Hédouville, famoso na França pela vitória na Vendeia contra os monarquistas. Agente do Diretório, o governador desembarcou em Saint-Domingue no início de 1798 com uma comitiva de centenas de servidores públicos e com a função de retomar o controle administrativo da metrópole sobre a colônia.⁹⁴ Isso pressupunha limitar o poder militar de Toussaint, que naquela época começava a abarcar também a administração civil. A

⁹¹ Este assunto é tratado em profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

⁹² HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 29.

⁹³ DUBOIS, *op. cit.*, p. 226; POPKIN, *op. cit.*, p. 88.

⁹⁴ Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 175.

princípio, tentaram estabelecer relações cordiais, porém rapidamente Hédouville percebeu que o líder negro não estava disposto a reduzir seu poder.⁹⁵

Além da negociação bilateral com o general Thomas Maitland para a saída dos britânicos sem o envolvimento de Hédouville, Louverture utilizou-se do governador para passar proclamações controversas, as quais gerariam revoltas, sem que seu nome estivesse envolvido. Este é o caso das novas regulamentações de trabalho, as quais atavam ainda mais os cultivadores às plantations, subindo a obrigatoriedade de trabalho de um para três anos na mesma propriedade. Nas áreas sob sua influência, e aproveitando da desordem criada, Toussaint incitou a rebelião de trabalhadores com o boato de que estas eram as primeiras medidas do governador para o retorno da escravidão. Conforme o avanço das promulgações, uma onda de protestos e greves se espalhou pelos departamentos do Norte e do Oeste, com cultivadores que se recusavam a trabalhar sob códigos tão severos, que previam até dois anos de prisão para qualquer um acusado de comprometer a disciplina de trabalho. Diante de tamanha agitação e nenhum apoio, Hédouville se viu coagido a sair de Saint-Domingue em outubro de 1798.⁹⁶

Concomitante aos embates com o governador, Toussaint estabeleceu acordos comerciais com outros poderios atlânticos, com destaque para os Estados Unidos. A colônia dependia dos norte-americanos para o abastecimento de suplementos básicos, mas também para exportar sua produção de artigos tropicais.⁹⁷ Ou seja, a recuperação do sistema de plantation estava intimamente ligada ao comércio no Atlântico. Desde o início da revolução, as trocas entre Estados Unidos e Saint-Domingue haviam avolumado devido às guerras que a França enfrentava em terra e mar. O comércio entre os dois espaços cresceu a tal ponto que a colônia se tornou o principal parceiro mercante dos norte-americanos em 1797. Pelo menos até o estouro da *Quasi-War* em 1798, período de conflitos diplomáticos entre a república americana e francesa. No momento em que o complexo fundiário finalmente se rearranjava internamente, com o sistema de arrendamentos no Norte e a saída dos ingleses no Oeste, Louverture não poderia deixar que seu principal parceiro comercial saísse de cena.⁹⁸

⁹⁵ DUBOIS, *op. cit.*, p. 217; POPKIN, *op. cit.*, p. 90-94; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 181.

⁹⁶ FICK, *The Making of Haiti*, p. 199; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 194-200; FORSDICK & HØGSBJERG, *op. cit.*, p. 73-74.

⁹⁷ COVO, *op. cit.*, *passim*.

⁹⁸ Devido aos esforços dos Estados Unidos em restabelecer relações com a Grã-Bretanha, os franceses iniciaram uma caçada violenta aos navios norte-americanos, alegando o fim da neutralidade do novo país. Como retaliação, eles embargaram qualquer tipo de comércio com a França, incluindo Saint-Domingue. COVO, *op. cit.*, p. 715; CASSLEMAN, David A. "*The Friendly Disposition*": American Relations with Toussaint Louverture and Revolutionary Saint-Domingue, 1798-1801. Thesis of Bachelor of Arts.

Para continuar protegendo a abolição da escravidão em Saint-Domingue, Toussaint não poderia deixar que reveses franceses interferissem nos objetivos pelos quais ele estava lutando nos últimos anos. Firme, mais uma vez, no desafio à autoridade da metrópole, o líder negro tomou para si o papel das negociações diplomáticas como um governante independente. Enviou para os Estados Unidos o negociante Joseph Bunel como diplomata de Saint-Domingue com a missão de convencer o presidente norte-americano John Adams a reabrir o comércio do país com a colônia. Em fevereiro de 1799, enquanto permanecia a interdição de trocas com a França, os Estados Unidos reataram o comércio com os principais portos de Saint-Domingue. Tais acordos foram estendidos meses depois aos britânicos na chamada *Toussaint's clause*.⁹⁹

Uma vez resolvida a questão com Hédouville e recuperado o fluxo comercial, Louverture poderia dar atenção a outro de seus oponentes internos, os afrodescendentes livres de maior riqueza. Por mais que houvesse *gens de couleurs* no alto-escalão militar e em seu entourage, como Julien Raimond,¹⁰⁰ Toussaint sofria forte contestação desse grupo, principalmente no departamento do Sul, comandado pelo “mulato” André Rigaud. Eles se viam como os substitutos naturais dos franceses na administração da colônia, pois muitos foram educados na metrópole; submeter-se às ordens de um comandante ex-escravo, portanto, era considerado uma afronta. A província meridional era, historicamente, a que possuía a maior concentração de afrodescendentes livres e onde o grupo detinha maior poder e fortuna. Desde o período colonial, a região era mais isolada do resto de Saint-Domingue e do controle francês, situação que piorou com o período da ocupação britânica, ao cortar as comunicações entre o Norte e o Sul republicanos. Rigaud estava encarregado da administração do departamento com o retorno de Poverel para a França em 1794 e, com a interferência inglesa, tornou-se a autoridade dominante.¹⁰¹

Michigan: University of Michigan, 2012; DUN, James Alexander. "What Avenues of Commerce, Will You, Americans, Not Explore!": Commercial Philadelphia's Vantage onto the Early Haitian Revolution. *The William and Mary Quarterly*. Third Series, Vol. 62, No. 3, Julho 2005, p. 473-504; MCDONALD, Michelle Craig. The Chance of the Moment: Coffee and the New West Indies Commodities Trade. *The William and Mary Quarterly*. Third Series, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul. 2005, p. 461.

⁹⁹ COVO, *op. cit.*, p. 719; CASSLEMAN, *op. cit.*, p. 46; MCDONALD, *op. cit.*, p. 464. Sobre a trajetória de Bunel, ver GIRARD, Philippe. Trading races: Joseph and Marie Bunel, a Diplomat and a Merchant in Revolutionary Saint-Domingue and Philadelphia. *Journal of the Early Republic*, Vo. 30, No. 3, Fall 2010, p. 351-376.

¹⁰⁰ Julien Raimond foi um importante *gen de couleur libre*, de uma das famílias mais ricas da província do Sul. No início da Revolução Francesa, foi para a França para lutar pelos direitos dos afrodescendentes livres em Saint-Domingue, associando-se a Sociedade dos Amigos dos Negros. Voltou para Saint-Domingue com a terceira comissão civil como um dos comissários. Sobre sua figura, ver LOGIS, *op. cit.*

¹⁰¹ DUBOIS, *op. cit.*, p. 233; FICK, *The Making of Haiti*, p. 190-191; POPKIN, *op. cit.*, p. 96-97.

Assim como Toussaint, Rigaud defendia a manutenção das plantations a partir de métodos e políticas que não diferiam dos aplicados pelo general negro. Ambas as lideranças construíam um regime militar que se baseava na força para compelir a massa de ex-escravos no trabalho das *habitations*.¹⁰² Contudo, Rigaud e os afrodescendentes do Sul se opunham cada vez mais ao poder de Louverture, o qual não possuía controle sobre esta zona. Não demorou para que suas diferenças levassem a uma guerra armada, iniciada em junho de 1799, quando tropas do comandante meridional invadiram a comuna de Petit-Goave, que estava ocupada naquele momento pelos soldados de Toussaint. A guerra civil entre o Sul de Rigaud e o Norte e Oeste de Toussaint ficou conhecida como a Guerra das Facas e foi um dos conflitos mais brutais da Revolução Haitiana, com violência extrema dos dois lados; não foi uma guerra racial de afrodescendentes *versus* negros, dado que os dois grupos compunham as tropas de ambos os lados. Mesmo com soldados mais bem arregimentados do lado sulista, Toussaint não demorou para ganhar vantagem conforme chegava o auxílio dos Estados Unidos com armas e munições. Em agosto de 1800, um ano após a deflagração da guerra e meses após a fuga de Rigaud para a França, o combate acabou.¹⁰³

Em especial depois da Guerra das Facas, quando caiu a última barreira para o domínio completo de Toussaint sobre toda Saint-Domingue, a direção para o reerguimento das plantations foi ainda maior. Os anos de 1800 a 1801 marcaram o auge do poder de Louverture: um período em que agiu em prol da conformação social que havia imaginado, cujo princípio era a defesa da abolição e da fraternidade republicana. Era a efetivação da ordem louverturiana.¹⁰⁴ Quase uma década de batalhas finalmente terminara, e compelia agora, mais do que nunca, à volta definitiva dos trabalhadores para as plantations. O reerguimento do sistema produtivo foi um processo inicialmente formulado em 1793, com o decreto de abolição, e que avançou à proporção que os conflitos se desenrolavam. A cada queda de adversários – primeiro com a retirada dos espanhóis, depois dos britânicos e, por fim, de André Rigaud –, maior esforço era dirigido para o reerguimento das propriedades pelas lideranças negras. Todavia, a existência de contendas militares em vários locais, pelo menos até 1800, inviabilizava a aplicação absoluta dessas políticas, fato que possibilitou maior liberdade de ação à população

¹⁰² Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 96.

¹⁰³ Para o norte-americanos, era preferível que Toussaint vencesse a guerra, com quem já tinham acordos comerciais. DUBOIS, *op. cit.*, p. 233-235; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 270.

¹⁰⁴ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 274; MANIGAT, *op. cit.*

trabalhadora rural. Fuga das propriedades, ataques de bandos *marrons*, ocupação ilegal de terra, expansão dos cultivos de provisão, protestos, greves, todas essas atitudes eram parte do cotidiano revolucionário dos novos libertos.

O projeto de Toussaint para defesa da liberdade, todavia, ia na direção contrária ao movimento dos ex-escravos. E era imprescindível, em 1800, que esse plano se fortalecesse. Após a proclamação da Constituição de 1799 na França, promulgada com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão deixou de ser manifestada nas leis pela primeira vez desde 1789. Não apenas o pressuposto de que os homens nascem e são livres e iguais em direitos foi eliminado, como também foi estabelecido que as colônias deveriam ser governadas por leis especiais (artigo 91).¹⁰⁵ Isso significava que os princípios franceses novamente não se estendiam aos territórios coloniais, tal como era na época pré-revolucionária; e, à vista disso, a abolição se encontrava ameaçada. Toussaint tinha consciência de que a situação bélica da França, no continente europeu e no Atlântico, impedia qualquer ação de Bonaparte em Saint-Domingue. O fim da Guerra das Facas, assim, foi o momento propício para consolidar a soberania colonial sob um governo verdadeiramente negro com base no reestabelecimento de uma sólida economia de plantation. Estes eram os únicos meios de garantir a abolição permanente da escravidão dentro de um mundo cercado de poderes escravistas.¹⁰⁶

Para Louverture, estava claro que a força militar era o esteio da luta pela liberdade; portanto, ela deveria estar igualmente presente na organização do complexo produtivo. Somente um exército robusto, bem pago e disciplinado seria capaz de enfrentar os poderes escravistas. A entrada de rendimentos tornou-se bastante necessária, podendo ser garantida unicamente pela manutenção do sistema latifundiário de produção. Sem embargo, Toussaint estava lidando com a árdua tarefa de transformar uma população de ex-escravos, após anos de indisciplina e busca da afirmação de sua liberdade, em uma comunidade ordenada de trabalhadores assalariados, segundo seus próprios preceitos. Ele sabia que os cultivadores depreciavam o trabalho nas plantations e se dedicavam, o máximo que podiam, a cuidar de seus próprios interesses. Um código de trabalho compulsório e supervisão militar eram os meios para sustentar a produção de

¹⁰⁵ No original, “le régime des colonies françaises est déterminé par des lois spéciales”. O texto integral está disponível em <https://www.conseil-constitutionnel.fr/les-constitutions-dans-l-histoire/constitution-du-22-frimaire-an-viii>. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

¹⁰⁶ POPKIN, *op. cit.*, p. 105-106.

commodities e restaurar a economia de Saint-Domingue. O trabalho nas plantations, assim, tornou-se uma questão militar. Esse processo de endurecimento da ordem louverturiana para assegurar a abolição provocou uma alienação sem precedentes entre as lideranças revolucionárias e a massa de trabalhadores rurais.¹⁰⁷

Desde 1798, a sociedade *domingoise* era composta de 10% a 15% de soldados, porcentagem que só aumentou ao passo que o regime de Toussaint na colônia se estruturava.¹⁰⁸ O sistema de trabalho imposto pelo líder em 1800, no *Règlement de Culture*, aplicava os ideais de disciplina e os métodos de punição usadas no exército revolucionário. Assim como os soldados deveriam obedecer a seus oficiais, os cultivadores deveriam obedecer a seus superiores. Eles não eram autorizados a sair das propriedades sem permissão, correndo o risco de prisão e trabalhos forçados; qualquer tentativa de oposição ao sistema de plantation era criminalizada. As *habitations* faziam parte da guerra para preservar a liberdade e seus residentes deveriam aceitar seus papéis como “soldados” na produção de commodities.¹⁰⁹ O documento oficialmente institucionalizou a militarização da agricultura, fundando o que muitos chamam de *corporalisme agraire*, em que os *ateliers* mais pareciam tropas comandados por generais. Ademais, no início de 1801, Louverture ordenou a proibição de vendas de terra menores de 50 *carreaux* (aproximadamente 65 hectares), além de impedir qualquer transação fundiária feita sem sua permissão e sem as comprovações das condições para explorar as posses.¹¹⁰ Este tamanho de terra era, inclusive, maior que muitas fazendas de café, sendo poucas as pessoas que poderiam arcar com tal custo. A prática de parcelamento e compra de porções de *habitations* – seja individual ou coletivamente –, que foi uma das maneiras de escapar do trabalho nas plantations, estava interdita. Assim, Toussaint provocou o robustecimento de outra frente de oposição interna, da própria população de trabalhadores.

Se as colônias deveriam ser governadas por leis especiais, como determinava a Constituição de 1799, elas poderiam ser feitas pela própria colônia. Foi assim que pensou Toussaint ao propor a formação de uma Assembleia Constituinte na capital de Saint-

¹⁰⁷ Cf. FICK, *Dilemmas of Emancipation*, p. 11-12; JAMES, *op. cit.*, p. 222.

¹⁰⁸ POPKIN, p. 86.

¹⁰⁹ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 239. FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 23-27; Idem, *Dilemmas of Emancipation*, p. 12; JAMES, *op. cit.*, p. 222; LUNDHAL, Mats. Toussaint Louverture and the war economy of Saint-Domingue, 1796– 1802. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 6, 1985, p. 122-138

¹¹⁰ FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 25; LUNDHAL, *op. cit.*, p. 131-132; MANIGAT, *op. cit.*; STEIN, *op. cit.*, p. 183-184.

Domingue, Port-Républicain (antiga Port-au-Prince), em março de 1801. Representantes dos três departamentos – 3 *gens de couleurs*, 6 brancos, mas nenhum negro – compuseram a comissão responsável por redigir a futura Constituição.¹¹¹ Para Louverture, ela criaria um conjunto de princípios legais advindos das lições da experiência e do conhecimento local.¹¹² Publicada no início de julho, ela oficializou e expandiu uma estrutura de governo que já estava em prática sob o poder do líder negro. Seu primeiro artigo reafirmava que o território de Saint-Domingue fazia parte do império francês, não obstante governado por leis especiais – a brecha que Toussaint necessitava para legitimar a proclamação da carta constitucional. No artigo terceiro, estava claro que a escravidão era uma instituição para sempre abolida da colônia, onde todos nasceriam, viveriam e morreriam livres e franceses.¹¹³

O documento foi dividido em treze seções, das quais se destacam a sexta, *des Cultures et du Commerce*, e a oitava, *du Gouvernement*. Ambas arquitetaram uma verdadeira ordem draconiana em Saint-Domingue. Sobre as propriedades, assim como a série de constituições francesas da década de 1790, ela foi determinada como sagrada e inviolável; quem interferisse no exercício deste direito tornava-se criminoso perante a sociedade (Artigo 13). E sendo a colônia essencialmente agrícola, ela não poderia sofrer a menor interrupção nos trabalhos de suas culturas (Artigo 14). Cada plantation foi concebida como uma manufatura que exigia a união de todos os trabalhadores; junto com os proprietários, formavam uma família, sendo o senhor (ou seu representante) o pai e os cultivadores os demais membros dela (Artigo 15). É por isso que a saída dos trabalhadores das *habitations* era tão maléfica para o seu funcionamento; para reprimir este vício tão nocivo à ordem pública, a constituição aplicou todos os protocolos policiais conforme os regulamentos do *Règlement de Cultures* (Artigo 16).¹¹⁴

Outras disposições tinham por objetivo lidar com a situação das plantations sequestradas em decorrência da saída de tantos colonos na revolução. Os proprietários ausentes conservavam o direito sobre seus bens, podendo retomar o controle com a apresentação dos títulos de propriedade e de um representante na colônia (Artigo 73). Mas se a fazenda estivesse arrendada, prevaleceria o contrato de arrendamento até sua

¹¹¹ Sobre a Assembleia, ver com mais detalhes HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 314.

¹¹² *Apud* HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 315.

¹¹³ ACACIA, M.; DUBOIS, L.; GAFFIELD, J. (Ed.). Constitutional documents of Haiti, 1790-1860. In: DIPPEL, Horst (ed.). *Constitutions of the World from late 18th Century to the Middle of the 19th Century*. New York: De Gruyter, 2013, p. 16.

¹¹⁴ Constitution de Saint-Domingue (1801). In: DIPPEL, *op. cit.*

expiração. Assim, ao mesmo tempo que a constituição procurava atrair o retorno dos antigos senhores – incentivo praticado por Toussaint desde 1798 –, ela preservava o interesse daqueles que haviam adquirido controle sobre tais plantações (Artigo 74). Assegurava a posse, portanto, dos oficiais militares, funcionários do governo e importantes figuras locais, os maiores beneficiários do sistema de arrendamento.¹¹⁵

No que tange ao governo, Toussaint foi nomeado o governador vitalício de Saint-Domingue, com poder para nomear seu sucessor, tendo em vista os importantes serviços que prestou como general da colônia nas circunstâncias mais críticas (Artigo 28). Em seu primeiro discurso como governante, discorreu longamente sobre o tema da liberdade. Para ele, a constituição era o exemplo mais claro de sua defesa, que não mais dependia da prática política da França. Louverture havia enraizado, de uma vez por todas, a abolição na colônia e instituído o seu ideal de liberdade: “uma liberdade de cidadania ativa, em que todos os grupos da sociedade deveriam ocupar seu papel no interesse geral”.¹¹⁶

Ainda assim, não era apenas com o conserto interno que a luta pela liberdade sobreviveria. Santo Domingo, a antiga parte espanhola da ilha, era um ponto estratégico de desembarque dos franceses e representava um risco a ordem de Toussaint. Foi por lá, por exemplo, que o general Hédouville desembarcou em 1798 e não no porto de Cap-Français, como esperado. Santo Domingo havia passado para a possessão francesa com o fim da guerra contra a Espanha em 1795, mas a metrópole decidiu não a ocupar oficialmente. Diante dessa ameaça, Toussaint tomou para si a tarefa de se apoderar da porção leste da ilha, enviando o comandante Moïse acompanhado de 20.000 soldados em janeiro de 1801. A partir desse momento, toda a ilha de Hispaniola estava sob controle do líder negro.¹¹⁷

Os códigos de trabalho, o poderio sobre a totalidade da ilha e a Constituição de 1801 fizeram de Toussaint a autoridade absoluta, fortalecendo a imposição de seus ideais de produtividade, de harmonia social e de bem-comum aos cidadãos de Saint-Domingue. Os impactos na economia foram praticamente imediatos: em 1801, os níveis de exportação de café para os portos franceses chegaram a 57% do auge produtivo de 1789-

¹¹⁵ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 109-110; Constitution de Saint-Domingue (1801). In: DIPPEL, *op. cit.*

¹¹⁶ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 325.

¹¹⁷ POPKIN, *op. cit.*, p. 106-107; JAMES, *op. cit.*, p. 220; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 363. Sobre a perspectiva da revolução haitiana pelo lado de Santo Domingo, ver NESSLER, Graham T. *An Islandwide Struggle for Freedom: Revolution, Emancipation and Reenslavement in Hispaniola, 1789-1809*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

1790, enquanto o açúcar, de fabricação mais custosa, alcançou 13% dos valores pré-revolucionários. No caso do outro parceiro comercial da colônia, os Estados Unidos, as importações de café advindo das Antilhas francesas foram do montante de 18.600 toneladas, sendo Saint-Domingue ainda o maior exportador dos grãos. Por conseguinte, a recuperação do sistema de plantation teve relativo sucesso.¹¹⁸

Ela veio acompanhada, no entanto, de um forte custo social e político, materializado na firme oposição dos cultivadores ao sistema de trabalho. Estava posta na carta constitucional a própria criminalização do ideal de liberdade dos ex-escravos, que tanto tentaram praticar ao longo dos anos revolucionários. Alguns chegaram a se estabelecer enquanto pequenos produtores de subsistência, e muitos vivenciaram a menor disciplina e a maior mobilidade permitida pela revolução. Em consequência da proibição violenta de todo este movimento, Toussaint teve de enfrentar uma onda de contestação popular, que incluiu uma das revoltas de trabalhadores mais conhecidas do período revolucionário.¹¹⁹

Os anos de 1800 e 1801 manifestaram, em novo fôlego, que a revolução em Saint-Domingue era a revolução das liberdades. Os cultivadores não deixaram que o sistema de plantation militarizado existisse de modo desimpedido. As fugas das plantations se tornaram tão constantes que se estimou que houvesse mais *marrons* nesse período do que na época pré-revolucionária no departamento do Norte.¹²⁰ Por ser o epicentro da força do exército negro desde o início da revolução, a aplicação dos decretos na província setentrional foi mais efetiva. Não é à toa que lá foi palco de uma grande revolta de cultivadores ocorrida em várias paróquias em outubro de 1801, onde dez anos antes estourou a insurreição escrava.¹²¹ Os rebeldes foram instigados por boatos de que Toussaint estava vendendo cidadãos negros aos brancos com apoio de Dessalines e Henry Christophe. Possuíam grande temor de retornar a escravidão e os códigos draconianos de Louverture estabeleciam um regime de trabalho bastante similar ao de quando eram escravizados. Por conta disso, os revoltosos mataram centenas de brancos, antes de serem duramente reprimidos pelas forças armadas e pelo próprio Toussaint. Moïse, sobrinho

¹¹⁸ Em termos de peso, a exportação de café em 1801 foi de 19.534 toneladas, de açúcar 8.340 toneladas. Dados retirados de LACERTE, *op. cit.*, p. 453; e FICK, Carolyn. From slavery colony to black nation, p. 195; MCDONALD, *op. cit.*, p. 464. POPKIN, *op. cit.*, p. 106-107.

¹¹⁹ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 363

¹²⁰ DEBIEN, Gabriel. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962, p. 161.

¹²¹ Eram elas Limbé, Acul, Port-Margot, Plaisance, Dondon, Marmelade e Grande Riviere. Esse argumento será aprofundado na análise da transformação das plantations no Norte, feito no capítulo 2.

adotado do governador e um dos principais generais de seu entourage, foi acusado de liderar o movimento, pois era conhecido por sua oposição ao regimento de trabalho. Como punição, ele foi executado em novembro.¹²² Em resposta à insurreição, um novo decreto foi promulgado neste mês: em termos criminais, as “sedições” foram definidas em termos ainda mais vagos, como qualquer declaração que perturbasse a ordem pública; e os comandantes militares locais foram instruídos a realizar um censo, a ser enviado para o governador, de todos os trabalhadores das propriedades.¹²³

A concentração de poder nas mãos de Toussaint despertou dissidências não apenas internas, como também com o primeiro cônsul da França, Napoleão Bonaparte. Desde que ascendeu ao cargo, era desejoso do resgate do grande império francês no Atlântico.¹²⁴ Contudo, enquanto a guerra com a Grã-Bretanha continuasse, pouca atenção poderia ser dada a esses planos. No momento em que as negociações de paz com os britânicos começaram, chegou a notícia na metrópole de que Toussaint havia ocupado Santo Domingo sem qualquer autorização. Bonaparte sabia que, para retomar o controle sobre a preciosa Pérola das Antilhas, ele deveria retirar de cena seu principal rival, o líder negro. Antes do final da pacificação entre as duas potências europeias, uma expedição militar para Saint-Domingue foi planejada pelo cônsul, estimulada tanto pelo lobby conservador e escravista de seu círculo, quanto pela Constituição *domingoise* de 1801.¹²⁵ Malgrado o último artigo prever a sanção deste documento pelo governo da França, Toussaint antecipava que a carta constitucional deveria ser aplicada em todo território pelo caráter de urgência em que se encontrava Saint-Domingue; Napoleão sabia que era uma afronta ao poder do império francês.¹²⁶

O fim da guerra com a Grã-Bretanha foi também fonte de agitação para Toussaint, que até aquele momento não havia recebido respostas do Primeiro Consul em nenhuma

¹²² FICK, *The Making of Haiti*, p. 210; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 373-376; POPKIN, *op. cit.*, p. 112. Importante mencionar que Moïse não era um igualitário e provavelmente não apoiava a dissolução das plantations em pequenas propriedades, como bem apontou Hazareesingh. Moïse, enquanto importante comandante negro, acumulou grandes riquezas nesses anos e detinha o arrendamento das melhores plantations no norte. Os censos dominiais e urbanos da colônia, que serão profundamente trabalhados no capítulo 2, demonstram Moïse como sendo arrendador de dezenas de habitations. ANOM, DPPC, 5SUSPDOM/1-5.

¹²³ Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 383.

¹²⁴ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 117.

¹²⁵ POPKIN, *op. cit.*, p. 118-119; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 391.

¹²⁶ ART 77. Le général en chef, toussaint l'ouverture, est et demeure chargé d'envoyer la présente constitution à la sanction du gouvernement français ; néanmoins, et vu l'absence absolue des lois, l'urgence de sortir de cet état de péril, la nécessité de rétablir promptement les cultures, et le vœu unanime bien prononcé des habitants de saint-domingue, le général en chef est et demeure invité, *au nom du bien public*, à la faire mettre à exécution dans toute l'étendue du territoire de la colonie. Constitution de Saint-Domingue (1801).

de suas missivas. A liberdade de toda a ilha estava doravante ameaçada e Louverture estava certo. A campanha militar, comandada pelo cunhado de Bonaparte, Charles Victoire-Emmanuel Leclerc, tinha por objetivo a reimposição do controle francês com o expurgo da revolução em Saint-Domingue. A ocupação francesa seria feita em três passos: primeiramente a tomada das regiões costeiras, seguida da erradicação dos rebeldes que resistissem às forças metropolitanas. Nesta segunda fase, Toussaint e seus generais seriam integrados à nova ordem se contribuíssem; caso contrário, deveriam ser aniquilados. A terceira etapa consistiria em “livrar” a colônia de qualquer partidário do regime louverturiano e, enfim, recuperar completamente o comando sobre o território.¹²⁷

No momento que soube da paz na Europa, Louverture rapidamente se preparou, já em dezembro de 1801, para uma futura invasão francesa, impelindo a população a lutar pela liberdade. As tropas negras não eram mais os bandos de escravos rebeldes dos primeiros anos da revolução: eram um corpo de dezenas de milhares de soldados treinados e disciplinados, que possuíam longa experiência bélica. Eram, assim como a armada enviada pela França na semana anterior, veteranos de guerra.¹²⁸ O problema interno, contudo, preocupava Toussaint. Mesmo com o pedido para toda a população pegar em armas, não estava claro se os cultivadores o obedeceriam espontaneamente, ressentidos pelo extremo controle dos códigos de trabalho que limitavam o exercício de sua liberdade. Os afrodescendentes livres, por seu turno, consideravam-se os governantes naturais de Saint-Domingue e vários viam como ofensa ter que obedecer Toussaint, um ex-escravo, que bloqueava suas ambições de se tornarem os comandantes da ilha.¹²⁹

A despeito da ordenação do governador *domingoise* a seus lugares-tenentes para impedir o desembarque dos franceses, em fevereiro de 1802 eles chegaram em Santo Domingo e no departamento do Sul; neste último caso abertamente recepcionado pelo comandante “mulato” Laplume, em rancor à Guerra das Facas. Mesmo com a maior resistência encontrada nos principais portos, diversos chefes de armada foram convencidos por Leclerc e suas tropas a se unirem a seu lado com promessas de manutenção das patentes. Uma vez que a expedição entrou e começou a controlar algumas regiões costeiras, a ordem de Toussaint era de incendiar as cidades e plantações, a ponto de não deixar nada para trás, e se retirar para as montanhas. Foi assim que Henry

¹²⁷ DUBOIS, *op. cit.*, p. 254-255; Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 396-397.

¹²⁸ DUBOIS, *op. cit.*, p. 261-262; Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 387; Cf. POPKIN, p. 119-120.

¹²⁹ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 121-122.

Christophe, ao não conseguir impedir que as tropas entrassem em Cap-Français, transformou a cidade em cinzas mais uma vez.¹³⁰

Soldados negros, trabalhadores das plantations e líderes *marrons*, todos estavam envolvidos na guerra contra os franceses em defesa da liberdade nesse momento. Fortificações militares foram feitas nos *mornes* a fim de permanecer no contra-ataque até que entrasse a época das doenças tropicais, pela qual europeus facilmente sucumbiram ao longo dos séculos de colonização no Novo Mundo. As táticas que guerrilha utilizadas na insurreição escrava de 1791 foram novamente aplicadas e, em grande medida, responsáveis por manter forte resistência à expedição francesa.¹³¹ O vigor e a coragem do exército de Saint-Domingue não conseguiram frear o avanço do batalhão expedicionário. Um a um, os principais generais de Toussaint aceitaram as propostas de Leclerc para se juntar ao lado francês, primeiramente Henry Christophe, depois Jean-Jacques Dessalines e Toussaint Louverture, que não viram outra saída senão a rendição.¹³²

Ele concordou em se afastar da guerra e se estabelecer em sua propriedade com sua esposa e filhos em Gonaïves, maior reduto de seu controle desde que adentrou para a revolução. Ainda assim, Leclerc desconfiava de que o líder negro pudesse ter influência nos conflitos e estivesse tramando um contra-ataque. Isso se tornava mais preocupante diante das imensas perdas de combatentes franceses pela febre amarela. Em apenas três meses de expedição, 12.000 dos 20.000 soldados enviados por Paris restavam, com uma média de 200 doentes a cada dia; em junho, no pico da temporada das moléstias, os soldados eram progressivamente dizimados.¹³³ Temendo o retorno de Toussaint, o general francês armou para que ele fosse capturado e deportado de Saint-Domingue. Em 7 de junho de 1802, sendo chamado para controlar um suposto bando de cultivadores, Louverture foi apanhado e levado para um navio em direção à Cap-Français; sua esposa, filhos e empregados foram igualmente presos, sem poder revê-los outra vez. No início de julho, Toussaint chegou à França e no mês seguinte foi encarcerado no isolado Fort de Joux, prisão localizada na montanha de Jura no leste do país. Com clima frio, afastado do mar e na seção de segurança máxima, era impossível que o líder retornasse a colônia.

¹³⁰ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 394-399; DUBOIS, *op. cit.*, p. 266.

¹³¹ Para detalhes deste período, ver as memórias de Pamphile de Lacroix, que fez parte das tropas francesas enviadas a Saint-Domingue. LACROIX, Pamphile de. *Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Pillet aîné, 1820. Uma das batalhas mais conhecidas, e ainda importante na memória histórica do Haiti atualmente, é a batalha de Crête-à-Pierot, em que Dessalines, soldados e cultivadores defenderam a fortificação em bastante desvantagem e com muita coragem e força. DUBOIS, *op. cit.*, p. 271-274; POPKIN, *op. cit.*, p. 123-124.

¹³² POPKIN, *op. cit.*, p. 125.

¹³³ JAMES, *op. cit.*, p. 301-302; DUBOIS, *op. cit.*, p. 281.

Apesar dos apelos que fazia à Napoleão para um julgamento e para sua soltura, Toussaint foi tratado com tremenda negligência, o que provocou seu falecimento em 7 de abril de 1803.¹³⁴

A guerra em Saint-Domingue, no entanto, estava longe do fim. Mesmo com as principais lideranças revolucionárias do lado da França e com remoção definitiva da principal autoridade da revolução, a população não abaixou suas armas. Essa não era uma luta da nova classe dirigente: foram os trabalhadores que tomaram para si a responsabilidade do confronto pela liberdade, seja contra a elite proprietária e militar ao longo dos anos, seja contra as tropas francesas agora. E Toussaint, mais do que ninguém, sabia disso. Antes que embarcasse no navio que o levaria da ilha, admite-se ele ter afirmado que “ao me depor, cortastes em São Domingos apenas o tronco da árvore da liberdade. Ela brotará novamente pelas raízes, pois estas são numerosas e profundas!”¹³⁵ E ele estava certo: quando Louverture chegou do outro lado do Atlântico, rumores de que o governo francês restauraria a escravidão estavam circulando entre a população. Isso se confirmou no momento que chegaram as notícias de que a escravidão estava restaurada em Guadalupe, que os afrodescendentes livres estavam proibidos de portar o título de cidadãos e que o governo francês tinha aprovado o retorno do tráfico de escravos.¹³⁶

Se até aquele momento não haviam desistido da guerra, ela ganhara novo impulso. Esta era a luta pela liberdade em seu sentido mais amplo, e sabiam que a única maneira de assegurar seus direitos era destruindo a presença francesa em Saint-Domingue. A resistência popular, a partir de então, aglutinou-se em movimentos insurrecionais, com bandos *marrons* e rebeliões armadas ressurgindo por toda a colônia. Não era como a insurreição organizada e planejada pelos escravizados em agosto de 1791, pois era agora uma ação improvisada, em que pequenos grupos ou indivíduos procuravam reunir apoiadores, cujo resultado foi a formação de uma rede de resistência.¹³⁷ Por outro lado, Jean-Jacques Dessalines, Henry Christophe, Alexandre Pétion (general “mulato”) e outros oficiais que entraram para o lado francês se descontentavam com a maneira pela qual a guerra era conduzida por Leclerc. De início, eram vigorosos na perseguição e no desarmamento das guerrilhas rebeldes nas montanhas, onde também possuíam conhecimento do terreno. Porém, quando souberam que a escravidão e a restrição de

¹³⁴ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 411-414.

¹³⁵ JAMES, *op. cit.*, p. 303; FICK, *The Making of Haiti*, p. 215.

¹³⁶ Cf. FICK, *The Making of Haiti*, p. 215.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 215.

direitos aos *gens de couleurs* seriam reestabelecidas nas demais colônias caribenhas, seu impulso diminuiu. As armadas e munições apreendidas dos rebeldes, antes confiadas ao comandante francês, foram encobertas com vistas à saída das lideranças do lado da França, até que se juntassem às massas na guerra contra o poder escravista.¹³⁸

Assim se inaugurou a última fase da Revolução Haitiana, a luta pela independência. Iniciada pelos cultivadores e *marrons* de Saint-Domingue em julho de 1802, a guerra se tornou nomeadamente pela soberania da colônia em outubro desse ano, quando as antigas lideranças revolucionárias reencontraram o caminho da revolução. Negros e afrodescendentes livres se uniram não apenas em defesa dos direitos que conquistaram em dez anos de luta, mas para fazer de Saint-Domingue um país independente e livre da França. Era a busca da liberdade do povo *domingoise*, a que garantiria a existência dos direitos de igualdade, cidadania e das *outras liberdades* – por mais distintas que fossem umas das outras.¹³⁹

Simultaneamente ao crescimento da resistência, a força das tropas francesas decaía com a morte acelerada de seus soldados e com a deserção das fileiras negras. Somente com um verdadeiro genocídio da população revolucionária a metrópole seria capaz de manter a autoridade sobre Saint-Domingue, concluiu Leclerc. Foi estabelecido que nenhum negro ou afrodescendente portando armas deveria sobreviver, mantendo apenas crianças menores de doze anos que não possuíssem experiência de guerra e que, portanto, poderiam retornar posteriormente para as plantations. Era evidente que o exército francês não possuía forças suficientes para implementar completamente esta política. Ainda assim, inaugurou-se a etapa mais sangrenta e violenta da revolução; mas antes que ela começasse, o general Leclerc sucumbiu à febre amarela em novembro de 1802.¹⁴⁰

Um novo sopro de esperança para os franceses surgiu com a chegada de novas tropas do continente e com a admissão do conde de Rochambeau no comando da expedição. Em fevereiro de 1803, passada a época de chuvas e das doenças, muitos acreditavam que o pior da guerra ficara para trás, podendo-se, finalmente, reconquistar Saint-Domingue. Não contavam, todavia, com a organização dos novos libertos sob Dessalines, líder da guerra de independência no final de 1802. Durante esta mesma reunião, a população se auto-intitulou *armée indigène* e abandonou a bandeira tricolor da

¹³⁸ POPKIN, *op. cit.*, p. 127-128.

¹³⁹ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 132.

¹⁴⁰ DUBOIS, *op. cit.*, p. 292-293.

França ao adotar a bandeira de duas faixas (azul e vermelha), que representava a união dos negros e dos *gens de couleurs*. Conquanto permanecesse as dissidências entre os grupos – presentes até nas estratégias de guerra –, a unidade era mais importante naquele momento.¹⁴¹

O exército da independência avançou violentamente em 1803, ao ponto de Rochambeau mandar abandonar vários dos postos franceses e apenas permanecerem no controle de Port-au-Prince e Cap-Français. Foi deste último porto, enfim, que a derradeira tropa da expedição saiu da colônia em novembro. Saint-Domingue estava oficialmente livre do jugo da França. O nascimento do novo país não deveria carregar os símbolos do colonialismo europeu: foi por isso que adotaram o nome de Haiti, palavra original dos Tainos, os antigos habitantes da ilha, que significava terras de montanhas. Não foi o exército de Dessalines que conquistou a independência do Haiti, mas a força da população em luta pela liberdade. Preferiam destruição e morte a qualquer tentativa de recolocá-los novamente em cativeiro. Eles queimaram Saint-Domingue “até as cinzas, de modo que, no fim da guerra, o país era um deserto calcinado”.¹⁴² O Haiti surgira, assim, das cinzas da liberdade.

*

Essa foi a *revolução das liberdades*, um evento de treze anos edificado sobre diferentes concepções de liberdade e direitos conformadas pelos grupos sociais de Saint-Domingue no decorrer dos acontecimentos. Elaboraões estas que foram também condicionadoras da trajetória revolucionária. Esses ideais basearam os distintos projetos de organização econômica e fundiária que, em conflito, levaram a modificações no sistema de plantation da colônia. Enquanto as lideranças negras, amparadas pelo regimento de trabalho do decreto de abolição da escravidão de 1793, buscavam a manutenção do complexo produtivo de commodities para exportação, os ex-escravos lutavam para expandir o estilo de vida autônomo que criaram dentro dos limites da escravidão. Latifúndio monocultor e pequenas propriedades de subsistência não poderiam coexistir, porém essa condição não fez com que desistissem da batalha.

No período revolucionário, o duelo entre os divergentes planos de ordenamento agrário não possibilitou nem a permanência integral do sistema de plantation tal qual era pré-revolução, muito menos o completo assentamento dos lotes camponeses do Haiti

¹⁴¹ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 129-133; DUBOIS, *op. cit.*, p. 293.

¹⁴² Cf. JAMES, *op. cit.*, p. 327.

independente. A maneira como uma e outra estruturação se confrontaram é o que explica a transformação dos latifúndios nesse período. Essa mudança, por sua vez, não foi uniforme em todo território colonial, uma vez que o desenvolvimento da Revolução Haitiana foi constituído de particularidades em cada região de Saint-Domingue. Ao passo que o departamento do Norte foi dominado pela insurreição escrava de 1791 e, posteriormente, foi o epicentro do poder de Toussaint Louverture e do exército negro até a guerra de independência, o departamento do Oeste continuou sob domínio da classe proprietária de brancos e *gens de couleurs* e passou por cinco anos de ocupação britânica que isolaram a província da administração francesa republicana. São cenários variados, que contrastam o acentuado controle pelas lideranças revolucionárias no Norte *versus* um quadro de autonomias paroquiais no Oeste.

À vista disso, as mudanças das plantations durante a revolução no departamento setentrional são dissemelhantes das transformações desse sistema na zona ocidental da colônia. Conseqüentemente, o embate entre os projetos de organização fundiária possuiu feições diferentes em cada região. Este é o foco dos capítulos a seguir, onde se destrincha o modo como ocorreram os conflitos das visões de liberdade no departamento do Norte e do Oeste. Para tanto, analisa-se algumas paróquias de cada província para observar com profundidade como este processo ocorreu em cada local.

CAPÍTULO 2: A FORÇA DA “LIBERDADE DE PLANTATION” NO DEPARTAMENTO NORTE

Desde a chegada dos espanhóis até a independência do Haiti, o território norte de Saint-Domingue foi vincado por experiências extremas. Evidências arqueológicas encontradas em finais de Setecentos apontam para a alta densidade de povoamento pelos indígenas Tainos, naturais da terra, antes que fossem dizimados pelas expedições de Cristóvão Colombo a partir de 1492.¹ Foi também o local de ocupação inicial por piratas, marinheiros e *bucaniers* franceses no território espanhol em meados do século XVII; não por acaso, foi a região onde primeiro se desenvolveu as plantações de artigos tropicais para exportação na colônia de Saint-Domingue, oficialmente francesa em 1697. Foi por conta da grande prosperidade econômica do departamento do Norte – que concentrou as mais ricas plantations açucareiras, a maior parte das fazendas cafeeiras e o porto colonial mais movimentado – que a colônia se tornou a pedra angular do império francês. Contudo, era um grande nível de opulência na região meridional sustentado por um violento e rígido sistema social. Não sem motivo a província Norte foi igualmente o centro da rebelião escrava de agosto de 1791, que se transformou na única revolução de escravizados bem-sucedida da modernidade, conduzindo à primeira abolição geral da escravidão no Novo Mundo dois anos depois. O departamento do Norte, assim, colocou-se como o bastião oficial da causa da emancipação, sendo o âmago do poder do exército negro e de sua principal figura, Toussaint Louverture. A região foi, em suma, centro de efervescência transformadora por séculos.

Toda essa conjuntura política, econômica e social fez da transformação do sistema de plantation no Norte – a temática central deste capítulo – um processo único, marcado principalmente pela direção e envolvimento de um grupo social inédito: o exército negro revolucionário, derivado da organização da revolta de escravizados nas planícies. Com o andamento do evento, os guerrilheiros cativos se transformaram não somente em uma força armada estruturada, como também no pilar do poder republicano francês em Saint-Domingue. A condução da guerra contra os poderes inimigos, contudo, passou a depender

¹ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. 2ª edição. Paris: L. Guérin, 1875, v.1.

da aplicação das políticas econômicas desenvolvidas na esteira da abolição da escravidão de 1793. A revitalização do complexo de plantations, compreendida como a via mais segura e imediata de financiar a guerra pela liberdade, tornou-se o alicerce da administração francesa nos anos revolucionários e contou com alargada participação do oficialato negro local. A partir da elaboração de um sistema de apossamento e arrendamento público de propriedades, os militares negros, em especial de alta e média patente, controlaram grande parte das *habitations* cafeeiras e açucareiras, os mesmos lugares onde antes haviam sido escravizados. Esses projetos, contudo, foram circunscritos às áreas sob comando da República francesa, que durante boa parte da Revolução se limitou ao departamento do Norte.

Do mesmo modo, esse sistema latifundiário de regime escravista não poderia ser o mesmo uma vez inserido numa revolução de escravos, cujo propósito passou a ser a abolição definitiva da escravidão. E, mais do que isso, num evento centrado no embate de distintas concepções de liberdade. Assim, não obstante o departamento do Norte ser o reduto do poder do exército negro, a firme aplicação das políticas de recuperação econômica não aconteceu sem resistência por parte dos ex-escravos. Se apenas enquanto pequenos produtores de subsistência é que exerceriam sua liberdade, jamais seriam livres trabalhando nas plantations. É justamente o modo como se confrontaram os projetos de exploração da terra na província Norte de Saint-Domingue o que veremos nas páginas a seguir. Para tanto, irei me valer da documentação produzida pelo governo colonial que está na base da edificação das políticas econômicas encabeçadas pelos dirigentes franceses e por Toussaint Louverture, a mais poderosa das lideranças revolucionárias. Trata-se dos recenseamentos das *habitations* de diversas paróquias do departamento setentrional, produzidos entre 1795 e 1803.

Embora os *censos dominiais e urbanos da colônia de Saint-Domingue* tenham sido produzidos em todo território, o conjunto mais completo e diversificado disponível (em termos de informações, extensão temporal e espacial) se refere à região Norte.²

² Os *recensements des biens domaniaux et urbains*, nome dado ao conjunto de documentos sobre o estado dos imóveis e propriedades agrícolas do período revolucionário, encontram-se nos Archives nationales d'outre-mer (ANOM), na cidade de Aix-en-Provence, França. Eles fazem parte dos *Dépot des papiers publics des colonies* (catalogados como DPPC), uma série de cópias autênticas e duplas minutas de documentações enviadas para a metrópole de todos os domínios coloniais franceses a partir de 1776. Supplément Saint-Domingue (SUPSDOM), série 5, caixas 1 a 5, Dépôt des papiers publics des colonies (DPPC), Archives nationales d'outre-mer, Aix-en-Provence (ANOM). De agora em diante citado como ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-5.

Entretanto, o exame realizado não se aplica a todas as comunas do departamento, senão ao epicentro da revolução escrava de 1791: o *arrondissement* de Cap-Français, que foi a área de maior poder do exército negro revolucionário. A observação detalhada dessas paróquias revelou o modo como a rígida aplicação das políticas econômicas reverberou na transformação do sistema de plantation do que fora a maior e mais rica região produtora de Saint-Domingue.

O distrito de Cap-Français foi, não por coincidência, o mais recenseado entre 1795 e 1803 e, por esse motivo, o que provavelmente mais influenciou o avanço dos projetos econômicos das autoridades coloniais. A escolha dessa região, por conseguinte, elucidou tanto os critérios de produção da tipologia documental, quanto o próprio sistema de recuperação das plantations, concebido pelas novas elites dominantes como o coração da luta pela liberdade. Apesar da expectativa que essas paróquias geravam para as receitas públicas e ganhos individuais, o resultados foram diferentes a depender da localidade. As paróquias cafeeiras das montanhas se sobressaíram em relação às paróquias açucareiras das planícies; as primeiras passaram a ser gradualmente o foco dos regimentos agrícolas e, por tal razão, as mutações no complexo fundiário eram mais predominantes nas unidades de produção cafeeiras.

Para compreendermos esse processo, começamos com uma breve apresentação da história de ocupação e desenvolvimento do *arrondissement* de Cap-Français, para então seguir com os anos da Revolução, em particular quando os planos econômicos começaram a ser concebidos e aplicados no departamento do Norte. Ao fim e ao cabo, buscou-se elucidar a transformação do sistema de plantation na região por meio de sua maior particularidade: o domínio das forças armadas negras, procedentes da organização da insurreição escrava de 1791. Ao passo que o poderio do exército no Norte possibilitou a melhor sobrevivência do complexo produtivo na Saint-Domingue revolucionária, esse sistema não triunfou como esperavam as lideranças do evento. A manutenção das plantations se deu em meio a intensas contestações e foi também condicionada, portanto, pelos embates das liberdades.

A formação do sistema de plantation na província setentrional

A província Norte de Saint-Domingue foi a primeira região a ser ocupada pelos franceses, a que teve maior desenvolvimento econômico e maior densidade populacional.

Ela era composta por 21 paróquias, divididas em três distritos (*quartiers* e posteriormente *arrondissements*), dos quais o de Cap-Français era o mais importante, com 13 paróquias. Mais da metade do departamento era formado por terrenos montanhosos de diversas elevações, porém possuía também uma importante área de planície, onde estavam localizados mais de um terço dos engenhos da colônia; eles eram responsáveis por praticamente toda a produção de açúcar branco *domingoise*. Malgrado a predominância dos *mornes*, apenas duas comunas foram classificadas pelo autor da *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue* como realmente montanhosas: as de Borgne e Dondon, reputadas pela excelente produção de café.³ Em termos territoriais, era a província de menor dimensão, separada do departamento Oeste pela cadeia de montanhas do *massif du Nord*, dificultando as comunicações terrestres da província com o resto da colônia. Mas a riqueza de cursos d'água (rios, riachos, ravinas), chuvas regulares e solo fértil a colocava em vantagem em relação ao restante de Saint-Domingue.⁴ Cenário também favorável a colonos e negociantes do local, pois era o primeiro ponto de chegada dos navios que vinham da Europa, facilitando a regularidade de abastecimento e comércio na região. A cidade portuária de Cap-Français era uma das mais movimentadas do Atlântico e possuía um rico cenário cultural, com teatros, tavernas, lojas e casas de concerto.⁵

Todas essas razões faziam desse departamento o mais densamente povoado, contando com 16.000 brancos (dois-terços dos quais homens e uma grande maioria de recém-chegados europeus), 9.000 *gens de couleurs* e 170.000 escravizados. Estes eram empregados nas cidades e burgos, mas sobretudo nas quase 300 plantations açucareiras e 2.000 fazendas cafeeiras. Tamanho complexo produtivo, mormente considerando a extrema violência e rigidez do cotidiano de trabalho, demandava a constante oferta de mão-de-obra por meio do tráfico transatlântico de escravos, cujos níveis no Norte eram os maiores da colônia. Em vista disso, a imensa concentração de escravizados africanos

³ Méderic Louis Moreau de Saint-Méry foi um advogado e escritor martinicano, autor de importantes obras na segunda metade do século XVIII, entre elas a *Description*, um relato detalhado do quadro econômico e social da colônia francesa de Saint-Domingue em 1789, no auge de sua riqueza. Foi publicada apenas em 1797, quando emigrou aos Estados Unidos por conta da Revolução Francesa. O relato de Moreau de Saint-Méry é o mais completo da era pré-revolucionária e é com base nele que se realiza a seguinte exposição. MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*

⁴ MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*, p. 118-123

⁵ GEGGUS, David. Urban Development in 18th century Saint Domingue. *Bulletin du Centre d'Histoire des Espaces Atlantiques*, No. 5, 1990, p. 197-228.

trazia diversas particularidades às relações sociais da escravidão e às elaborações culturais dessa população em solo caribenho.⁶

O distrito de Cap-Français em particular, sem embargo a trajetória geral da província setentrional de Saint-Domingue, é conformado igualmente por diferenças locais de ocupação e sociedade. As planícies costeiras foram palco dos primeiros estabelecimentos agrícolas, antes mesmo que o território se tornasse oficialmente uma colônia francesa. Plantações de índigo, tabaco e cacau surgiram no final do século XVII e estimularam a instalação de colonos onde futuramente seriam as paróquias de Limonade, Petit-Anse, Plaine du Nord, Acul, Le Trou e Port-Margot. As diferenças de terreno e clima, todavia, logo fizeram as primeiras assimetrias surgirem quando se iniciaram as experiências com os canaviais. Assim, o sucesso das anileiras no litoral atraiu o cultivo para as áreas interiores e montanhosas de Grande-Rivière e Dondon, ao passo que Limonade e Petit-Anse – já prestigiadas pelo solo fértil – começavam as empreitadas com o açúcar.⁷

Depressa as planícies foram ocupadas pelos engenhos, que substituíram a paisagem do índigo e estimularam a formação de novas paróquias, como a de Quartier Morin (parte de Petit-Anse) e Limbé (parte de Acul). Nas primeiras décadas do século XVIII, o triunfo do açúcar consolidou riquezas e transformou o arranjo social de Saint-Domingue. A contratação de trabalhadores europeus em regimes de servidão temporária, os *émigrés*, não era suficiente para a crescente demanda de mão-de-obra nas plantations açucareiras, cujo regime de trabalho foi se tornando cada vez mais disciplinar e agressivo. Em pouco tempo, todo sistema de trabalho passou a ser abastecido pelo contínuo fornecimento de escravizados africanos, que se tornaram a maior parte da população colonial, ainda mais quando a taxa de absentéismo do grupo senhorial começou a crescer. Em meados do Setecentos, o açúcar das planícies de Cap-Français formava o núcleo do sistema de plantation em Saint-Domingue, que atraía centenas de aventureiros para o espaço colonial em busca de formação de riquezas.

O rápido assentamento e desenvolvimento das terras planas contrastava com as terras montanhosas no entorno, que perfaziam a maior parte do território da província do

⁶ O mais recente biógrafo de Toussaint Louverture afirmou que a língua crioula (língua criada pelos escravos de matrizes francesa e africanas) do Norte era diferente dos outros departamentos, por ter absorvido uma série de influências africanas. A alimentação da população escravizada era igualmente distinta, em que era preferido a farinha de mandioca ao uso de outras raízes de acordo com Moreau de Saint-Méry. HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 62; MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*, p. 123-124.

⁷ MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*, *passim*.

Norte. As paróquias de Grande-Rivière e Dondon foram exceção devido à atração incipiente que tiveram com os estabelecimentos de anil e tabaco, porém seguiram trajetórias díspares quando da retração dessas culturas diante da opulência açucareira. Dada a proximidade de Grande-Rivière das importantes áreas produtoras de Limonade e Quartier Morin, a paróquia passou a abrigar numerosas roças de mantimentos para abastecer os engenhos das planícies. Por conta da pouca atratividade financeira do cultivo de alimentos, esse plantio foi adotado especialmente pelo grupo de *affranchis*, isto é, afrodescendentes livres e libertos, filhos ou descendentes de escravos em Saint-Domingue que ganharam ou adquiriram sua liberdade.⁸

No geral, esse foi o caminho de ocupação inicial das montanhas no Norte: dado seu baixo valor relativo, o terreno nos *mornes* era empregado para atividades secundárias em relação à monocultura de exportação do açúcar. Eram adquiridos pelos *gens de couleur libres* para plantação de víveres e criação de animais, ou utilizados para horta de escravizados nos engenhos próximos às serras. Foi assim que as paróquias de Port-Margot e Plaisance, ou as partes altas de Limbé, Plaine du Nord, Limonade e Le Trou, começaram a ser povoadas a princípio. Por sua vez, Dondon teve um padrão de ocupação diferente dos *mornes*. Apesar da falta de êxito do anil e do algodão por conta do clima chuvoso e do terreno íngreme, a produção de tabaco e alimentos era reputada. Mas o foco da paróquia recairia sobre outra cultura: o café. Dondon foi o primeiro local de introdução dos grãos vindo das îles-du-Vent em Saint-Domingue, datada do ano 1738, os quais estão na origem de grandes riquezas da comuna. Por volta de 1750, porém, o café ainda estava longe de ser um importante artigo de exportação tal qual o açúcar.⁹

Mudanças no padrão de ocupação da terra aconteceram com o final da guerra dos Sete Anos, na década de 1760. Diversos oficiais dispensados com o desfecho do conflito se instalaram na colônia na intenção de fazer fortunas, alargando a camada dos brancos pobres, os chamados *petits blancs*. Não possuindo as largas quantias necessárias à montagem de engenhos, começaram a adquirir – quando o conseguiam – lotes e concessões nas montanhas para a produção de artigos secundários, entre eles o café, que vinha se expandindo em diversas localidades. De Dondon, com reputação já conhecida, as *habitations* cafeeiras passaram a ocupar vastas superfícies nos *mornes* e a transformar vertiginosamente a paisagem natural e social de paróquias pouco desenvolvidas até o

⁸ MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*, *passim*.

⁹ *Ibidem*, *passim*. As îles-du-Vent (ilhas de Barlavento) são parte das Pequenas Antilhas.

momento. De conglomerados de afrodescendentes livres e libertos, as zonas montanhosas abrigaram progressivamente recém-chegados europeus.¹⁰

Pode-se dizer que uma segunda fase de ocupação territorial se iniciou nesse período, dessa vez para o interior do distrito de Cap-Français. As zonas elevadas de paróquias açucareiras, como Limonade, Acul e Limbé, viram a abertura de uma centena de fazendas cafeeiras, porém algumas em áreas mais apropriadas para esse plantio que outras. As verdadeiras beneficiárias desse contexto foram as vastas regiões de serra, seja as de consolidada ocupação, como Dondon e Grande Rivière, ou as novas fronteiras agrícolas, como Plaisance e Borgne.¹¹ Dondon, contando, em 1789, com 229 unidades cafeeiras segundo Moreau de Saint-Méry, desenvolveu três classes de fazendas de acordo com suas capacidades produtivas: as maiores, segundo o autor, atingiam até 45 toneladas anuais dos grãos, mas grande parte delas mantinha a média de 4 a 13 toneladas. As *caféyères* do local geraram grandes riquezas, como a da família de Vincent Ogé que, como se leu no capítulo anterior, foi um rico afrodescendente livre acusado de organizar a primeira revolta de *gens de couleur* na colônia em 1790.

Por sua vez, o café dessa paróquia não era o único célebre em Saint-Domingue: Borgne, uma recente paróquia de 1750, rapidamente fez sua fama na economia cafeeira.¹² Diferente das primeiras comunas que se beneficiaram dos grãos, Borgne, antes do *boom* cafeeiro da década de 1760, sequer possuía assentamentos; sua principal atividade era a produção de material calcário (*corail*) em algumas unidades produtivas.¹³ Considerando seu terreno elevado, um dos mais altos da colônia, e o baixo desenvolvimento da paróquia até então, a área serviu de grande atração para os recém-chegados de poucas rendas justamente pela disponibilidade de terras. Situação semelhante ocorreu na vizinha Plaisance, que até a década de 1770 possuía algumas unidades para produção de

¹⁰ DEBIEN, Gabriel. Les plans et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue: La plantation La Merveillère aux Anse-à-Pilre (1789-1792). *Révue d'histoire et de géographie d'Haïti*. Vol. 14, No. 51, Port-au-Prince, oct. 1943, p. 14-15. Debien diz que nas décadas de 1760 e 1770, nove novas paróquias foram criadas em Saint-Domingue.

¹¹ O estudo das sociedades cafeeiras em algumas paróquias do Norte de Saint-Domingue antes da Revolução foi feito pela pesquisadora Juliana Zanezi em sua Iniciação Científica, aprofundada na atual investigação de Mestrado em andamento. Agradeço a autora pelas informações e divulgação de seus relatórios de pesquisa, que são fundamentais para a análise feita nesta Dissertação. ZANEZI, Juliana Cristina. *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue, 1775- 1797*. Relatório parcial de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, inédito; Idem. *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue, 1775- 1797*. Relatório final de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, inédito.

¹² Não sem motivo as duas paróquias foram classificadas por Moreau de Saint-Méry como as paróquias cafeeiras do distrito de Cap-Français. MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.*, *passim*.

¹³ MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.* v.2, p. 371- 373.

alimentos. Assim, florestas inteiras foram abatidas para ceder espaço aos arbustos de café, os quais progressivamente cobriram os *mornes* de Saint-Domingue. O envolvimento massivo de *petits blancs* na abertura de fazendas cafeeiras fez com que as sociedades de exploração fossem bastante comuns nesses locais, uma vez que vários não possuíam as rendas necessárias para formar *habitations* completas. Por meio da união de forças, conhecimento e capital entre agentes de condição social e econômica semelhantes, eles se estabeleciam como plantadores dentro de um ramo que estava em ascensão, obtendo experiência e rendas para acumular riquezas e crescer socialmente em Saint-Domingue.¹⁴

Foi assim que Borgne e Plaisance chegaram a ter de 6% a 8% da população de brancos, enquanto os afrodescendentes livres e libertos não atingiam os 5%.¹⁵ Apesar da maioria esmagadora de escravizados, como o foi em toda a colônia no geral, a menor quantidade de *affranchis* nas novas fronteiras agrícolas era um forte indicativo de que a economia do café foi conformada sobretudo pelos brancos de estratos médios e baixos. O grupo de *gens de couleurs* nessa região não estava de todo excluído da produção do café, não obstante suas posses fossem de menores proporções. Vários deles, provavelmente, combinavam o cultivo dos arbustos com o de alimentos, tendo em vista a importância de Plaisance no abastecimento da cidade portuária de Cap-Français.¹⁶

Segundo o autor da *Description*, em poucos anos, Plaisance formou um parque produtivo de 180 fazendas cafeeiras e Borgne de 117 unidades.¹⁷ Apesar da superioridade

¹⁴ Cf. ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório final), p. 22; Idem, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório parcial), p. 13.

¹⁵ População total de Plaisance: 600 brancos, 230 *affranchis* e 6.600 escravos; população de Borgne: 412 brancos, 282 *affranchis* e 5.742 escravos – ambos dados coletados por Moreau de Saint-Méry. Um adendo deve ser feito para a paróquia de Dondon. De acordo com Moreau de Saint-Méry, em 1789 a paróquia era formada por 600 brancos, 200 *gens de couleurs* e 9.000 escravos; nesse sentido, sua composição social era semelhante à de comunas de desenvolvimento tardio, como Plaisance e Borgne. Entretanto, considerando que Dondon era uma região de produção cafeeira fortemente estabelecida em finais do século XVIII e uma das primeiras comunas de ocupação em Saint-Domingue, as famílias residentes possuíam maior poder e riqueza do que as presentes nos locais de produção posterior. Os primeiros residentes de Dondon, assim como o foi em Grande Rivière, eram sobretudo afrodescendentes livres. Muito provavelmente elas puderam participar logo cedo na cultura dos grãos, quando ainda eram uma espécie de experimento nas Antilhas – já que Dondon foi também o primeiro local de plantação dos arbustos. Além disso, o envolvimento desse grupo com brancos era comum (e não deixou de o ser depois) até meados do século XVIII. Mas ricas famílias, como os Ogé por exemplo, independentemente de sua composição racial, eram classificadas como brancos, mesmo após as leis raciais da década de 1760. Se os Ogé, conhecidos *gens de couleur*, apareciam nos documentos oficiais como brancos e não *affranchis*, é possível que outros afrodescendentes livres fossem classificados também como brancos, aumentando assim o número deste grupo. É possível afirmar, desse modo, que em locais de ocupação inicial a quantidade de brancos era superior à de *gens de couleurs*. MOREAU DE SAINT-MÉRY, op. cit. v.1; ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório parcial).

¹⁶ MOREAU DE SAINT-MÉRY, op. cit. v.2, p. 346; ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório parcial), p. 13.

¹⁷ MOREAU DE SAINT-MÉRY, op. cit. v.2, p. 345; ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório parcial), p. 15. Vale a pena salientar que não sabemos quais os

numérica da primeira, as vantagens climáticas e morfológicas de Borgne permitiam uma produção anual na casa das 1.600 toneladas, um dos valores mais altos de Saint-Domingue. Ademais, seus grãos eram cotados de um a dois *sous* a mais que o artigo de outras regiões.¹⁸ A excepcionalidade do café de Borgne foi reconhecida no célebre manual de Pierre Laborie, ele mesmo um proprietário desta paróquia, em que descreveu com detalhes a montagem de uma *caféyère* completa segundo os métodos da região, considerados pelo autor como os mais profícuos.¹⁹ Isso não significa que Plaisance, outra importante fronteira agrícola do período, estivesse em completa desvantagem, pois chegava a produzir cerca de 1.360 toneladas por ano. Em ambas as localidades, predominavam os pés de café jovens e em produção no final da década de 1780, com vultosos potenciais para os anos seguintes, em fazendas que possuíam uma média de 22 a 33 hectares de terra.²⁰

Essa segunda onda de ocupação, iniciada no último quartel do século XVIII, para além da atração de muitos imigrantes para o departamento do Norte e do crescimento econômico possibilitado pelas plantações de café, teve outro importante efeito: a ampliação das comunicações terrestres da colônia. A ocupação de áreas interioranas promoveu a abertura paulatina de caminhos e estradas para facilitar ligações entre regiões e fortalecer as defesas do território *domingoise*, especialmente no período de guerras, quando as circulações marítimas eram dificultadas. Assim sendo, essas paróquias montanhosas ocuparam posições estratégicas dentro da província setentrional. Borgne, por exemplo, antes parte do distrito de Port-de-Paix, era fundamental na conexão deste distrito com as demais jurisdições da província Norte. Por sua vez, foi a partir de Plaisance que um caminho terrestre de Cap-Français para o departamento Oeste foi pela primeira

critérios utilizados por Moreau para classificar o que era uma fazenda. Não tomamos este número como exato, mas como uma média para ter uma comparação com as fazendas no período da Revolução.

¹⁸ 1 libra tounois equivale a 20 sous ou 240 derniers. A libra colonial, por seu turno, valia dois terços da libra tournois, utilizada na metrópole. LACOMBE, Robert. Histoire monétaire de Saint-Domingue et de la République d'Haïti, des origines à 1874. *Revue d'histoire des colonies*, tome 43, n°152-153, troisième et quatrième trimestres 1956, p. 273-337; MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.* v.2, p. 373.

¹⁹ Publicado em 1798, *The Coffee Planter of Saint-Domingue* tinha por objetivo propagar os métodos de produção do café para serem adotados em outras partes do Caribe, sendo o próprio autor, Pierre Laborie, um refugiado na Jamaica. Interessante adicionar que poucos anos depois da publicação do original em inglês, Frei Veloso no projeto do Fazendeiro do Brasil traduziu os três primeiros capítulos do manual de Laborie a fim de promover o melhoramento agrícola na colônia portuguesa. Sobre o assunto, ver MARQUESE, Rafael. Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Vo. 16, No. 14, Rio de Janeiro, 2009, pp. 855-880.

²⁰ ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório parcial), p. 15; Idem, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório final), p. 17. Um *carreau*, unidade de medida da época e até hoje utilizada no Haiti, equivale a 1,3 hectares.

vez concebido; somente a partir dessa época que uma rota direta desta cidade para a capital Port-au-Prince, os dois principais centros urbanos de Saint-Domingue, foi finalmente aberta.²¹

Este é o cenário do distrito de Cap-Français nas vésperas da Revolução Haitiana. Era a região econômica e socialmente mais dinâmica da colônia, o centro produtor de duas reputadas commodities mundiais (o açúcar e o café), as quais foram responsáveis pelos tesouros de importantes famílias francesas e crioulas. Apesar de sua diminuta extensão, a região possuía claras divisões geográficas. As planícies litorâneas, primeiro local de assentamentos coloniais, tinham a paisagem marcada pelos grandes engenhos, que concentravam a maior parte dos escravizados, mas poucos residentes livres. O alto índice de absenteísmo dos proprietários, cujas plantations eram administradas por procuradores e gerentes, fazia com que a proporção relativa de habitantes livres nas planícies fosse menor do que os moradores nos *mornes*. Ali as propriedades geravam menos renda por unidade e o número de colonos presentes era elevado. A centralidade do porto de Cap-Français e o vínculo estreito que possuía com a metrópole dinamizava ainda mais o potencial produtivo dessas paróquias, colocando o distrito em posição de evidência para aqueles que buscavam fazer riquezas em Saint-Domingue.

O início da revolta de escravos modificou completamente esse percurso. Os treze anos que se seguiram a 1791 trouxeram mudanças significativas na organização econômica e social da região, principalmente quando se considera que ali foi o epicentro da insurreição que para sempre mudaria Saint-Domingue.

A ascensão do poder negro revolucionário (1791-1795)

Os articuladores da revolta escrava de final de agosto de 1791 não imaginavam que, alguns anos depois, naquela mesma região onde foram por tanto tempo submetidos ao mais cruel e violento sistema de trabalho, alcançariam o comando político e econômico. E, por mais que lutassem pelo fim da escravidão, defenderiam o desenvolvimento do sistema de plantation. Tudo isso não estava posto de antemão e muito menos era propósito dos milhares de cativos insurgentes no início dessa Revolução, cujo centro seria os distintos significados de liberdade.

²¹ MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.* v.2, p. 347-354.

Em contrapartida, estava no cerne dos objetivos dos escravos rebeldes, na revolta que se iniciou em 22 de agosto, atacar as plantations e seus senhores, isto é, os símbolos materiais da escravidão e as causas de seu infortúnio. Organizada na rica planície do Norte, a insurreição assaltou diretamente as *habitations* açucareiras, com incêndios nos canaviais e edifícios e assassinato dos brancos presentes. Como consequência, a fuga em massa de senhores e gerentes, para outras áreas da colônia e sobretudo para fora de Saint-Domingue, provocou o abandono de boa parte das *sucreries* e da escravaria, que por sua vez engrossava as bandas rebeldes ou fugia para as montanhas. As planícies de Acul, Limbé, Limonade, Petite-Anse, Plaine-du-Nord, Port-Margot e Quartier Morin, notáveis pela produção de açúcar branco, foram devastadas pelo fogo em quatro dias de insurreição.²² Apesar do centro inicial da rebelião se encontrar nas planícies açucareiras, a evasão de cativos para as montanhas, bem como a formação de acampamentos rebeldes em locais mais resguardados, interferiu igualmente nas paróquias montanhosas do departamento, especialmente nas mais próximas das planícies, como foi o caso de Plaisance. Segundo o político revolucionário francês Jean-Phillipe Garran-Coulon,

Os escravos, ao se retirarem, recomeçaram os incêndios, e depois de terem queimado todos os engenhos da Planície, atearam fogo nas fazendas de café das montanhas. [...] Algumas paróquias localizadas nas extremidades da província foram, dizem, as únicas que foram conservadas em todo o Norte, que contém vinte sete.²³

Aproveitando-se desde o início das convulsões na colônia francesa, colonos e autoridades de Santo Domingo (porção espanhola da ilha) estabeleceram trocas na fronteira com os cativos sediciosos. Em busca de munição e armamentos, os insurretos ofertavam animais, equipamentos e mercadorias pilhadas das *habitations*, seja das já completamente ocupadas pelos rebeldes, seja das que sofriam fortuitamente com incursões.²⁴ Antes do fim de 1791, as fileiras negras eram uma força de dezenas de

²² FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004, p. 101; COULON, Jean-Phillipe Garran de. *Rapport sur les troubles de Saint-Domingue*. 4 vols. Commission des Colonies. Paris: Imp. nationale, 1797-99, *passim*; DALMAS, Antoine. *Histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Mame frères, 1814, v. 1, *passim*.

²³ As paróquias na extremidade da província Norte são justamente aquelas que não fazem parte do distrito de Cap-Français; são formativas do distrito de Port-de-Paix, mais a oeste, e de Fort-Dauphin, mais a leste. No original: “les nègres en se retirant recommencèrent leurs incendies, et quand ils eurent brûlé tout les sucreries de la Plaine, ils mirent le feu aux caffeteries des montagnes. [...] Quelques paroisses situées aux extrémités de la province étoient, dit-on, lês seules qui eussent été conservées dans tout le Nord, qui en contient vingt-sept.” [tradução autoral]. COULON, *op. cit.*, v. 2, p. 218.

²⁴ Sobre a relação da Revolução em Saint Domingue com a parte espanhola de Santo Domingo, ver o trabalho de NESSLER, Graham T. *An Islandwide Struggle for Freedom: Revolution, Emancipation and Reenslavement in Hispaniola, 1789-1809*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

milhares de pessoas e controlavam quase totalmente o departamento do Norte de Saint-Domingue.²⁵

As fracassadas negociações da primeira comissão civil entre novembro e dezembro, enviada pela França para acabar com a rebelião, fortaleceram o grupo insurgente e a determinação de suas principais lideranças na continuidade da luta, nos nomes de Jean-François e Georges Biassou. O início de 1792 marcou, assim, um novo momento da insurreição, baseada em uma nova ordenação dos combatentes para além das táticas de guerrilha. Fez parte desta nova fase a divisão do território rebelde em duas seções, cada qual sob domínio de um líder, onde os escravos guerreiros começaram a receber algum treinamento. Passado meses de revolta, os chefes da Revolução contavam com uma rede de subordinados espalhados pela província que, por seu turno, comandavam a base de cativos insurgentes. Pela primeira vez essas pessoas se preparavam taticamente para os combates desde a organização de agosto do ano anterior, e, ainda que pouco, estavam munidos de mais armas. Saíam de uma posição de improvisos de batalha para nascente estruturação militar.²⁶

Dentro desse contexto, Jean-François e Biassou se autoconcederam títulos militares, o primeiro de grande almirante (mesmo sem marinha) e o segundo de governador-geral e vice-rei.²⁷ Com acampamentos militares presentes em diversos locais das planícies e das montanhas, uma elite de oficiais rebeldes apontou em Saint-Domingue. Toussaint Bréda, nessa época um importante comandante, ocupava o posto de general nas fileiras de Biassou, posicionadas próximas das paróquias de Quartier Morin e Petit Anse.²⁸ Ao mesmo tempo que surgia e se fortalecia uma alta-roda militar de negros insurgentes, nem todos comprometidos com a liberdade geral da escravidão, escravizados se apropriavam de terrenos das plantations ou contíguos a elas para estabelecer seus próprios cultivos. Movimento também presente entre alguns soldados, vista a escassez de importação de alimentos com o início do evento.²⁹ As trocas comerciais, porém, não cessaram: os pés de café nos *mornes* continuaram a dar frutos,

LACROIX, Pamphile de. *Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Pillet aîné, 1820, v.1, p. 209-210.

²⁵ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 72.

²⁶ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 78-83.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 78.

²⁸ *Ibidem*, p. 84.

²⁹ Cf. POPKIN, Jeremy. *A concise history of the Haitian revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012, p. 48.

através dos quais os insurgentes adquiriam armas e provisões essenciais com mercadores estrangeiros ou com os espanhóis na fronteira de Santo Domingo.³⁰

A chegada da segunda comissão civil no final de 1792 intensificou mais uma vez as hostilidades, com a diferença de que o exército francês se encontrava agora diante de tropas rebeldes mais treinadas. Sob o comando do general Etienne Laveaux, as forças francesas adentraram inicialmente em paróquias de menor controle pelos líderes negros, isto é, em comunas limítrofes ao reduto de Cap-Français – como a planície a oeste (Port-de-Paix, Jean-Rabel e Môle de Saint-Nicolas). Mas novo impulso foi dado às tropas insurgentes quando a Espanha entrou oficialmente em guerra com a França. Nos primeiros meses de 1793, Toussaint foi enviado para a vizinha espanhola no intuito de firmar aliança com a potência europeia, fazendo das bandas rebeldes parte do exército auxiliar espanhol e garantindo a liberdade de todos os escravos combatentes. O provimento de armas, munições e mantimentos foi facilitado, embora longe de ser suficiente. Ainda assim, em meados daquele ano, o general negro comandava sozinho uma força de 4.000 soldados, capazes de recuperar os avanços que as tropas republicanas francesas haviam feito.³¹

Rapidamente, os postos de Dondon, Marmelade, Gonaïves e Plaisance voltaram às mãos insurgentes. Sob seu poder, em nome da coroa da Espanha, estavam a planície, de onde foi organizada a rebelião, e a vasta zona montanhosa ao seu redor. Ia desde Gonaïves (na divisão entre os departamentos Norte e o Oeste), onde Toussaint estabeleceu seu baluarte, passando por Grand Boucan (em Grande Rivière), onde estava a fortificação de Georges Biassou, até próximo da fronteira com Santo Domingo, em torno de Ouanaminthe, reduto de Jean-François.³² No entanto, as dissidências entre as lideranças por disputa interna de poder fomentaram hostilidades. Jean-François e Biassou vez ou outra penetraram nas zonas de domínio um do outro. À medida que a força de Toussaint ia se tornando mais imponente, Jean-François incitava a desordem entre os soldados na tentativa de refreá-lo; até mesmo Biassou, a quem em teoria estava subordinado, tramou armadilhas para captura do general. Toussaint, outrossim, discordava de medidas e ações

³⁰ GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019, p. 54.

³¹ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 85.

³² Cf. FORSDICK, Charles & HØGSBJERG, Christian. *Toussaint Louverture: A Black Jacobin in the Age of Revolutions*. London: Pluto Press, 2017, p. 46.

tomadas pelos chefes rebeldes, principalmente no que tocava à venda de escravizados *domingoises* para os espanhóis.³³

Em fins de 1793, Toussaint se via como o defensor superior da emancipação geral dos escravos em Saint-Domingue, motivo pelo qual adotou a alcunha de Louverture.³⁴ Diferente dos outros comandantes, não acreditava na liberdade seletiva de alguns sobre o cativeiro de tantos, como tentaram fazer na primeira negociação com os comissários civis em 1791. Incentivava os escravizados das zonas fora de seu poderio, fossem combatentes ou não, a desertarem ou fugirem das plantations, prometendo-lhes proteção e liberdade. Nem mesmo acreditava nas medidas das autoridades francesas, que visavam atrair os escravos para o lado republicano por meio da concessão de manumissões (primeiro aos soldados, depois às famílias), até finalmente contemplar a população como um todo pela abolição geral da escravidão em agosto de 1793, dada a iminência da perda do domínio metropolitano sobre Saint-Domingue.³⁵ Todavia, conforme os meses passavam, a questão da liberdade e o princípio universal da abolição haviam se tornado um divisor de águas para Toussaint. O tratamento cruel dos espanhóis às tropas negras e a continuidade da escravidão em Santo Domingo e demais colônias do império escancaravam os limites da emancipação sob a bandeira da Espanha.

Se nos primeiros meses a declaração de abolição dos comissários franceses teve pouco efeito sobre Louverture, no início de 1794, quando as desavenças com os espanhóis se tornaram demasiado perniciosas, ela se tornou mais atrativa. Diálogos com Etienne Laveaux, general da armada republicana, avançaram nesse período para convencer o líder negro a mudar de aliança. Em maio desse ano, Toussaint e sua tropa de milhares de soldados foram incorporados ao exército francês, mudando categoricamente o jogo de forças da Revolução a partir de então. Levou consigo não somente os reforços que a França tanto necessitava para continuar a guerra em Saint-Domingue, mas também os territórios que estavam sob seu controle, como as paróquias de Gonaïves, Plaisance, Marmelade e Dondon.³⁶ A inserção das tropas negras nas fileiras francesas veio acompanhada do grande desafio de disciplinar esses homens. Desde antes já recebiam

³³ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 91

³⁴ Sobre os significados da mudança de nome de Toussaint Bréda para Toussaint Louverture, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

³⁵ DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press, 2004, p. 161-168; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 87-91; JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 137-141.

³⁶ DUBOIS, *op. cit.*, p. 88-93.

algum tipo de treinamento, mormente da parte de Toussaint, mas para expulsar os inimigos europeus – que incluía também a ocupação britânica do departamento Oeste desde finais de 1793 –, seria imprescindível os transformar em reais soldados militares.³⁷ A perspicácia de Toussaint em adaptar as técnicas europeias de guerra ao profundo conhecimento dos terrenos e natureza *domingoises* rapidamente surtiu efeitos. Em julho, apenas dois meses depois da aliança com Laveaux, Louverture recuperou importantes regiões do domínio de Jean-François.³⁸ Era política do comandante que os insurgentes fossem incorporados ao exército republicano, aumentando o contingente das tropas e sua força de líder militar conforme avançava sobre os adversários.

A reanexação das zonas de apoio espanhol à República implicava a extensão do decreto de 29 de agosto de 1793 – que previa a abolição geral da escravidão e um novo regimento de trabalho agrícola – a esses locais. Seguindo a resolução geral da proclamação, qual seja de recuperar o complexo produtivo de Saint-Domingue para financiar a guerra colonial, Toussaint proibia os saques de soldados em locais reavidos e a depreciação de plantations, tal como aconteceu até aquele momento na Revolução. A apropriação pessoal de qualquer elemento, seja munição, armamento ou equipamento, estava firmemente condenada. Massacres das forças inimigas eram igualmente desaprovados e aos prisioneiros negros, em especial, era ofertada a filiação ao exército.³⁹

A guerra contra os negros rebeldes apoiados pelos espanhóis na província do Norte foi contínua por todo o ano de 1794 até o início de 1795, quando foi firmado o tratado de paz entre Espanha e França. Jean-François, Georges Biassou e alguns dos oficiais rebeldes deixaram a ilha em direção a outros espaços do império espanhol, ao passo que a massa de insurgentes se uniu ao exército republicano ou se estabeleceu de forma independente nas montanhas. Pela primeira vez em quatro anos, o departamento Norte se viu livre de guerras e sob completo poder da metrópole. Em contrapartida, principalmente após o retorno dos comissários civis Sonthonax e Etienne Polverel para a França em 1794, a defesa do poder colonial dependeu massivamente do exército negro. Somente ele poderia assegurar Saint-Domingue para a República francesa, mas, para que continuassem nesse caminho, requeria-se a retomada econômica da colônia.⁴⁰

³⁷ DUBOIS, *op. cit.*, p. 98-99.

³⁸ *Ibidem*, p. 105.

³⁹ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 124-127.

⁴⁰ DUBOIS, *op. cit.*, p. 180.

Na luta pela liberdade, a consolidação das forças insurrecionárias escravas num exército negro revolucionário ocorreu ao mesmo tempo que os antigos escravizados buscavam se transformar em pequenos produtores. O ataque aberto às representações físicas da escravidão (edifícios, equipamentos e culturas) dos primeiros meses foi seguido pelas tentativas de vários dos cativos em estabelecer cultivos de subsistência e criação de animais em pequenos lotes de terra. O contexto de rebelião, destruição e abandono dos grandes latifúndios abriu as possibilidades para que essa população pudesse se apossar de terrenos das plantations e nas montanhas (onde havia bastante disponibilidade de terra) para se firmarem como produtores independentes afastados do complexo agrícola de exportação. Esse movimento foi intensificado quando ficou claro que, o que havia começado como uma insurreição escrava, tornou-se uma revolução em nome da liberdade. Se a definição de liberdade, no decreto de abolição de 1793, era uma condição de direitos e deveres embasada no trabalho das *habitations*, para a maioria dos ex-escravizados, de modo oposto, era a prática da autonomia campesina.⁴¹

Enquanto a guerra persistiu, era impossível para as autoridades francesas e para o exército negro focar na recuperação econômica das áreas em sua possessão, mesmo que a instauração de uma economia de guerra fosse indispensável. Assim sendo, apesar da consumação da emancipação geral nesses territórios, o regimento de trabalho assalariado – ou as condições da nova liberdade –, não podia ser efetuado. O mesmo não se pode afirmar da ação libertária dos ex-escravos, inclusive dos que continuaram nas propriedades durante esses anos. As produções de açúcar e café foram prejudicadas pela magnitude conferida às hortas de víveres, que colocavam os demais cultivos em espaço secundário. As roças pessoais, que antes ocupavam lotes mais ou menos regulares e contidos, agora se dispersavam pelas propriedades, em direção às montanhas, na procura de novos terrenos. Essa conjuntura de incipiente prática da liberdade pelos trabalhadores quase provocou uma guinada radical no processo revolucionário em Saint-Domingue.⁴²

Desta forma, no momento que o governo colonial republicano francês reassumiu o controle da província do Norte por inteiro em 1795, o complexo de plantations se encontrava no estado mais deteriorado desde o início de sua estruturação no despertar do

⁴¹ FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, No. 2, 2004, p. 376; Idem. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, p. 17.

⁴² DEBIEN, Gabriel. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962, p. 144. DUBOIS, *op. cit.*, p. 185; FICK, Emancipation in Haiti, p. 20.

século XVIII. Os engenhos da planície ao redor de Cap-Français eram os mais atingidos, já que foram em sua maioria incendiados e depredados – provavelmente em mais de uma ocasião – desde agosto de 1791. As culturas estavam abandonadas, os edifícios completamente em ruínas ou em péssimo estado, sem animais suficientes (quase todos roubados ou mortos durante os conflitos) e a maioria do *atelier* se encontrava foragido, unido à insurreição ou nas montanhas como *marrons*. Essa foi a situação descrita por um proprietário sobre sua *sucrierie* na paróquia de Terrier-Rouge. Em suas palavras, “todos os moinhos, todos os edifícios foram incendiados. Não tenho uma única mula nem um único boi. Todo o canal deve ser replantado. Trinta mil luíses de ouro não vão reparar minhas perdas.”⁴³ Mesmo quando Toussaint entrou para o lado republicano e impôs às suas tropas a proibição de saques a propriedades, dificilmente conseguia controlar os milhares de soldados sob seu comando. Era bem possível que as propriedades continuassem a ser pilhadas para proveito próprio dos oficiais, ampliando a debilitação do sistema de plantation no Norte da colônia.

As fazendas de café, num primeiro momento mais afastadas do epicentro insurgente, foram também afetadas conforme se estabeleciam acampamentos militares nas montanhas. Por mais que vários colonos continuassem em posse de suas fazendas e alguns até mantivessem certa rotina de trabalho, o cenário de instabilidade e insegurança era generalizado na província setentrional. Um colono de Jean-Rabel, paróquia que foi pouco atingida pela revolta escrava, afirmou que os animais e trabalhadores da *habitation* estavam bastante fatigados e debilitados, e que a mercadoria enviada para venda em 1795 era da colheita anterior.⁴⁴ Louverture se empenhava para manter a ordem das zonas reconquistadas, mandando de volta para as plantations libertos fugidos e cobrando alguma disciplina de trabalho, mas sem grande sucesso. No conjunto de paróquias do “Cordão do Oeste”, na divisão entre os departamentos do Norte e Oeste, os ex-escravos transitavam com relativa impunidade entre as fazendas em busca de melhor tratamento ou proximidade de familiares.⁴⁵

⁴³ Luís de ouro, ou apenas luís, eram as moedas de ouro cunhadas no império francês. No original: “Tous mes moulins, tous mes établissements sont brûlés. Je n'ai pas un seul mulet ni un seul bœuf. Toutes les cannes sont à replanter. Trente mille louis d'or enfin ne répareront pas mes pertes [...]” Carta 39: Monsieur de Rouvray à la comtesse de Lostanges - New York, 26 février 1794. ROUVRAY, M. et Mme. de. *Une correspondance familiale au temps des troubles de Saint-Domingue (1791-1796). Lettres du marquis et de la marquise de Rouvray à leur fille*. Ed. McINTOSH, M. E e WEBER, B. C. Paris : Société de l'histoire des colonies françaises, 1959, p. 222.

⁴⁴ DEBIEN, *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*, p. 144.

⁴⁵ DUBOIS, *op. cit.*, *passim*.

Assim foi enquanto as guerras ocupavam completamente o exército negro e as autoridades coloniais. Na primeira ocasião em que a administração francesa se viu livre de um de seus adversários, os projetos de retomada econômica emergidos com o decreto de abolição puderam enfim ser adotados. O momento não poderia ser mais propício: o lado republicano havia recuperado quase a totalidade do departamento do Norte e Toussaint Louverture e outros oficiais se consolidavam como lideranças de destaque no exército francês – nomes como Jean-Jacques Dessalines, Henry Christophe, Charles Belair e Moïse, que desempenhariam importantes papéis na Revolução.⁴⁶ A derrota dos inimigos britânicos nas regiões Oeste e Sul da colônia se concretizaria apenas com base em fluxos de rendimento, passíveis de ser alcançados pelo reestabelecimento da estrutura econômica de Saint-Domingue, isto é, do sistema de plantation. A gana dos ex-escravos pela liberdade apenas aumentou com a aplicação das políticas fundiárias pelas autoridades. Mas a força do exército revolucionário refreou as possibilidades abertas pelo contexto bélico dos anos anteriores. Etienne Laveaux, governador da colônia naquela época, em conjunto com os principais oficiais negros, estava incumbido de dar andamento à economia de guerra em defesa da abolição.

O desenvolvimento dos planos econômicos do Norte (1795-1798)

De 1795 a 1802, época da paz com a Espanha até a conflagração da guerra de independência, a retomada do complexo produtivo para exportação foi peça central no jogo político dos grupos dirigentes revolucionários de Saint-Domingue. Evidência disso foi o extenso volume documental sobre as *habitations*, produzido com impressionante regularidade nesses anos: os censos dominiais da colônia.⁴⁷ Por serem exclusivos das áreas de comando francês, o primeiro ano é restrito às paróquias do Norte, com progressiva ampliação à medida que o território era reavido com o passar dos anos.⁴⁸ Este

⁴⁶ GONZALEZ, *op. cit.*, p. 65.

⁴⁷ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-5.

⁴⁸ Assim sendo, a província setentrional possui a maior cobertura espacial e temporal enquanto o Sul foi o menos recenseado. Mesmo o Sul sendo, desde o princípio, um local sob bandeira da França, seu comando era de fato exercido quase independentemente pelo general “mulato” André Rigaud, que Polverel deixou encarregado no poder desde sua partida da colônia em 1794. Mesmo estando em uma área francesa, Rigaud possuía plena autonomia política e administrativa do local, pouco se relacionando com as autoridades francesas presentes na ilha. Os únicos censos disponíveis para o departamento do Sul datam de 1802, quando algumas áreas desta região caíram em poder da expedição de Leclerc, que foi responsável pelo ordenamento de recenseamento neste ano. No caso do Oeste, os censos disponíveis vão de 1798 a 1802,

departamento foi, desde o princípio, o centro do poder do exército negro revolucionário e, portanto, a região de maior domínio da França em Saint-Domingue. Por esse motivo, suas paróquias são as mais recenseadas e, conseqüentemente, onde a aplicação dos planos de recuperação das plantations foi mais intensa. A produção dos censos não respeitava um método universal e nem seu alcance era homogêneo a todos os locais, fato que dificulta uma análise simétrica das paróquias da província. Por outro lado, a documentação acompanhou diferentes estágios das políticas econômicas, possivelmente funcionando como uma forma de avaliação das deficiências ou da eficácia de execução dos projetos, a partir da qual novas medidas e novos caminhos poderiam ser tomados.

*

A primeira medida visando a reestruturação da produção de commodities foi o regimento de trabalho que acompanhou o decreto de abolição de 1793. O que o ano seguinte salientou, no entanto, foi que de nada adiantava retornar os trabalhadores para as *habitations* sem que houvesse alguém para os supervisionar e para administrar as propriedades. Passados quatro anos de Revolução, a maior parte dos proprietários e colonos, principalmente na turbulenta planície de Cap-Français, não estava mais presente, fosse por morte ou fuga. Grande parte dos engenhos e fazendas da região, antes os maiores símbolos da riqueza colonial, estava abandonada e em péssimas condições. Por serem justamente os locais que representavam a força econômica de Saint-Domingue até 1790, essas propriedades deveriam ser o foco dos projetos de restauração.

Os primeiros censos produzidos em 1795 (datados de março a maio) referem-se ao estado de algumas plantations das planícies do Norte, classificando-as de acordo com a situação dos proprietários: presentes, emigrados, absenteístas ou mortos. Com exceção da primeira categoria, as propriedades eram apropriadas pelo governo, em conformidade com o confisco de bens de emigrados na metrópole.⁴⁹ Elas deveriam ser exploradas em

este último também da expedição Leclerc, e 1798 quando os britânicos saíram da região e Toussaint retomou o poder sobre este departamento. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-5.

⁴⁹ Segundo o historiador Manuel Covo, “par le décret du 25 août 1792, les propriétés coloniales des « émigrés » furent confisquées par l’Assemblée nationale avec ordre donné aux commissaires civils de préserver l’intégrité du patrimoine tout en faisant procéder rapidement à des adjudications.” COVO, Manuel. *Commerce, empire et révolutions dans le monde atlantique : La colonie française de Saint-Domingue entre métropole et États-Unis (ca. 1778 – ca. 1804)*. Tese (Doutorado em História) – École doctorale en Sciences Sociales - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2013, p. 540. O sequestro das propriedades só foi posto em prática no ano de 1795 e seguiu assim, pelo menos no departamento do Norte, até 1796. Os censos possuem informações sobre o nome dos proprietários, sua situação atual (morto, emigrado, presente), a quantidade de cultivadores e animais atrelados à fazenda e, por vezes, uma estimativa de produção. Esse método de recenseamento, contudo, não é o mesmo para todos

benefício da República francesa e, para tanto, era fundamental a efetivação do novo regimento de trabalho assalariado. Desse modo, o cadastro das *habitations* pela administração colonial era um processo articulado à imposição da volta dos trabalhadores para as unidades produtivas e sua estabilização nesses espaços. O projeto era encabeçado por Laveux e outros agentes burocráticos, mas efetivamente posto em prática pelos oficiais negros espalhados pelas paróquias.⁵⁰

Tabela 2.1 Engenhos no Departamento do Norte, 1789-1795

Paróquias	Engenhos em 1789	Engenhos em 1795
Jean Rabel	1	1
Limbé	22	12
Limonade	37	13
Petite-Anse	32	11
Port-Margot	8	6
Quartier Morin	32	25
Terrier Rouge	20	13
Trou	33	14

Fontes: Para os dados de 1789, MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. 2ª edição. 3 vols. Paris: L. Guérin, 1875. Dados de 1795, ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1 e 2.

Os engenhos foram o principal alvo da primeira fase de restabelecimento do sistema fundiário. Assim como acontecia até 1791, eles possuíam um potencial de lucro superior, que, em teoria, seria convertido em rendimentos diretos para os cofres públicos, já que a maioria dessas propriedades estava sequestrada pelo governo colonial (Tabela 2.1). Pelas estimativas apresentadas na documentação, as plantations açucareiras poderiam produzir aproximadamente 1.676 toneladas de açúcar com uma série de melhorias nos edifícios, plantações e disciplina de trabalho (Tabela 2.2). Este valor, porém, não chegava a 15% da capacidade produtiva dessas mesmas paróquias em 1789,

os anos e nem para toda a colônia, tendo uma vasta diferenciação de informações coletadas ao longo do tempo, como demonstramos mais afrente. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1 e 2.

⁵⁰ Código XI e XXVI. SONTONAX, Léger-Félicité. *Proclamation au nom de la République*. Nous Léger-Félicité Sonthonax, Commissaire Civil de la République, délégué aux Iles Françaises de l'Amérique sous le vent, pour y rétablir l'ordre & la tranquillité publique. Cap-Français: Imprimerie de P. Catineau au Carénage, 29 de agosto de 1793.

avaliada em mais de 12.700 toneladas de açúcar branco.⁵¹ Tamanha queda de desempenho expunha as imensas repercussões dos anos de guerra sobre os engenhos e o esforço necessário para retomar o auge pré-revolucionário. Entretanto, alcançar o nível previsto, relativamente baixo, tampouco seria um empreendimento fácil.

Tabela 2.2 Informações sobre os engenhos sequestrados no Departamento do Norte em 1795

Paróquias	Quantidade total de fazendas	Quantidade total de cultivadores	Média de cultivadores por unidade	Média de partidos de cana por unidade	Previsão total de produção
Jean Rabel	1	480	480	-	127 ton
Limbé	12	1098	92	-	74,11 ton
Limonade	13	752	58	20	34,97 ton
Petite-Anse	11	704	70	20	39,27 ton
Port-Margot	6	460	77	-	22,17 ton
Quartier Morin	25	2023	89	21	148,29 ton
Terrier Rouge	13	952	136	20	765,31 ton
Trou	14	347	79	12	465 ton

Fonte: ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

A dificuldade de retomar a produção por falta de animais era um dos maiores problemas atestados pelas propriedades do distrito de Cap-Français entre março e abril de 1795. Segundo consta no censo, havia na paróquia de Trou dezenove outros engenhos

⁵¹ MOREAU DE SAINT-MERY, *op. cit.*

que não haviam sido sequestrados por se localizarem em área rebelde; como estavam incendiados, eles não ofereciam nenhum rendimento naquele momento. Mas a atividade poderia ser retomada nessas *habitations* com alguns reparos e com a adição de mulas, apesar da dificuldade de encontrar os animais naqueles anos.⁵² O mesmo acontecia com algumas plantations nas paróquias de Limonade e Quartier Morin. De acordo com o agente responsável pelo cadastro, os trabalhos de restauração de alguns engenhos estavam avançados no início de 1795 e as promessas de receitas eram altas. O maior obstáculo, entretanto, era conseguir mulas suficientes para a produção do açúcar. Por sua vez, as propriedades que não possuíam previsão de produção se dedicavam ao cultivo de cana e mantimentos.⁵³ Algumas até conseguiam produzir melaço e tafiá para venda no mercado interno e externo, pois o método de fabricação dessas mercadorias exigia menos tempo e disciplina de trabalho, compatível com o ambiente encontrando nas plantations naquele momento.⁵⁴

Conquanto a centralidade dos engenhos na fase inicial dos projetos, as fazendas de café adjacentes às planícies foram também recenseadas, ainda que em menor proporção.⁵⁵ Se até engenhos deixaram de ser apropriados por estarem em zona inimiga, era provável que a dificuldade de acesso aos *mornes* no início de 1795, ainda principal local ocupação das tropas insurgentes espanholas, tenha interferido na abrangência das fazendas cafeeiras cadastradas. Os primeiros registros se limitaram ao distrito de Port-de-Paix – composto pelas paróquias de Jean-Rabel, Port-de-Paix e Gros-Mornes – onde se

⁵² No original: “Toutes les habons sus décrites sont en entier séquestrées ou susceptible de l’être. il existe encore dans la Paroisse du Trou dix neuf sucreries à la partie des Brigands incendiées et qui n’offrent aucun revenue”. Tableau des sucreries que comporte la partie l’est et de leut état actuel (8 germinal ano 3), ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2. No original: “Les quartiers du Trou et de Jacquezy contiennent encore d’autres sucreries, dont quelques-unes pourraient être exploitier en y faisant faire quelques reparations et y mettant des mulets qui chaque jour deviennent plus difficiles à trouver. Elles sont ou razies ou trop près des Revoltés pour y travailler avec securité”. De acordo com o Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, *razzia*, de onde deriva a palavra *razies* utilizada no excerto, significa “incursion en territoire ennemi ou étranger pour enlever des troupeaux, des récoltes, etc.” Fonte: <https://www.cnrtl.fr/etymologie/razzia>. Acessado em 21 de outubro de 2020. État général des habitations en activité du Département du Cap (primeiro floréal ano 3). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁵³ No original: “Dans les quartiers de Limonade & Q. Morin, on s’occupe en ce moment à relever les habitations Parois et Duplaat. Les travaux de cette dernier touchent à leur fin: eles offrent de grands revenus, ainsi que celles de Dureau, Guillaudeu, Carré, Mazere, Blaisou & Beaunay, on reparera successivement ces six derniers; mais le difficile est de pouvoir se procurer assez de mulets pour leur exploitation. Les habitations où nul somme n’est portée cultivent des cannes et des vivres.” État général des habitations en activité du Département du Cap (primeiro floréal na 3). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁵⁴ DEBIEN, *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*, p. 144. État général des habitations en activité du Département du Cap, 1 Floréal l’an 3 (20 de abril de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁵⁵ Os engenhos cadastrados eram das paróquias de Jean Rabel, Limbé, Limonade, Petite-Anse, Port-Margot, Quartier Morin, Terrier Rouge e Trou. Para as fazendas de café era Jean Rabel, Port-de-Paix, Port-Margot e Gros-Mornes.

localizava a sede do governo francês desde o incêndio da cidade de Cap-Français em 1793.⁵⁶ Por esse mesmo motivo, eram locais sob domínio da administração e menos envolvidos diretamente na revolta de escravos. Porém, essas *caféyères* também sofreram com os conflitos revolucionários, embora várias não tenham passado pela dilapidação dos edifícios, equipamentos e arbustos. Uma observação presente no censo da paróquia de Gros-Mornes alegava que era impossível fixar a quantidade de café produzida em 1795, pois a maior parte da mercadoria disponível nos armazéns era da colheita anterior.⁵⁷ Por mais que a maioria das fazendas registradas fossem de proprietários residentes e em plena posse de seus bens, os cultivadores – como agora eram oficialmente chamados os ex-escravos – trabalhavam tão pouco que as culturas estavam abandonadas e quase perecidas. Era impossível avaliar com precisão a safra passada e muito menos fixar a próxima, mas estimativas apontavam que as *habitations* mais estáveis não renderiam mais de 6,8 toneladas, as intermediárias entre 3,6 e 4,5 toneladas, e as mais frágeis entre 1,8 e 3,6 toneladas.⁵⁸

Poucos foram os registros de fazendas nos *mornes* próximos do centro revolucionário ao redor de Cap-Français. Os poucos conservados, entretanto, também apontaram para o abandono dos cafezais, com acréscimo da presença de edifícios incendiados. Os censos da paróquia de Port-Margot, feitos em outubro de 1795 – ou seja, depois da saída das tropas rebeldes espanholas de Saint-Domingue –, relataram que os trabalhadores iniciaram a limpeza dos pés de café apenas naquele momento, provavelmente devido à aplicação mais eficiente dos regimentos de trabalho.⁵⁹ Desse modo, o café recebido pela administração da região – fosse da produção dos sequestrados ou do pagamento de tributos – era quase inteiramente dos que já se encontravam nos armazéns de colheitas anteriores. Para além da poda e roça, algumas propriedades

⁵⁶ Incêndio da cidade após a revolta de Galbaud em junho. Foi após esse conflito que Sonthonax decidiu proclamar a abolição da escravidão nos meses seguintes. Sobre o assunto, ver DUBOIS, *op. cit.*, p. 155-159.

⁵⁷ A paróquia de Port-de-Paix era onde estava instalado o governo colonial depois do incêndio de Cap-Français em 1792. Em 1793, quando os franceses estavam na iminência de perder o controle sobre Saint-Domingue, era praticamente o único local que ainda dominavam na colônia.

⁵⁸ No original: “Il est impossible de fixer la quantité de denrées des habitant en ce qu’il [...] chez la plupart du café de la récolte dre. et que les cteurs. n’ont travaillé que très peu. Les plus fortes hbons n’ont pas fait cette année plus de 15 m/l. Les moyennes ont été de 8 a 10 m/l, et les ordinaires de 8 à 4 m/l. Les Places sont sans exception abandonnés et presque empoisonnées en forte qu’il est impossible d’évaluer la récolte dme. n’y fixer la Prochaine. Plus d’indigo, Plus de coton”. Cadastre de la Paroisse du Gros-Mornes, 15 Floréal an 3 (4 de maio de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

⁵⁹ No original: “Presque tous les batiments servant à l’exploitation des cafeyeres compris dans cet Etat, ont été incendiés, et sur toutes, les cafiers on été abandonnés; les cultivateurs commencent à les nétoyer”. État général des caffés livrés à l’administration et sortis depuis le 11 Brumaire l’an 3 de la République française jusqu’à ce jour, 2 Brumaire an 4 (23 de outubro de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

começaram a recolher novos frutos em setembro, mas não haviam sido enviados ainda para o governo colonial.⁶⁰

A maior segurança das montanhas com a saída definitiva das forças insurgentes espanholas possivelmente viabilizou a expansão dos recenseamentos para estas áreas, como é o caso do cadastro geral das fazendas de Plaisance de fevereiro de 1796. Embora seja a única amostra conservada das importantes paróquias cafeeiras pré-revolucionárias, os detalhes da documentação dão bons indícios sobre a situação das propriedades nas montanhas da região. Diferente do padrão das planícies, metade das *caféyères* continuaram nas mãos de seus proprietários, enquanto a outra parte foi sequestrada pela administração colonial. As unidades mais abastadas, a maioria de colonos brancos, foram quase todas desapropriadas por conta da ausência dos senhores, mortos ou emigrados durante os conflitos.⁶¹ Já os fazendeiros de menores posses eram menos propensos a partir, seja por não terem meios de o fazer ou por se sentirem menos ameaçados pela rebelião escrava, como eram os afrodescendentes livres e libertos das montanhas. As médias de trabalhadores e arbustos produtivos nas unidades de proprietários presentes, por exemplo, chegaram a ser quase metade das unidades sequestradas (Tabela 2.3).⁶²

⁶⁰ No original: ““La Plupart des habitations partie sur cet Etar, N’ont Poin fait De Recolte L’année Dernier. Presque tous les cafés ci contre, Etoint en magazin Depuis un an avant la livraison, Ce N’est que Depuis le 15 fructidor Dernier que presque toute ont commencé à recolter. Nous n’avont pas Encore reçu de ces nouveaux cafés.” État général des caffés livrés à l’administration et sortis depuis le 11 Brumaire l’an 3 de la République française jusqu’à ce jour, 2 Brumaire an 4 (23 de outubro de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁶¹ Sobre a composição demográfica de Plaisance antes da Revolução, ver ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista* (relatórios parcial e final).

⁶² État de toutes les habitations du quartier de Plaisance avec l’apperçu des plantations, nombre de cultivateurs qui y sont attachés et les animaux qui y sont, 10 ventose l’an 4 (28 de fevereiro de 1796). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Tabela 2.3 Fazendas de café na paróquia de Plaisance, 1796

Situação	Total de fazendas	Total de trabalhadores	Média trabalhadores por unidade	Total de pés de café produtivos	Média pés de café produtivos por unidade
Sequestradas	141	5.135	37	903.600	7.000
Presentes	142	2.237	16	550.900	4.400

Fonte: État de toutes les habitations du quartier de Plaisance avec l'aperçu des plantations, nombre de cultivateurs qui y sont attachés et les animaux qui y sont, 10 ventose l'an 4 (28 de fevereiro de 1796). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Conforme os dados, poucos foram os arbustos que restaram proveitosos de imediato nas fazendas, apesar da boa permanência ou ao menos recuperação do número de trabalhadores com os códigos de trabalho, especialmente nas propriedades sequestradas pela administração colonial. Ainda assim, considerando a permanência dos pés de café, que, por mais que se encontrassem em sua maioria descuidados, estavam em plena idade produtiva naquela década, era de se esperar uma promissora retomada dos cafeeiros sob a nova ordem fundiária.⁶³ Não apenas em Plaisance, como também em outras paróquias de importante produção dos grãos. Com edifícios e equipamentos menos danificados, a recuperação do café era possível com a limpeza dos pés descuidados e com a reimposição da disciplina de trabalho. Situação bem diversa do estado assinalado nos engenhos, os quais teriam um processo de reintegração lento e custoso pela ausência de maquinário e animais, mesmo com a presença de trabalhadores.⁶⁴

A tomada de controle sobre as plantations nos domínios franceses ocorreu ao longo de todo o ano de 1795 até o início de 1796. Essa fase inicial dos projetos econômicos, coordenados por Etienne Laveaux e aplicado pelas forças armadas revolucionárias, visou a apropriação da maior quantidade possível de *habitations* para usufruto da administração colonial; nenhuma unidade deveria ser deixada ociosa. Completada esta etapa, poderiam focar agora no bom funcionamento das plantations sequestradas. O regresso de vários libertos para as propriedades e as tarefas de reparo nas edificações e culturas era o passo preliminar para que a disciplina produtiva voltasse a

⁶³ Lembrando que na década de 1780, Plaisance se consolidara como uma nova fronteira agrícola, abarcando a abertura de novas fazendas e plantações com grande potencial para a década seguinte. ZANEZI, *Sociedades cafeiras na economia escravista* (relatório parcial).

⁶⁴ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

seu máximo alcance. O ano de 1796 marcou, assim, o planejamento de uma segunda etapa dos planos de reerguimento econômico: a supervisão do ritmo de trabalho. Estava claro para a administração colonial que não seria possível conseguir altos rendimentos sem a vigilância constante dos cultivadores, em especial nas propriedades sequestradas sem autoridades (senhores, gerentes e procuradores) presentes. O processo de restituição laboral nos campos era marcado pela resistência dos novos libertos, que não queriam renunciar ao exercício voluntário de sua liberdade.⁶⁵ O monitoramento dos trabalhadores evitaria que a dedicação fosse além das plantações de exportação.

O progresso na condução das políticas econômicas ocorreu num período de mudança administrativa em Saint-Domingue com a chegada da terceira comissão civil, liderada por Sonthonax, em maio de 1796. Ele provavelmente foi o principal responsável pela estruturação desta nova etapa frente ao enfraquecimento de poderio do governador Laveaux após a tentativa de golpe militar ocorrida em março desse ano.⁶⁶ O comissário, conhecido entre a população como o “pai da abolição”, tinha uma política austera no que tange à condução da guerra e do sistema de plantation. Era antagonista à anistia de proprietários contrarrevolucionários, tal como concedida por Toussaint Louverture à medida que avançava em territórios ocupados pelos britânicos no Oeste.⁶⁷ Dessa forma, Sonthonax assumiu novamente a dianteira na condução dos projetos econômicos, assim como havia feito no decreto de abolição de 1793.

Se a reintegração dos antigos senhores às plantations não era uma possibilidade para o comissário republicano francês, era indispensável que o governo colonial organizasse o gerenciamento das propriedades confiscadas. A aplicação de mecanismos de controle e ordem no trabalho não poderia ser feita no cotidiano de modo minucioso pelos agentes burocráticos atrelados a nova seção governamental dos domínios nacionais e bens sequestrados, principalmente tendo em vista as centenas de unidades espalhadas pela província do Norte.⁶⁸ Para tanto, durante 1796 foram designados, pelas autoridades coloniais, gerentes para a administração das *habitations*, encarregados da exploração das

⁶⁵ FORSDICK & HØGSBJERG, *op. cit.*, p. 88-89.

⁶⁶ Tentativa de golpe pelo general “mulato” Vilatte, comandante da região de Cap-Français, que era a favor da ascensão dos *gens de couleur* como a nova elite governante em Saint-Domingue. Laveaux chegou a ser preso, mas foi socorrido por Toussaint Louverture e suas tropas. O governador francês o nomeou deputado governador depois do ocorrido. POPKIN, *op. cit.*, p. 77-78.

⁶⁷ HAZAREESINGH, p. 157-160.

⁶⁸ Os *domaines nationaux* foram originalmente criados com a apropriação de bens da Igreja, da Coroa e de emigrados contrarrevolucionários na França a partir de 1789. Em Saint-Domingue, eles foram provavelmente instituídos após o sequestro das propriedades pelo governo colonial. Não temos mais detalhes sobre o assunto.

unidades para benefício do governo. Pelo menos isso era o que pareceu atestar os novos censos de Plaisance feitos em março de 1797.⁶⁹ Nele, constataram-se o nome dos gestores e o número de cultivadores e de animais para cada fazenda. Certa porcentagem dos produtos era concedida aos trabalhadores como forma de remuneração, mas o grosso dos rendimentos deveria ser enviado à administração central, que se responsabilizava pela venda das mercadorias.

Os envolvidos nesse sistema de gerenciamento possivelmente faziam parte de duas categorias em Plaisance: colonos ainda presentes nas paróquias, proprietários ou não; e oficiais negros destacados nesses locais. Bastante comum foi o comando de fazendas vizinhas ou próximas por parte de senhores que habitavam em suas propriedades. Era uma situação a princípio mutuamente benéfica às partes, dado que os encarregados possuíam o conhecimento de condução produtiva e já estavam presentes na região. Ao menos 35 dos gerentes mencionados no documento eram comprovados donos de *caféyères* na paróquia, alguns designados para mais de uma unidade. Possivelmente vários dos que não possuíam fazendas de café dispunham ao menos de pequenos terrenos para cultivo de provisões. Mas era provável também que ex-escravos que faziam parte do exército revolucionário tivessem adentrado nesse sistema como uma primeira tentativa de lucrar com o controle das antigas fazendas escravistas, como o caso de Jean Pierre Louverture (ao que tudo indica algum familiar de Toussaint). Assim como Jean Pierre, outros oficiais negros fixados em Plaisance podem ter se envolvido.⁷⁰

A administração das propriedades em nome do governo não demorou a se mostrar ineficaz. Testemunhos apontaram para a extrema corrupção por parte dos gerentes nomeados, que se apropriavam indevidamente da produção dos artigos e, no caso dos proprietários, utilizavam os trabalhadores em suas próprias fazendas.⁷¹ Em março de 1797, por exemplo, as 141 *habitations* confiscadas em Plaisance registraram uma queda brusca em seu total de cultivadores, passando de 5.135 no ano anterior para 2.301.⁷² Para

⁶⁹ État des habitations sequestrées de Plaisance, qui s'exploitent au benefice de la Republique, 15 ventose l'an 5 (5 de março de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

⁷⁰ État des habitations sequestrées de Plaisance, qui s'exploitent au benefice de la republique, 15 ventose l'an 5 (5 de março de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1. Parentes de Toussaint também adotaram o epíteto de Louverture, como Paul Louverture, irmão mais novo daquele, e Isaac e Placide Louverture, filhos do líder. Jean Pierre pode ter sido algum outro irmão, pois não há relatos de indivíduos não aparentados a Toussaint que usaram essa mesma alcunha no período revolucionário.

⁷¹ Situações parecidas chegaram a ocorrer antes da Revolução nas *habitations* de absenteístas, porém a dificuldade de um controle direto do governo colonial sobre as unidades sequestradas tornou essa brecha ainda maior.

⁷² État des habitations sequestrées de Plaisance, qui s'exploitent au benefice de la republique, 15 ventose l'an 5 (5 de março de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

os que possuíam propriedades, a disponibilidade de mão-de-obra era mais vantajosa se aplicada em suas posses do que nas fazendas públicas. Além disso, os gerentes eram mais severos no trato dos trabalhadores, uma vez que buscavam tirar o maior proveito possível da posição que ocupavam. A principal causa dessa queda, no entanto, foi a resistência dos ex-escravos à disciplina de plantation; tanto dos que haviam permanecido nas unidades sem fiscalização, quanto pelos que foram forçados a retornar após anos de fuga. Recusavam-se a se submeter novamente à lógica do trabalho nas plantations e a reconhecer a autoridade de um novo gerente que não fosse escolhido por eles próprios. A fragilidade do projeto naquele momento, o primeiro criado após o regimento de trabalho da abolição, não teve aparato para conter o movimento de fuga em massa dos ex-escravos, o que explicava a cifra registrada em Plaisance – e provavelmente em outras paróquias também.

A nomeação de gerentes deve ter sido mais complicada nas plantations açucareiras. A administração colonial não possuía os meios suficientes para subsidiar sozinha os engenhos – pois não eram os gestores que pagariam para sua reedificação –, como também não era tarefa simples colocá-los em funcionamento novamente. A supervisão do trabalho dessas propriedades exigia o domínio técnico sobre o processo de fabricação do açúcar. Com procuradores, feitores e proprietários no geral fugidos ou mortos no departamento do Norte, era difícil para o governo ter quem designar para o cargo. Além disso, os engenhos eram as unidades mais afetadas pela Revolução até aquele momento; vultuosas quantias de capital seriam necessárias para reconstruir ou readquirir os equipamentos, animais e edifícios essenciais, a exemplo dos moinhos, da casa das caldeiras (*sucrerie*) e da casa de purgar (*purgerie*). Se o sistema de plantation deveria ser a fonte de rendimentos para o financiamento da guerra, não seria o escasso capital público – que mal conseguia sustentar os conflitos – a prover as *habitations* com o que fosse necessário.⁷³

Sem supervisão e investimento, a produção dos engenhos era irrisória. Foi justamente isso o que atestou o censo das importantes plantations de Petit Anse em 1797. De acordo com observações registradas no documento, os condutores de trabalho – eles próprios antigos escravos –⁷⁴ negligenciavam o cultivo das canas em detrimento da plantação de alimentos. Era uma das principais maneiras encontradas pelos novos libertos para afirmar seu princípio de liberdade quando restringidos pelo sistema de plantation.

⁷³ COVO, *op. cit.*, p. 542.

⁷⁴ Chamados de *conducteurs*, novo nome dos feitores desde a abolição da escravidão.

No engenho Galliffet la Gosette, pertencente a uma das mais importantes famílias *grands blancs* francesas, o *commandeur* Ignace apenas plantava mandioca e outros víveres, sem sequer cuidar dos canaviais.⁷⁵ Já na propriedade Gabriac, considerada como a melhor da paróquia, as plantações estavam no pior estado possível; Pailley, responsável pela coordenação do local, usava de bons talhões de cana para cultivar alimentos, abundantes na unidade.⁷⁶

Considerando todos esses obstáculos para a exploração das *habitations* por meio da nomeação de gerentes pelo governo colonial, Sonthonax rapidamente percebeu que outro mecanismo deveria ser posto em prática para a recuperação do sistema de plantation. O que faltava para os ricos engenhos era tanto a inversão de capital, quanto administradores interessados em sua restauração. Era preciso, portanto, o envolvimento de particulares, independentes do controle governamental. Uma opção seria o apossamento das propriedades pelos antigos senhores e famílias, visto que detinham o conhecimento aprofundado das posses e acesso a empréstimos bancários para as reerguer. Este era o caminho que Toussaint Louverture tentou de modo incipiente aplicar antes da chegada do comissário civil, que por sua vez era completamente contrário a qualquer benesse dada aos “inimigos da República francesa”, isto é, emigrados e partidários da escravidão.⁷⁷ A saída encontrada pelo governador, no final de 1796, foi a composição de um sistema de arrendamento dos bens confiscados, a serem concedidos aos cidadãos *domingoises*. Desse modo, a dilapidação das propriedades sequestradas pela corrupção

⁷⁵ No original. Galliffet la Gosette “Cette habitations a été négligée pour le Cn. Ignace, qui en est depuis long temps gérant; il ne s’est occupé qu’à planter de la manioc et autres vivres, et n’y plante n’y entretenu les cannes”. Muito provavelmente Ignace, registrado apenas com um nome como tantos outros escravos, era o antigo feitor da *habitation*. Sendo um ex-escravo, mesmo que fosse nomeado gerente pelo governo colonial, é provável que fosse mais ligado ao resto dos antigos escravos e de seus princípios do que do grupo de proprietários de Saint-Domingue. Valorizava, assim, mais a produção de subsistência do que das commodities para exportação. État du sol, des batiments [...] des habitations [...] situées au Quartier de Petite Anse, 22 Vendémiaire l’an 6 (13 de outubro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1. Sobre a família Galliffet, estabelecida na colônia desde o início do século XVIII, ver COUSSEAU, Vincent. Les liens familiaux des esclaves à Saint-Domingue au XVIII^e siècle. L’exemple des habitations Galliffet (1774-1775). *Annales de démographie historique*, 2018/1 (n° 135), p. 21-49.

⁷⁶ No original: Gabriac: “La place de cette habitations, qui est sans contredit la meilleur du quartier de la petite anse, est dans le plus mauvais état possible, il parrait que le Cn. Pailley, qui en est gerente depuis long temps, n’est occupé que défreuire de bonnes pièces de cannes pour y faire planter des vivres qui sont fort abondant sur cette habon”. État du sol, des batiments [...] des habitations [...] situées au Quartier de Petite Anse, 22 Vendémiaire l’an 6 (13 de outubro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

⁷⁷ Caso de Mirebalais quando Toussaint reocupou em 1795. O espaço urbano de Mirebalais concentrava centenas de brancos fugidos da Revolução do Norte e que tinham a proteção dos ingleses. Na intenção de atraí-los para o lado francês, ele concedeu passaportes para que pudessem retornar à suas casas e, com a permissão de Laveaux, devolver suas propriedades, que haviam sido sequestradas. De acordo com sua percepção, elas seriam mais bem reedificadas pelos antigos donos do que pela administração colonial, visto que possuíam os conhecimentos mais especializados sobre cada uma das unidades. DUBOIS, *op. cit.*, p. 188.

dos gerentes públicos, pela falta de recursos e pela ausência de dirigentes seria solucionada de uma só vez.

Dentro desta política, o desenvolvimento das propriedades e suas receitas seriam empreitadas privadas, reservadas aos arrendatários sem interferência das autoridades. O governo colonial, sendo o possuidor oficial das plantations, não mais lucraria sobre todo o processo de exploração agrícola, mas através da cessão de contratos de locação e dos impostos de produção. Maior estímulo foi dado para o sucesso produtivo das fazendas, dado que os envolvidos poderiam reter boa porcentagem dos rendimentos totais, descontados o valor do arrendamento (em geral entre um sexto e um terço da capacidade de lucros),⁷⁸ o pagamento dos cultivadores (um quarto) e a taxa de subvenção (um quarto). Por esse mesmo motivo, todos os reparos a construções e ferramentas deveriam ser igualmente de sua responsabilidade.⁷⁹ Os arrendamentos eram organizados nas comunas pela administração dos domínios nacionais, onde os interessados faziam ofertas de acordo com o potencial de ganho das propriedades.⁸⁰

Esse sistema teve início com as *habitations* açucareiras, as mais necessitadas e, ao mesmo tempo, as mais atrativas da colônia. Já em fevereiro de 1797, efetuou-se o primeiro cadastro de alguns engenhos arrendados no distrito de Cap-Français.⁸¹ O sistema planejado pelo governador Sonthonax poderia contemplar qualquer habitante das zonas republicanas. Ele inclusive imaginou que os cultivadores poderiam se unir para locar esses bens, incentivados pelos ganhos conjuntos que obteriam com o controle das propriedades.⁸² Contudo, os rendeiros arrolados no documento pertenciam, antes, às elites da Revolução na província do Norte: os ricos negociantes dos portos, que continuaram com suas casas comerciais ativas; e o alto escalão militar negro, o novo grupo social que ascendeu com as guerras revolucionárias.⁸³ Eram as categorias sociais mais influentes e abastadas das paróquias francesas e, assim, as que mais desejavam se assenhorar dos engenhos, os grandes símbolos da riqueza anterior *domingoise*.

As casas de comércio no norte de Saint-Domingue permaneceram em atividade mesmo após a rebelião escrava. Várias delas saíram de Cap-Français após o incêndio da

⁷⁸ Cf. GEGGUS, David P. *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint-Domingue, 1793-1798*. New York: Clarendon Press, 1982, p. 344.

⁷⁹ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 205.

⁸⁰ DEBIEN, *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*, p. 150.

⁸¹ État des habitations du département du Nord de Saint-Domingue, établies en sucrerie et affermées jusq' à ce jour, 2 Ventose l'an 5 (20 de fevereiro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁸² Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 205.

⁸³ État des habitations du département du Nord de Saint-Domingue, établies en sucrerie et affermées jusq' à ce jour, 2 Ventose l'an 5 (20 de fevereiro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

cidade em 1793, mas retomaram a atividade mercantil com a reparação de capital do departamento Norte algum tempo depois. A forte ligação que o porto tinha com a França antes da Revolução foi sucedido nesses anos pelo tráfego intenso com os Estados Unidos, país neutro nas guerras no Atlântico e do qual a colônia se valia para se abastecer.⁸⁴ A jovem República era um canal de reexportação das mercadorias tropicais para o Velho Mundo e um importante fornecedor de artigos básicos para a colônia francesa, como a farinha, o trigo e o peixe, fundamentais no suprimento das tropas do exército e dos próprios colonos. Os portos de Saint-Domingue, ainda parcialmente fechados para o comércio com outros poderes antes da Revolução, foram completamente abertos pela Convenção Nacional em 1793, conjuntamente com o fim da taxa de importação sobre os alimentos norte-americanos. Tais ações incitaram o crescimento da circulação entre as Antilhas francesas e a República americana, igualmente influenciado pelo enorme afluxo de colonos que fugiram para o país nessa época.⁸⁵

A partir de 1791, o progressivo aumento de circulação de navios e pessoas enriqueceu muitos mercadores dos dois polos atlânticos,⁸⁶ indivíduos que se mostraram interessados também na participação do complexo produtivo de Saint-Domingue com a possibilidade aberta pela política de arrendamentos. Dos 29 engenhos arrendados no distrito de Cap-Français até fevereiro de 1797, pelo menos 12 foram concedidos a negociantes da cidade portuária ligados aos Estados Unidos. Cinco dos contratos, por exemplo, envolveram o comerciante francês Pierre Granier, instalado em Saint-Domingue na década de 1770, e que estabeleceu importantes vínculos com os generais Toussaint Louverture e Henry Christophe durante a Revolução. Um dos contratos cedidos a ele, da *habitation* Destreiller, em Quartier Morin, foi feito em sociedade com o próprio

⁸⁴ COVO, *op. cit.*, p. 421-444.

⁸⁵ O eixo de exportação de Saint-Domingue de 1791 a 1795 esteve centrado nas relações comerciais com os Estados Unidos. Nesses primeiros cinco anos, somente as importações de café das Antilhas francesas pela República americana cresceram dez vezes, representando, em 1794, 73% da oferta dos grãos importados, enquanto o açúcar teve um aumento de importação de duas vezes e meia. A Filadélfia, sozinha, reexportou para o continente europeu $\frac{1}{3}$ do volume total, que chegou a 9.525 toneladas de café, e 5.760 toneladas de açúcar. Destarte, ao mesmo tempo que a colônia francesa atingia o pior resultado de produção desde seu desenvolvimento no final do século XVIII, os Estados Unidos aproveitaram a brecha aberta com a Revolução para participar do lucrativo comércio. PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 21. COVO, *op. cit., passim*; MCDONALD, Michelle Craig. The Chance of the Moment: Coffee and the New West Indies Commodities Trade. *The William and Mary Quarterly. Third Series*, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul. 2005, p. 441-472.

⁸⁶ COVO, *op. cit.*, p. 468.

Christophe.⁸⁷ Este oficial negro também se associou a outro tradicional negociante norte-americano, Samuel Prioleau, para a exploração do engenho Chabanon, em Limonade. Prioleau, em censo produzido em outubro de 1797, foi listado como arrendatário de mais cinco propriedades açucareiras, entre elas a conhecida Gallifet, de Petit Anse.⁸⁸ Além desses, o comodoro dos Estados Unidos Joshua Barney, que se estabeleceu em Cap-Français a partir de outubro de 1796, angariou duas plantações com Wilson, em Quartier Morin. Esse grupo garantiu o controle das etapas articuladas de produção e troca no circuito entre Saint-Domingue e Estados Unidos.

O favorecimento da elite mercante no arrendamento das ricas plantações açucareiras estava relacionado, em grande medida, aos vínculos que possuía com a nova classe dos oficiais militares negros.⁸⁹ Este grupo, fruto da conjuntura revolucionária, usou de seu poder na administração *domingoise* para concentrar as mais notáveis plantations para si e seus aliados. O sistema de arrendamentos das unidades sequestradas abriu a oportunidade de consolidação de uma nova classe proprietária em Saint-Domingue: a do alto comando do exército negro revolucionário.⁹⁰ Ou seja, ex-escravos que estiveram no centro do evento desde 1791 e que emergiram no decorrer dos conflitos como lideranças vitais da Revolução. A própria continuação da colônia nas mãos da República francesa dependia das forças armadas locais, cuja principal figura era a de Toussaint Louverture. Não era de se estranhar, portanto, que esses homens tenham conquistado considerável poder na administração colonial, Toussaint mesmo nomeado deputado governador da província por Laveaux em 1796.

Os oficiais negros se aproveitaram dos projetos de recuperação econômica para se firmarem como uma nova elite senhorial e, conseqüentemente, como o novo grupo dominante da ilha, através do mesmo complexo fundiário que por tanto tempo os subjugou às correntes da escravidão. De acordo com os primeiros censos das plantations arrendadas, verifica-se que o alto escalão militar compôs boa parte dos beneficiados pelo sistema de arrendamentos. Os mais proeminentes entre eles obtiveram concessões

⁸⁷ Provavelmente foi um dos primeiros arrendamentos feitos dentro da política de recuperação formulada por Sonthonax; o contrato era de 9 de outubro de 1796. *État des habitations du département du Nord de Saint-Domingue, établies en sucrerie et affermées jusq' à ce jour*, 2 Ventose l'an 5 (20 de fevereiro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2. Pesquisas sobre Pierre Granier estão em andamento pelo historiador Jacques de Cauna. Fonte: < <http://jdecauna.over-blog.com/2017/10/recherche-en-cours-granier-a-saint-domingue.html> > Acesso em: 16 de março de 2022.

⁸⁸ *État du sol, des batiments [...] des habitations [...] situées au Quartier de Petite Anse*, 22 Vendémiaire l'an 6 (13 de outubro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

⁸⁹ De acordo com James, Toussaint instigou seu entourage de generais e civis a participarem do sistema de arrendamentos, pelo qual todos, inclusive o Estado, lucrariam. JAMES, *op. cit.*, p. 175.

⁹⁰ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 205.

individuais, como o próprio Louverture para habitation Rivière, de Artibonite, e o general Jean Pierre Léveill  (comandante da legião de Cap-Français) para a *habitation* Bongars, em Petite Anse.⁹¹ Mais comum, entretanto, foi a associa o entre dois ou mais agentes para arrendamento das *sucreries*, inclusive deles com negociantes, como fez Henry Christophe. Os altos custos para reerguer as unidades açucareiras, um dos motivos pelo qual Sonthonax desenvolveu o sistema de arrendamentos, provavelmente eram demasiado onerosos para serem custeado sozinhos, mesmo entre os grupos mais abastados de Saint-Domingue. O engenho Foache, em Jean Rabel, um dos maiores da colônia na época pré-revolucionária, foi concedido a quatro sócios, um afrodescendente livre da paróquia e três oficiais negros, um deles servindo próximo do governador.⁹²

Firmado nas plantations açucareiras, o programa de arrendamento foi estendido, no início de 1797, às centenas de fazendas de café confiscadas pela administra o colonial. Diferente dos grandes latifúndios, que abarcaram apenas as categorias mais poderosas da colônia, outros grupos sociais puderam participar do arrendamento das *caf y res*. Não apenas pela maior facilidade de manejo produtivo e melhor estado de conserva o, mas pelo valor inferior do contrato, que chegava a ser dez vezes menor do que o preço estipulado para os engenhos. Moradores das cidades, proprietários e residentes nas paróquias, e outros oficiais do exército (tenentes-coronéis, lugares-tenentes, capitães paroquiais) foram os que mais tomaram controle dessas unidades. Censos de Plaisance revelaram que vários dos antigos gerentes nomeados pelo governo no primeiro programa de recupera o econômica se tornaram arrendatários dessas fazendas.⁹³ Como alguns já possuíam propriedades na paróquia, fossem grandes ou pequenas, eles aproveitaram para expandir seus domínios fundiários.

O cidadão Blemur, por exemplo, era dono originalmente de uma fazenda no cantão de Pilate, em Plaisance, que contava com 5.000 pás em plena produ o em 1796. Foi designado gerente da propriedade Duclairag Grande Place, também em Pilate (antes pertencente a um colono branco), que possuía o dobro da capacidade produtiva, com seus 10.000 p s de café efetivamente produtivos. Em maio de 1797, ganhou não somente a concessão de arrendamento desta, como também de outra *habitation* da mesma família, a

⁹¹  tat des habitations du département du Nord de Saint-Domingue,  tablies en sucrerie et affermées jusq'  ce jour, 2 Ventose l'an 5 (20 de fevereiro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

⁹² DEBIEN, *Plantations et Esclaves   Saint-Domingue*, p. 150.

⁹³  tat des habitations séquestrées, établies en café, affermées dans le Département du Cap, 20 Prairial l'an 5 (8 de junho de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Duclairacq Bellevue.⁹⁴ Familiares e descendentes de senhores que permaneceram na colônia, vários provenientes de relações ilegítimas, utilizaram igualmente do sistema de arrendação para controlar as propriedades sequestradas. Este pode ter sido o caso da fazenda Bouteiller, provavelmente da importante família negociante de Nantes, que foi arrendada por Cesar Bouteiller em maio de 1797.⁹⁵ Por mais que Plaisance fosse composta socialmente por uma maioria de *petits blancs* antes da Revolução, as relações inter-raciais eram comuns e possivelmente muitos dos colonos que fugiram de Saint-Domingue deixaram filhos *affranchis*, os quais puderam se apropriar das fazendas nesse momento.

Tão importante quanto os que ampliaram o senhorio de *habitations*, foi a participação no complexo agrícola dos que não eram proprietários até aquele momento. Os maiores exemplos disso foram os oficiais negros revolucionários, amplamente favorecidos nas concessões públicas de arrendamento. Os de patente superior, para além dos engenhos, embolsaram inúmeras fazendas cafeeiras em diversas paróquias do Norte. Todavia, grande parte dessas propriedades foi arrendada por aqueles que ocupavam posição intermediária na hierarquia do exército, cuja autoridade era concentrada localmente nas paróquias. A consolidação das forças armadas como uma categoria proprietária em Saint-Domingue ocorreu, portanto, com o arrendamento das *caféyères*. Ao passo que as plantations açucareiras foram outorgadas somente ao círculo dominante, a ascensão econômica dos militares negros foi possibilitada pelas centenas de fazendas de café que ocupavam a maior parte do território colonial.

A política de arrendação foi rapidamente posta em prática pelo governador Sonthonax, ditada pela imperativa necessidade de rendimentos para sustentar a guerra revolucionária em nome da liberdade, que continuava no território Oeste contra os britânicos. Esse sistema se tornou o cerne dos projetos de recuperação econômica da colônia a partir de 1797 e não sofreu grandes alterações no seu *modus operandi* nos anos seguintes. Os contratos públicos das plantations do Norte foram relativamente estáveis,

⁹⁴ Sobre a família Duclairacq antes da Revolução, ZANEZI, *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue* (relatório final). État des habitations sequestrées de Plaisance, qui s'exploitent au benefice de la republique, 15 ventose l'an 5 (5 de março de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1; État des habitations séquestrées, établies en café, affermées dans le Département du Cap, 20 Prairial l'an 5 (8 de junho de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

⁹⁵ Como durante a Revolução os demarcadores de raça não foram mais utilizados após a lei de igualdade de 1792, não podemos ter certeza de Cesar Bouteiller de fato seria um *gen de couleur libre* ou não. Mas considerando que a família Bouteiller era importante proprietária em Saint-Domingue e absenteísta, podemos imaginar que Cesar seja algum parente que não fugiu da colônia durante os eventos do Norte. État des habitations séquestrées, établies en café, affermées dans le Département du Cap, 20 Prairial l'an 5 (8 de junho de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

com uma maioria de rendeiros em gestão contínua das propriedades até o início a guerra de independência.⁹⁶ Destarte, a manutenção do complexo fundiário, mais do que nunca, tornou-se foco primordial do governo colonial e sobretudo do exército negro revolucionário, que passou a lucrar diretamente com a produção de artigos tropicais.

Não obstante a montagem robusta do sistema de arrendamentos, ele desde cedo passou por contratempos. Segundo um colono de Jean Rabel, muitos rendeiros se apropriavam de todo o rendimento das fazendas logo de início, principalmente aqueles que fizeram avanços financeiros para sua reedificação. O problema não estava na prática de locação, já que ela era habitual antes da Revolução, mas na maneira pela qual ela foi firmada. Poucos dispositivos asseguravam o pagamento aos cofres públicos, pois os contratos privilegiavam os próprios grupos dominantes da colônia naquele momento, principalmente no caso das plantations açucareiras.⁹⁷ Essas unidades ofereceram grandes problemas aos arrendatários, independentemente de seu poder ou patrimônio. A maioria dos engenhos na planície do Norte não possuíam mais moinhos, edifícios, maquinário e animais fundamentais à fabricação do açúcar. A recuperação desses componentes exigia investimento de largas quantias que não seriam recompensadas tão cedo. Desse modo, o pagamento da concessão – normalmente dividido em parcelas trimestrais ou semestrais – e de outros encargos era secundário à ambição do novo grupo de proprietários; caso contrário, sequer teriam ganhos.

Para essas pessoas, pior do que as obrigações com a administração colonial era a remuneração dos trabalhadores. Considerando a prerrogativa de vender tudo o que era produzido e a predominância do crédito como meio de troca nesse período de guerras, a perspectiva de que os cultivadores recebessem sua parte pelo trabalho realizado era baixa.⁹⁸ Na *habitation* Gallifet Grande Place, arrendada ao negociante norte-americano Samuel Prioleau, os libertos reclamavam da falta de pagamento; o agente responsável pela produção do censo ainda acrescentou que os rendimentos poderiam ser superiores caso esse problema fosse sanado – provavelmente pelo trabalho deficiente que faziam como forma de protesto a situação que se viam submetidos.⁹⁹

⁹⁶ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

⁹⁷ Apud. DEBIEN, *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*, p. 147.

⁹⁸ Cf. FICK, Para uma (re)definição de liberdade, p. 365-366.

⁹⁹ No original: “cette habitations est assez bien entretenus et le serait encore mieux, si le Cne. Prioleau est payé les Cns. Cultivateurs qui sont très mécontents avec raison du retard que ce fermier apporte a remplir une dette aussi sacré a qui ne devrait jamais en souffrir”. État du sol, des batiments [...] des habitations [...] situées au Quartier de Petite Anse, 22 Vendémiaire l’an 6 (13 de outubro de 1797). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Problemas com a ausência dos pagamentos ao governo parecem ter sido menores nas fazendas cafeeiras, que não exigiam investimentos exorbitantes para a recuperação produtiva. A prioridade nesses locais era a limpeza dos arbustos e a imposição da disciplina do trabalho. Malgrado os lucros inferiores das unidades de café se comparado aos engenhos, o estado em que se encontravam serviu de atrativo aos arrendamentos.¹⁰⁰ Nas paróquias de Plaisance e Borgne, as mais recenseadas durante 1797, praticamente todas as fazendas confiscadas pelo governo foram concedidas nos primeiros meses da política de arrendamentos. Até maio, nos primeiros dois meses de locação das *caféyères*, 335 propriedades foram alistadas na documentação do distrito de Cap-Français, fornecendo ao governo aproximadamente 365 toneladas anuais de café pelos contratos. Esse número não representava sequer um terço das fazendas do departamento do Norte, e, segundo a administração da região, ainda faltava receber as informações das paróquias de Marmelade, Limbé, Acul e Dondon, que concentram *habitations* valiosas.¹⁰¹

Até o final de 1797, os projetos econômicos centrados nos arrendamentos expuseram dois cenários para o governo colonial. Por um lado, a recuperação das plantations de açúcar era uma empreitada morosa até mesmo através do sistema de locação, uma das razões pela qual ele foi desenvolvido inicialmente por Sonthonax. Conquanto os esforços para grandes lucros nessas propriedades não tenham desaparecido entre a elite senhorial da Revolução, as expectativas sobre os ganhos imediatos diminuíram. Por outro lado, as fazendas de café consolidaram-se como a fonte de riqueza do erário público. Elas atraíram um grande número de investidores, propiciando tanto a estruturação uma nova categoria de proprietários, os oficiais do exército revolucionário, como o fortalecimento do grupo de pequenos proprietários locais, principalmente de *gens de couleurs libres*. A partir de então, o governo se afastaria do açúcar para se concentrar no café.¹⁰²

Mudanças no governo colonial, em fins de 1797, transformariam a condução das políticas de recuperação econômica de modo a impulsionar a produção agrícola de exportação. Guiadas pelo governador Sonthonax até aquele momento, sua saída forçada

¹⁰⁰ COVO, *op. cit.*, p. 546.

¹⁰¹ No original: “Est à observer que les 335 habitations établies en caféyères ci dessus afferméés pour 803,923 livres pesant de café pesant, forment à peine le tiers des caféyères de la partie du Nord de St Domingue; ce que nous ne pouvons néanmoins affirmer d’une maniere bien positive, n’ayant pas encore reçu l’état des habitations de [moints] quartier, tels quels de la marmelade, le limbé, l’acul, le dondon et autres qui renferment nombre d’habitations fort productives”. État des habitations séquestréins, établies en café, afferméés dans le Département du Cap, 20 Prairial l’an 5 (8 de junho de 1795). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

¹⁰² Cf, COVO, *op. cit.*, p. 542.

de Saint-Domingue em outubro abriu espaço para que Toussaint Louverture, a liderança negra mais importante da ilha, se colocasse decididamente como o chefe político e militar da colônia. Foi a administração reconfigurada por Toussaint nos anos seguintes que se voltou para o café como a commodity basilar do departamento setentrional. Um produto mais simples de se explorar, que despertava grande interesse de participação e possuía rendimentos imediatos, exatamente o que uma colônia em guerra carecia para se sustentar.¹⁰³ Por meio do revigoramento do sistema produtivo, o líder revolucionário consolidou a si e suas tropas como os poderes autoritários locais mais importantes. Tudo isso, no entanto, em prejuízo das massas de cultivadores *domingoises*, que cada vez mais se tornaram forçosamente afastadas de suas aspirações de autonomia e liberdade.

O sistema de plantation na ordem louvertureana (1798-1802)

O ano de 1798 foi um dos mais cruciais da Revolução Haitiana. Se até este momento Louverture havia se consolidado como a liderança negra mais notável da colônia, ocupando o cargo de general chefe do exército francês, a partir de então ele se tornou a autoridade política máxima de Saint-Domingue. Enquanto estadista, adentrou na arena diplomática nas negociações de retirada dos britânicos das zonas ocupadas do Oeste, recuperando o território para o poderio francês. E enquanto chefe das forças revolucionárias, enfrentou as diversas autoridades francesas enviadas pela metrópole para reaver o controle da colônia. Em sua concepção, apenas um líder negro poderia defender de modo eficaz a abolição geral conquistada naqueles anos.¹⁰⁴

Sendo o símbolo da proteção da liberdade – de uma dada concepção de liberdade pelo menos –, Toussaint se apropriou do comando de todas as esferas do governo colonial, empenhado em executar todas as medidas que garantissem o fim irrevogável da escravidão. Esta foi a fundamentação da *ordem louvertureana*.¹⁰⁵ Os projetos de recuperação do sistema de plantation continuaram sendo a base da administração política e econômica de Saint-Domingue nos anos que seguiram. Louverture sabia que a ameaça escravista não vinha somente de potências externas, como a Grã-Bretanha, mas também de dentro do próprio universo francês, visto que o grupo escravista e conservador ganhava

¹⁰³ COVO, *op. cit.*, p. 542 e 698.

¹⁰⁴ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 173-174.

¹⁰⁵ COVO, *op. cit.*, p. 173-174.

força no parlamento metropolitano.¹⁰⁶ O revigoramento da economia colonial, portanto, tornou-se ainda mais crucial. Assim sendo, intensificou-se a aplicação conjunta das concessões de propriedades sequestradas e do regimento de trabalho que prendia os cultivadores às plantations.

Arrendatário de múltiplas *habitations* na região e próximo de importantes rendeiros, o líder sabia das principais dificuldades de exploração dessas unidades, especialmente no que tange aos engenhos, e o que deveria fazer para superá-las. Com a saída de Sonthonax de Saint-Domingue, finalmente aplicou medidas consideradas imprescindíveis para a recuperação do parque produtivo, entre elas a retomada de controle das propriedades por antigos senhores emigrados. Isto foi ainda mais sistematizado com o início das negociações de saída das tropas britânicos em março de 1798. Toussaint convidou colonos das áreas de ocupação a permanecerem na colônia em posse de seus bens, mas também incentivou o retorno de tantos outros espalhados pelo Atlântico sob acordos de retirada do sequestro público. Segundo sua concepção, os proprietários eram os mais interessados na retomada da produtividade e dos lucros e ninguém melhor do que eles para assegurar a reconstrução material e técnica das plantations.¹⁰⁷ Louverture ensaiava essa política desde 1795, quando começou a reconquistar territórios recém-ocupados pelos britânicos. Na paróquia de Mirebalais (localizada no departamento do Oeste), por exemplo, ele atestou que vários colonos do Norte fugiram para o local para se proteger da rebelião escrava. Na época ele escreveu ao governador Étienne Laveaux questionando se as propriedades dos que desejassem voltar poderiam ser reavidas.¹⁰⁸

Censos de 1798 mostraram que diversas fazendas foram retiradas do sequestro e retomadas pelas famílias ou donos originais, ainda com a obrigação de pagamento aos trabalhadores e da taxa de subvenção à administração.¹⁰⁹ O processo ocorreu tanto para unidades inteiras, como foi a maior parte dos casos, ou para parcelas das mesmas (metade, dois terços etc.). Colonos refugiados na Europa, em outras colônias caribenhas e principalmente nos Estados Unidos, observando o cenário favorável a seu regresso, puderam recuperar suas propriedades. Nesse momento, muitas procurações foram firmadas na chancelaria do consulado francês em Nova York, por exemplo, e

¹⁰⁶ JAMES, *op. cit.*, p. 179-180.

¹⁰⁷ MANIGAT, Sabine. Le Régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception. In: BÉNOT, Yves; DORIGNY, Marcel (orgs). *1802: Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises, ruptures et continuités de la politique coloniale française, 1800-1830 : aux origines d'Haïti*. Paris : Maisonneuve et Larose, 2003, p. 115.

¹⁰⁸ DUBOIS, *op. cit.*, p. 188.

¹⁰⁹ État des biens affermeés dans l'arrondissement du Cap. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

provavelmente esse movimento aconteceu também em outros espaços. O aumento do fluxo de pessoas em direção a Saint-Domingue possibilitou que parentes, esposas ou vizinhos fossem legalmente autorizados a tomar as providências jurídicas necessárias para gerir as *habitations*.¹¹⁰

O desapossamento público das fazendas, no entanto, teve limites. O registro do *arrondissement* de Cap-Français expôs uma clara distinção no processo das plantations de açúcar e das fazendas cafeeiras (Tabelas 2.4 e 2.5). A taxa de retirada de sequestro dos engenhos foi alta na região, chegando a 75% das propriedades na paróquia de Port Margot. Se o sistema de arrendamento foi uma das maneiras encontradas para recompor os latifúndios açucareiros, já que o governo colonial não possuía meios de financiar sua exploração, o controle dos antigos senhores era ainda mais vantajoso para tal propósito. Eles tinham o maior interesse em fazer suas posses lucrativas novamente, a principal fonte de renda para várias dessas famílias, e tinham conhecimento aprofundado sobre o funcionamento dessas unidades. A política desenvolvida por Toussaint não chegou a entrar em pleno conflito com a nova elite proprietária *domingoise* composta, nesse caso, pelo alto-escalão militar e pelos principais negociantes em Cap-Français. Nesse distrito, 42% dos engenhos em média foram restituídos aos senhores, mas, ainda assim, os grandes arrendatários continuaram em posse de muitas das *habitations* das planícies, sem contar as fazendas de café nas montanhas.

¹¹⁰ Cf. COVO, *op. cit.*, p. 625-626.

Tabela 2.4 Relação dos engenhos retirados do sequestro no distrito de Cap-Français, 1798.

Paróquia	Total	Retirados do sequestro	Porcentagem retirada
Port Margot	4	3	75%
Quartier Morin	30	17	56%
Limonade	24	13	54%
Limbé	13	6	46%
Petit Anse	17	7	41%
Plaine du Nord	17	5	29%
Trou	36	7	19%
Acul	16	3	18%

Fonte: État des biens afferméés dans l'arrondissement du Cap. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Todavia, a situação foi diferente nas unidades cafeeiras. Para além da permanência de muitos proprietários nos *mornes*, as condições de produção do café não eram tão problemáticas quanto as do açúcar. As fazendas sequestradas pela administração colonial foram concedidas a moradores locais e ao alto e médio oficialato negro. Principalmente esses últimos não se viam impelidos a entregar as plantações que não somente lhes forneciam lucros, como também um novo status de senhores fundiários. Além disso, com ou sem os proprietários originais, as *habitations* começavam a dar bons retornos para os rendeiros e, outrossim, para o governo de Saint-Domingue. Por conseguinte, no caso das *caféyères*, a política de retomada dos antigos senhores possivelmente foi menos estimulada pelos benefícios que trazia tanto aos arrendatários, quanto aos cofres públicos.

Tabela 2.5 Relação das fazendas de café retiradas do sequestro no distrito de Cap-Français, 1798

Paróquia	Total	Retiradas sequestro	Porcentagem retirada
Limonade	7	3	42%
Port Margot	58	15	25%
Marmelade	68	16	23%
Petit Anse	9	2	22%
Plaisance	118	24	20%
Limbé	64	11	17%
Acul	56	10	17%
Plaine du Nord	17	2	11%
Saint Suzanne	64	6	9%
Dondon	105	8	7%
Grande Riviere	117	9	7%
Trou	66	3	4%
Borgne	91	3	3%

Fonte: État des biens afferméés dans l'arrondissement du Cap. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Os mesmos censos do distrito de Cap-Français em 1798 apresentaram índices de devolução de fazendas cafeeiras em torno de apenas 15%.¹¹¹ Em paróquias pouco atrativas para essa produção, a exemplo de Limonade – que possuía pequena área montanhosa –, a taxa de retorno chegou a ser de 42%. Contudo, nas comunas consagradas nessa atividade, como as de Dondon, Grande Rivière e Borgne, os níveis não atingiram 10% do total. Em Borgne, conhecida pela alta qualidade dos grãos, apenas três das 91 fazendas arrendadas retornaram a seus proprietários originais. Por mais que as devoluções de sequestro fossem, no geral, relativamente poucas para as *habitations* de café, um fator parece ter determinado as decisões de restituição fundiária em cada local: o aumento do potencial produtivo da comuna. À vista disso, dois grupos de comunas se distinguem no distrito de Cap-Français: os de níveis de reapropriação próximos aos 20% e aqueles que perto dos 10% (Tabela 2.6).

¹¹¹ État des biens afferméés dans l'arrondissement du Cap. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Louverture estava ciente do desenvolvimento da produção em cada paróquia. Isso porque um outro conjunto de recenseamentos foi encomendado no início de 1798, provavelmente antes do processo de restituição dos bens. Esta documentação comparava o estado das propriedades no momento das concessões, a maioria feita no ano de 1797, com a situação das fazendas em maio de 1798, ou seja, um ano após a instauração sistema de arrendamento.¹¹² As plantations açucareiras apresentaram melhorias somente na quantidade de trabalhadores atrelados, provavelmente por conta do aumento sobre sua vigilância e do retorno compulsório de cultivadores fugitivos. Pouquíssimos partidos de cana foram plantados nesse período, o número de animais continuava insuficiente para o bom processamento do açúcar e muitos engenhos permaneciam sem moendas.¹¹³ Já no caso das fazendas de café, o desenvolvimento variou conforme a localidade. Na maioria das *habitations*, houve pouca mudança na quantidade de mão-de-obra, resultando em médias paroquiais relativamente estáveis no período de um ano. O diferencial se encontrou no crescimento do total de pés de café em produção e, conseqüentemente, no aumento das taxas de exploração dos trabalhadores (Tabela 2.6).

Os cafeeiros eram o coeficiente de avaliação do potencial produtivo de uma fazenda e, por esse motivo, também determinavam o valor dos arrendamentos (estabelecidos entre um sexto e um terço da capacidade de ganhos). A expansão de arbustos de café, fossem dos já frutíferos (recuperados pela limpeza dos pés) ou de recém-plantados, implicava a multiplicação do potencial de rendimentos. Assim sendo, onde se apresentaram as maiores possibilidades de lucros públicos foi também onde os sequestros mais permaneceram. Pela documentação, estava claro que Borgne tinha a maior capacidade produtiva do distrito, com uma média de aproximadamente 19.400 pés de café em efetiva produção por fazenda em 1797, e chegando a 22.250 após um ano de arrendamento.¹¹⁴ Provavelmente essas *habitations* eram as que mais rendas traziam aos cofres coloniais, o que explicaria a cota de 3% de restituição de propriedades aos senhores.

¹¹² Nos Archives Nationales d'Outre-Mer estão presentes os censos comparativos para várias paróquias do distrito de Cap-Français, mas não para a totalidade. Todos eles se encontram em ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

¹¹³ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

¹¹⁴ État comparatif de la situation des habitations, établies en café affermées pour compte de la République à l'époque des fermes d'avec leur position à celles du 1er Prairial an 6, 26 Fléreal an 6 (15 de maio de 1798). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

Tabela 2.6 Censos comparativos das fazendas de café do distrito de Cap-Français, 1797-1798

Paroquias	Média de cultivadores adultos 1797	Média de cultivadores adultos 1798	Média de pés de café produtivos 1797	Média de pés de café produtivos 1798	Média de pés de café por cultivador adulto 1797	Média de pés de café por cultivador adulto 1798	Aumento das médias	Total de fazendas recenseadas
Borgne	30	25	19.417	22.250	579	908	64%	79
Trou	19	20	1.082	4.416	71	250	393%	52
Saint Suzanne	23	23	2.079	6.396	103	377	405%	60
Plaine du Nord	14	16	1.529	4.032	145	296	189%	21
Acul	21	23	2.857	5.009	163	284	92%	55
Limbé	17	17	7.382	8.178	458	453	-	59
Plaisance	20	20	6.295	7.793	337	442	36%	121
Petite Anse	16	23	1.943	3.139	159	262	71%	8
Marmelade	25	25	4.911	7.150	200	302	67%	70

Fonte: As porcentagens relativas ao aumento da média de pés de café por cultivador adulto de 1797 para 1798 foi calculada com base nos valores de cada fazenda e não a partir da média geral de cada paróquia. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

Porém nem todas as paróquias podiam se comparar com o que se passava em Borgne. O que possivelmente tornou locais como Trou, Saint Suzanne e Plaine du Nord interessantes ao governo de Toussaint foi a dimensão de crescimento que tiveram em apenas 12 meses. Trou, por exemplo, concentrava unidades com média de 1.082 arbustos em 1797, bem menores do que Plaisance, que possuía 6.300. No entanto, a retomada da disciplina de trabalho em um ano de sistema de arrendamento, por mais que incompleta, aumentou em quatro vezes a quantidade de arbustos em plena produção nas *habitations*

daquela paróquia.¹¹⁵ A ampliação da capacidade de ganhos nessas comunas era mais profícua para os rendeiros, que tiravam maior porcentagem de lucros pela exploração das fazendas que a administração colonial. Sua oposição às medidas de retirada de sequestro das propriedades deve ter tido também grande impacto nos baixos níveis de devolução de bens nessas paróquias. Era possível que documentos de reapropriação das *habitations* fossem concedidos a alguns senhores, mas nenhuma medida de despejo dos arrendatários foi de fato tomada pelo governo. Muitos dos antigos proprietários, ou dos procuradores designados por eles, não tinham condições para enfrentar o novo senhorio revolucionário, vários dos quais continuaram efetivamente no comando diário das unidades de produção.¹¹⁶

Após as políticas de incentivo para retorno dos proprietários feitas por Louverture, elaboradas para revigorar ao máximo o sistema de plantation, ficou evidente que os rendimentos da administração *domingoise* com o açúcar seriam secundários em comparação ao café. Os projetos de reerguimento agrícola, a partir de então, se voltaram sobretudo para as fazendas cafeeiras que permaneceram em posse pública, arrendadas a apoiadores do governo – colonos proprietários e oficiais militares negros. Os diversos recenseamentos encomendados em 1798 por Toussaint evidenciaram o progressivo sucesso dos planos de recuperação econômica no departamento Norte. Ao longo dos anos, os ex-escravos foram compelidos pelo exército revolucionário a retornar às propriedades, onde posteriormente arrendatários e proprietários regressados puderam supervisionar o processo de produção. Ambos, em conjunto com agentes governamentais, se empenhavam para a execução rigorosa dos códigos de trabalho, a fim de manter os cultivadores atados aos cultivos de exportação. Isso apenas reafirmava para Louverture que a concretização da liberdade só poderia ocorrer através do trabalho, e este trabalho era nas *habitations*.¹¹⁷

Todo esse desenvolvimento dos projetos fundiários surtiu rápidos efeitos na multiplicação dos arbustos cafeeiros em produção plena em quase todas as paróquias, mas também na exportação da mercadoria. Em meados de 1798, o porto de Cap-Français, outrora o mais importante de Saint-Domingue, entrou pela primeira vez em superávit

¹¹⁵ État comparatif de la situation des habitations établies en café affermées pour compte de la République à l'époque des fermes d'avec leur position à celles du 1er Prairial an 6, 28 Fléreal an 6 (17 de maio de 1798). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/2.

¹¹⁶ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 227.

¹¹⁷ Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 180.

desde o início da Revolução.¹¹⁸ Alguns mercadores e casas comerciais que haviam fugido para outras cidades portuárias – como Port-de-Paix no Norte, Saint-Marc e Port-au-Prince no Oeste – retornaram para Cap-Français com o cenário favorável possibilitado pelas políticas de recuperação agrária. E além deles, novos negociantes, aliados ao comércio com os Estados Unidos, lá se estabeleceram. Esse grupo se aproveitou das aberturas do sistema de arrendamento em 1796 e 1797, e principalmente da conjuntura de intensas ligações mercantis com a República norte-americana, para se fortalecer como senhores de engenho. Sabendo que os Estados Unidos ocuparam a posição que antes era da França na compra dos artigos tropicais, Toussaint fez da regulação aduaneira um instrumento aliado às políticas de recuperação da economia colonial. Os portos do departamento setentrional receberam isenções fiscais, fixando os direitos de importação em 6% ao invés dos 20% para o resto de Saint-Domingue, na intenção de contribuir para o triunfo do complexo de plantations.¹¹⁹

O panorama de recuperação produtiva aumentou as expectativas das autoridades coloniais para o desenvolvimento econômico da colônia. A avaliação desse crescimento influenciou a elaboração de novas medidas que aprimorassem o sistema de produção e seus ganhos. É a partir disso que se compreende as deliberações do novo governador de Saint-Domingue, Gabriel de Hédouville, enviado pelo Diretório na missão de recuperar o comando da colônia por agentes metropolitanos. Chegou na ilha por Santo Domingo em março de 1798, quando Toussaint já liderava as questões políticas e econômicas de Saint-Domingue. Apoderou-se do cargo de governante, mas manteve relações próximas com os grupos dominantes, especialmente com o líder negro. E possivelmente com base nas apreciações feitas pelas gestões anteriores, Hédouville e agentes da administração dos domínios nacionais formularam uma nova regulamentação de trabalho, mais severa do que a prevista na proclamação de abolição de 1793. A intenção principal do *Arrêté concernant la police des habitations*, anunciado no final de julho, era a imobilização dos trabalhadores nas plantations. O decreto previa o engajamento de três anos de trabalho, ao invés de somente um ano, até que os cultivadores pudessem escolher qual fazenda gostariam de trabalhar, além das trocas de unidade serem dificultadas pelo aviso prévio de um ano que deveriam submeter à administração dos bens nacionais. Além disso, as

¹¹⁸ COVO, *op. cit.*, p. 714.

¹¹⁹ Cf. COVO, *op. cit.*, p. 695.

punições por fuga eram severas, chegando a um ano de prisão em caso de reincidência do crime.¹²⁰

Ainda que não estivesse publicamente atrelado ao novo regimento laboral, Louverture provavelmente participou, direta ou indiretamente, de sua formulação. Cartas trocadas com Hédouville revelaram que havia aberta discussão do assunto entre as partes, afirmando o general que o decreto era muito “vantajoso e útil para a agricultura”. O governador, em mais de uma ocasião, agradeceu o líder negro pela ajuda, a ponto de alegar que as “principais cláusulas dos novos regulamentos tenham sido elaboradas pelos dois”. Se Toussaint se aproveitou da situação para ativamente criar forte oposição das massas ao governante francês não vem ao caso.¹²¹ Ele sabia que o decreto, ao aumentar a exploração dos trabalhadores, seria bastante impopular entre a população; contudo, acreditava que teria grande contribuição para a elevação da produção de commodities, que era o aspecto preeminente para a defesa da colônia. As rebeliões de cultivadores que emergiram nos meses seguintes em diversas partes da província do Norte não foram de imediato reprimidas pelo exército revolucionário. Sob ordens de Louverture, deixaram que elas pressionassem a saída de Hédouville de Saint-Domingue, a qual finalmente ocorreu em outubro de 1798, apenas seis meses após sua chegada na ilha.

O sistema produtivo, no entanto, não se tornou menos severo com a expulsão do governador francês. Na verdade, a tendência foi de aumento da exploração do trabalho dos cultivadores, seguindo os indícios apresentados nos censos anteriores. Revogado ou não o regimento de 1798, o cotidiano dos cultivadores, a partir de então, foi mais parecido com o que ele previa do que com os códigos de 1793. Nas fazendas arrendadas, o tratamento da mão-de-obra foi mais duro, usando-se de mais violência para impor maior carga de trabalho.¹²² O fim da guerra contra os britânicos no Oeste, nesse mesmo momento, foi mais um fator em favor das políticas de recuperação agrícola. Toussaint logo ordenou que os homens que não fossem mais necessários no exército deveriam retornar para os cultivos nas plantations.¹²³

O segundo semestre de 1798 assinalava o gradativo, mas rápido êxito da ordem louverturiana em Saint-Domingue. O líder negro era a autoridade dominante da colônia, apesar da breve interferência de Hédouville para tentar diminuir seu poder. Suas políticas

¹²⁰ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 194.

¹²¹ Esta é a argumentação feita por Hazareesingh na recente biografia que fez sobre Toussaint. As cartas foram analisadas por HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 194.

¹²² GEGGUS, *op. cit.*, p. 344.

¹²³ FORSDICK & HØGSBJERG, *op. cit.*, p. 91.

para a restauração econômica da colônia davam bons frutos, com a retirada do sequestro, o sistema de arrendamentos e o regimento de trabalho. Ademais, a defesa da abolição parecia cada vez mais triunfante após a negociação de retirada das tropas britânicas das zonas de ocupação, e a reintegração destes espaços para o comando francês. Desde que assumiu a liderança administrativa colonial, os rendimentos públicos começaram a expandir e as trocas comerciais foram intensificadas. Somente no ano fiscal de 1797-1798, os Estados Unidos importaram das Antilhas francesas – e sobretudo de Saint-Domingue, que era a maior produtora –, aproximadamente 19.200 toneladas de café.¹²⁴ Tudo apontava para a construção da colônia que Toussaint almejava.

Apesar disso, essa trajetória foi permeada de reveses internos e externos. Na segunda metade de 1798, a França retirou a condição de neutralidade dos Estados Unidos por firmarem acordos com a Grã-Bretanha, com quem os franceses estavam em guerra desde 1793. O ataque a embarcações norte-americanas autorizado pelo Diretório foi retaliado pelo presidente John Adams com o embargo comercial de todas as possessões francesas em julho, dando início ao período conhecido como *Quasi-War*.¹²⁵ A retirada do principal parceiro comercial de Saint-Domingue no momento em que finalmente o complexo produtivo começava a se regenerar era um grande infortúnio. Dependia dessas trocas para continuar a recuperação da economia colonial, máxime pelas imensas dificuldades de circulação no Atlântico enfrentadas pela França. Sendo assim, a retomada do comércio com os Estados Unidos se tornou parte das políticas econômicas de Toussaint e assunto prioritário para o líder negro.

Para tanto, enviou o negociante Joseph Bunel, na qualidade de representante diplomático de Saint-Domingue, para convencer Adams e seu entourage a restabelecer as relações mercantis entre os dois espaços. Tal medida foi vista por alguns como prova das pretensões independentistas de Louverture de fazer da colônia francesa um Estado próprio.¹²⁶ Todavia, a reconstrução do sistema de plantation não poderia estar apartada da esfera comercial. A França, tendo criado esse empecilho para os planos internos da colônia, não resolveria a questão tão cedo. Tamanha era a urgência de Toussaint que ele decidiu agir por conta própria na resolução do problema. Para os Estados Unidos, a

¹²⁴ MCDONALD, *op. cit.*, p. 464.

¹²⁵ Sobre isso, ver CASSLEMAN, David A. “*The Friendly Disposition*”: American Relations with Toussaint Louverture and Revolutionary Saint-Domingue, 1798-1801. Thesis of Bachelor of Arts. Michigan: University of Michigan, 2012; COVO, *op. cit.*, passim; MCDONALD, *op. cit.*, p. 461-464.

¹²⁶ GIRARD, Philippe. *Toussaint Louverture: A Revolutionary Life*. New York: Basic Books, 2016, p. 196; MANIGAT, *op. cit.*, p. 119.

restauração das relações mercantis com Saint-Domingue era igualmente de grande interesse, já que as trocas da jovem República estavam associadas principalmente ao Caribe francês desde a independência. Em abril de 1799, depois de intensas negociações, Adams permitiu a circulação de navios em direção aos portos *domingoises*; meses depois, os acordos comerciais foram estendidos à Grã-Bretanha sob a intermediação de Thomas Maintland, com quem Toussaint mantinha contato desde a saída dos ingleses da colônia.¹²⁷

Na província do Norte, o porto de Cap-Français foi oficialmente reaberto às embarcações norte-americanas no início de 1799. As *habitations* desse distrito passavam, nos últimos meses, pelo enrijecimento do sistema de trabalho para avultar os rendimentos públicos. Eles se tornaram ainda mais imperativos quando uma nova frente de guerra estourou no departamento Sul da colônia em junho desse ano. Conhecido como a Guerra das Facas, o conflito envolveu Toussaint Louverture contra o comandante “mulato” do departamento meridional, André Rigaud, nomeado para esta função desde o retorno de Étienne Polverel à França em 1794. Apesar da concentração de batalhas nos territórios sul e oeste, a manutenção das tropas negras dependia também dos ganhos advindos do sistema de plantation.¹²⁸ Ao passo que a província Oeste, domínio do líder negro, foi diretamente afetada pela guerra – com as batalhas no território, o recrutamento de trabalhadores para o exército e a demanda de provisões –, coube principalmente ao Norte o financiamento da luta por meio da exportação de commodities.

Para garantir o fluxo de receitas ao governo colonial, possivelmente buscou-se o reforço da disciplina produtiva nas fazendas arrendadas, especialmente agora que o escoamento de mercadorias estava assegurado com os Estados Unidos. Mas o controle sobre as arrecadações públicas foi também fortalecido. Apenas os valores de arrendamento equivaliam a 32% das receitas do governo na segunda metade de 1799; somando-se ao quarto de subvenção e às taxações de importação e exportação, esses tributos representavam 80% dos ganhos.¹²⁹ Com eles se adquiriam as provisões, armas e munições das tropas, além do pagamento dos ordenados, fundamentais para sustentar os conflitos. Os censos comparativos de 1797 e 1798 mostraram que melhorias foram feitas

¹²⁷ CASSELMAN, *op. cit.*, *passim*. Vale a pena ressaltar que durante o período da Quasi-War, a circulação entre os dois espaços continuou ocorrendo, mas de forma ilegal. Apesar dos riscos, as operações foram constantes e mesmo os números oficiais não cessaram por completo. Sobre o assunto do contrabando nessa época, ver em específico COVO, Manuel. Entre projets impériaux, guerres et réseaux marchands: L'éphémère confédération franco-domingoise (ca 1797-1801). In: Idem, *op. cit.*

¹²⁸ FICK, *The Making of Haiti*, p. 200-202; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 267.

¹²⁹ COVO, *op. cit.*, p. 699.

nas fazendas com a aplicação zelosa dos projetos de recuperação econômica. Cabia, nesse novo contexto, insistir novamente nessas ações. A quem não interessava todo esse movimento era aos próprios cultivadores, os que mais sofriam com o novo regime de trabalho pós-escravidão.

Durante todos os anos de ordenação de políticas agrícolas – passando pelos processos de sequestro das propriedades, do estabelecimento do sistema de arrendamentos e da imposição dos regimentos de trabalho – as massas de ex-escravos contestaram essa estruturação. O exercício da liberdade, em sua concepção, jamais existiria dentro do complexo de plantations que as autoridades revolucionárias tentavam reorganizar. Baseados em suas experiências durante a escravidão, essas pessoas viram na autonomia das hortas de subsistência a verdadeira realização da liberdade. Tentaram concretizá-las em meio as aberturas do início da Revolução e especialmente pós-decreto de abolição geral de 1793. Ações que foram ativamente barradas pelo estabelecimento dos planos de recuperação produtiva a partir de 1795, aplicados pelo consolidado exército negro revolucionário.

As resistências à disciplina das plantations foram contínuas, ainda que restringidas pela supervisão das autoridades e da nova classe proprietária. A população ex-escrava desenvolveu maneiras de desafiar o regime latifundiário adequadas às condições que enfrentavam no momento, causando prejuízos os mais diversos ao processo produtivo: quebravam equipamentos, danificavam os cultivos, as colheitas eram malfeitas e se dedicavam demasiadamente ao cuidado das roças de alimentos.¹³⁰ Mas conforme a exploração dos trabalhadores se intensificou nas fazendas arrendadas, principalmente em 1798 e 1799, a luta dos cultivadores também se tornou mais agressiva. O enrijecimento da disciplina reviveu os temores de retorno da escravidão, já que as normas de trabalho assalariado exigidas pelo grupo dominante muito se pareciam com o regime escravista. Estavam, portanto, cada vez mais distantes de seu princípio de liberdade. E assim como fizeram no passado, os trabalhadores fugiram das propriedades para se estabelecer nas montanhas como *marrons*, enquanto outros se juntavam ao exército para escapar do trabalho nas plantações. Rebeliões de cultivadores, por seu turno, apareceram com força

¹³⁰ Cf. TOMICH, Dale. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830– 1848*. (2nd ed). Albany: State University of New York Press, 2016, p. 412-413.

com o endurecimento avassalador do regime laboral, a exemplo das revoltas que surgiram com os duros códigos de Hédouville em 1798.¹³¹

Tornou-se cada vez mais árdua a permanência dos novos libertos nas plantations, a despeito da vigilância de trabalho nesse período. Somado a isso, a instabilidade do período da Guerra do Sul, que chegou a provocar agitações de *gens de couleurs libres* em Cap-Français contra Toussaint,¹³² abriu novas oportunidades de resistência, fosse para não realização de trabalho, fosse para a fuga das fazendas. No início de 1800, ainda em meio à guerra contra André Rigaud, Louverture se queixou do trabalho dos cultivadores, prometendo tomar medidas corretivas após o fim do conflito.¹³³ Quando este acabou em julho, o líder negro se tornou a autoridade suprema de todo o território colonial pela primeira vez. Imediatamente encomendou novos recenseamentos para avaliar o estado das *habitations* depois de um intervalo de quase dois anos; deveriam abranger todos os tipos de propriedade, fossem arrendadas ou de proprietários presentes.¹³⁴ Era o esforço de Toussaint de avaliar as mudanças no sistema de plantation que ocorreram entre 1798 e 1800, e o ponto de partida para a atualização das políticas econômicas. Alguns indícios na documentação demonstraram os caminhos da população liberta na busca pela concretização de sua liberdade.

Nas fazendas arrendadas, onde a exploração da mão-de-obra era maior por ser a base de rendimentos do governo e da nova classe proprietária, foi notável a diminuição da quantidade de trabalhadores nas comunas de Plaisance e Borgne em 1800 (Tabela 2.7). No primeiro ano de arrendamento, o firme controle dos rendeiros sobre as propriedades, que envolvia em grande medida o exército negro, manteve estável o número de cultivadores em Plaisance, assim como na maioria das paróquias. Mas a intensificação da exploração dos trabalhadores a partir de meados de 1798 e durante 1799 provocou ondas de fugas das fazendas, observadas também em Borgne e provavelmente em toda a

¹³¹ FICK, Para uma (re)definição de Liberdade, p. 369; GEGGUS, David. Toussaint Louverture and the Haitian Revolution. In: ANDERSON, David; HUPCHICK, Dennis; WEISBERGER, William (eds.). *Profiles of Revolutionaries in Atlantic History, 1700-1850*. New York: Columbia University Press, 2007, p. 126.

¹³² Acusado por eles de beneficiar os franceses e brancos ao invés da população da colônia.

¹³³ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 280.

¹³⁴ Poucas paróquias possuem censos de 1800 presentes nos Arquivos. Nossa hipótese é a perda da documentação na época ou o não envio das duplas minutas previstas. Dentro do distrito de Cap-Français, analisamos os registros disponíveis para as comunas de Borgne e Plaisance. *État general des propriétés de tout genre existantes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été relevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...]*, 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800); *État general des propriétés de tout genre existantes dans la Commune du Borgne tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été relevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...]*, 1 Brumaire an 9 (22 de outubro de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

província do Norte. Segundo contemporâneos, as evasões atingiram níveis sem precedentes, a ponto de afirmarem que na região havia mais *marrons* em 1800 do que durante a escravidão.¹³⁵

Tabela 2.7 Média de cultivadores nas fazendas sequestradas ao longo dos anos.

Borgne e Plaisance			
Paróquia	1797	1798	1800
Plaisance	27	27	17
Borgne	40	35	23

Fonte: État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800); État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune du Borgne tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 1 Brumaire an 9 (22 de outubro de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1. As fontes relativas ao ano de 1797 e 1798 são as mesmas da tabela 2.6.

Por sua vez, as dimensões das fazendas de Borgne (contendo em média quase três vezes mais arbustos cafeeiros que Plaisance), e o elevado nível de exploração que alcançaram, instigaram a fuga de cultivadores mesmo em períodos de grande vigilância, como foram os meses iniciais do sistema de arrendamento. Em 80% das fazendas registradas nos censos comparativos do início de 1798, houve queda no número de trabalhadores arrolados. E não sem motivo: a média de pés de café por trabalhador foi a maior assinalada em todo distrito de Cap-Français, equivalendo a aproximadamente 908 pés por pessoa, com algumas propriedades registrando mais de 2.000 arbustos por indivíduo; enquanto nas demais paróquias essa média não ultrapassou 500 pés por trabalhador.¹³⁶ O alto potencial produtivo de Borgne impulsionou os arrendatários a aumentar o controle de trabalho a fim de extrair rendimentos superiores em 1798 e 1799. Em contrapartida, a resistência da população liberta por meio da fuga ocasionou a diminuição de cerca de 35% da mão-de-obra nas *caféyères* em 1800.

¹³⁵ DEBIEN, *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*, p. 161; GONZALEZ, *op. cit.*, p. 69.

¹³⁶ État comparatif de la situation des habitations, établies en café affermées pour compte de la République à l'époque des fermes d'avec leur position à celles du 1er Prairial an 6, 26 Fléreal an 6 (15 de maio de 1798). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

No entanto, escapar do sistema de plantation era mais do que somente partir das *habitations*, envolvendo, para essas pessoas, a promessa de concretização de sua liberdade. Ainda que fosse uma prática inibida pelas políticas econômicas de Saint-Domingue, o estabelecimento de pequenas plantações autônomas nas montanhas cresceu nesse momento, principalmente após o início da Guerra das Facas. Ao mesmo tempo que foram anos de endurecimento do ritmo de produção, a volubilidade do momento de guerra possibilitou, em conjunto das fugas, a ocupação de terras devolutas ou até mesmo a compra de parcelas de terrenos.¹³⁷ O recenseamento das fazendas não confiscadas de Plaisance (Tabela 2.8) mostrou que, de 142 unidades em 1796, a paróquia passou a ter 221 quatro anos depois. Evidentemente, os primeiros cadastros de bens dominiais continham diversos problemas de cobertura, sobretudo para as propriedades mais adentro dos *mornes*. Em 1800, havia pelo menos cinco anos que o departamento de Cap-Français estava fora da zona de conflito direto, permitindo maior amplitude dos registros. Entretanto, levando em consideração a conjuntura revolucionária, a hipótese da aquisição de lotes de terra se faz igualmente possível.¹³⁸

Tabela 2.8 Comparação fazendas de proprietários presentes na paróquia de Plaisance, 1796 e 1800

	Número fazendas	Total de cultivadores	Média trabalhadores por unidade
1796	142	2237	16
1800	221	1912	8

Fonte: État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

O aumento do número de fazendas foi acompanhado da diminuição dos trabalhadores atrelados a elas, cuja média cai pela metade de 1796 a 1800. Considerando

¹³⁷ GEGGUS, Toussaint Louverture and the Haitian Revolution, p. 80.

¹³⁸ État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

o cenário no departamento do Norte nesta época, a maior exploração dos cultivadores também nas propriedades de senhores presentes pode ter provocado a fuga dos mesmos ao longo dos anos. Mas a permanência de proprietários em suas unidades resultou numa dinâmica distinta daquela das plantations arrendadas. No geral, faziam parte de grupos menos abastados, cujas *habitations* eram menores se comparadas às fazendas de emigrados. Isso possivelmente permitiu maior controle sobre seus bens, apesar da interferência dos conflitos revolucionários. Esses colonos tiveram de adaptar a administração das fazendas diante do novo contexto, principalmente após a abolição da escravidão e a necessidade de pagamento dos trabalhadores livres. Puderam, assim, seguir práticas privadas de arrendamento e venda de parcelas de terra com a participação de novos atores sociais.

Por meio do sistema de arrendamentos públicos, novos grupos sociais ascenderam à posição econômica dominante, pois passaram a controlar as mais ricas *habitations* açucareiras e cafeeiras do Norte. Foram os oficiais revolucionários negros, os comerciantes e colonos que continuaram residindo em Saint-Domingue os principais beneficiários. Essa política, entretanto, não era aberta à participação da massa de escravos, pois se contava com seu trabalho compulsório para o reerguimento da produção. Os novos libertos, contudo, concebiam outro princípio de organização fundiária. Alguns encontraram meios distintos de satisfazer seus anseios de se estabelecerem como pequenos produtores, embora com dificuldades. Assim como muitos fugiram das fazendas para escapar da disciplina do trabalho das plantations, outros a evitaram pela aquisição de pequenos lotes de terreno.¹³⁹ Evidentemente este não foi o caminho mais viável, pois predominava o controle sobre a recuperação das fazendas e seus rendimentos no departamento. Porém, como sugerem os dados da tabela 2.8, o aumento da quantidade de fazendas privadas em 1800, acompanhado da diminuição do número de trabalhadores atrelados, pode não ter sido mera consequência de uma falha cadastral.¹⁴⁰

O período de convulsão revolucionária, em especial na época de guerra – em que a atenção governamental sobre a economia era dividida com as demandas bélicas –, abriu possibilidades aos novos libertos para adquirir suas próprias terras, até mesmo legalmente.¹⁴¹ Ao passo que a ocupação ilegal de terras nas montanhas não poderia

¹³⁹ FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 25.

¹⁴⁰ État general des propriétés de tout genre existantes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

¹⁴¹ GEGGUS, *Toussaint Louverture and the Haitian Revolution*, p. 80.

aparecer em documentos oficiais, a formação de uma nova unidade pela compra lícita de parcelas de fazendas poderia ser registrada. Provavelmente parte delas estavam presentes no recenseamento de Plaisance em 1800. Das 142 propriedades listadas em 1796, 90 reapareceram em 1800, mas isso não significa que o restante fosse de unidades recém-abertas.¹⁴² A queda no número de cultivadores nas fazendas, sobretudo nas não-sequestradas, também pode ser explicada pela transformação desses trabalhadores em pequenos proprietários. Eles conseguiam juntar reservas por meio dos pagamentos de trabalho e da venda de mercadorias (alimentos e animais) e, quando podiam, compravam individualmente ou em conjunto porções de *habitations* para produzir café e víveres dentro de seu ideal de liberdade. Em Plaisance, as fazendas particulares possuíam, em média, 8 trabalhadores, mas 40% delas continham até 5 pessoas, plantações bem pequenas para os padrões pré-revolucionários e em comparação com as unidades confiscadas. Propriedades nestas proporções estavam mais de acordo com o princípio de organização fundiária dos cultivadores do que com o regime de plantation defendido pelas lideranças revolucionárias.¹⁴³

A aquisição de lotes de terra não envolveu somente os libertos pelo decreto de 1793, como também os que eram livres antes do início da Revolução, mas que não haviam conseguido se tornar proprietários até aquela conjuntura.¹⁴⁴ Provavelmente esses foram os que mais participaram das compras de terrenos do período revolucionário, justamente pela posição social mais autônoma ao trabalho nas culturas de exportação. Pessoas que, não tendo se unido ao exército revolucionário, estavam mais ligadas à massa de escravos do que às pretensões do sistema de plantation. As associações entre os dois grupos, principalmente quando envolvia familiares e amigos, deve também ter sido comum. A constituição de pequenos lotes de terra não foi exclusividade de Plaisance: foi um fenômeno que possivelmente se espalhou em outras paróquias cafeeiras, máxime nos cantões de montanhas. Possuíam uma lógica de exploração diferente da disciplina produtiva dos artigos de exportação, chegando a combinar o cultivo do café com os de

¹⁴² État general des propriétés de tout genre existantes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été relevées du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1.

¹⁴³ FICK, Emancipation in Haiti, p. 25.

¹⁴⁴ É impossível dar exemplos de nomes, já que os censos trazem dados quantitativos e não tanto qualitativos. Temos acesso apenas ao nome e/ou sobrenome das pessoas, e inferimos essa argumentação por serem nomes comuns de escravizados. Apenas o cruzamento com outros tipos de fontes poderia responder essa questão com mais propriedade.

subsistência. Por isso mesmo também não deixaram de ser considerados como uma forma de escape dos projetos econômicos da administração colonial.

Esse foi o cenário constatado por Toussaint ao observar os dados registrados pelos censos de 1800. Enquanto estava concentrado na Guerra do Sul, sabia da falta de disciplina dos trabalhadores em várias fazendas. Contudo, após a avaliação detalhada da documentação, dois movimentos ficaram claros para o líder negro: o grande fluxo de fuga dos trabalhadores das plantations; e a possibilidade de formação legal de pequenos estabelecimentos por meio da divisão de fazendas e terrenos. Ambos os fatores eram empecilhos para a recuperação do complexo produtivo de exportação, que apenas começara a dar resultados em 1798. Deveriam ser coibidos, portanto, por meio de reajustes nos projetos econômicos, cuja atribuição era impulsionar mais rendimentos aos cofres públicos. Novas medidas, desta vez mais severas, foram proclamadas já na segunda metade de 1800 para que o caminho de recuperação da colônia não sofresse mais desvios.

A Saint-Domingue de Louverture deveria ser uma sociedade baseada na conjunção de uma organização hierarquizada dos grupos sociais pós-escravidão – brancos, *gens de couleurs libres* e negros. Para que se tornasse possível, chegara a hora da massa de novos libertos aceitar sua função subordinada na política agrícola, pois a formação de desse quadro social desenvolvido por Toussaint dependia da retomada econômica da colônia. O exército revolucionário havia vencido, até aquele momento, diversos inimigos externos da liberdade dos negros, mas isso não significava que a luta estava encerrada, ainda mais com as mudanças políticas ocorridas na França após o golpe de 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Pela primeira vez em dez anos, a nova Constituição metropolitana não contemplava os princípios dos Direitos do Homem e do Cidadão. Era necessária que a defesa da liberdade fosse assegurada internamente. Para tanto, cada categoria social *domingoise* deveria aceitar seu papel no desenvolvimento de Saint-Domingue; aos ex-escravos, isto significava a liberdade circunscrita ao trabalho nas plantations.¹⁴⁵

Em outubro de 1800, um novo regimento de trabalho foi proclamado por Toussaint, centrado na vigilância militar do processo produtivo. Nele, ficou evidente que toda a atenção da sociedade seria voltada para a prosperidade da colônia. As autoridades civis e militares teriam de cumprir com devoção suas responsabilidades, pois a agricultura era tida como o suporte de todos os governos e a origem das artes e da indústria. Sendo,

¹⁴⁵ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 342.

por conseguinte, o alicerce dos Estados, Saint-Domingue deveria seguir o mesmo caminho, especialmente diante da missão de salvaguardar a liberdade nominal de todos os cidadãos.¹⁴⁶ Uma vez que as guerras em território colonial haviam enfim terminado, o exército seria encarregado de supervisionar a produção e o trabalho em toda a colônia. Se antes oficiais militares tinham interesses particulares no desenvolvimento das propriedades, já que vários eram integrantes do sistema enquanto arrendatários, agora toda a instituição se ocuparia do bom desempenho das *habitations*. Em suma, a rígida mentalidade militar, hierárquica e disciplinada, deveria reger o complexo produtivo.¹⁴⁷

Nas palavras de Louverture,

considerando que o soldado tem deveres sagrados a cumprir, pois é sentinela do povo, que ele está constantemente em serviço para cumprir as ordens que recebe de seu comandante, seja para manter a tranquilidade interna, seja para combater os inimigos da República, é importante que os gerentes, condutores e cultivadores, que possuem igualmente chefes, se comportem como os oficiais, suboficiais e soldados em tudo o que concerne seus deveres.¹⁴⁸

No projeto de poder de Toussaint, seriam os latifúndios monocultores, e não os pequenos lotes que começaram a se formar, que garantiriam os retornos necessários para a defesa da abolição. Assim sendo, qualquer desvio do regime de trabalho deveria ser severamente punido. As saídas de cultivadores sem permissão das fazendas, que parecem ter se intensificado a partir de 1798 com as fugas, foram altamente condenadas, com riscos de prisão e trabalhos públicos forçados; se aos soldados era proibida a deserção dos batalhões, o mesmo deveria ocorrer com os lavradores. De modo geral, toda a população colonial deveria estar empregada em uma atividade útil ao “bem público”, definida como aquela que era capaz de pagar tributos à República.¹⁴⁹ Isso implicava não apenas a vigilância sobre o trabalho nas fazendas, como também sobre as operações dos que

¹⁴⁶ Cf. Règlement relatif à la culture, Toussaint Louverture, Général en Chef de l’Armée de Saint-Domingue, 20 Vendémiaire an IX (11 de outubro de 1800).

¹⁴⁷ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 239. FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 23-27; *Idem Dilemmas of Emancipation*, p. 12; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 298; JAMES, *op. cit.*, p. 222; LUNDHAL, *Mats. Toussaint Louverture and the war economy of Saint-Domingue, 1796– 1802. Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 6, 1985, p. 122-138.

¹⁴⁸ No original: “Considérant que le militaire qui a des devoirs sacrés à remplir, puisqu’il est la sentinelle du peuple, qu’il est perpétuellement en activité, pour exécuter les ordres qu’il reçoit de son chef, soit pour maintenir la tranquillité intérieure, soit pour combattre les ennemis de la République au dehors, est essentiellement obéissant à ses chefs, — et qu’il importe que les gérons, conducteurs et cultivateurs qui ont également des chefs, se comportent comme les officiers, sous-officiers et soldats pour tout ce qui a rapport à leurs devoirs”. Règlement relatif à la culture, Toussaint Louverture, Général en Chef de l’Armée de Saint-Domingue, 20 Vendémiaire an IX (11 de outubro de 1800).

¹⁴⁹ No original, “On entend par un état utile, celui qui paye ou pourrait payer une rétribution quelconque à la République.” Règlement relatif à la culture, Toussaint Louverture, Général en Chef de l’Armée de Saint-Domingue, 20 Vendémiaire an IX (11 de outubro de 1800).

tentavam ter uma vida fora desse sistema. Se existia a possibilidade de os novos libertos adquirirem pequenas parcelas de terra para a policultura e criação de animais, tal qual aventado nos censos de Plaisance em meados de 1800, ela deveria ser barrada.

Nesse sentido, todo indivíduo que não estivesse atrelado ao cultivo das *habitations* deveria justificar uma atividade que fosse tanto suficiente para sua subsistência, quanto suscetível de pagamento de impostos. “Caso contrário, não o fazendo, todos os que forem encontrados em contravenção, serão imediatamente presos, para serem, se condenados, incorporados a um dos regimentos do exército; ou enviados para o cultivo, onde serão forçados a trabalhar”.¹⁵⁰ Não bastasse esta resolução, no início do ano seguinte, Louverture ordenou a proibição de vendas de terrenos inferiores a 50 *carreaux* de terra (65 hectares), área maior que muitas das fazendas cafeeiras do Norte. Qualquer que tenha sido a amplitude da formação de pequenos estabelecimentos na província setentrional, ela foi oficialmente vetada pelo líder negro.¹⁵¹ Cultivadores não tinham mais aberturas legais para se tornarem proprietários regulares de pequenas propriedades. Cabia ao exército se encarregar da vitória do sistema de plantation sobre qualquer outra forma de organização fundiária. Este seria o triunfo final de uma liberdade coagida ao sistema de plantation.

Com o endurecimento do programa fundiário, Toussaint caminhava para robustecer a ordem louverturiana em Saint-Domingue. Sua organização política estava assentada na ligação fundamental com a França, mas igualmente na autonomia administrativa *domingoise* firmada no exército negro e, principalmente, em sua própria figura.¹⁵² A estruturação de seu poder foi sintetizada na Constituição de 2 de julho de 1801, a qual ordenou um movimento que vinha acontecendo desde 1797, mas sobretudo após o fim da Guerra do Sul. Nela oficializou-se uma configuração de governo centrada em três pilares: em sua plena e indivisível autoridade, no sistema de plantation e na perpetuação da ordem revolucionária em Saint-Domingue.¹⁵³

O conjunto de medidas empreendidas a partir de 1800, que culminaram na carta constitucional do ano seguinte, trouxe rápidos efeitos no complexo de produção da

¹⁵⁰ No original: “sinon et faute de ce faire, tous ceux ou celles qui seront trouvés en contravention, seront immédiatement arrêtés, pour être, s’ils en sont trouvés coupables, incorporés dans un des régimens de l’armée ; dans le cas contraire, et envoyés à la culture, où ils seront contraints de travailler”. Règlement relatif à la culture, Toussaint Louverture, Général en Chef de l’Armée de Saint-Domingue, 20 Vendémiaire an IX (11 de outubro de 1800).

¹⁵¹ FICK, Emancipation in Haiti, p. 25; STEIN, *op. cit.*, p. 183-184.

¹⁵² FICK, Emancipation in Haiti, p. 23; MANIGAT, *op. cit.*, p. 123.

¹⁵³ Constitution de Saint-Domingue (1801). In: DIPPEL, Horst (ed.). *Constitutions of the World from late 18th Century to the Middle of the 19th Century*. New York: De Gruyter, 2013.

colônia. A militarização do processo produtivo levou as exportações de café à Europa atingirem dois terços dos valores de 1789, num montante de aproximadamente 19.700 toneladas dos grãos.¹⁵⁴ Já os Estados Unidos, principal parceiro comercial de Saint-Domingue desde o início da Revolução, importou sozinho das Antilhas francesas 17.225 toneladas dos grãos, a maior parte advindo da ilha revolucionária.¹⁵⁵ Não foi à toa que, em 1801, as receitas públicas com impostos passaram os 20 milhões de francos. Contemporâneos relataram que algumas unidades chegaram a decuplicar seus rendimentos.¹⁵⁶ O notável crescimento da produção foi decorrência nítida da firme aplicação dos regimentos de Toussaint. O retorno da população ao trabalho nas fazendas foi impulsionado por perseguições violentas de fugitivos e outros que procuravam alternativas à vida nas plantations. Essas medidas lograram prender um número significativo de cultivadores às unidades produtivas, alguns locais chegando à mesma quantia de trabalhadores de 1797 (Tabela 2.9).¹⁵⁷

Tabela 2.9 Média de cultivadores nas fazendas sequestradas ao longo dos anos da paróquia de Plaisance

1797	1798	1800	1801
27	27	17	25

Fonte: État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune de Plaisance tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 30 Thermidor an 8 (17 de agosto de 1800); État general des propriétés de tout genre existentes dans la Commune du Borgne tant celles qui ont été sequestrées, que celles qui ont été rélevée du sequestre, dont les propriétaires sont présents [...], 1 Brumaire an 9 (22 de outubro de 1800). ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1; État général des habitations de la Commune de Plaisance, an 10. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1. Para os anos de 1797 e 1798, as fontes são as mesmas da Tabela 2.6.

¹⁵⁴ O açúcar, que desde 1798 já não era o centro das atenções das políticas econômicas, pois retornado ao controle dos antigos proprietários, chegou a exportar para a França em 1801 8.400 toneladas; uma recuperação bem inferior ao café. LACERTE, Robert K. *The Evolution of Land and Labor in the Haitian Revolution, 1791- 1820. The Americas*, Vol. 34, No. 4, 1978, p. 453.

¹⁵⁵ MCDONALD, *op. cit.*, p. 464.

¹⁵⁶ Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 351-363.

¹⁵⁷ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2. Considerando os censos produzidos em 1802 (explorado afrente no capítulo), notamos que algumas fazendas registram uma quantidade maior em 1802, quando a guerra de independência já havia começado na ilha, do que em 1800. Levando em consideração que o início desse conflito mais atrapalhou do que permitiu a aplicação das políticas econômicas, consideramos que esse aumento de trabalhadores nessas fazendas é decorrente das políticas de 1800-1801.

O custo político e social dessas conquistas econômicas, contudo, foi alto para Toussaint.¹⁵⁸ O líder levou a população *domingoise* ao extremo ao instituir a obediência militar em todas as esferas de existência, especialmente no departamento Norte da colônia, onde o exército negro concentrava seu poder. A coerção necessária para assegurar tais níveis de exploração não seria viável a longo prazo, nem mesmo para o grande líder revolucionário. Tendo o sistema de plantation atingido o ápice opressivo desde o início da Revolução, a resistência dos ex-escravos se tornou cada vez mais aguda. Crescia o temor de que a escravidão fosse reestabelecida a qualquer momento pelas próprias lideranças negras, as quais compeliavam os trabalhadores a viverem num regime exploratório que diferia pouco das práticas escravistas anteriores. A descrença dos cultivadores na elite governante, composta principalmente pelo alto escalão militar, expressava-se na crescente objeção à Toussaint e seus comandantes.¹⁵⁹

No final de 1801, meses após o enrijecimento da ordem louvertureira em Saint-Domingue, estourou na província do Norte a maior revolta de cultivadores da época revolucionária. Rumores de que Toussaint, Dessalines e Henry Christophe estavam vendendo cidadãos negros aos colonos brancos levaram os trabalhadores das paróquias de Limbé, Acul, Port-Margot, Marmelade, Dondon, Grande-Rivière e Plaisance a se rebelarem. Os insurgentes mataram centenas de brancos da região até serem duramente reprimidos pelas forças armadas. Moïse, sobrinho adotivo do agora governador Louverture e responsável pelo controle de algumas dessas áreas, foi acusado de liderar a rebelião, haja vista suas opiniões contrárias ao governo draconiano de seu tio, que chegava a cobrar de Moïse, em ocasiões anteriores, uma aplicação mais rigorosa dos códigos de trabalho. Sem qualquer julgamento, ele foi executado. Depois disso, em novembro de 1801, Louverture reiterou os regimentos anteriores e impôs maior vigilância sobre o trabalho, como forma de resposta ao movimento dos cultivadores. A “vagabundagem” e a perturbação da ordem pública, definidas de modo cada vez mais vagos, foram duramente penalizadas.¹⁶⁰

O governo, tal como estruturado por Toussaint, provocou a enorme segregação entre a população liberta e o exército negro revolucionário. Os primeiros identificaram na figura do governador o entrave do acesso à terra e a plena realização da liberdade. Mas para Louverture isso pouco importava. Nesse mesmo período, ele observava o

¹⁵⁸ Cf. HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 363

¹⁵⁹ HAZAREESINGH, *op. cit.* p. 375; GEGGUS, Toussaint Louverture and the Haitian Revolution, p. 126.

¹⁶⁰ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 373-383; FICK, p. 210; POPKIN, *op. cit.*, p. 112.

distanciamento de Napoleão Bonaparte, rodeado de importantes figuras escravistas na metrópole, da causa da abolição e do poder negro em Saint-Domingue. A recuperação econômica era, em sua ótica, a única saída para barrar uma futura tentativa de imposição da escravidão e, por isso, deveria ser priorizada a despeito de qualquer custo social. O líder imaginava que era uma questão de tempo até esta situação se concretizar; o que não sabia era que ela já estava a caminho naquele momento.

A maior expedição realizada pela França à Saint-Domingue partiu da Europa em dezembro de 1801, com o objetivo de recuperar o controle da antiga Pérola das Antilhas e acabar de vez com a Revolução escrava que dominava a colônia havia uma década. Em fevereiro de 1802, 20.000 soldados liderados pelo general Charles Emmanuel Leclerc, cunhado de Bonaparte, chegaram à ilha. Apesar das estritas ordens de Toussaint de impedir o desembarque dos franceses em qualquer um dos portos *domingoises*, eles conseguiram adentrar em Santo Domingo e no departamento Sul, seguido de Cap-Français e outros pontos do litoral. Independente da convocação do governador, as massas negras pegaram em armas para lutar em nome de sua liberdade contra qualquer dominação escravista. Ficou claro para a população que o envio de tão grande guarnição não era guiado por motivos pacíficos. Se nem mesmo as forças armadas da Revolução proporcionavam a livre existência dos novos libertos, não seria o exército metropolitano que garantiria o exercício da liberdade.

Assim que as tropas francesas começaram a ocupar as áreas costeiras, Louverture ordenou a execução da prática de terra arrasada a seus generais, seguida da retirada estratégica de todos para as montanhas. De lá, apenas se defenderiam até a época de epidemia das doenças tropicais, quando teriam vantagens para partir ao ataque.¹⁶¹ Cidades, armazéns e culturas deveriam ser incendiados para que o exército inimigo não tirasse proveitos. Foi assim que cidades e engenhos do litoral norte foram novamente atacados, mas sem o grau de destruição imediato da década anterior. Nesse primeiro momento, os franceses estavam melhor preparados e munidos, conseguindo se apropriar de diversas regiões em pouco tempo. Enquanto as fileiras negras e novos libertos se concentravam nos *mornes*, permaneceram nas planícies colonos que se preocupavam com o sistema produtivo e pouco com os ideais revolucionários de igualdade e liberdade.

¹⁶¹ Desde a época pré-colonial, no momento de povoação das paróquias montanhosas, Plaisance e Borgne, por exemplo, já possuíam fortificações estratégicas nas montanhas para o caso de guerras, áreas mais protegidas do que as zonas litorâneas. MOREAU DE SAINT-MÉRY, *op. cit.* v. 1, p. 354-355; DUBOIS, *op. cit.*, p. 266.

Entretanto, eles não foram os únicos a se distanciarem desses princípios. Logo nos primeiros meses, promessas de cargos militares e conservação das tropas por parte de Leclerc atraíram as lideranças negras, inclusive Louverture, para o lado francês da guerra. O exército revolucionário atacava abertamente a massa de libertos de Saint-Domingue na tentativa de cessar fogo em definitivo. A população, contudo, combatia do modo que melhor conhecia, através das táticas de guerrilha. Esta era, para eles, a luta final da liberdade contra o cativeiro das plantations, estivesse a escravidão abolida ou não. Iniciou-se, assim, uma nova – e final – fase da Revolução Haitiana: a guerra da independência. A liberdade nunca estaria assegurada em Saint-Domingue enquanto ela fosse um território francês. Era necessário, portanto, lutar por sua libertação.

Do lado francês, os primeiros estágios da expedição correram de acordo com o planejado. Adentraram no território sem grandes perdas e rapidamente contaram com o apoio do que imaginavam ser seu maior oponente, os oficiais militares negros. Restava agora desarmar a população e obrigar seu retorno para as *habitations*, até que a escravidão pudesse, por fim, ser reestabelecida na colônia. Leclerc certamente não esperava a enorme dificuldade para cumprir esta etapa, mesmo que tivesse em mãos todo o aparato coercitivo local. Acreditava que o problema estava na presença de Toussaint em Saint-Domingue, que, conquanto recolhido com sua família em uma propriedade em Gonaïves, poderia estar contribuindo com a Revolução. Em uma medida vista como essencial para a vitória metropolitana, no início de junho Leclerc tramou a captura e expulsão de Louverture do território americano, a qual ocorreu no mesmo momento que os franceses começavam a sucumbir a doenças tropicais.¹⁶²

Considerando os reveses não antecipados pela expedição francesa, que esperava finalizar a guerra antes do verão de 1802, o general da campanha teve de pensar em meios para contornar a situação. Tendo o controle sobre a máquina governamental de Louverture, a guerra contra a massa de cultivadores parecia cada vez mais depender dos recursos da economia de guerra. Necessitavam da compra de mais armamentos, munições e provisões para as tropas, que só poderiam ser feitas com o sistema de plantation.¹⁶³ Foi dentro deste contexto que uma nova série de censos foi encomendada pelas autoridades francesas, com o objetivo de informá-los sobre o estado do parque produtivo geral e quais os possíveis ganhos imediatos.¹⁶⁴ Por comandarem grande parte da colônia nesse período,

¹⁶² POPKIN, *op. cit.*, p. 127.

¹⁶³ GIRARD, *op. cit.*, p. 250.

¹⁶⁴ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/1-2.

com exceção do interior montanhoso, os recenseamentos cobriram a totalidade das paróquias do Norte.

As informações das fazendas e dos contratos de arrendamento (época da concessão, nome do arrendatário, valor do arrendamento) foram retiradas de livros da administração de bens nacionais produzidos antes da chegada da expedição. A preocupação principal das autoridades, naquele momento, eram as rendas públicas e, por isso, mensuraram nos censos as dívidas de arrendação em 1802. Praticamente nenhuma propriedade do distrito de Cap-Français havia pago a anuidade do contrato até julho e algumas poucas somente uma parte do devido. Na paróquia de Plaisance, por exemplo, várias fazendas deviam pelo menos dois anos de arrendamento. Leclerc tinha em mãos, portanto, um cálculo do montante a se receber nos próximos meses, que poderia ser alocado na manutenção da guerra. Os atrasos de pagamento, porém, não tinham relação com a política de terra arrasada acionada pelas lideranças quando da chegada das tropas francesas em Saint-Domingue. A não ser as casas nas cidades, poucas foram as unidades agrícolas registradas como incendiadas nos documentos. Os arrendamentos eram controlados inclusive por partidários da metrópole, fossem civis ou oficiais do exército negro, dada a continuidade dos contratos naquele momento.

Independentemente dos esforços demonstrados pelos censos de 1802, Leclerc não foi capaz de reproduzir o programa de Toussaint.¹⁶⁵ Os cultivadores estavam fortemente engajados na luta contra o exército de ocupação, comprovando suas suspeitas em agosto após as notícias de retorno da escravidão nas colônias de Guadalupe e Martinica. Os acontecimentos nas ilhas caribenhas tiveram profundo impacto nos oficiais negros do lado da França. Por mais que a instituição não tivesse sido reestabelecida em Saint-Domingue, notaram que era apenas uma questão de tempo até que a metrópole revogasse a lei de abolição de 1793, e até mesmo a lei de igualdade racial de 1792. Diante deste cenário, as lideranças revolucionárias compartilhavam mais da luta pela liberdade da população negra do que dos cânones franceses. Juntaram-se aos trabalhadores e *marrons* na guerra pela independência *domingoise*, a qual era a única maneira de assegurar definitivamente o fim da escravidão. Quando a abolição foi posta em xeque, grupos sociais que se antagonizaram durante toda a Revolução em torno da estruturação fundiária e das práticas de liberdade finalmente se uniram. A manutenção ou a formação de uma

¹⁶⁵ Cf. GONZALEZ, *op. cit.*, p. 75.

nova organização econômica e social pouco importavam frente à possibilidade de retorno da escravidão.¹⁶⁶

Foi uma guerra de extremos para os dois lados, de ganho ou perda completa. Em consequência, o período de fins de 1802 a 1803 foi o mais atroz da Revolução Haitiana. O conhecimento do terreno, a longa experiência revolucionária e a forte obstinação de uma vida de liberdade foram determinantes para a derrota das tropas metropolitanas nos meses que se seguiram. Em meados de 1803, estava claro que a expedição francesa havia fracassado: o recuo progressivo das tropas pelo território manteve somente as cidades de Port-Républicain (antiga Port-au-Prince) e Cap-Français em seu domínio, até finalmente partirem em novembro. Este estágio final da guerra, no entanto, foi marcado por um enorme vácuo de poder em Saint-Domingue, em que as forças armadas negras estavam concentradas na expulsão permanente do exército invasor, enquanto a população sobrevivente tentava se reestabelecer no território colonial.

Antes que se elaborasse a estrutura de Estado do novo país, os primeiros prenúncios de emancipação da colônia se fizeram acompanhar da prática da liberdade de seus cidadãos. Os combates pela independência colonial, causando a morte de milhares de pessoas e a saída de tantos outros, deixaram vagas as inúmeras propriedades que as autoridades coloniais tentaram por anos recuperar. Sem qualquer reprimenda imediata, os cultivadores puderam as ocupar, reordenar e explorar enquanto indivíduos verdadeiramente livres. Mas o que parecia ser a inauguração do processo de formação do campesinato foi interrompido pela própria construção do Estado haitiano. Encabeçado por Jean-Jacques Dessalines, o Haiti foi fundado pelas bases de um exército revolucionário negro que não pretendia renunciar sua posição dominante. Não mais dependentes da França, o país tinha de defender por si só a vitória incondicional da abolição contra todos os poderes escravistas a seu redor. Fizeram isso da forma que conheciam: pela perpetuação do sistema de plantation da ordem louverturiana. Em 1 de janeiro de 1804, encerrou-se a Revolução, mas a luta sobre os significados de liberdade e do trabalho em um mundo pós-emancipação continuaria por anos a seguir.

¹⁶⁶ FICK, *The Making of Haiti*, p. 226-228.

CAPÍTULO 3: AS ABERTURAS PARA A LIBERDADE DOS ESCRAVIZADOS NO DEPARTAMENTO OESTE

Vários dos eventos pelos quais a Revolução Haitiana é conhecida se passaram no departamento Norte de Saint-Domingue, como a insurreição de escravos de 1791, a declaração de abolição de 1793 e a consolidação do exército negro revolucionário. Por sua vez, a província do Oeste foi palco de grandes transformações econômicas e sociais, tão drásticas quanto as ocorridas no espaço setentrional. À primeira vista, a maior permanência do grupo senhorial e da instituição da escravidão faz pensar na limitação revolucionária deste espaço. De fato, isolados do movimento de escravizados, os colonos da região ocidental, como era também conhecida a província, conseguiram maior controle sobre o complexo fundiário e a administração local, especialmente após a invasão dos britânicos. Contudo, a trajetória da Revolução ali demonstrou que, longe do domínio das forças armadas negras, os embates pela liberdade tiveram outro contorno. O problema imediato para sua população escrava era a luta contra a própria instituição da escravidão.

Foi no departamento Oeste que se iniciou a Revolução na colônia francesa, a partir dos movimentos de autonomismo colonial dos brancos e de igualdade de direitos dos *gens de couleur libres*. Em franca oposição, eles inauguraram as contendas armadas na ilha e, conseqüentemente, a instabilidade do estrato livre da sociedade *domingoise*, que serviu de brecha para o surgimento da larga revolta de escravos no Norte. Ainda assim, a força da classe senhorial da província ocidental, que tendia a residir mais na colônia, conseguiu conter uma possível organização insurrecional no departamento, embora não pudesse impedir resistências escravas pontuais. Acima de tudo, ambos os lados, brancos e afrodescendentes livres, lutavam pela manutenção da escravidão, principalmente após a ameaça da abolição vinda com os comissários civis franceses. Aqueles grupos, antes opostos, uniram-se para conter os avanços da Revolução Francesa, cuja solução foi o incentivo da ocupação do território pelo Império Britânico. Este foi evento o divisor de águas para a transformação do sistema de plantation no Oeste de Saint-Domingue e, por conseguinte, para a formação de um outro embate da revolução das liberdades.

Os colonos locais aproveitaram-se do isolamento da administração francesa para consolidar poderios paroquiais autônomos durante o período da dominação inglesa. Foi

justamente esta fragmentação da gestão política nas mãos das elites proprietárias que possibilitou o confronto pujante dos escravizados ao complexo produtivo. Mesmo após a reincorporação do território pelo exército de Toussaint Louverture em 1798 e a imposição das leis revolucionárias em execução no Norte, a força da soberania paroquial não foi completamente rompida. O grupo senhorial estava preocupado, acima de tudo, com os lucros pessoais e condições de produção. Conforme caía a capacidade de rendimentos pelos danos da guerra, eles procuraram não perder de todo o investimento realizado sobre o patrimônio agrário. Por meio da alienação dos bens, fosse pelo arrendamento ou pela venda, proprietários e herdeiros procuravam navegar em um quadro de incertezas. A deterioração do sistema produtivo com o avanço dos conflitos, entretanto, ampliou a prática, atraindo, assim, grupos coloniais subalternos, o que incluiu, nos últimos anos da Revolução, os novos libertos.

Habitations inteiras foram remodeladas em propriedades menores com a crise da economia da província Oeste, algo movido tanto pelas carências de proprietários em progressiva decadência como pelos anseios de pessoas que buscavam fugir da lógica do sistema de plantation. Fora do controle do exército negro revolucionário, os antigos cativos tiveram maior participação nas transações fundiárias, de forma individual ou em associações. Ao fim e ao cabo, a concepção de liberdade dos escravizados prevaleceu onde por mais tempo reinou o controle senhorial sobre eles.

Este outro panorama da *revolução das liberdades* será analisado a partir dos registros notariais de duas importantes paróquias do Oeste, Arcahaye e Saint-Marc, de 1790 a 1803, com observações pontuais sobre Croix-des-Bouquets.¹ Houve a predominância de uma ou outra comuna a depender do período: a época da dominação britânica e os anos que se seguiram até o fim da Guerra do Sul foram investigados principalmente pelos registros de Arcahaye, enquanto os últimos anos da Revolução

¹ As duplas minutas dos arquivos notariais se encontram atualmente nos Archives Nationales d'outre-mer (ANOM), na cidade de Aix-en-Provence, França. Eles são catalogados de acordo com o local de produção (Departamento – Paróquia), bem como pelo notário responsável em cada local. Assim como os *recensements des biens domaniaux et urbains* analisados no segundo capítulo, os registros dos notários compõem o *Dépot des papiers publics des colonies* (catalogados como DPPC), uma série de cópias e duplas minutas de documentações enviadas para a metrópole de todos os domínios coloniais franceses a partir de 1776. Até cinco anos atrás, eles eram identificados num fundo exclusivo de notários, denominado NOT SDOM, mas atualmente formam o fundo 7DPPC. O trabalho de recatologação foi finalizado no arquivo há pouco tempo, depois da consulta realizada no local para esta pesquisa em 2020. Por este motivo, alguns livros consultados na época já estavam de acordo com a nova norma (7DPPC), enquanto outros ainda estavam no antigo sistema (NOT SDOM). As referências no presente capítulo seguirão as novas diretrizes de catalogação, conforme a tabela de conversão disponibilizada no site da instituição. De agora em diante, os documentos notariais serão citados como ANOM, 7DPPC.

foram sondados por Saint-Marc. Ainda assim, vistas em conjunto, a leitura de suas transações fundiárias (arrendamentos, vendas, processos de apossamento, declarações diversas, inventários etc.) permitiu compreender as progressivas mudanças no sistema de plantation no decorrer desses treze anos. De modo geral, a atividade notarial da conjuntura revolucionária exprimia a preocupação dos agentes coloniais em preservar um mínimo de ordem em meio ao caos. Eram documentos que tentavam atenuar, de certo modo, a radicalidade do contexto: maior a vulnerabilidade do momento, maiores as investidas dos colonos em resguardar o que pudessem de controle, malgrado não conseguissem escapar do curso das transformações.²

Em situações de urgência e enfraquecimento, o grupo senhorial se adaptou às circunstâncias, mesmo que isso implicasse, em última instância, a modificação do sistema que queriam preservar. As considerações econômicas, nesse cenário, pesavam mais do que outros ideais no curso da tomada de decisões. A própria atividade do tabelionato se aproximou mais das necessidades e interesses da população colonial do que da aplicação rigorosa de leis, ainda mais se estavam em constante mutação.³ Elaboradas cotidianamente, os documentos revelam a tenacidade do grupo senhorial em resistir, mas também moldar suas práticas de modo a darem algum sentido ao ambiente social, político e econômico em que estavam inseridos.⁴ Assim, a operação notarial evidenciou a multiplicidade de configurações fundiárias que surgiram a partir do sistema de plantation pré-revolucionário, chegando, nos últimos anos da Revolução, ao convívio do latifúndio monocultor em decadência com pequenos lotes de terra.

Por esses motivos as paróquias de Arcahaye, Saint-Marc e, em menor medida Croix-des-Bouquets, foram selecionadas para a compreensão dessas transformações. Foram locais ocupados pelo exército britânico e, portanto, passaram pela formação de autonomias regionais desraigadas da administração metropolitana. Em diferentes graus, essas paróquias vivenciaram a mudança do complexo agrário pelo progressivo desmantelamento das unidades produtivas em propriedades menores, com a participação de grupos sociais subalternos, incluindo ex-escravizados em busca da afirmação de sua

² Cf. HÉBRARD, Jean. Esclavage et dépendance dans les archives paroissiales et notariales des sociétés esclavagistes en transition. *Esclavages & Post-esclavages* No. 1, 2019, p. 2-7.

³ MARI, Eric de. Notes sur le droit privé dans la pratique notariale à l'Ouest et au Sud de Saint Domingue (an II - an VIII), p. 4-6.

Disponível em: «https://www.academia.edu/34019895/saint_domingue_1_doc_v2_1_doc_v_7_pdf.» Acessado em 17/05/2022.

⁴ Cf. HÉBRARD, Jean. Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730- 1804). *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, No. 57-2, 2010, p. 53.

liberdade. A compreensão deste processo no presente capítulo se inicia pela breve descrição do departamento Oeste e das três paróquias ao longo do século XVIII, seguida pela apresentação do desenrolar da Revolução na região. Desde os primeiros desgastes no espaço ocidental até a partida da expedição francesa de Saint-Domingue em 1803, as ações dos atores coloniais foram apreendidas por meio das atas notariais. De modo geral, a transformação do sistema de plantation no Oeste foi moldada pela constituição de autonomias locais que se mantiveram mesmo quando da incorporação do território sob o poder de Toussaint Louverture. Tal configuração criou as aberturas para que os antigos escravos, no momento de maior insegurança econômica por parte dos senhores, angariassem lotes de terra, fortalecendo, desse modo, o seu lado no embate das liberdades.

A formação do sistema de plantation na província ocidental (c. 1650-1789)

À primeira vista, a observação ingênua do mapa de Saint-Domingue no final do século XVIII espanta pelo vasto tamanho do departamento Oeste: ia desde a extremidade norte em Môle de Saint-Nicolas, ocupando todo o território central, até o espaço mais a leste em Petit-Goâve. Era a província mais extensa da colônia. Apesar da amplitude, a região ocupava segunda posição em termos de importância econômica, atrás do desenvolvido departamento do Norte. Seus primeiros estabelecimentos remontavam à década de 1650, no início da colonização francesa na ilha espanhola, mas décadas se passaram até que delimitações territoriais fossem criadas, e ainda mais tempo para alcançar alguma prosperidade. No total, a província era dividida em seis *quartiers*, dentre os quais o de Port-au-Prince (que compreendia as paróquias de Arcahaye, Croix-des-Bouquets e a própria capital da colônia, Port-au-Prince), e o de Saint-Marc (formada pelas paróquias de Gonaïves, Saint-Marc, Verrettes e Petite Riviere). O terreno como um todo no departamento era bastante irregular, contendo grandes cadeias montanhosas, como a *chaîne des Matheux*, mas também planícies espaçosas e de fácil interligação, como as de Artibonite e a de Cul-de-Sac.⁵

Uma das grandes adversidades da região era o solo árido e a irregularidade meteorológica. Embora cortada por diversos cursos fluviais, o volume de água variava

⁵ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J.-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. 2ª edição. 3 vols. Paris: L. Guérin, 1875, v. 2, p. 451-455.

bastante entre as estações secas e chuvosas do ano. O problema da inconstância pluviométrica, principalmente nas planícies, foi solucionado pelas primeiras obras de irrigação após a década de 1730, que abriram milhares de hectares para as culturas de exportação e, em especial, para os ricos canaviais. A produção do açúcar, com destaque para o açúcar mascavo, teve grande importância na prosperidade econômica do Oeste: em 1789, havia 319 engenhos na província, mais da metade produzindo apenas a forma bruta da mercadoria.⁶ Mas, além das plantations açucareiras, as 540 fazendas de algodão possuíam notável desempenho econômico, especialmente no distrito de Saint-Marc, seguidos pelas fazendas de café, de desenvolvimento tardio, porém não menos importantes.⁷

Especialmente após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando ampliações foram feitas nos canais de irrigação, a expansão dos cultivos atraiu cada vez mais indivíduos para a colonização da região. O departamento ocidental estava a meio caminho entre a forte dinamização e conexão metropolitana do Norte e o agudo isolamento do Sul, mais próximo das redes culturais e comerciais caribenhas.⁸ A presença da capital da colônia, Port-au-Prince, na província conferia a esta cidade, ao porto e às paróquias do entorno um estímulo único, com a passagem constante e transitória de agentes burocráticos franceses, mercadores de origens diversas e recém-chegados europeus. As intensas relações interraciais na região, que remontam aos primeiros estabelecimentos, conferiam um poder social e econômico às pessoas e famílias de afrodescendentes pouco presentes nas paróquias setentrionais. Vários dos representantes mais ricos desta categoria possuíam fortuna originada de antigos colonos, herdadas e repassadas por gerações. Às vésperas da Revolução, os *gens de couleur libres* totalizavam 12.500 pessoas, com igual porção entre homens e mulheres, contra 14.000 brancos (dois terços de homens) e 168.000 escravos.⁹ Mesmo com as restrições de união entre brancos e afrodescendentes livres a partir da década de 1760, muitos desses imigrantes recém-estabelecidos necessitavam das fortunas das famílias “mulatas” para começar a empreender em Saint-Domingue.

Particularidades nas estruturas topográficas conformaram distintos caminhos de desenvolvimento nas três paróquias selecionadas para análise. Saint-Marc abarcava

⁶ CAUNA, Jacques de. *Au temps des isles à sucre: Histoire d'une plantation de Saint Domingue au XVIIIe siècle*. Paris: Karthala, 2003, p. 14.

⁷ MOREAU, *op. cit.*, v. 3, p. 124; *Ibidem*, v.2 p. 457-463

⁸ *Idem*, *op. cit.* v.2, p. 455-456.

⁹ *Ibidem*, p. 461-463.

grande parte da planície de Artibonite, ocupada primeiramente com a cultura do índigo pelos bucaneiros. Porém o rápido esgotamento do solo, típico da espécie botânica, levou à queda da produção nas primeiras décadas do século XVIII. As terras áridas, por sua vez, foram aproveitadas pelo cultivo de algodão, visto que as obras de drenagem e irrigação não foram tão desenvolvidas quanto em outros locais, inibindo a expansão dos engenhos nessa paróquia. Em 1789, havia 24 plantations açucareiras e 183 fazendas algodoeiras, que compensavam a carência de tecnologia com a quantidade de mão-de-obra escrava, num total de 23.100 pessoas.¹⁰ Os *mornes* que circundavam a planície, próximas de Petite Riviere, desenvolveram frutíferas fazendas de café na segunda metade do Setecentos, origem de riquezas extraordinárias, embora a face litorânea dessas montanhas fosse adequada somente à extração de lenha. Muitos *gens de couleurs* se concentravam nas zonas montanhosas e tinham um importante papel no abastecimento de provisões da população urbana, não obstante os mais abastados possuíssem *habitations* de algodão e índigo nas planícies. A cidade portuária de Saint-Marc era uma das mais movimentadas da época colonial, conquanto mais modesta que Cap-Français e Port-au-Prince.¹¹

Por seu turno, Arcahaye teve um avantajado desenvolvimento da produção açucareira ao longo do século XVIII. As primeiras concessões de terra se destinaram às plantações de índigo, dado que os quatro rios que cortavam a paróquia (Matheux, Arcahaye, Boucassin e Bretelles) sequer eram capazes de manter pequenos cultivos no período das secas. O problema das planícies infecundas começou a ser resolvido com os canais de irrigação da década de 1730, mas realmente corrigido com as ampliações no último quartel do século. Em 1752, Arcahaye contava com apenas sete engenhos e centenas de anileiras. Trinta anos depois, a paisagem do índigo foi substituída pelos largos canaviais, plantados nas 48 plantations açucareiras, sendo 11 capazes de produzir açúcar branco também. As terras planas do local se tornaram uma das mais impressionantes para este rico cultivo e a economia açucareira da paróquia não parou de crescer até o início da Revolução.

Quase sincrônico ao crescimento dos engenhos em Arcahaye, os pés de café começaram a aparecer na segunda metade do XVIII, com rápido sucesso nos cantões de Fond Baptiste e Matheux, onde médias e grandes *habitations* foram estabelecidas. Todavia, o gênero agrícola não alcançou a expansão vivenciada em outras paróquias de Saint-Domingue, possuindo apenas 68 unidades produtivas em 1789. Os terrenos

¹⁰ MOREAU, *op. cit.* v. 3, *passim*.

¹¹ *Ibidem*, *passim*.

montanhosos eram igualmente dedicados à criação de animais e produção de alimentos, que abasteciam o mercado interno do irrisório espaço urbano de Arcahaye. O burgo da paróquia era habitado principalmente por poucos mercadores e pescadores, pois a facilidade de conexão com a cidade e o porto de Port-au-Prince, onde estavam grandes casas comerciais, inibiu seu desenvolvimento. Nem mesmo um porto central no burgo era necessário, pois a cabotagem feita por pequenas embarcações (os *acons*) nos cais de algumas plantations bastavam para levar as commodities à capital, para além do transporte de carroças.¹²

Desenvolvimento ainda superior teve a paróquia de Croix-des-Bouquets, nomeada anteriormente de Cul-de-Sac, alcunha que permaneceu para designar o cantão de planície do distrito. Os primeiros estabelecimentos de açúcar surgiram nos anos iniciais do século XVIII, nas terras mais próximas aos recursos hídricos, mas foram as obras de irrigação que viabilizaram o alto potencial produtivo da paróquia. De três engenhos formados em 1713, essas unidades totalizaram 118 em 1789, tornando-se um dos maiores produtores de açúcar de Saint-Domingue, com a maior concentração de engenhos numa mesma região. Na década de 1750, quando a segunda fase de obras nos canais ainda não tinha começado, as plantations açucareiras de Cul-de-Sac fabricaram 22.000 toneladas de açúcar bruto, o que equivalia a um terço da produção de toda a colônia. Somente a irrigação do rio Grande Riviere abriu quase 10.400 hectares para os cultivos.

A parte montanhosa da paróquia ficou também conhecida pela ótima produtividade do café, com destaque para o cantão de Grand-Bois. Apesar do nome, em referência às imensas matas que cobriam os *mornes*, no final do Setecentos essas florestas foram substituídas pelos cafezais; em Croix-des-Bouquets, existiam 112 fazendas café às vésperas da Revolução. A zona de montanhas, por outro lado, especialmente nos cantões mais próximos da fronteira com Santo Domingo, possuía também forte atividade de grupos *marrons*, que permaneceu ativa durante a Revolução. Assim como Arcahaye, não havia demanda para o crescimento do burgo da paróquia por estar nas imediações de Port-au-Prince; ele era povoado principalmente por afrodescendentes livres que possuíam diversas ocupações.¹³

¹² MOREAU, *op. cit.* v. 3, p. 254-257 e 265.

¹³ *Ibidem*, p. 266-309; CHENEY, Paul. *Cul de Sac: Patrimony, Capitalism, and Slavery in French Saint-Domingue*. Chicago: University of Chicago Press, 2017, p. 11-13; CAUNA, *op. cit.*, p. 35-38. Sobre a atividade marron, ver SCOTT, Julius. *The Common Wind: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution*. London/New York: Verso, 2018, p. 36.

O desenvolvimento rápido, mas tardio, de Saint-Marc, Arcahaye e Croix-des-Bouquets não foi homogêneo por todo o território dessas paróquias. Todas elas possuíam grandes concessões de terrenos sem qualquer tipo de estabelecimento (plantações e edifícios) e terras devolutas, sobretudo nos locais mais interiores e afastados dos centros de produção. Em 1789, as terras mais frutíferas e bem localizadas, próximas de boas vias de transporte, já estavam nas mãos dos primeiros colonos e seus herdeiros ou dos imigrantes europeus que chegaram com o fim da Guerra dos Sete Anos. Na década de 1780, alguns desses *petit-blancs*, como eram chamados os brancos sem muitas rendas em Saint-Domingue, haviam alcançado fortuna com suas fazendas, sobretudo pelas relações matrimoniais com consolidadas famílias de *gens de couleur libres*.¹⁴

O *boom* econômico da colônia, na década de 1780, aumentou as taxas de absenteísmo dos senhores de maior riqueza, prática tardia e irregular entre esse grupo no departamento Oeste. Também possibilitou o envio de filhos dos afrodescendentes livres para educação na Europa. Toda essa conjuntura de prosperidade atraiu para a colônia cada vez mais imigrantes europeus em busca de fortuna. Os recém-chegados que conseguiam concessões de terra na província ocidental se direcionavam principalmente para os cantões mais afastados das paróquias, onde havia grande disponibilidade de terras a baixo custo, sem embargo fossem menos férteis para as atividades agrícolas; em Croix-des-Bouquets, chegaram até mesmo nos distritos próximos das comunidades *marrons*.¹⁵

Todo esse movimento exacerbou as contradições sociais dentro do mundo dos livres. A crescente e sucessiva emergência econômica das famílias afrodescendentes, contrastada à limitação de rendas e bens dos *petit blancs*, tornou-se um problema para os colonos brancos. Homens brancos pobres viram que a única vantagem que tinham sobre o forte e enriquecido grupo “mulato” era a cor de sua pele. Assim, a hierarquização social para além de critérios econômicos, foi artificialmente definida por critérios raciais nas últimas décadas do século XVIII: entre brancos e não-brancos. Leis segregacionistas foram aplicadas em Saint-Domingue para retirar direitos políticos e civis da população afrodescendente livre, com base em novos estereótipos raciais. Eles eram vetados de exercer certas profissões, de votar nas eleições locais e até mesmo de usar sobrenomes franceses. Nos documentos oficiais, como nos registros notariais, os *affranchis* não

¹⁴ CHENEY, *op. cit.*, p. 90; DEBIEN, Gabriel. *Les plans et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue: La plantation La Merveillère aux Anse-à-Pilre (1789-1792)*. Br 10373B, p. 14-18.

¹⁵ DEBIEN, *op. cit.*, p. 15.

recebiam pronomes de tratamento (*sieur e damme*), e eram distinguidos racialmente (“mulato”, “quarteirão”, escravo livre).¹⁶

Ao mesmo tempo, conquanto tentassem limitar o progresso econômico e social dos *gens de couleurs*, as relações entre os grupos continuaram correntes durante todo esse período. Isso porque vários brancos eram atraídos pela riqueza dos afrodescendentes e dependiam de seu capital e posses para conseguir bens na colônia. Dessa forma, os casamentos entre as duas categorias continuaram nesses anos, apesar de sua interdição, bem como a formação de sociedades para exploração de fazendas e terrenos. Por meio desses acordos, os *affranchis* também aumentavam suas fortunas, no investimento de *habitations* pouco desenvolvidas até se tornarem produtivas. Nesse sentido, as leis segregacionistas não facilitaram a obtenção de fortunas pelos *petit-blancs*, nem provocaram a perda de recursos das ricas famílias ditas de *couleur*, mas satisfizeram a vontade dos primeiros em serem reconhecidos como superiores aos ricos afrodescendentes livres.¹⁷

As relações interracialias estavam longe de ser limitadas ao estrato livre de Saint-Domingue. Assim como no resto das sociedades escravistas, o relacionamento coercitivo de senhores com suas escravas era fortemente disseminado nas plantations do Oeste, independentemente se eram senhores brancos ou afrodescendentes. Mesmo com o nível considerável de manumissão dos filhos ilegítimos dessas relações durante o século XVIII, a maioria desses descendentes não era oficialmente emancipada.¹⁸ A própria emancipação legal dessas pessoas foi coibida com as leis segregacionistas, passando a ser concedidas de modo informal. Os libertos *de savanne*, como ficaram conhecidos, continuavam a viver nas mesmas *habitations*, onde lhes eram oferecidos porções de terra para cultivo pessoal maior que a de quando escravizados, convivendo com seus antigos companheiros, mas sem a obrigação do trabalho. Sendo assim, não é de se espantar a alta concentração de escravizados crioulos (nascidos na colônia) nos *ateliers* do Oeste. Eram mais valorizados pelos proprietários pela aclimação ao ambiente colonial. Nas plantations açucareiras, os cativos “mulatos” (filhos de brancos com escravas) eram incumbidos de

¹⁶ GARRIGUS, John. *Before Haiti: Race and Citizenship in the French Saint-Domingue*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, *passim*. Sobre os arquivos notariais no Norte antes da Revolução, ver ZANEZI, Juliana Cristina. *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domingue, 1775- 1797*. Relatório parcial e final de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, inédito.

¹⁷ GARRIGUS, *op. cit.*, *passim*.

¹⁸ Os principais concessionários de alforrias eram homens brancos sozinhos. GARRIGUS, *op. cit.*, p. 177-178.

fazer a iniciação dos escravizados africanos recém-chegados. Até mesmo fazendas de café contavam com bom percentual de crioulos entre a mão-de-obra.¹⁹

De modo geral, a província do Oeste era uma região mais “crioulizada” que o departamento do Norte de Saint-Domingue. Havia uma grande proporção de colonos afrodescendentes, livres e escravizados, e mesmo os imigrantes franceses tinham uma forte ligação com a vida no espaço colonial, afastados da realidade da metrópole. A própria disposição geográfica da província facilitava mais as conexões com o espaço atlântico – com outras ilhas do Caribe e a costa sul dos Estados Unidos – do que com a França e até mesmo Cap-Français; a metrópole conseguia com dificuldade abastecer a região com artigos básicos e outras manufaturas, as quais eram facilmente adquiridas de mercadores norte-americanos. Por isso a busca pelo distanciamento do regime de *Exclusif*, que limitava as trocas comerciais das colônias francesas ao centro metropolitano, tornou-se tão forte entre os colonos do Oeste.²⁰

A outra face da Revolução: autonomia, direitos e a preservação da propriedade (1789-1793)

A busca por autonomia não era uma questão nova entre os colonos do departamento do Oeste em 1789. Estavam afastados da França em diversos sentidos e mais próximos de outras localidades no Atlântico, de onde poderiam estabelecer boas relações mercantis para importação de mercadorias e exportação dos produtos tropicais. Quando da convocação dos Estados Gerais por Louis XVI em meados de 1788, o grupo proprietário colonial não perdeu tempo em exigir participação oficial na assembleia para defesa de seus interesses. Eles eram contrários às imposições do governo metropolitano sobre a gestão política e econômica de Saint-Domingue, interpretadas como favorecedoras de negociantes franceses e grandes proprietários absenteístas. Buscavam o controle local da administração colonial, sem visar a separação da França, como acabou acontecendo com as antigas treze colônias britânicas. No entanto, a oposição aos

¹⁹ LACERTE, Robert K. The Evolution of Land and Labor in the Haitian Revolution, 1791- 1820. *The Americas*, Vol. 34, No. 4, 1978, p. 451; CAUNA, *op. cit.*, p. 92-93; DEBIEN, *op. cit.*, p. 20-21.

²⁰ SCOTT, *op. cit.*, p. 41; COVO, Manuel. *Commerce, empire et révolutions dans le monde atlantique: La colonie française de Saint-Domingue entre métropole et États-Unis (ca. 1778 – ca. 1804)*. Tese (Doutorado em História) – École doctorale en Sciences Sociales - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2013, *passim*.

deputados *grans blancs* durou pouco tempo com a radicalização do movimento revolucionário francês após a Queda da Bastilha. Com ela, uma nova vertente de conflito se fortaleceu em Saint-Domingue.²¹

Na esteira da calorosa discussão dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada pela primeira vez em 26 de agosto de 1789, os *gens de couleur libres* viram uma abertura de luta por sua igualdade enquanto cidadãos franceses, ou seja, pela recuperação dos direitos políticos e civis suprimidos nas décadas anteriores pelas leis segregacionistas. Nem mesmo puderam participar da escolha de deputados para os Estados Gerais, movimento promovido pelos colonos brancos da colônia. Havia pouco anos, algumas proeminentes figuras afrodescendentes na colônia tentaram, em vão, estabelecer diálogo com a Sociedades dos Amigos dos Negros, uma sociedade abolicionista francesa inserida no contexto de discursos sobre a reforma do sistema escravista.²² Julien Raimond, importante representante do grupo e proprietário de escravos, defendia que tais medidas eram cruciais para proteger o correto funcionamento da escravidão, pois fortaleceriam o estrato livre da sociedade colonial. Com a Revolução Francesa em andamento e a temática da igualdade, da cidadania e da liberdade em pauta, conseguiram o apoio da sociedade abolicionista.²³

Entretanto, pouca mudança conseguira efetivar. Quando, em março de 1790, a Assembleia Nacional determinou que as colônias francesas regulariam as questões internas por meio da formação de assembleias coloniais, os brancos do departamento Oeste de Saint-Domingue rapidamente interpretaram os decretos a seu favor. Continuaram vetando o direito de participação dos *gens de couleur* no exercício político. No mês seguinte, em Saint-Marc, formou-se a assembleia colonial exclusivamente de brancos, cuja preocupação primária era o poder de organizar as questões internas da colônia, conforme as intenções do movimento autonomista. Assim o fizeram na constituição elaborada em maio.²⁴ Contudo, as desavenças entre os grupos se tornaram explosivas no final do ano com a revolta dos oficiais afrodescendentes na província do Norte, supostamente comandada por Vincent Ogé e Jean Chanlatte. A brutal repressão do

²¹ POPKIN, Jeremy. *A concise history of the Haitian revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012, p. 25-26.

²² Cf. SAES, Laurent. *A Sociedade dos Amigos dos Negros: A Revolução Francesa e a Escravidão (1788-1802)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 28. Eles eram adeptos de uma linha antriescravista moderada, que procurava o fim do tráfico de escravos e não da instituição em si, que seria abolida progressiva e lentamente. Visavam um novo modelo colonial, baseado em um novo tipo de comércio e produção sem escravidão.

²³ POPKIN, *op. cit.*, p. 28.

²⁴ Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 28-33.

levante despertou grandes repercussões no Oeste e no Sul, onde os *gens de couleur libres* tinham força. Ficou claro, a partir de então, que seus direitos não seriam reconquistados pacificamente: apenas a ação levaria à mudança necessária.²⁵

Grupos de afrodescendentes livres se juntaram nas principais cidades contra os colonos que se recusavam a reconhecer sua igualdade. O cenário de instabilidade originado com a violência contra Ogé e outros “mulatos” impulsionou o consentimento de direitos a uma pequena parcela dos *affranchis* no decreto de 15 de maio de 1791. Quando as notícias do decreto chegaram à colônia em junho, os brancos se levantaram em contestação, abrindo, de forma decisiva, os conflitos do estrato livre da sociedade.²⁶ Por mais que as hostilidades no departamento ocidental se concentrassem nos espaços urbanos, o grupo senhorial temia a influência dos princípios revolucionários sobre os escravizados das plantations. Proprietários absenteístas escreviam a seus gerentes para que vigiassem qualquer movimentação estranha nos *ateliers* das plantations. Apesar disso, a dinâmica produtiva continuou inalterada nesses meses; o complexo de plantation do Oeste permaneceu bastante eficiente, com recordes de exportação até o início de 1791.²⁷

Passados meses de tentativas de diálogo com os brancos, a luta tomou novos rumos. Os *gens de couleur* amotinados começaram a recrutar escravizados para assomar a batalha frente aos colonos que comandavam as assembleias coloniais. Em agosto, destacamentos de afrodescendentes se reuniram na paróquia de Croix-des-Bouquets. Pessoas de diversas partes da colônia agregaram o movimento, sendo vários deles soldados treinados.²⁸ Somados à integração dos escravos, eles conseguiram com sucesso confrontar o grupo de brancos, que, primeira vez, concordou em garantir o reconhecimento da lei de 15 de maio. Porém, assim que as notícias da revogação desse decreto pela Assembleia Nacional atingiram Saint-Domingue no final de 1791, as hostilidades reacenderam. Mais uma vez, cabia aos colonos internos a decisão sobre a concessão de direitos aos *affranchis*, cancelando de pronto os acordos feitos com os afrodescendentes revoltosos. Estes rapidamente promoveram novas agitações, que

²⁵ DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press, 2004, p. 78.

²⁶ POPKIN, *op. cit.*, p. 33-34; DEBIEN, *op. cit.*, p. 29.

²⁷ CAUNA, *op. cit.*, p. 201-203; CHENEY, *op. cit.*, p. 232.

²⁸ Antigos integrantes dos *chasseurs volontaires de Saint-Domingue*, enviados pela França para ajudar na guerra de independência dos Estados Unidos. JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 101-102.

acabaram no massacre de dezenas de pessoas e no incêndio de dois terços de Port-au-Prince no dia seguinte.²⁹

Até então, os líderes do movimento atentavam-se para que o engajamento de cativos não provocasse ataques à estrutura das plantations, como ocorria na rebelião escrava do Norte desde agosto. Pouco importava, agora, a ruptura da disciplina produtiva até que conseguissem a aplicação definitiva de seus direitos enquanto cidadãos franceses. Para tanto, precisavam ter a seu lado o maior número de apoiadores armados, fossem *affranchis*, escravos ou *marrons*. Com tamanha mobilização, conseguiram estourar uma revolta generalizada na planície de Cul-de-Sac e arredores em março de 1792.³⁰ Se até fins de 1791 o complexo agrícola tinha sido pouco afetado no Oeste – no quesito de produção, transporte e transações fundiárias –, a partir do ano seguinte esse sistema foi perturbado. O envolvimento de escravizados na luta dos *gens de couleur libres* abriu brechas para que insurreições surgissem nas paróquias próximas, como Arcahayé, Petite-Rivière, Verrettes e inclusive Saint-Marc (mais afastada). Centenas de cativos participaram de revoltas armadas em março de 1792.³¹ De fazenda em fazenda, cantão em cantão, grupos de afrodescendentes livres recrutavam cativos nas *habitation*, roubando animais e utensílios de algumas delas e ocupando unidades abandonadas para formar acampamentos. O rompimento de autoridade nessas paróquias, inclusive, facilitou a fuga de escravizados para as montanhas.³²

Diversas plantations em Croix-des-Bouquets, onde as forças “mulatas” estavam mais concentradas, tiveram parte da escravaria foragida, além de plantações e edifícios atingidos. Alguns senhores ou gerentes precisaram sair das propriedades, deixando várias plantations completamente sem supervisão por meses.³³ No engenho de Ferron de la Ferronnay, em Cul-de-Sac, o gerente Pierre Corbier cessou o processamento de açúcar nos primeiros meses de 1792 pela falta de abastecimento de lenha que vinha das montanhas, onde estavam muitos acampamentos rebeldes. Algum tempo depois, a propriedade serviu de quartel para um contingente de 30 afrodescendentes livres, que negligenciaram o cultivo das canas. No engenho de Jacques Victor Bouget, o procurador

²⁹ JAMES, *op. cit.*, p. 105; CHENEY, *op. cit.*, p. 235.

³⁰ POPKIN, *op. cit.*, pp. 42-36; CHENEY, *op. cit.*, p. 232-235. Sobre os *suisses*, ver GEGGUS, David. The “Swiss” and the Problem of Slave/FreeColored. In: Idem. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana university press, 2002; FICK, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004, p. 121-122.

³¹ FICK, *op. cit.*, p. 139.

³² CHENEY, *op. cit.*, p. 233; Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 46.

³³ CAUNA, *op. cit.*, p. 215-220; CHENEY, *op. cit.*, p. 244, ANOM, 7DPCC 5839.

André Antoine de Mervesin teve de abandonar a unidade em março, conseguindo retornar apenas em outubro, quando a situação pareceu estar mais calma. Parte do *atelier* fugiu nesse meio tempo e levou consigo cinco barricas de açúcar e quase 70 animais da propriedade, enquanto outros faleceram nos conflitos. Quando do retorno de Mervesin ao local, três partidos de cana foram replantados em víveres e quase todo o resto foi deixado sem cuidados.³⁴

Habitations na paróquia de Arcahaye sofreram o mesmo destino, tanto nas planícies quando nos cantões montanhosos. Assim como ocorreu no engenho Bouget, dois partidos de cana da *sucrerie* Chastulé foram transformados em hortas pelos escravizados, além do furto da mobília da casa principal.³⁵ No cantão de Matheux, os irmãos Desgault, arrendatários da fazenda de café Lemaire, afirmaram que todos os brancos tiveram de fugir às pressas do local e abandonar as propriedades. Quando eles conseguiram retornar à unidade, encontraram os pés de café em mal estado, tanto pela carência de cuidados por meses, como pela falta de coleta das cerejas, que provocou o esgotamento dos arbustos. As perdas na colheita da fazenda foram avaliadas em aproximadamente 14 toneladas.³⁶ No outro *quartier* montanhoso de Arcahaye, Fond Baptiste, o grupo senhorial também teve de fugir da área para evitar represálias. Segundo os rendeiros da fazenda de café Bayeuil, a unidade virou acampamento rebelde por parte de 1792 e teve uma perda na produção de quase dez toneladas.³⁷

Sem embargo a participação de centenas de escravos em bandos independentes na luta dos afrodescendentes livres, os conflitos no decorrer de 1792 abriram outras possibilidades para os cativos das plantations, em especial das que ficaram sem supervisão. Como se pode depreender dos registros notariais, alguns escolhiam a saída das fazendas para se estabelecer em locais mais afastados, ao passo que outros preferiam ficar nas propriedades e viver como quisessem. Eram ações de autorrealização dos cativos que visavam a expansão de sua autonomia, mesmo que não estivessem engajados numa luta generalizada pela sua liberdade. Não era à toa que plantios de cana foram substituídos pelo cultivo de mantimentos em algumas *habitations*.³⁸ Diante desse cenário, os *petit*

³⁴ Referente ao engenho Feronnay, CHENEY, *op. cit.*, p. 239. Sobre o engenho Bouget, ANOM, 7DPPC 5915, 8 de janeiro de 1793.

³⁵ ANOM, 7DPPC 5839, 4 de setembro de 1792.

³⁶ No original: “la fatigue causée aux arbres par les fruits abandonnés sur iceux”. ANOM, 7DPPC 5839, 3 de dezembro de 1792.

³⁷ ANOM, 7DPPC 5839, 20 de dezembro de 1792.

³⁸ GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019, p. 79. MURRAY, Gerald F. *The Evolution of Haitian Peasant Land Tenure: a case*

blancs, até então adeptos da revolução metropolitana, começaram a questionar a legitimidade do governo revolucionário em vista das ameaças que representava à estrutura colonial.³⁹ Ao mesmo tempo, no parlamento metropolitano, a debandada realista de colonos brancos posicionou os *gens de couleur libres* como os verdadeiros partidários franceses: também defensores da escravidão, eles eram essenciais para reprimir a rebelião escrava no departamento setentrional.

Logo que a lei de 4 de maio de 1792 – que reconhecia a igualdade absoluta entre todos os livres do Império francês – entrou em conhecimento do governador de Saint-Domingue, ela foi endossada. Considerando o enfraquecimento dos opositores brancos no Oeste sem o auxílio das tropas francesas, não havia muito o que este grupo fazer senão ceder.⁴⁰ A partir de setembro, proprietários, rendeiros e gerentes paulatinamente retomaram o controle sobre as plantations após meses de interrupção e abandono. Ainda com todos os desgastes constatados pelo grupo senhorial nos documentos oficiais, eles estavam longe de enfrentar o estado das *habitations* da planície do Norte. A estrutura material das unidades permitia a retomada produtiva com os devidos cuidados; os equipamentos e edifícios mais caros, no caso dos engenhos, não foram alvejados e as perdas de produção poderiam ser recuperadas nas próximas colheitas. A maior dificuldade em muitas fazendas foi o restabelecimento do antigo regime de trabalho e a reintegração dos escravos fugidos e rebeldes. Depressa os senhores adotaram um comportamento mais conciliatório diante das ações escravas, ao invés de tentar impor de imediato os padrões anteriores de trabalho. Os escravizados que permaneceram ou que voltaram às propriedades no final de 1792 se aproveitaram da conjuntura instável da colônia e da fragilidade do grupo senhorial para negociar maior autonomia dentro do sistema de plantation, de forma que pudessem regular minimamente as condições materiais em que viviam. Concessões de mais tempo de trabalho nas roças, ou até mesmo o aumento do tamanho dos terrenos de cultivo estavam entre as pautas dos cativos.⁴¹

Mais uma vez, a trégua entre colonos brancos e afrodescendentes livres teve curta validade, já que o desembarque da segunda comissão civil em setembro de 1792 fez o

study in agrarian adaptation to popular growth. Tese (Doctor of Philosophy) - Faculty of Policial Science, Columbia University, New York, 1977, p. 47-49.

³⁹ JAMES, *op. cit.*, p. 113.

⁴⁰ JAMES, *op. cit.*, p. 123; POPKIN, *op. cit.*, p. 51.

⁴¹ GEGGUS, David. *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint-Domingue, 1793-1798*. New York: Clarendon Press, 1982, p. 43; MINTZ, Sidney, *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989; Cf. TOMICH, Dale. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830– 1848*. Albany: State University of New York Press, 2016, p. 368; Cf. MURRAY, *op. cit.*, p. 60.

antagonismo dos *petit blancs* ressurgir. Os comissários Jean Félicité Sonthonax e Etienne Polverel, junto dos 6.000 soldados enviados pela Assembleia Nacional, tinham por objetivo outorgar a lei de 4 de abril, fundar uma nova assembleia colonial e exterminar, de uma vez por todas, a insurreição escrava no Norte.⁴² Os brancos, que eram cada vez mais contrários à Revolução, temiam a expansão dos ideais revolucionários no departamento ocidental pelos agentes metropolitanos, partidários da ala radical na França. O estabelecimento de cada comissário nas províncias foi seguido do favorecimento dos *gens de couleur libres* na nova administração colonial. A eles foram concedidos cargos no governo e a formação de milícias fora do comando regular do exército, as chamadas *Légions de l'égalité*. Sem o apoio das forças armadas metropolitanas, o grupo de brancos residentes em Saint-Domigüe se encontrava em isolamento. Muitos começaram a fugir da colônia no início de 1793, deixando procuradores no comando de suas propriedades, enquanto os que restavam urdiam pela invasão de poderes realistas europeus, espanhóis ou britânicos.⁴³

Assim, a instalação de uma nova administração na colônia, longe de estabilizar o cenário político e social, multiplicou os conflitos internos. A falta de pactuação entre o livres na província ocidental abriu brechas para o aparecimento de pequenos motins escravos nas montanhas, onde se formaram grupos de fugitivos no ano anterior. Eles reiteradamente perturbavam a ordem dessas fazendas, roubavam animais, incendiavam parte das plantações e tentavam instigar a insurreição dos *ateliers* escravos. Rendeiros, gerentes e proprietários desses *quartiers* precisaram montar guardas noturnas nas fazendas para evitar novos ataques.⁴⁴ Muitos cativos viram nesse ambiente a oportunidade de se dedicar menos à produção das mercadorias e mais aos seus próprios projetos. Embora subjugados à escravidão, eles buscavam de modo constante reiterar sua autonomia fora da disciplina das plantations.

Sem que o cenário mudasse nos primeiros meses de 1793, Polverel – dirigente do departamento Oeste – e Sonthonax instituíram medidas para impulsionar a disciplina e a ordem nas plantations em 5 de maio. Os comissários requeriam o aumento do número de supervisores nas *habitations*, mas também cobravam pequenas melhorias nas condições de trabalho, como vestimentas, alimentação mais adequada e punições menos rigorosas. Os supervisores seriam responsáveis por estimular o trabalho e denunciar insurreições,

⁴² POPKIN, *op. cit.*, p. 52.

⁴³ JAMES, *op. cit.*, p. 126; POPKIN, *op. cit.*, p. 53; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution, passim*.

⁴⁴ ANOM, 7DPPC 5839, 5 de dezembro de 1792; DEBIEN, *op. cit.*, p. 30; FICK, *op. cit.*, p. 158.

podendo ser escolhidos entre os escravizados; por vezes, os próprios *conducteurs* (condutores de trabalho) seriam mantidos na função. Os agentes franceses buscavam, desse modo, diminuir as ocorrências de invasões nas propriedades e, principalmente, a fuga dos escravizados. Ainda assim, essas medidas tiveram pouco efeito. A maioria dos cativos não destruiu ou abandonou em massa as plantations, assumindo antes seu controle. Onde conseguiam, procuravam escolher eles mesmos seus gerentes, condutores e *économes*. Segundo o antigo gerente da fazenda de café Andrault, os escravos preferiam escolher alguém novo, com poucas noções de como conduzir bem o trabalho nas plantações.⁴⁵ Eles continuavam se valendo de toda oportunidade que tinham para melhorar as condições materiais de sua vida.⁴⁶

Na mesma época, Polverel introduziu outras mudanças na província que refletiam os princípios revolucionários franceses. Após a instauração da República na metrópole pela Convenção Nacional, a capital de Saint-Domingue foi renomeada Port-Républicain em abril de 1793. Na documentação oficial, todos passaram a ser tratados pelo título de *citoyen*, independentemente de sua origem ou posição social. Todavia, de principal interesse para o agente foi a determinação de confisco das propriedades abandonadas e pertencentes aos “traidores” da revolução em meados do ano. Em fins de 1792, quando os comissários estavam se estabelecendo na ilha, certificados de residência de senhores fora da colônia passaram a ser exigidos pela administração colonial. Após o início da guerra da Espanha e da Grã-Bretanha contra a França em 1793, aqueles que não comprovassem domicílio na metrópole ou em países neutros teriam seus bens considerados vagos e, portanto, passíveis de sequestro público. Essa medida foi aplicada justamente quando vários colonos contrários aos comissários e aos ideais revolucionários saíram de Saint-Domingue com direção a outras colônias do Caribe, aos Estados Unidos e à Inglaterra.⁴⁷

No caso daqueles que se acomodaram em espaços inimigos, pouco importava se haviam designado procuradores para os representar legalmente, seus bens seriam

⁴⁵ DEBIEN, Gabriel. *La fortune et la famille d'un colon poitevin: une caféière a Saint-Domingue (1770-1803)*. Niort: Société historique et scientifique des Deux-Sèvres, 1977, p. 127. “Les nègres travaillent un peu mais ils choisissent eux-mêmes leurs gérants et économes. Vous pensez bien qu'ils ne prennent point les moins commodes. Il y a des ateliers qui ne veulent même pas de leurs maîtres, disant qu'ils sont trop sévères et ils préfèrent les étrangers qui le plus souvent n'ont pas la moindre notion de la culture et de la conduite d'un bien. Enfin, ils font à peu près ce qu'ils veulent”.

⁴⁶ GARRAN-COULON, Jean-Phillipe. *Rapport sur les troubles de Saint-Domingue*. 4 vols. Commission des Colonies. Paris : Imp. nationale, 1797-99, v.4, p. 31-32; FICK, *op. cit.*, p. 178l Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 134.

⁴⁷ DEBIEN, *La fortune et la famille d'un colon poitevin*, p. 127; CAUNA, *op. cit.*, p. 235.

apropriados pelo governo colonial. O engenho Vaudreuil Duras em Cul-de-Sac, por exemplo, pertencente a dois proprietários distintos, teve uma metade sequestrada pela administração, enquanto a parte devidamente representada continuou em posse da proprietária. O procurador de Josephine Dufort Duras, residente em Paris, entregou o certificado de domicílio em 8 de janeiro de 1793. Sem notícias do outro proprietário, o gestor orçamental do Oeste nomeou um encarregado para o apossamento público da outra metade em 19 de junho. Por seu turno, a plantation açucareira O’Gorman, também em Cul-de-Sac, foi inteiramente sequestrada por conta da inexistência da declaração de residência, e colocada sob os cuidados do colono Jean Jacques Depray pelo governo em 21 de junho.⁴⁸ A fuga de colonos também ocorreu entre representantes legais dos senhores na colônia, o que poderia acarretar o confisco dos bens de proprietários absenteístas. Este quadro foi rapidamente ajustado pelos interessados pela substituição de procuradores. Assim agiram os senhores De Bearu e Jean Merot, residentes na França, após a saída de Conteloup da paróquia de Arcahaye, nomeando outras pessoas para os representarem na colônia.⁴⁹

Conforme Polverel decretava novas medidas, mais oposição ele sofria do grupo de brancos nas paróquias do Oeste, em especial daqueles que não deixavam a ilha. Gradualmente enfraquecidos, sobretudo após a entrada oficial em guerra contra outros poderes europeus, os agentes franceses passaram a depender do recrutamento de escravizados. As forças armadas afrodescendentes pouco avançaram contra os insurgentes do Norte e não conseguiam se impor de todo no Oeste. A ameaça de ataques vindos da Jamaica e de Santo Domingo multiplicou o perigo de derrota dos comissários.⁵⁰ Já em março, três escravos do engenho Delaunay Mahé, um dos mais importantes de Arcahaye, foram recrutados para a legião da província.⁵¹ Entretanto, se o recrutamento era praticado em locais ainda não convulsionados, o mesmo não se pode afirmar onde havia revolta escrava em andamento. Foi assim que se iniciaram as políticas de atração dos rebeldes para a armada francesa com promessas de liberdade. Estruturadas a partir de maio, as garantias de manumissão provocaram a imediata repulsa do grupo senhorial em

⁴⁸ ANOM, 7DPPC 5915, 19 de junho de 1793, ano 1 da República francesa; ANOM, 7DPPC 5915, 21 de junho de 1793.

⁴⁹ ANOM, 7DPPC 5839, 10 de junho de 1793; ANOM, 7DPPC 5840, 26 de julho de 1793.

⁵⁰ POPKIN, *op. cit.*, p. 54.

⁵¹ ANOM, 7DPPC 5839, 1 de abril de 1793. Antoine Chanlatte, “mulato”, era o comandante do Oeste.

Saint-Domingue ao considerarem que tais medidas caminhavam decididamente para a abolição da escravidão.

O sucesso das negociações de colonos para uma ocupação britânica em meados de 1793 evidenciou a debilidade do poder francês em Saint-Domingue. A preservação da colônia para a metrópole não estava nas mãos dos soldados europeus, que facilmente sucumbiam às intempéries locais, nem dos afrodescendentes livres, que não eram numerosos o suficiente para vencer todas as batalhas. Sem os escravizados do seu lado, não seria possível acabar com a insurreição dos negros no Norte, nem vencer os contrarrevolucionários e o treinado exército inglês.⁵² A partir de julho de 1793, diante do posicionamento dos colonos brancos ainda residentes, Polverel começou a trabalhar em um projeto de abolição gradual da escravidão. Seguindo suas concepções pessoais de abolicionista, o agente francês previu, no esboço do decreto de 27 de agosto, a emancipação dos escravos das propriedades sequestradas pela administração, que já equivaliam a um terço das unidades do Oeste.⁵³ Essas *habitations* seriam concedidas aos trabalhadores libertos e aos que lutavam pelo exército republicano, sendo destinada uma parcela de terreno a cada um. Contudo, ainda que

A divisão de propriedades declaradas vagas deve ser feita, naturalmente, entre o guerreiro e o cultivador, as partes devem ser desiguais; pois se o cansaço do cultivador e do guerreiro são aproximadamente iguais, o guerreiro corre mais perigos para sua vida; sua parte deve, portanto, ser maior que a do cultivador.⁵⁴

Malgrado não ter sido oficializada pelo comissário, a declaração incitou grande resistência dos senhores locais, que compreendiam igualmente os mais ricos *gens de couleur* da província. Sendo um esboço ou não, o projeto do comissário previa a destruição dos dois pilares da fortuna colonial: o sistema de plantation e a instituição da escravidão. O temor dos proprietários foi concretizado com as notícias posteriores da abolição geral, promulgada por Sonthonax em 29 de agosto de 1793. Polverel tentou, em vão, angariar apoiadores e incentivar o grupo senhorial a emancipar seus cativos. Mas o que de fato aconteceu nesses meses, até a chegada da expedição britânica em Saint-

⁵² GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, pp. 58-61; POPKIN, *op. cit.*, p. 57.

⁵³ Sobre os diversos decretos de abolição, ver STEIN, Robert. The Abolition of Slavery in the North, West, and South of Saint Domingue. *The Americas*, Vol. 41, No. 3, Jan., 1985, p. 47-55; FICK, Carolyn. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, p. 18.

⁵⁴ No original: “Le partage des propriétés déclarées vacantes doit donc naturellement se faire entre le guerrier e le cultivateur. Les parts doivent être inégales; car si les fatigues du cultivateur et celles du guerrier sont à-peu-près égales, le guerrier court de plus des dangers pour sa vie; sa part doit donc être plus forte que celle du cultivateur.” [tradução autoral]. COULON, *op. cit.*, v. 4, p. 80.

Domingue, foi a acentuação da crise política, econômica e social da colônia. Para uns, a diminuição do ritmo de trabalho (ou sua completa ruptura), a dificuldade de comércio e a ameaça sobre sua fonte de renda se tornaram de tal maneira insuportáveis que a esperança de melhora futura era remota. Acentuou-se a saída de colonos com direção a outros locais, mas também a venda das propriedades por aqueles que se viam cada vez mais endividados.⁵⁵

Ao mesmo tempo, essa conjuntura foi aproveitada por importantes afrodescendentes livres, que haviam se beneficiado do apoio francês, mas que ansiavam por uma ocupação estrangeira que garantisse a ordem escravocrata. Foram essas pessoas que passaram a comprar as plantations e concessões dos senhores brancos economicamente debilitados.⁵⁶ Este pode ter sido o caso de Jean Baptiste Lapointe, rico “mulato” da paróquia de Arcahaye, que comprou 68 hectares da *habitation* de Joachim Barbancourt, na planície de Vases, pelo valor de 30.000 libras coloniais em agosto.⁵⁷ Já o senhor absenteísta Desmé Chavigni, residente na França, arrendou um terreno de 16 hectares de sua propriedade em Bucassin a Jacques Cameau, oficial da Legião da Igualdade e genro de Antoine Chanlatte, comandante da legião no Oeste.⁵⁸

O avanço das tropas espanholas em Petite Riviere, Verrettes e Mirebalais (regiões próximas à fronteira com Santo Domingo) e o desembarque dos britânicos em Saint-Marc e Jérémie (na província do Sul), em setembro e outubro, revigoraram as perspectivas dos colonos locais. O exército inglês foi calorosamente recebido nestas paróquias, inclusive pelos afrodescendentes livres proprietários que temiam o fim da escravidão.⁵⁹ Diante da situação, Polverel elaborou medidas urgentes para tentar resistir aos ataques inimigos. Foi exigido das plantations, a partir de outubro, o pagamento do *don patriotique*, em que parte da produção seria repassada ao governo colonial para sustentar a guerra contra os invasores. Em um cenário em que o funcionamento do complexo produtivo passava por contratemplos, o desfalque de mais da metade das mercadorias pelos proprietários gerava mais rancor da administração francesa. No dia 10 de outubro, duas semanas após a chegada da expedição britânica em Saint-Domingue, o procurador do engenho Borderie,

⁵⁵ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 105.

⁵⁶ Era dessa maneira que várias famílias mulatas aumentaram suas rendas antes da abolição, comprando terrenos e fazendas pouco desenvolvidas e em mau estado, por um valor baixo, mas investindo nelas até se tornarem locais de boas rendas. Esse tipo de prática continuará por toda a Revolução, como veremos nas páginas a seguir. GARRIGUS, *op. cit.*, p. 185; DEBIEN, *Les plans et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue*, p. 31.

⁵⁷ ANOM, 7DPPC 5840, 18 de agosto de 1793.

⁵⁸ ANOM, 7DPPC 5840, 19 de setembro de 1793.

⁵⁹ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 107-109.

em Arcahaye, teve de entregar 9 dos 15 barris de açúcar à República.⁶⁰ A mesma quantia foi exigida da plantation Lieutaud, relativa somente ao primeiro termo do donativo, o que significava que outras parcelas deveriam ser feitas no futuro.⁶¹ Já em Croix des Bouquets, foi imposto ao engenho Fleuriau e outras propriedades o envio de escravos e armas para ajudar nos combates, decreto que o gerente da fazenda tentou burlar encaminhando menos pessoas do que o exigido.⁶²

Nenhuma dessas medidas supriu as necessidades iminentes do exército francês no Oeste, pois, no final do mês de outubro, o comissário estendeu a proclamação da abolição às demais regiões da colônia. A despeito de suas críticas ao decreto de Sonthonax, Polverel sabia que seu plano de abolição progressiva não poderia ser aplicado diante da premência de soldados naquele momento. Pouquíssimos foram os proprietários que consentiram com os incentivos para emancipar seus escravos de forma voluntária, e retirar todos os trabalhadores das *habitations* sequestradas não era ideal nem suficiente. Um desses poucos senhores foi Louis Lys, francês possuidor de uma pequena fazenda no *quartier* de Trou Coucou, um dos mais afastados de Croix-des-Bouquets. No documento de libertação de sua escravaria, feito diretamente com o notário da paróquia semanas antes da prolongação do decreto, Lys afirmou que estava

convencido de que a liberdade geral dos africanos e descendentes de africanos é o único meio de restabelecer a ordem e a paz na colônia, penetrado pelos princípios da liberdade e igualdade que formam a base da república francesa, ansioso de provar aos seus irmãos franceses que nenhum sacrifício o conterà quando se trata de provar seu republicanismo, tocado pelas felizes disposições que os africanos acabam de manifestar em todas as partes do Oeste, Louis Lys emancipa de sua propriedade todos os africanos e descendentes de africanos.⁶³

Ele solicitava ainda à comissão civil a aceleração da proclamação da abolição geral, que elevaria todos os africanos à condição de cidadãos franceses.⁶⁴

⁶⁰ ANOM, 7DPPC 5840, 10 de outubro de 1793.

⁶¹ ANOM, 7DPPC 5840, 7 de outubro de 1793.

⁶² CAUNA, *op. cit.*, p. 230.

⁶³ No original: "le Citoyen Louis Lys [...], lequel bien convaincu que la liberté générale des affricains et descendans d'affricains est le seul moyen de rétablir l'ordre et la paix dans la Colonie, pénétré des principes de liberté et égalité qui forment la base de la république française, jaloux de prouver à ses freres de france qu'aucun sacrifice ne lui contera lorsqu'il sagira de prouver son républicanisme, touché d'ailleurs des heureuses dispositions que les affricains viennent de manifester dans toutes les parties de l'ouest". ANOM, 7DPPC 5915, 11 de outubro de 1793.

⁶⁴ No original: "Prie la Commission Civile d'accélérer autant qu'il lai sera possible, la proclamarion qui doit déclarer la liberté générale, élever tous les affricains à l'État de Citoyens français et les faire jouir des droits de l'homme dans toute leur plénitude, Promettant d'avance de souscrire aux Conditions qui seront déterminés par la Comission Civile pour la récompense du travail livre desdits affricains, soit en parts des fruits, soit en argent' laquelle récompense quoique non encore réglé, commencera a courir a leur profil dès le vingt un septembre dernier. ANOM, 7DPPC 5915, 11 de outubro de 1793.

Louis Lys era ponto fora da curva. Os médios e grandes proprietários estavam pouco interessados em conviver com a liberdade de seus escravos. É por isso que as tropas britânicas entraram em Saint-Domingue quase sem obstáculos, recebidas por senhores esperançosos na salvação da ordem escravista e do sistema de plantation.⁶⁵

O isolamento do Oeste britânico (1793-1798)

Não obstante a província ocidental possuir, até o final de 1793, uma dinâmica própria dentro da revolução em Saint-Domingue, os cinco anos de ocupação estrangeira tornaram a experiência nessa região ainda mais singular. Enquanto no Norte e no Sul lideranças ascenderam ao comando governamental central, constituíram-se no departamento Oeste múltiplas autoridades, cujo poder estava baseado na administração paroquial. Sob a bandeira do domínio britânico, colonos locais assumiram posições de mando local, em que cada paróquia era uma espécie de micro administração orientada por seus próprios interesses. No limite, foi o desenvolvimento dessas autonomias regionais dos colonos que possibilitou as maiores transformações no sistema de plantation nos anos a seguir.

O apelo por uma dominação inglesa, inicialmente pelo grupo de brancos, pouco esteve relacionado a uma afinidade com a sociedade anglófona. Fundou-se, na realidade, no desejo por autopreservação e autonomia dessas pessoas dentro de um contexto de extrema conturbação. Os colonos concordaram em transferir sua fidelidade ao rei Jorge III até que a revolução findasse em Saint-Domingue, recebendo, em troca, proteção dos britânicos e acesso a mercados fora da França.⁶⁶ Todavia, para que a operação tivesse sucesso, o comandante inglês teve de se adaptar à realidade local. Foi assim que os direitos dos *gens de couleur*, grupo importante no Oeste e no Sul, foram mantidos para atraí-los como firmes aliados da invasão, especialmente após a partida de tantos brancos em 1793.⁶⁷ Ao mesmo tempo, a delegação de poder administrativo aos habitantes *domingoises* foi outra estratégia utilizada pelo general da expedição para conquistar lealdades paroquiais. Dessa maneira, o exército britânico não precisaria lidar com

⁶⁵ CAUNA, *op. cit.*, p. 54.

⁶⁶ Não havia, de fato, uma concordância homogênea entre eles, alguns preferindo a relação com os espanhóis, tão próximos de várias comunas do Oeste, a exemplo de Artibonite, que foi dominado pela Coroa hispânica até o tratado de paz com os franceses em 1795. GEGGUS, pp. 58, 77-78.

⁶⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 110; FICK, *The Making of Haiti*, p. 185.

questões burocráticas cotidianas, concentrando-se diretamente na guerra de dominação em Saint-Domingue.

Em fins de 1793, a expedição estrangeira estava em posse dos importantes espaços costeiros de Saint-Marc e Arcahaye no departamento Oeste. A entrada das tropas inglesas trouxe rápidas mudanças nas estruturas políticas e sociais dessas paróquias, sendo a mais imediata delas a restauração da escravidão.⁶⁸ A gestão burocrática passou às mãos dos mais importantes colonos locais, que reportavam diretamente ao general britânico, mas possuíam grande autonomia de deliberação. Nos documentos oficiais, a alcunha de *citoyen*, determinada pela República francesa, foi substituída pelos antigos tratamentos de *sieur* e *damme*, com a diferença de que eles eram igualmente aplicados aos afrodescendentes livres. O comandante de Arcahaye, Jean Baptiste Lapointe, um dos grandes “mulatos” da região, recebia até mesmo o título de *monsieur*, dado somente aos homens de maior status social – que outrora estava restrito aos grandes proprietários absenteístas e negociantes.

Esta bolha contrarrevolucionária depressa atraiu colonos escravistas de outras áreas em busca de asilo. Homens e mulheres saíram de Port-Républicain e Croix-des-Bouquets para Saint-Marc e Arcahaye. Este foi o caso da casa comercial Guieu, Bion et Cie., da capital, que se transferiu para Arcahaye apenas dois dias depois dos ingleses se estabelecerem na paróquia. Os mercadores Jean Marie Bion e Étienne-Jean Guieu, responsáveis pela companhia, foram obrigados a jurar fidelidade ao rei britânico para receberem permissão de operação.⁶⁹ Além disso, senhores ausentes que tiveram bens expropriados pela administração francesa não perderam tempo em buscar a retomada de controle de suas posses. Diversos registros notariais da primeira metade de 1794 em Arcahaye manifestaram esta preocupação. Isso ocorria tanto pela indicação de procuradores que os representassem judicialmente e cuidassem das *habitations*, ou pela realização de processos de sucessão e herança. Arnaud André Roberjot Lartigue assim o fez no momento em que Croix-des-Bouquets parecia sair das mãos republicanas. Membro de uma rica família do Oeste, Roberjot nomeou um gerente para sua fazenda de café no *quartier* de Grands Bois, que provavelmente estava sequestrada pelos franceses até

⁶⁸ Em Saint-Marc, na verdade, a extensão da abolição da geral de 31 de outubro nem chegou a ser aplicada, pois o exército britânico chegou no local no início deste mês. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 108.

⁶⁹ ANOM, 7DPPC 6322, 27 de abril de 1794.

então.⁷⁰ No geral, o grupo senhorial estava ansioso em restabelecer a antiga ordem longe das querelas republicanas.⁷¹

Por mais que a entrada da expedição inglesa em Saint-Domigue tenha sido bem-sucedida de início, ela encontrou forte resistência conforme avançava para as paróquias com maior apoio francês, como Port-Républicain e Croix-des-Bouquets. Lá se concentravam as forças armadas dos afrodescendentes livres (as legiões de igualdade) reforçadas pelo recrutamento de escravos no local. Elas conseguiram barrar a invasão até meados de 1794. Em maio e junho, reforços militares britânicos chegaram à colônia. As perdas do lado inglês, entretanto, foram grandes, aceleradas pelo início da época das epidemias tropicais que dizimavam os soldados europeus.⁷² Em contraste com as primeiras zonas de ocupação, onde os colonos retomavam em certa medida o ordenamento da estrutura econômica e social, nas últimas paróquias de invasão os ataques ao complexo produtivo foram mais severos. A intensidade das guerras provocou a retirada de mão-de-obra das propriedades, tanto pelo recrutamento dos franceses quanto pela fuga dos escravizados em meio aos conflitos, como também a agressão às estruturas de produção. Em Croix-des-Bouquets, a atividade notarial foi paralisada entre o final de outubro de 1793 até a perda final dos franceses em maio do ano seguinte. Tamanha foi a dimensão dos confrontos nesta paróquia que eles chegaram a ter repercussões no *quartier* vizinho de Boucassin, em Arcahaye. O engenho da família Sabourin foi ocupado por forças republicanas durante seis meses, sendo que somente 12 dos escravizados saíram da propriedade para acompanhar o procurador.⁷³ No caso das plantations açucareiras Mahé Dazincourt, Torselle e Castaing, soldados rebeldes incendiaram alguns edifícios em diferentes ocasiões. As perdas nos locais de confrontos diretos devem ter sido muito maiores.⁷⁴

A confiança britânica sobre a conquista das demais regiões de Saint-Domingue foi refreada por uma série de contratemplos a partir da segunda metade de 1794. As duas frentes de resistência francesa, ao norte e ao sul, se fortaleceram. A primeira com as tropas negras de Toussaint Louverture desde que passou para lado republicano, e a última com

⁷⁰ ANOM, 7DPPC 6322, 18 de abril de 1794.

⁷¹ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution, passim*.

⁷² CASSLEMAN, David A. "The Friendly Disposition": American Relations with Toussaint Louverture and Revolutionary Saint-Domingue, 1798-1801. Thesis of Bachelor of Arts. Michigan: University of Michigan, 2012, p. 31.

⁷³ ANOM, 7DPPC 5842, 14 de maio de 1794.

⁷⁴ ANOM, 7DPPC 5841, 31 de março de 1794; ANOM, 7DPPC 5842, 8 de agosto de 1794; ANOM, 7DPPC 5844, 10 de julho de 1795; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 101-102.

o empoderamento do general “mulato” André Rigaud, em comando da província meridional com a partida de Polverel da colônia. Não bastasse a progressiva robustez da guerra, um novo front de oposição surgiu entre os afrodescendentes livres das zonas de ocupação. Em setembro, no contexto das primeiras tentativas do governo britânico de centralizar o comando político em suas mãos, foi determinada a retirada dos direitos civis dos *gens de couleur*. Tal medida, que seguia a norma das colônias inglesas, provocou a perda de apoio deste grupo e o deslanche de violentas revoltas. Eles eram mais numerosos do que colonos brancos em vários locais e perfaziam parte dos oficiais dentro das legiões reais criadas em Saint-Domingue, para além do crescimento de seu poder econômico e social nos primeiros anos da Revolução. Os afrodescendentes livres eram importantíssimos aliados para a permanência britânica, que, sem eles, sofreu duros revezes.⁷⁵

No final de 1794, o exército de ocupação contava com apenas 1.100 homens, isolados nas mesmas fortificações e sem conseguir fazer progressos.⁷⁶ Assim como faziam os espanhóis e republicanos, tornou-se imperativo o engajamento de escravizados nas fileiras inglesas, após a perda de mais da metade de seus soldados e da maioria dos cúmplices afrodescendentes. A preservação da ordem escravocrata em Saint-Domingue dependia, depois de um ano de dominação, da entrada de escravos no exército de ocupação. O recrutamento logo foi sentido na estrutura fundiária. A paróquia de Saint-Marc, bem na divisa com o Cordão do Oeste – de onde atacavam as forças de Toussaint –, sem demora formou um batalhão de cativos estacionado em Artibonite. Nem mesmo as abandonadas plantations de Cul-de-Sac, que necessitavam de mão-de-obra para se recuperar depois de meses de guerra, puderam escapar: cerca de 150 escravos foram reunidos pelo comandante da paróquia de Croix-des-Bouquets e Port-au-Prince, o barão Jean-Charles de Montalembert. Por mais que as propriedades de Arcahaye estivessem em bom estado de conservação, a repentina retirada de trabalhadores para construir fortificações e integrar a divisão militar local afetou o funcionamento das fazendas.⁷⁷

⁷⁵ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution, passim*. Interessante que em Arcahaye, onde o afrodescendente Lapointe comandava a paróquia, a perda dos direitos civis do grupo não foi uma realidade. Ao passo que em Croix-des-Bouquets os documentos oficiais voltam a aplicar os distintivos raciais, em Arcahaye os *gens de couleur libres* continuaram a receber os mesmos pronomes de tratamento que os brancos. Isso mostra os limites das tentativas do governo britânico em centralizar o poder que até aquele momento estava fracionado.

⁷⁶ Cf. FORSDICK, Charles & HØGSBJERG, Christian. *Toussaint Louverture: A Black Jacobin in the Age of Revolutions*. London: Pluto Press, 2017, p. 64.

⁷⁷ Cf. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 129-132; DEBIEN, *La fortune et la famille d'un colon poitevin*, p. 129.

Diversas reclamações formais sobre a questão foram registradas nos notários dessas paróquias. No processo de constatação das perdas e danos do engenho Gauban Dumont, em Boucassin (Arcahaye), o arrendatário Jean Garesché Durocher exigiu a discriminação de todos os impactos dos recrutamentos sobre a produção. Desde a rebelião escrava insuflada pelos *gens de couleurs* em 1792, os partidos de cana da plantation se encontravam no mesmo estado: sem melhorias ou cuidados. Sete dos talhões destinados para a plantação de novas canas estavam completamente sem cultivos, pois o constante afastamento da mão-de-obra impossibilitava esse trabalho. Durante um mês inteiro,⁷⁸ todo o *atelier* foi desviado para a formação de um posto avançado em Boucassin e, pouco tempo depois, novos problemas surgiram com a passagem do exército britânico para lutar contra os republicanos em Port-au-Prince. Em outra ocasião, um terço dos homens foram alocados na escavação de valas no burgo de Arcahaye. Pela segunda vez, o estabelecimento de outro posto em Boucassin provocou a saída de nove cativos durante 20 dias, e mais 20 trabalhadores para a abertura de novas valas por seis dias. Em todas as ocasiões, os escravos retornaram ao engenho após o tempo de serviço. Porém desde setembro de 1794, 15 homens foram exigidos na integração da terceira repartição no *quartier*, sem que fossem dispensados até o final de outubro. De modo geral, todos esses estorvos provocaram grandes perdas. Os agentes envolvidos nos processos calcularam que, se a disciplina do trabalho não tivesse sido interrompida, os sete partidos de canaviais produziriam juntos quase 82 toneladas de açúcar, mais de dez toneladas por partido; o devido cuidado de um talhão já cultivado daria sozinho mais de 22 toneladas da mercadoria.⁷⁹

Tantas outras propriedades passaram pela mesma situação – se não pior nas mais debilitadas. Em Saint-Marc, no inventário do engenho da família Jeanton, salientou-se que o destacamento da paróquia exigia o fornecimento de escravos e animais de tal maneira que a produção se fazia muito custosamente.⁸⁰ Já em Croix-des-Bouquets, onde as unidades produtivas estavam entre as mais acometidas da zona de ocupação, o grupo senhorial protestava com fervor contra a retirada de braços das fazendas. Esse quadro caótico motivou a convocação de uma assembleia, em 26 de novembro, pelo barão de Montalembert, coronel da cavalaria e da legião britânica, com a participação de todos os

⁷⁸ Por mais que o documento não mencione o mês preciso, isso provavelmente ocorreu no final de 1793, quando os conflitos contra os republicanos chegaram perto do *quartier*, como atestaram alguns registros mencionados anteriormente.

⁷⁹ ANOM, 7DPPC 7446, 30 de outubro de 1794.

⁸⁰ ANOM, 7DPPC 7240, 13 de agosto de 1795.

proprietários de Port-au-Prince e Croix-des-Bouquets. A fim de suavizar os problemas da falta de braços nas *habitations*, a sessão deliberou a quantidade de escravizados nestas paróquias que deveriam retornar às plantations e quais os meios de se fazê-lo. Ao mesmo tempo, concordaram em dar algumas gratificações aos senhores que tivessem trabalhadores engajados em serviços públicos. A cada 50 cativos afastados das fazendas, um deveria voltar em condições de trabalhar. No caso de propriedades abandonadas, o comandante da paróquia nomearia um representante para administrar o local. Ademais, como forma de incentivar a disciplina de trabalho e a produtividade, foi concedido aos gerentes e *économés* um salário de 1.200 libras anuais, a serem pagos mensalmente.⁸¹

Sem embargo, a carência de soldados deveria ser solucionada de outra maneira, caso contrário o recrutamento de cativos continuaria no horizonte. Para tanto, a assembleia definiu que a melhor saída era o estímulo ao alistamento voluntário dos habitantes que não tivessem vínculos com as plantations. Esse grupo compreendia os *petit blancs* sem propriedades, mas especialmente afrodescendentes livres e libertos, vários dos quais pouco interessados em apoiar a ocupação britânica. Foi acordado um honorário de 33 libras mensais aos que fizessem parte das companhias da milícia real e 1 *gourdin* aos que fossem da artilharia. A ausência da paróquia sem licença implicaria a imediata suspensão da remuneração. Com ou sem sucesso, as deliberações do grupo senhorial feitas pela assembleia de Croix-des-Bouquets demonstravam a urgência da retomada produtiva. Para que isso ocorresse, o *atelier* escravo deveria estar devidamente presente nas *habitations* disciplinadas.⁸²

A despeito das tentativas das elites paroquiais de mitigar as tensões, a posição da expedição britânica era crítica no início de 1795. As perdas das tropas eram imensas, a oposição dos *gens de couleur* firme, e o alistamento de escravos a base de sustentação do exército inglês.⁸³ Mais de um ano após seu estabelecimento em Saint-Domingue, o governo inglês começou a notar as imensas despesas da ocupação e os poucos (ou até mesmo nulos) rendimentos gerados, principalmente quando comparados ao que esperavam lucrar com a posse da colônia mais rica das Américas. Tropas, agentes burocráticos, prisões, fortificações, navios e hospitais eram grandes ônus que tinham de arcar. O otimismo inicial com o potencial de riqueza *domingoise* do general-governador

⁸¹ ANOM, 7DPPC 5915, 26 de novembro de 1794.

⁸² O *gourdin* equivale a duas libras, 1 sol e três deniers. LACOMBE, Robert. Histoire monétaire de Saint-Domingue et de la République d'Haïti, des origines à 1874. *Revue d'histoire des colonies*, tome 43, n°152-153, troisième et quatrième trimestres 1956, p. 273-337; ANOM, 7DPPC 5915, 26 de novembro de 1794.

⁸³ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 154.

Adam Williamson, responsável pelo domínio britânico no final de 1794, logo se transformou em inquietação. Em vista disso, propôs uma série de mudanças na administração da ocupação com o objetivo de melhorar as receitas e centralizar o comando político das paróquias.⁸⁴

No plano particular, pelo contrário, a alta-rodada dos colonos que possuíam cargos de comando no exército e na burocracia da expedição beneficiou-se econômica e socialmente de suas posições. Por mais que já fizessem parte da elite senhorial local antes da Revolução, essas pessoas possuíam agora poder de comando e usavam disso a seu favor. Foi assim que vários deles se apoderaram temporariamente das propriedades abandonadas. Uma das medidas discutidas na assembleia de Croix-des-Bouquets foi a designação de responsáveis para os cuidados das plantations desocupadas. O assunto era ainda mais preocupante na paróquia, considerando o fluxo de emigração dos colonos desde 1792. As primeiras propostas para apossamento dos bens abandonados podem ter começado por iniciativa local, mas a prática passou pela anuência central de Williamson a partir de 1795, que tentava de todas as maneiras conter o poder autônomo dos colonos. Foi assim que, em 12 de fevereiro de 1795, concedeu a posse de três plantations em Arcahaye ao visconde Pierre Marie Duleau Dallemant, cavaleiro da ordem real e militar de St. Louis, coronel da infantaria em serviço de Majestade britânica. Dallemant havia requisitado ao general-governador Williamson os direitos sobre as *habitations* Vergue, La Generalle e La Ravine. A primeira pertencia ao próprio visconde e suas irmãs, residentes em Bruxelas e na Suíça; a segunda era dos herdeiros Poy; e a última era propriedade de Jacques Claude de Verges, preso na França. Segundo a ordem emitida, o general britânico, sem o direito de dispor dos bens de ausentes, permitia a posse das plantations por Dallemant até que os proprietários pudessem reavê-los.⁸⁵

Valendo-se dos ganhos que esses homens alcançaram com suas novas posições, eles também procuraram expandir seu poder por meio da compra e arrendamento de propriedades e da formação de sociedades com outros colonos. Os valores dessas transações fundiárias eram geralmente altos e as concessões de exploração por longo tempo. Jean Baptiste Lapointe, coronel da infantaria e comandante pelo rei britânico da paróquia de Arcahaye, rico proprietário “mulato” e procurador de vários senhores ausentes, se envolveu em diversas operações no início de 1795. Já em primeiro de janeiro,

⁸⁴ Cf. GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 140.

⁸⁵ ANOM, 7DPPC 6323, 12 de janeiro de 1795.

estabeleceu uma sociedade com o negociante Pierre Leris por seis anos para a fundação da casa comercial Leris et cie. Lapointe era o investidor primário, conferindo a sociedade 200.000 libras coloniais, originárias do contrato consentido pelos proprietários de Arcahaye ao comandante da paróquia no valor de 400.000 libras coloniais.⁸⁶ Mas o comandante não apenas comprou, como também vendeu bens a outros membros da administração britânica. Em 8 de janeiro, Louis Rossignol de la Roque e Louis Guy de Noilles, lugar-tenente coronel da cavalaria do Durc d'York, compraram terrenos de Lapointe. A transação foi acordada por 66.000 libras coloniais, sendo parte paga em seis escravos e o resto dali três anos.⁸⁷ Estes mesmos compradores arrendaram, em conjunto, parte da *habitation* de Louis Duval por nove anos e por 1.200 libras anuais. O terreno alocado possuía 26 hectares, próximos dos 18.000 pés de café que existiam na fazenda. Foi prescrito que eles deveriam construir, até o final do contrato, os equipamentos necessários para a produção cafeeira, como o carretão (*moulin à piler*) e os terreiros de secagem dos grãos.⁸⁸

Os generais britânicos reparavam a discrepância entre a consolidação dos agentes franceses e a fraqueza do governo de ocupação. Talvez com o intento de mudar essa situação, Williamson decretou lei marcial em 19 de abril de 1795, em que uma das disposições dizia respeito ao sequestro dos bens abandonados. Por mais que o regime tenha durado pouco mais de um mês, as apropriações públicas de patrimônios vagos foram ordenadas no final de junho, combinadas com a realização de censos paroquiais de pessoas e propriedades. Todas aquelas sem um representante legal reconhecido por agentes ingleses seriam disponibilizadas para arrendamentos, regulados pela administração, e cuja parte do produto se direcionaria aos cofres públicos. Desse modo, não apenas controlariam as ricas plantations, como evitariam a dilapidação do complexo produtivo pela má condução de gerentes, procuradores ou nomeados. Esses, encarregados da exploração das *habitations*, cuidavam menos dos edifícios, equipamentos e mão-de-obra em proveito do máximo de lucros possível, desgastando ao extremo um sistema que já estava em crise.⁸⁹ Os engenhos, por serem em maioria de senhores absenteístas, foram os mais expropriados pela administração britânica; em Arcahaye, mais de 30 das 48 *sucreries* foram parciais ou inteiramente confiscadas. Antes que as concessões fossem

⁸⁶ ANOM, 7DPPC 6323, 1 de Janeiro de 1795.

⁸⁷ ANOM, 7DPPC 6323, 8 de Janeiro de 1795.

⁸⁸ ANOM, 7DPPC 6323, 23 de janeiro de 1795.

⁸⁹ FOUBERT, Bernard. Les habitations Foäche à Jérémie (Saint-Domingue). 1772-1802. *Outre-mers*, Vol. 96, n°364-365, 2e semestre 2009, p. 190; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 159 e 308-311.

realizadas, um inventário dos bens era encomendado aos notários para a determinação do valor do contrato, no geral estabelecido entre um sexto e um terço da receita a depender do estado em que estavam.⁹⁰

Procurações de senhores em Londres, Estados Unidos e outros locais começaram a encher os livros de notários em Arcahaye e Croix-des-Bouquets a partir de então; muitas foram dadas, inclusive, aos colonos que faziam parte da administração paroquial. Assim fez Ursule Caradeux de Lathoison, viúva de Louis de Lathoison. Residia em Vestfália e conferiu poderes ao conde Benjamin Monier du Castellet, cavaleiro da ordem real e militar de St. Louis, para representá-la em Saint-Domingue e cuidar de seus bens em Croix-des-Bouquets.⁹¹ Já os proprietários das *habitations* de açúcar e café Deloynnes substituíram o antigo administrador, emigrado da colônia, por Louis Augustin de Goyon. Louis era um dos coproprietários, em conjunto com sua mãe e irmãos, e estava de partida de Londres a Saint-Domingue no final de 1794, provavelmente em função militar já que era oficial do exército britânico.⁹² Uma minoria dos representantes legais dos senhores conseguiu reversão do sequestro, mas eles pareciam ser priorizados no momento das concessões dos arrendamentos. Mais de um quinto dos contratos foram feitos aos procuradores, uma maneira encontrada para que os senhores ausentes ainda pudessem desfrutar da exploração de suas plantations sem que a administração britânica perdesse sua principal fonte interna de sustento.⁹³

As transações fundiárias e esforços para controle do sistema de plantation por parte das autoridades paroquiais, governo de ocupação e civis expressavam as grandes expectativas desses grupos sobre a recuperação do complexo produtivo. No entanto, elas não eram de todo condizentes com as realidades encontradas nas paróquias. As guerras permaneceram nas fronteiras com as tropas francesas, fosse no centro de poder de Toussaint em Gonaïves ou próximo das possessões de André Rigaud no Sul. Pior ainda quando firmou-se a paz com a Espanha em meados de 1795 e as tropas negras republicanas no Norte se revigoraram com o acréscimo de soldados. Estacionadas nas montanhas, elas cercaram as zonas de ocupação e promoveram investidas ininterruptas às plantations, para o pânico dos colonos. Não bastasse a dificuldade das batalhas e a progressiva perda de território, os cantões mais afastados vivenciaram o aumento da

⁹⁰ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 341.

⁹¹ ANOM, 7DPPC 5915, 15 de maio de 1795.

⁹² ANOM, 7DPPC 6323, 14 de agosto de 1795.

⁹³ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 342-345; FOUBERT, *op. cit.*, p. 191.

atividade *marron*. Inúmeros senhores e gerentes tiveram de deixar suas fazendas e procurar locais mais seguros para residir, sofrendo constantes impedimentos de visita às plantações. A falta de vigilância do *atelier* permitiu aos escravizados diversas formas de afirmação de sua liberdade, em que todas implicavam a negligência dos cultivos das commodities. Destarte, não havia meios da disciplina produtiva se restabelecer na proporção que esperavam o grupo senhorial até que a desordem nas paróquias fosse resolvida.⁹⁴

Na fazenda de café Andrault, em Fond Baptiste (Arcahaye), sem a presença do gerente, todos os escravos haviam fugido até junho de 1795.⁹⁵ No caso da propriedade dos irmãos Jasmin, os *brigands* – como era chamado o exército negro revolucionário –, invadiram e assassinaram Louis Jasmin em fevereiro de 1795 e, antes que partissem, atearam fogo na casa principal.⁹⁶ As tentativas de persuasão dos trabalhadores para se unirem ao lado republicano aconteciam constantemente nos *mornes*. Assim declarou Jean Baptiste Dubourg quando constatou a perda de alguns cativos em abril. Após o ataque do campo Bartholomé, limítrofe a sua fazenda cafeeira em Matheux (Arcahaye), parte dos escravos se uniram aos insurgentes, mas a outra parcela preferiu ir ao engenho onde Dubourg residia. Depois disso, nenhum cativo pôde retornar ao local, pois os soldados negros continuavam nas redondezas e já haviam conseguido cooptar *ateliers* inteiros.⁹⁷

Foi por isso que Mare Joseph Larac também deslocou os 18 escravos remanescentes de seu engenho em Montrouis (ao sul de Saint-Marc) no mês de setembro. Da pouca mão-de-obra que lhe restava em meados daquele ano, dez fugiram da plantation levando consigo vários animais. As frequentes ofensivas sobre sua propriedade provocaram o incêndio da casa grande e sete senzalas, além da destruição completa de quatro partidos de cana.⁹⁸ Já o procurador do engenho Rocheblanche em Cul-de-Sac, tendo de abandonar a plantação pela insegurança do *quartier*, preferiu empregar os escravos em trabalhos públicos a correr o risco de os ver capturados pelos bandos insurgentes.⁹⁹ Mas nem mesmo onde os proprietários conseguiram se manter presentes o cultivo das commodities era regular. Quando a fazenda de café Deroullede, em Grand Bois (Croix-des-Bouquets), foi arrendada por Louis Henry de Bouteiller em novembro

⁹⁴ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 341.

⁹⁵ DEBIEN, *La fortune et la famille d'un colon poitevin*, p. 131.

⁹⁶ ANOM, 7DPPC 6324, 18 de maio de 1796.

⁹⁷ ANOM, 7DPPC 6324, 11 de janeiro de 1796.

⁹⁸ ANOM, 7DPPC 6324, 20 e 24 de maio de 1796.

⁹⁹ ANOM, 7DPPC 5915, 15 de maio de 1795.

de 1795, todos os 50.000 pés de café se encontravam em mau estado. Ao que parecia, os cativos negligenciavam os arbustos em detrimento de suas hortas pessoais, localizadas a oeste e leste da *habitation*.¹⁰⁰

O quadro ilustrado por estes relatos demonstrava a escassez das receitas individuais e públicas no ano de 1795. A situação da expedição britânica era tão frágil que praticamente todo o financiamento da ocupação em Saint-Domingue saía dos cofres ingleses.¹⁰¹ Apesar da recuperação do controle de algumas unidades pelos senhores e da apropriação pública das plantations abandonadas, o cotidiano das paróquias não possibilitava a recuperação desejada pelo grupo dirigente. Após meses de ataques e inconstância dos trabalhos agrícolas, a falta de rendas pesou para muitos proprietários, que mal conseguiam fazer as reparações necessárias em edifícios e equipamentos para torná-las produtivas. Para muitos, a saída encontrada, no final de 1795, foi ceder seus bens a terceiros para arrendamento ou formação de sociedades. Circunstância aproveitada pela elite comandante paroquial para aumentar ainda mais seu domínio fundiário, mesmo que estivesse passando pelos mesmos problemas.

O próprio contrato de arrendação da fazenda cafeeira Deroullede se encaixava nesta condição. Os proprietários Antoine Martinés e Leon Ducrabon, talvez sem condições de explorar a unidade, cederam-na a Louis Bouteiller, cavaleiro da ordem real e militar de St. Louis na função de capitão de artilharia, por quatro anos e meio. Nenhum valor seria exigido durante todo o tempo do convênio, porém o rendeiro deveria fazer todos os trabalhos de melhoramento da propriedade, incluindo a construção de um armazém, uma senzala, um carretão e quatro terreiros de secagem dos grãos.¹⁰² Ações como as de Martinés e Ducrabon se tornaram mais comuns conforme avançava o ano de 1796 e a força do exército negro, com o conseqüente enfraquecimento do domínio britânico. Em fevereiro, François Xavier Corbert arrendou sua fazenda de café a Pierre Lemaire por três anos. O arrendatário deveria cuidar dos oito *carreaux* já plantados e recuperar os edifícios e, para compensar essas despesas iniciais, o primeiro ano do contrato seria mais barato que os dois últimos.¹⁰³

No caso da *cafétérie* Boné, em Montrouis (Arcahay), a sociedade firmada em março de 1792 entre o proprietário Jacques Boné e Gabriel Dossa deixou de ser lucrativa

¹⁰⁰ ANOM, 7DPPC 5915, 17 de novembro de 1795.

¹⁰¹ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 384.

¹⁰² ANOM, 7DPPC 5915, 17 de novembro de 1795.

¹⁰³ ANOM, 7DPPC 6324, 8 de fevereiro de 1796.

para as partes quando todos os animais foram roubados da propriedade e vários dos 25 escravos fugiram. Juntos, eles não davam conta da manutenção da fazenda e preferiram dissolver a parceria.¹⁰⁴ Por outro lado, o gerente Mongie e o mestre carpinteiro Pierre Gaillard foram a salvação para os proprietários da *habitation* Hachin em Matheux (Arcahaye). A fuga generalizada dos escravizados da unidade, em que apenas oito permaneceram (incluindo crianças que não faziam trabalhos nas plantações), não possibilitava a continuidade da produção. A interrupção de ganhos tornou a contribuição do arrendamento necessária aos senhores, acertado no valor de 5.000 libras anuais.¹⁰⁵ Situação semelhante deve ter sido a de Jeanne Drouillard, viúva de Jacques François de Volumbrun, emigrada nos Estados Unidos. Ela arrendou o engenho do falecido marido a Pierre Marvaud du Brandeau, diretor do hospital militar de Port-au-Prince, por sete anos. A plantation possuía apenas 25 cativos, sendo dez deles crianças, e plantações em péssimo estado, as quais deveriam ser recuperadas por inteiro até o final do contrato. As enormes despesas iniciais eram compensadas pelo primeiro ano gratuito, pois o rendeiro ainda tinha de construir uma casa para morar e dez senzalas, mas nos anos seguintes o valor variava de 15.000 a 20.000 libras anuais.¹⁰⁶ Sem escravos suficientes para produzir e sem fluxo de rendimentos, não havia outra solução para alguns senhores senão delegar a terceiros os encargos de exploração de suas propriedades.

Pior que muitos membros do grupo senhorial era a administração da ocupação, que desandava cada vez mais. Ela pouco lucrou com taxações ao longo desses três anos e passava por um sério problema de inflação. A falta de apuração dos gastos públicos contribuiu para a corrupção generalizada na construção de fortificações e nos gastos desnecessários com organização militar – principalmente quando nas mãos das autoridades paroquiais –, para além das imensas despesas hospitalares e de transporte. As esperanças de uma reviravolta inglesa pela chegada do maior destacamento militar já enviado pela Grã-Bretanha acabaram quando inúmeros imprevistos mudaram os planos. De fevereiro a junho de 1796, 12.700 relutantes e inábeis soldados desembarcaram em Saint-Domingue. Pouco conseguiram avançar na conquista da colônia quando foram contrapostos pela entrada de novas tropas francesas e armamentos em maio. A estratégia de ataque teve de ser revertida para defesa, porém mesmo ela não foi bem-sucedida: o acúmulo de soldados nas fortificações aumentou o contágio da febre amarela e provocou

¹⁰⁴ ANOM, 7DPPC 5845, 7 de fevereiro de 1796.

¹⁰⁵ ANOM, 7DPPC 5845, 12 de junho de 1796.

¹⁰⁶ ANOM, 7DPPC 5845, 25 de novembro de 1796.

um elevado número de mortos entre os oficiais recém-estabelecidos. A expedição britânica, portanto, chegava a um impasse, em que não era possível o avanço da dominação sobre o território colonial pela falta de força militar, mesmo com o recrutamento de escravos.¹⁰⁷

As discussões parlamentares sobre a conjuntura desfavorável do império inglês no Caribe em 1796 levaram à decisão da Grã-Bretanha de limitar as zonas de ocupação *domingoise*. O exército nas paróquias do Oeste deveria ser mantido pelos colonos e escravizados, enquanto os soldados britânicos ficariam exclusivamente estacionados em Môle Saint-Nicolas, a ponta mais a ocidente de Saint-Domingue, pela posição estratégica de defesa da Jamaica.¹⁰⁸ A manutenção da ocupação deveria ser assegurada internamente pela concessão de arrendamento das propriedades sequestradas, até aquele momento pouco usufruídas pela administração central, pois sob os cuidados de colonos locais. Fossem os co-proprietários, procuradores, vizinhos ou autoridades paroquiais, estas pessoas lucraram com a ausência dos senhores, apropriando-se da escravaria, dos equipamentos e da parca produção em benefício próprio. Revoltaram-se quando essas propriedades caíram sob a competência do recém-criado setor de bens sequestrados, que decidiria quem teria os direitos de exploração das plantations. Os primeiros arrendamentos públicos foram feitos na segunda metade de 1796, mas sob protesto de muitos que relutavam em entregar as poucas receitas que obtinham nesses locais.¹⁰⁹

O andamento dessas concessões foi descrito com detalhes em registros de 1797 em Arcahay. O responsável pela gestão das posses de ausentes nesta paróquia, Antoine Malouet Dalibert, organizou um novo processo de adjudicação da fazenda de café Robert após a destituição do antigo rendeiro por falta de pagamento. Anúncios foram feitos em jornais e fixados na porta da igreja e outros pontos do burgo, tornando públicas as cláusulas do contrato para o conhecimento dos interessados.¹¹⁰ Dois licitantes se reuniram num leilão para determinar o preço do arrendamento, finalizado em 1.150 libras anuais dado por Paul Pierre Thomasson. O contrato teria uma duração de seis anos e deveria ser pago em dinheiro a cada três meses. Contudo, caso o proprietário retornasse, o contrato seria encerrado. Já no processo do engenho Delaunay Mahé, em Boucassin, 22 licitantes

¹⁰⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 192-197 e 217.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 205-207.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 342.

¹¹⁰ ANOM, 7DPCC 6326, 8 de outubro de 1797.

disputaram pela concessão, decidida em favor de Demanegre Dubreuil, que teria direito sobre a unidade por cinco anos pelo valor de 174.000 libras anuais.¹¹¹

Não obstante a organização dos arrendamentos públicos como a última esperança na sustentação da ocupação britânica em Saint-Domingue, o progresso do exército negro sobre essas áreas afetou profundamente o complexo produtivo da província Oeste. Máxime no que toca a saída dos escravos das propriedades, que era um dos principais obstáculos, se não o maior, para o sistema de plantation da região. A entrada das tropas republicanas nos *quartiers* provocava o ataque às *habitations* e a debandada dos cativos para se unirem aos franceses ou para viverem de forma independente nas montanhas. As zonas inglesas do departamento ocidental, dependentes inteiramente da população local, também retiravam escravos das fazendas para assomar as forças militares paroquiais. As campanhas bélicas que se seguiram provocaram um golpe decisivo sobre a estrutura agrária escravista, maior do que muitos poderiam suportar.¹¹²

Assim se sentia o rendeiro Charles Petitbois em 1797. Mesmo conseguindo a outorga de arrendamento de uma fazenda em Delices (Arcahaye) pelo comissário da administração dos bens absenteístas, o ambiente conturbado não possibilitou a apropriada exploração do terreno. O *quartier* era palco de inúmeras investidas, que tornavam a permanência de Petitbois no local arriscada. Todas as noites, ele se dirigia a uma *habitation* mais próxima do burgo de Arcahaye, e retornava apenas pela manhã para continuar os trabalhos. Sem a supervisão regular da escravaria, os rendimentos das plantações eram muito baixos, o que dificultava o pagamento do arrendamento.¹¹³ Já o procurador Mare Barrault não conseguiu fazer muito para poupar a fazenda Le Corail após a reconquista da paróquia adjacente à Arcahaye, Mirebalais, pelo exército negro. No início de maio, os escravos da unidade se insurgiram e, por mais que tentasse os conduzir a um *quartier* mais seguro, todos fugiram, com exceção do *commandeur*.¹¹⁴ Nem mesmo sócios arrendatários puderam se sustentar diante das desordens. O assalto da fazenda cafeeira Leveque em Fond Blanc (Arcahaye) causou o incêndio dos edifícios e a fuga dos cativos para as matas. Por mais que parte deles tenham retornado dias depois, os rendeiros Alexandre Drouillard e Alexandre Casalles preferiram anular o contrato com os herdeiros Leveque.¹¹⁵

¹¹¹ ANOM, 7DPPC 5846, 27 de dezembro de 1797.

¹¹² FORSDICK & HØGSEBJERG, *op. cit.*, p. 72; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 226.

¹¹³ ANOM, 7DPPC 5846, 30 de maio de 1797.

¹¹⁴ ANOM, 7DPPC 6325, 8 de junho de 1797.

¹¹⁵ ANOM, 7DPPC 6325, 15 de junho de 1797.

As tropas negras revolucionárias se expandiam de tal maneira em 1797 que os conflitos chegaram às planícies litorâneas. Sem embargo fossem mais protegidas que os cantões montanhosos, por onde avançavam os republicanos, a ameaça de sua presença paralisava qualquer produção. Isto aconteceu com o arrendatário do engenho Sabourin, em Boucassin. Para evitar a qualquer custo a ocupação da propriedade pelo inimigo, Comparant ocupou todo o *atelier* na construção de proteções (*bastinage*) na plantation em meados do ano, abandonando todos os cultivos. Ainda assim, os *marrons* e *brigadiers* tiveram sucesso no fomento de fugas dos escravos em diversas ocasiões. A situação era tão crítica que o proprietário André Sabourin estava sem rendas na segunda metade de 1797.¹¹⁶

De modo geral, a quantidade de escravizados nas paróquias ocupadas diminuiu progressivamente, a ponto de várias propriedades não contarem com nenhum trabalhador. O custo econômico desse quadro era alto para os colonos e provocou desgastes políticos com as autoridades locais.¹¹⁷ Isso porque o recrutamento de homens para os batalhões não parou nem mesmo quando as plantations sofriam com a brusca e intensa redução do seu número de cativos. Processos que relatavam a fuga de escravizados também registravam o alistamento dos poucos que restavam nas propriedades. Jean Charles Campagnon, arrendatário da fazenda de café Le Corail (sequestrada pela administração britânica), declarou em abril a fuga de dois escravos e o fornecimento de outros seis para o regimento real de Arcahaye.¹¹⁸ Faziam o mesmo os que ocupavam posição de poder nas paróquias, como Montagnac de Pigné, lugar-tenente da cavalaria no regimento dos *chasseurs volontaires* de Dessources. Cinco dos escravos da *habitation* cafeeira Duché e Tripié, concedida a ele pelo governo, foram engajados nas forças armadas da região em julho, sendo que 19 pessoas haviam fugido do local com seis mulas no início do ano.¹¹⁹ Mais atrito gerava quando lembravam que muitos dos recrutados passavam para o lado do exército negro revolucionário, fortalecendo o inimigo que deveriam combater.

Num momento de fragilidade, o alto número de escravos engajados nas legiões paroquiais era extremamente prejudicial aos senhores. Em média, nas fazendas que ainda possuíam um contingente de trabalhadores, as crianças equivaliam a 28% do *atelier* e as pessoas acima de 60 anos representavam 10%, categorias que não realizavam os duros

¹¹⁶ ANOM, 7DPPC 5846, 8 de setembro de 1797.

¹¹⁷ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 228- 237.

¹¹⁸ ANOM, 7DPPC 6325, 5 de abril de 1797.

¹¹⁹ ANOM, 7DPPC 6325, 16 de julho de 1797.

trabalhos no campo.¹²⁰ Contando com mão-de-obra ou não, o complexo produtivo na segunda metade de 1797 mostrava-se ocioso. A mando de Toussaint Louverture – que na província setentrional havia se consolidado como a principal figura política nessa época –, o exército negro deveria destruir tudo aquilo que não conseguisse transportar das plantations.¹²¹ Cantões como os de Fond Baptiste e Matheux em Arcahayé, antes importantes centros de produção cafeeira, foram tomados pelas forças revolucionárias francesas e tornadas inabitáveis em finais daquele ano.¹²² Com a perda da legitimidade e da capacidade defensiva, sem qualquer meio de se manter havia ao menos um ano, a ocupação britânica estava fadada ao fracasso.

A população das zonas sob domínio inglês era composta por poucos brancos em meados de 1797. O número só tendeu a diminuir com a gradual saída de colonos provocada pela escalada dos conflitos. Sem segurança para manter a ordem escravista, muitos dos proprietários e rendeiros, que antes eram grandes apoiadores da conquista estrangeira, preferiram partir de Saint-Domingue e fazer suas vidas em outros locais. Não era uma saída descomedida, mas planejada com antecedência para que não perdessem a posse sobre os bens fundiários na colônia, como aconteceu com Jean Charles René Campagnon. Em 3 de janeiro, ele adquiriu uma plantation em Maryland de Augustin Balthazar Simonet e Joachim Simonet, por 45.000 libras coloniais. Como Campagnon estaria nos Estados Unidos apenas em agosto, os vendedores tinham direito de permanecer na casa principal até que retornassem para a França em algum momento de 1797.¹²³ No mesmo dia em que depositou o documento de compra no notário de Arcahayé, Campagnon escolheu Mare Barrault como seu representante legal na paróquia, em especial para a administração de duas *habitations* que arrendava do governo britânico e para o pagamento das dívidas.¹²⁴ O mesmo ocorreu com o notário e proprietário Jean Charles de Talmours, que teve sua partida aos Estados Unidos consentida pelas autoridades britânicas em setembro. Antes que deixasse Saint-Domingue, fez uma procuração a Jean Baptiste Lapointe, o comandante de Arcahayé, para que gerenciasse o engenho que arrendava e pagasse as dívidas de contrato, que chegavam a quase 92.000

¹²⁰ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 292.

¹²¹ Diferente da política que seguiu no Norte, onde os soldados estavam interditados de pilhar ou atacar as fazendas.

¹²² GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 239-248.

¹²³ ANOM, 7DPPC 6325, 5 de abril de 1797.

¹²⁴ ANOM, 7DPPC 6325, 5 de abril de 1797.

libras. A planície de Cul-de-Sac, no mesmo período, quase não possuía mais colonos brancos.¹²⁵

Todavia, não eram todos que conseguiam planejar ou mesmo custear a fuga de Saint-Domingue. As dívidas contínuas, pelo menos desde 1795, eram generalizadas entre a maioria dos proprietários, grandes, pequenos e até mesmo autoridades locais. Afundados em débitos e impossibilitados de continuar a exploração das plantations, a melhor solução para muitos foi ceder os direitos sobre as *habitations* em totalidade ou porções. Por isso que se multiplicaram as vendas, arrendamentos e a substituição de rendeiros a preços cada vez mais baixos. Em agosto de 1797, por exemplo, Marie Dourey teve de ceder metade de um terreno a Louise Elisabeth Leveque, afrodescendente de importante família de Arcahaye, para a quitação de dívidas que possuía com ela. A metade de um bilhete cedido Marie e a seu irmão Jean Dourey em agosto de 1795 no valor de 60.000 libras não foi pago pela devedora. Incapacitada de cumprir com as exigências de Leveque, que levou o caso a um notário, Marie se viu obrigada a dar sua parte de um terreno como equivalente a dívida de 30.000 libras.¹²⁶ Situação semelhante era a de Georges Dupetit Houares, capitão da marinha (*capitaine de vaisseau*). Em conjunto com Pierre Leries, ele havia substituído Jean Baptiste Lapointe no arrendamento público do engenho Labarre, em Vases, em julho de 1797. Em setembro, no entanto, Dupetit concedeu sua parte do contrato a Leries com a condição de ser compensado contra qualquer acusação de dívida.¹²⁷

Sem rendas, endividados e desiludidos com a campanha britânica em Saint-Domingue, a muitos colonos brancos já não havia mais o que fazer senão tentar, a todo custo, sair da colônia. No final de 1797, a maior parcela do estrato livre das paróquias ocupadas do Oeste era de afrodescendentes livres. Em Saint-Marc, que contava com um total de 3.000 pessoas, quase todos eram *gens de couleurs libres*; já em Arcahaye, três quartos dos 800 presentes eram afrodescendentes.¹²⁸ Foram eles que mais se aproveitaram das transações fundiárias feitas por proprietários em situação precária, conquanto sofressem igualmente com a privação de rendas nesse período. De modo geral, todo o grupo senhorial sofreu duras perdas nos meses finais de ocupação inglesa nas paróquias ocidentais. As tropas negras republicanas dominavam diversos *quartiers* e faltava pouco

¹²⁵ ANOM, 7DPPC 6325, 9 de setembro de 1797; GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 239-248.

¹²⁶ ANOM, 7DPPC 6325, 1 de agosto de 1797.

¹²⁷ ANOM, 7DPPC 6325, 9 de setembro de 1797.

¹²⁸ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 228-231.

para que recuperassem por inteiro o controle sobre a província Oeste. Os colonos mais persistentes formaram brigadas noturnas para a defesa das propriedades, mas elas pouco puderam conter a expansão avassaladora das tropas republicanas.

Nos primeiros meses de 1798, os habitantes estavam desamparados e sem qualquer condição de resistência. O estímulo à fuga dos escravizados e incêndios de estruturas materiais continuavam o modo de ação principal do exército de Toussaint Louverture. Desde dezembro do ano anterior, o gerente Pierre Chevalier da fazenda de café Bonreport, em Matheux (Arcahaye), relatou que armara os escravos para enfrentar as incursões constantes dos *brigands* ao local. Contudo, em 2 de janeiro de 1798, a única solução encontrada pelos cativos assim que perceberam a chegada dos adversários foi a fuga.¹²⁹ A *habitation* cafeeira Le Corail, que já não possuía trabalhadores desde julho de 1797, teve todos os edifícios queimados em 8 de janeiro.¹³⁰ Entre os dias 18 e 20 de fevereiro, o exército republicano conquistou o *quartier* de Matheux. Não tardou para que as forças armadas negras descessem as montanhas e partissem para conquista das planícies de Arcahaye. Boucassin foi alvo de investidas desde 1794 pela proximidade com Croix-des-Bouquets, mas Vases era talvez a região mais conservada da província ocidental até março de 1798, quando os danos ao sistema de plantation se tornaram evidentes.

No engenho Lieutaud, 40 escravos se uniram aos franceses e 27 animais foram levados com eles em poucos dias, sem contar os 16 cativos recrutados pelo exército britânico.¹³¹ Já a plantation Gasnier teve um total de 79 fugitivos, restando somente 17 trabalhadores na unidade, inviabilizando a produção de açúcar.¹³² Em termos monetários, a avaliação das perdas da *habitation* Borderie, em Boucassin, revelou o altíssimo prejuízo. Para além do incêndio das construções, dois partidos de cana em primeira rebrota (*première rejetton*) foram queimadas. Considerando a média de produção do *quartier* em 10 *milliers* de açúcar (4,9 toneladas) por hectare, a perda destes talhões era de aproximadamente 49 toneladas no ano. Danos maiores provavelmente viriam pelo perecimento de outros talhões. Os dois partidos poderiam ser replantados caso a mão-de-obra fosse suficiente na *habitation*, o que não era uma realidade no momento. Oito

¹²⁹ ANOM, 7DPPC 6326, 2 de janeiro de 1795. Não sabemos ao certo se os escravos se uniram ou não ao lado francês. A visão de que os escravos fugiram é reproduzida pelo gerente da propriedade, mas não temos acesso às reais intenções dessas pessoas.

¹³⁰ ANOM, 7DPPC 6326, 8 de janeiro de 1798.

¹³¹ ANOM, 7DPPC 6326, 6 de abril de 1798.

¹³² ANOM, 7DPPC 6326, 6 de abril de 1798.

escravos foram fornecidos para o regimento de Saint-Marc em março e uma doença entre os equinos dizimou 30 mulas, tornando a exploração do engenho penosa. As canas moídas dariam um produto de baixíssima qualidade, quando muito um melaço inferior.¹³³ É evidente que a avaliação das avarias era exagerada, visto que tal média de rendimentos era alta até mesmo antes da Revolução. Ainda assim, os impactos não deixavam de ser grandes. Na plantation Saintard, o cálculo pareceu ser mais confiável: os três talhões de canaviais maltratados ocasionaram uma perda de 12 toneladas de açúcar no ano.¹³⁴

O avanço da reconquista republicana sobre o departamento Oeste acabou com qualquer esperança de continuação do domínio britânico sobre Saint-Domingue, sobretudo por parte das autoridades paroquiais que compunham a administração de ocupação. Para muitos deles, a permanência dentro da ordem revolucionária francesa era intolerável, por isso se viram na urgência de se desprender o quanto antes dos bens que possuíam na colônia para poderem enfim sair de Saint-Domingue. Em meio à pior crise econômica da província desde o início da Revolução, as transações fundiárias possuíam baixos valores e métodos de pagamento os mais variados. Mais propensos a permanecer nas paróquias, especialmente com o vácuo de poder provocado pela saída das antigas elites locais, os afrodescendentes livres foram os que mais se favoreceram com essa situação. Não apenas os grandes nomes, como também *gens de couleurs* de módicas rendas participavam ativamente das trocas nesse momento, ainda que muitos destes processos ocorressem de modo informal, isto é, sem autenticação notarial.

Entretanto, quanto maior fosse o risco de contestação de posse sob uma nova ordem política, mais compelidos se sentiam os compradores a registrar oficialmente essas transferências. Assim fez Jacques Poy, tutor do herdeiro Michel Dupont, quando comprou 13 hectares do terreno de Etienne Regie, oficial da legião do Duc d'York, em fevereiro. A parcela era limítrofe à fazenda do legatário em Balahou (Arcahaye), sem qualquer estabelecimento, servindo quiçá para a expansão do parque produtivo de Dupont. A venda foi feita por 6.600 libras, pagas com prata (*monnaye d'espagne*).¹³⁵ Em março, Joseph Larac adquiriu a *petite place* do engenho Maré Dazincourt, na entrada de Cul-de-Sac, de Pierre Raimond Lestage ainé, residente nos Estados Unidos. O valor foi acordado entre as partes em 24.562 libras, sendo 6.600 do compromisso de pagamento de Lestage jeune

¹³³ ANOM, 7DPPC 6326, 11 de abril de 1798. É evidente que esses valores devem ser vistos com cautela, pois as avaliações devem ter sido exageradas para diminuir as despesas de reparação aos arrendadores.

¹³⁴ ANOM, 7DPPC 6326, 21 de abril de 1798.

¹³⁵ ANOM, 7DPPC, 24 de fevereiro de 1798.

(irmão do vendedor) e o resto em barris de açúcar.¹³⁶ Mas até mesmo o direito sobre arrendamentos públicos foram cedidos nesse período. Alexis de Dupuy, oficial da legião do Duc de d'York, passou os direitos de exploração da fazenda de café Daveau a François de Lachiche em meados de abril. O contrato era de sete anos e pela soma anual de 6.000 libras, sendo que a concessão foi feita por 16.200 libras a Dupuy.¹³⁷

No início de maio, caíram as últimas resistências britânicas no departamento Oeste: no dia 6, 7 e 8, as paróquias de Saint-Marc, Archaye e Croix-des-Buquets foram submetidas ao controle de Louverture.¹³⁸ Estabelecida a fim de preservar a ordem escravista em Saint-Domingue, a ocupação inglesa não conteve as mudanças no complexo produtivo ao longo dos cinco anos. Na realidade, ela contribuiu para a erosão do próprio sistema que deveria defender. A manutenção da escravidão em nada adiantou diante das exigências de recrutamento constantes e das possibilidades de fuga para os escravizados, que provocaram a enorme evasão de mão-de-obra nas *habitations* ocidentais. Imersos nas constantes guerras contra as forças armadas francesas, o funcionamento das unidades produtivas foi assaz afetado pelos conflitos, principalmente conforme as tropas inimigas se aproximavam das áreas de ocupação. Os cativos não tardaram a firmar sua liberdade longe dos constrangimentos das plantations, conforme se ampliavam as possibilidades de escape, fosse para as montanhas ou engajando-se no exército negro revolucionário. O comando britânico na colônia não podia refrear esse movimento, dada a fragmentação do poder administrativo nas autoridades paroquiais, que não tinham uma estratégia de ação conjunta, e a fraqueza do exército estrangeiro, cujos soldados eram dizimados pelas doenças caribenhas. Sendo assim, o sistema de plantation não rendeu nem um vigésimo da exportação das Índias Ocidentais inglesas e, como consequência, os largos investimentos da coroa na expedição foram irrecuperáveis.¹³⁹

Não obstante o abalo no final desses anos, as propriedades monocultoras ainda dominavam a paisagem ocidental e a expectativa para sua recuperação era forte entre os senhores que permaneceram na colônia francesa. Sobretudo para os afrodescendentes livres, que se consolidaram como o grupo dominante local após a massiva saída de colonos brancos das paróquias do Oeste. Em posse de suas propriedades, antigas ou

¹³⁶ ANOM, 7DPPC 6326, 4 de março de 1798.

¹³⁷ ANOM, 7DPPC 6326, 18 de abril de 1798.

¹³⁸ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 376. Em 6 de maio foi o último registro do notário Augis de Archaye e no dia seguinte, a paróquia voltou ao poder francês. Provavelmente ele saiu com os colonos que não quiseram permanecer em Saint-Domingue.

¹³⁹ GEGGUS, *Slavery, War and Revolution*, p. 385; CASSELMAN, *op. cit.*, p. 13.

recém-adquiridas, essas pessoas tinham um controle mais independente sobre a exploração e a ordenação das plantations segundo seus interesses e necessidades nos anos que se seguiram. A autonomia administrativa conferida pela ocupação inglesa continuou um objetivo dos colonos mesmo quando foram incorporados ao domínio centralizador de Toussaint Louverture.

A ordem louverturiana no Oeste (1798-1802)

A instauração da ordem republicana representou, para muitos contemporâneos, o início de uma nova era. Sem o recrutamento de escravos, os ataques às plantations e as consequentes possibilidades de fuga, o fim das guerras significava que a disciplina poderia enfim ser retomada nas fazendas, com base em trabalho assalariado e não mais escravo. Seguida da incorporação das antigas paróquias ocupadas, portanto, as leis revolucionárias passavam a valer na região. As minúcias burocráticas, como a adoção do calendário revolucionário e da uniformidade de pronomes de tratamento nos documentos oficiais, eram de imediato aplicadas. Em Arcahaye, por exemplo, esses procedimentos aparecem em maio, uma semana após a entrada do exército negro.¹⁴⁰ A organização da administração local logo foi tomada pelos colonos, enquanto prevalecia uma desorganização de poder no período de transição política. Cargos intermediários foram distribuídos a membros do grupo dominante, que viam esse momento como uma ótima oportunidade para aumentarem seu prestígio econômico e social. Contudo, as maiores transformações atreladas ao governo revolucionário francês passaram por meses de regulação e adaptação até que conseguissem alguma sustentação. Eram elas a abolição da escravidão, a conformação do trabalho assalariado nas propriedades agrícolas e a instituição do poder de Toussaint Louverture e de seu exército negro.

Investimentos no sistema de plantation depressa recomeçaram, movidos pelas grandes expectativas dos colonos com a conjuntura de paz. Por mais grave que fosse a crise econômica, manifestada pelos contínuos processos de constatação de débitos e perdas, as aplicações de recursos por meio de sociedades cresceram na segunda metade de 1798. Sem meios de reaver as *habitations* individualmente, colonos usavam do antigo

¹⁴⁰ ANOM, 7DPPC 6326, 26 floréal an 6 (15 de maio de 1798).

mecanismo das associações para recuperar o parque produtivo. Assim fez Nicolas Douté com Marie Claire Maré, no início de julho, para explorar sua fazenda por quatro anos. Douté fornecia à parceria a propriedade e dois animais, ao passo que Maré entrava com quatro trabalhadores e outros dois animais. Sem qualquer trabalhador na unidade, o proprietário necessitava do auxílio de terceiros para tornar a fazenda produtiva. Marie Maré, tendo a disponibilidade de trabalhadores por herança de seu pai, provavelmente viu boa oportunidade de investimento no acordo com Douté. Ambos dividiriam os lucros e despesas de modo igual, considerando ainda o pagamento dos cultivadores em um quarto das rendas.¹⁴¹ Na mesma época, a viúva de Antoine Jeremie se associou a Pierre Gaillard para restaurar a fazenda de seu falecido marido. Por mais que quatro trabalhadores estivessem atrelados à *habitation*, a viúva não dispunha dos conhecimentos de gerenciamento necessários, sendo esta a função desempenhada por Gaillard, que ainda adicionou outros dois cultivadores à propriedade. Como o patrimônio disponibilizado pelas partes era desigual, ela teria direito a dois terços dos ganhos, enquanto Gaillard ficaria com o terço restante.¹⁴²

O panorama otimista foi ainda mais expressivo entre as novas autoridades paroquiais, que emergiram ao assumir cargos de comando locais. Enquanto no departamento do Norte o poder de Toussaint estava assente no exército negro revolucionário, no Oeste ele teve de se basear inicialmente no apoio dos proprietários, a maioria deles afrodescendentes livres. Este grupo logo se aproveitou de sua nova posição para expandir sua força econômica, como foi o caso de Louis Damien. Pouco depois de ser nomeado capitão general na Guarda Nacional de Arcahayé, ele arrendou a fazenda de café Robert Ledan, em Fond Blanc, da proprietária Marie Louise Bailac. Abandonada por conta dos conflitos dos últimos anos, a *habitation* estava com os edifícios em péssimo estado, porém ainda possuía 13 hectares em arbustos cafeeiros e 14 trabalhadores presentes, dez deles em idade ativa. Considerando os potenciais de ganho da propriedade após a restauração das edificações, o arrendamento de nove anos foi estabelecido em cinco *milliers* de café anuais (2,4 toneladas).¹⁴³

Assim como para o grupo proprietário, a recuperação do complexo produtivo era motivo de animação para o principal líder do governo *domingoise*, Toussaint Louverture. A anexação das paróquias ocidentais significava que diversas propriedades seriam

¹⁴¹ ANOM, 7DPPC 6326, 20 messidor an 6 (8 de julho de 1798).

¹⁴² ANOM, 7DPPC 6326, 10 thermidor an 6 (28 de julho de 1798).

¹⁴³ ANOM, 7DPPC 6326, 1 thermidor an 6 (19 de julho de 1798).

incorporadas ao controle central pelas leis de sequestro dos bens sem representação. Em meados de 1798, os projetos econômicos de reerguimento das plantations, baseados no sistema de arrendamentos públicos, apresentavam resultados notáveis no departamento do Norte. Na província Oeste, onde as propriedades possuíam condições melhores, era de se esperar que os rendimentos fossem superiores. A região se constituiria, assim, como um novo centro de subvenção das forças armadas negras para continuarem com a luta pela liberdade em Saint-Domingue. Desse modo, já no segundo semestre, a apropriação governamental dos bens abandonados foi seguida da avaliação do estado dessas *habitations* em recenseamentos semelhantes aos encomendados por Toussaint nas paróquias setentrionais. Por meio desta documentação, a administração colonial constatou seu potencial lucrativo, bem como a quantidade de esforço necessário para tornar esses locais grandes polos de produção.

Segundo o censo de Arcahaye – a única amostra disponível para a região Oeste em 1798 –, quase todos os engenhos da paróquia foram apropriados pela seção dos bens de ausentes. Pertencentes a uma maioria de proprietários absenteístas, o governo colonial primeiro determinou a apreensão desses latifúndios para organizar adiante a regularização dos senhores devidamente representados. Das 47 propriedades, 27 foram classificadas em bom estado, em contraposição a dez bastante acometidas pelos conflitos. Com exceção destas, cujas plantações e edifícios estavam incendiados e em péssimas condições, o maior problema atestado pelos recenseamentos era a falta de mão-de-obra e de animais; como se queixou o grupo senhorial por anos nos registros notariais da época da expedição inglesa. Isto significava que não era preciso fazer grandes desembolsos na revitalização dos edifícios e equipamentos, tal qual nos arrasados engenhos da planície do Norte, para retomar a produção de açúcar. A capacidade produtiva dessas *sucreries* poderia chegar a 200 toneladas anuais desde que resgatada a disciplina de trabalho.¹⁴⁴

Por seu turno, a situação das fazendas nos cantões montanhosos era alarmante. Para além do menor detalhamento descritivo, 35 das unidades sequestradas foram qualificadas pelos agentes como abandonadas e incendiadas. Mas é provável que um número maior estivesse na mesma situação, já que os *mornes* foram palco das batalhas mais violentas da ocupação, as quais provocaram a saída em massa dos colonos para outros locais.¹⁴⁵ Não é de se estranhar, portanto, que as primeiras concessões públicas de

¹⁴⁴ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

¹⁴⁵ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

arrendamento, iniciadas no final de 1798, ocorressem com os engenhos, que prometiam rendas vultuosas.

Se as otimistas perspectivas econômicas, inauguradas com o governo republicano em meados deste ano, suscitaram atitudes imediatas do grupo senhorial, as demais transformações promovidas pelos agentes revolucionários foram encaradas com maior relutância. Sobretudo no que toca à regulação das atividades dos ex-escravos. Os regimentos de trabalho, promulgados a partir da abolição de agosto de 1793, determinavam que os trabalhadores das plantations não eram mais escravizados, embora tivessem vínculos legais compulsórios com o sistema fundiário. Como pagamento, recebiam parte da produção pelos serviços prestados. Na visão dos antigos senhores, contudo, este status da liberdade nominal não modificava de modo significativo a antiga condição do cativo: os novos libertos continuavam sob seu comando, compunham a mão-de-obra de suas propriedades e trabalhavam para o seu ganho pessoal. Por consequência, usavam dessa ambivalência a seu favor. Na formação de sociedades, por exemplo, era comum que uma das partes oferecesse trabalhadores, como demonstrou o caso de Nicolas Douté e Marie Claire Maré. Tendo coerdado a *habitation* de seu pai, Maré retirou uma parcela dos cultivadores para os empregar na fazenda do sócio Douté, conquanto os ex-escravos não pertencessem mais à pessoa, mas sim à unidade herdada.¹⁴⁶ Independentemente do novo estatuto, portanto, os trabalhadores continuaram a ser mobilizados como posse privada no cotidiano.

Por outro lado, o discurso da liberdade era abertamente manipulado quando vantajoso aos colonos. No início de agosto, Julien Robert St Leger e a senhora Lachiche compareceram ao notário para a resolução da dívida desta na compra de um engenho na época da ocupação. Julien Robert, que vendeu parte da plantation e um haras (*hatte*) à senhora, havia solicitado um mandado de pagamento em fevereiro de 1798, com expiração em 5 de agosto, da última parcela de 25.000 libras para quitação da compra. Lachice, no entanto, não concordava com esta resolução, uma vez que os escravos que compunham a transação foram libertos pela República francesa. Desse modo, a venda não poderia mais ter o mesmo valor se boa parte do total se referia a uma mão-de-obra que era livre, isto é, não poderia mais ser precificada. Deduzindo o montante relativo aos ex-escravos, as 75.000 libras pagas até o momento eram – na opinião da senhora – um

¹⁴⁶ ANOM, 7DPPC 6326, 20 messidor an 6 (8 de julho de 1798).

valor exorbitante para os lotes do engenho adquiridos por ela. Julien Robert, no entanto, recusou a proposta da compradora, pois o contrato fora feito antes que se decretasse a abolição.¹⁴⁷ De modo geral, os colonos se agarravam às brechas dessas mudanças na intenção de reformular estruturas políticas, econômicas e sociais que os beneficiassem na caótica conjuntura revolucionária.

Assim também agiram os novos libertos da província ocidental. Legalmente escravizados até aquela altura da Revolução, depressa perceberam que a liberdade de plantations instituída pela ordem republicana pouco se diferenciava das condições materiais e sociais da escravidão. Nominalmente livres ou escravos, essas pessoas estavam fixadas às plantações de exportação, ao ritmo de trabalho de seis dias por semana e à supervisão dos mesmos senhores e gerentes, com pouco tempo para suas ocupações pessoais. A interdição do uso do chicote não eliminou os castigos, nem as remunerações estimularam o trabalho. Até porque o pagamento poderia sequer chegar em suas mãos, dado que os senhores, que ainda os tratavam como escravizados, controlavam a redistribuição dos rendimentos. Sob os britânicos ou os franceses, os cultivadores precisavam recorrer às fugas e à resistência para realmente exercerem sua liberdade.¹⁴⁸

Durante os cinco anos de domínio inglês, não houve nessas áreas uma grande revolta articulada dos escravos. Porém a busca pela autodeterminação, individual ou de pequenos grupos, não dependia de uma organização unificada. A população escravizada, assim como no Norte, desenvolveu concepções próprias de libertação que vinham de uma experiência comum da escravidão. Pela fuga dos latifúndios ou pelo emprego pessoal de seu tempo nas plantations, os cativos buscavam, tanto quanto podiam, conceber uma vida de pequenos produtores. Do mesmo modo que os proprietários encontraram aberturas nas transformações revolucionárias para fazerem valer suas ambições, os novos libertos também exploraram essas brechas a seu favor. Enquanto perdurou a escravidão, não havia recursos legais para os cativos se tornarem pequenos proprietários. Na qualidade de cidadãos, mesmo que circunscritos ao complexo de plantation, poderiam adquirir terrenos. E, embora as brechas para tanto não fossem a princípio abundantes, em especial diante das grandes expectativas dos grupos dominantes acerca da restauração produtiva, os libertos lograram a posse de terra. A predominância dos colonos mesmo sob o poder do exército negro, diante das situações que surgiriam, não conseguiu barrar isso.

¹⁴⁷ ANOM, 7DPPC 6326, 11 thermidor an 6 (4 de agosto de 1798).

¹⁴⁸ DUBOIS, *op. cit.*, p. 187.

Os desafios à liberdade de plantations, aplicada pelos regimentos de trabalho assalariado compulsório, eram diversos. Os trabalhadores rurais se utilizavam, inclusive, dos mesmos mecanismos dos colonos para angariar o controle sobre propriedades, como manifestado no excepcional caso do engenho Merot, em Vases (Arcahaye). No final de dezembro 1798, logo após o início das concessões públicas dos bens sequestrados, os cidadãos Jean Julien, Jean Plessis e Charles Fevrier formaram uma sociedade para explorar a *sucrierie*. O comissário da marinha em Port Républicain, responsável pela determinação das locações no Oeste, havia outorgado o arrendamento a Jean Julien, condutor (*conducteur*) principal da plantation, no dia 9. Ele agia não somente em seu nome, mas também como representante de todos os cultivadores da unidade. Cada um dos sócios ficaria responsável por uma função, sendo Fevrier pela venda da mercadoria e Jean Julien e Plessis pela supervisão geral do engenho; por isso os ganhos e despesas do engenho seriam divididos igualmente entre os três. Conforme o recenseamento de Arcahaye, o engenho Merot era um dos mais bem conservados da paróquia: contava com 130 hectares em plantações, 252 cultivadores, 78 mulas, além de um potencial produtivo de 244,5 toneladas de açúcar bruto. Com tamanha capacidade, era de se esperar que fosse rapidamente arrendada; o inesperado foi que parte do controle dessa rica plantation estava nas mãos do antigo *atelier* escravo.¹⁴⁹

A grande quantidade de trabalhadores vinculados ao engenho, bastante divergente do quadro problemático da mão-de-obra em outras *habitations*, não era mero acaso. Sendo eles também sócios do arrendamento, tinham um estímulo direto para sua permanência na propriedade. A rotina de trabalho, sob gestão de Jean Julien e Plessis – provavelmente antigos funcionários do local –, poderia ser ditada por eles mesmos sem interferência externa. Para além da organização própria das tarefas agrícolas, em que podiam demarcar mais tempo para as roças pessoais, os cultivadores teriam interesse direto na produção de açúcar, pois parte dos rendimentos lhes pertenceriam; talvez mais do que seria conferido pela remuneração obrigatória de um quarto.¹⁵⁰

Esta não foi, contudo, uma situação frequente. Para além do impulso e do favorecimento dos colonos locais ao restabelecimento do complexo latifundiário como melhor os convinha, o ano de 1799 viu expandir a ordem louverturiana sobre a província do Oeste. Ainda que continuasse necessitando do apoio das autoridades paroquiais, Toussaint aos poucos propagou seu poder nessas áreas pela nomeação de membros do

¹⁴⁹ ANOM, 7DPPC 6326, 5 nivôse an 7 (25 de dezembro de 1798); ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

¹⁵⁰ ANOM, 7DPPC 6326, 5 nivôse an 7 (25 de dezembro de 1798).

exército negro aos cargos de maior influência. Louverture buscava com estes subordinados barrar o autonomismo senhorial e ao mesmo tempo impor o projeto de sociedade que idealizava para Saint-Domingue.¹⁵¹ Tal como ocorria no departamento do Norte, os oficiais revolucionários depressa começaram a participar das transações fundiárias nessas áreas. Mas, embora tivessem prestígio e benefícios por suas posições militares, dependiam dos colonos para conseguir algum quinhão das plantations ocidentais, pois aqueles conservavam o domínio delas, mesmo quando estavam sequestradas. As forças armadas negras tiveram, então, de se unir aos senhores locais, que haviam adquirido os direitos de exploração logo que os arrendamentos se iniciaram no final de 1798. Essa situação prevaleceu conforme os processos fundiários se expandiram no primeiro semestre de 1799.

Porém, se as transações pareciam indicar uma marcha de reparação econômica, a crise dos anos anteriores ainda pesava sobre o poder de ação das pessoas. Por isso as sociedades eram tão necessárias aos grandes ou pequenos proprietários, fato que explicava o aumento desses acordos no início de 1799. Paphenus Perodin e Jean Joseph Labatu foram exemplo disso. Para restabelecer a produção do engenho Maré Dazincourt, cedido a Perodin pelo governo colonial pelo período de cinco anos, ele formou sociedade com Labatu em 15 de janeiro. A *sucrerie* era uma das mais notáveis de Arcahaye e estava em bom estado segundo o recenseamento de 1798, o qual previa um rendimento de mais de 63 toneladas. O maior problema era a insuficiente mão-de-obra, num total de apenas 27 pessoas. Juntos deveriam resolver os impedimentos produtivos da propriedade e arcar com todas as despesas, para além do valor do arrendamento em 39 toneladas de açúcar anuais.¹⁵²

Se nem as unidades em boa conservação eram mantidas por um único investidor, era ínfima a probabilidade de um locador ter sucesso sozinho numa *habitation* avariada. Pierre Repussard tentou com o engenho Lapointe no final de novembro de 1798, quando recebeu a outorga de arrendamento do bem apropriado. A plantation não possuía trabalhadores e nem animais presentes, tinha os edifícios incendiados e nenhuma previsão de produção na época do censo. Não à toa o módico valor do contrato de 13.230 libras anuais servir de estímulo para o engajamento na propriedade. Ainda assim, Repussard deve ter tido pouco sucesso na empreitada, pois em primeiro de fevereiro cedeu o direito de exploração a Louis Damien, capitão da Guarda Nacional de Arcahaye. Mas também

¹⁵¹ MANIGAT, *op. cit.*, p. 110.

¹⁵² ANOM, 7DPPC 6327, 26 nivôse an 7 (15 de janeiro de 1799); ANOM, DPPC, 5SUPSUDOM/4.

encontrando dificuldades de recompor todo o engenho sozinho, Damien se associou com o antigo rendeiro Repussard em abril. Provavelmente comprovando às autoridades os enormes entraves de renovação da plantation, os dois conseguiram a formulação de um novo contrato pela metade do preço original.¹⁵³

A recuperação dos engenhos era por vezes tão dificultosa que o envolvimento de uma terceira parte se fazia indispensável, como foi com a *sucrierie* Verges, em Vases (Arcahaye). Ela foi de início cedida pela administração à aliança de dois oficiais do exército da paróquia em dezembro de 1798: Charles Belair, chefe da sétima meia brigada colonial e comandante da comuna de Arcahaye, e Felix Mauduit, secretário de Belair e oficial de seu regimento. O alto valor do contrato, em quase 48,9 toneladas de açúcar por ano, indicava o ótimo estado de conservação da propriedade e prováveis expectativas de lucros por parte dos sócios. No entanto, em fevereiro, um terço da sociedade foi cedida à viúva Adelaide Guerineau de Rouleau, a qual deveria contribuir com o oferecimento de animais e custeamento da construção de edifícios.¹⁵⁴

Ainda que as sociedades fossem mecanismos essenciais na viabilização do desenvolvimento fundiário, as expectativas da elite dominante sobre o sistema de plantation não eram baixas. Sobretudo no que dizia respeito às mais conservadas *habitations*. Jean-Jacques Dessalines, por exemplo, não media esforços para ter em mãos o domínio de notáveis propriedades, por mais dificultoso que fosse, chegando a comandar mais de 30 unidades. Uma das figuras mais importantes da Revolução Haitiana, em 1799 general de brigada em Saint-Marc, Dessalines firmou aliança com o negociante e proprietário Mare Joseph Larac no arrendamento público do engenho Raby Dallet et Cartel em Vases. Inobstante seu regimento se localizar em outra paróquia, o general foi provavelmente atraído pela potencialidade do engenho: contava com 190 cultivadores, 12 mulas e estimativa de produção de 195 toneladas no censo de 1798. Mesmo que não pudesse estar presente na administração cotidiana, Larac deveria prestar contas ao sócio a cada seis meses.¹⁵⁵

O intenso movimento de arrendação dos engenhos e a procura obstinada dos agentes coloniais em recuperar esses espaços acenava a Toussaint a potencialidade de receita aos cofres públicos. Ao passo que na planície do Norte os esforços públicos para

¹⁵³ ANOM, 7DPPC 6327, 13 pluviôse an 7 (1 de fevereiro de 1799); ANOM, 7DPPC 6327, 12 germinal an 7 (1 de abril de 1799); ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

¹⁵⁴ ANOM, 7DPPC 6327, 24 pluviôse an 7 (12 de fevereiro de 1799).

¹⁵⁵ ANOM, 7DPPC 6327, 21 floréal an 7 (10 de maio de 1799); ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

reerguimento das plantations açucareiras foram em vão, a ponto do incentivo de retorno dos proprietários ser uma política aberta de Louverture, na província Oeste a situação era oposta. O líder negro não estava interessado em perder a possessão do que poderia ser a maior fonte de riquezas em Saint-Domingue naquele momento. Por este motivo, os processos de retirada de sequestro das propriedades no departamento foram refreados, acontecendo, quando muito, para parcelas de *habitation*. Os próprios procedimentos burocráticos foram usados como artifícios inibidores da desapropriação. Segundo um senhor de Arcahaye, um certificado de residência e não-emigração do proprietário deveria ser enviado ao Ministro da Marinha. Confirmada a recepção dos documentos, o ministro inscrevia o possessor na lista dos proprietários da colônia, cuja declaração era despachada ao senhor para ser registrada por um notário.¹⁵⁶

Mas no caso de Joachim Barbancourt, residente em Arcahaye, o processo foi mais complicado. Mesmo estando presente na paróquia, seu engenho foi sequestrado pela administração colonial na segunda metade de 1798. Confiante de que logo recuperaria o domínio sobre seu bem, Barbancourt o arrendou a Jean Baptiste Hosten Dubourg em dezembro, em um contrato que começaria apenas após a realização do apossamento. Possivelmente passou por tantos impedimentos que, no fim, teve de se apresentar diante dos comissários dos bens nacionais em Cap-Français no dia 15 de março, quando finalmente conseguiu a confirmação de proprietário presente.¹⁵⁷ A péssima situação que se encontrava a plantation, com muitos edifícios incendiados e poucos trabalhadores atrelados, pode ter influenciado a decisão dos agentes coloniais, já que poucas rendas geraria ao governo. Das 48 *habitations* açucareiras de Arcahaye, Barbancout foi a única retirada completamente do sequestro.

Ao contrário do açúcar, no departamento Oeste as fazendas de café atraíram menor atenção da administração colonial. Bastante atingidas nas guerras da ocupação inglesa, com edifícios incendiados, plantações abandonadas e poucos ou nenhum cultivador presente, seus prognósticos eram desapontadores. Naturalmente menos lucrativas que as *sucreries*, não se estranhava a menor procura pelas concessões públicas. Talvez por esta razão senhores ou seus familiares conseguissem mais facilmente as retiradas de apropriação: no início de 1799, quase todas as transações fundiárias nos notários eram feitas entre particulares e atestavam as condições deficitárias dessas

¹⁵⁶ DEBIEN, *La fortune et la famille d'un colon poitevin*, p. 141.

¹⁵⁷ ANOM, 7DPPC 6326, 8 nivôse an 7 (28 de dezembro de 1798); ANOM, 7DPPC 6327, 2 floréal an 7 (21 de abril de 1799); ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

unidades produtivas. Diante da estagnação produtiva por anos, muitos dos proprietários não tinham condições de recuperar as fazendas sozinhos e dependeram da alienação dos bens a terceiros.

O episódio de Marie Therese Damien foi exemplar de vários outros casos. Viúva de Pierre Grellier, ela arrendou a fazenda de café de seu falecido marido a Louis Damien (talvez algum parente) no final de fevereiro. A *cafeyere* estava em deplorável estado: sem qualquer construção ou equipamento, pois todos incendiados, e os arbustos desassistidos por anos, apesar da presença de 25 trabalhadores no local. Para tornar os trabalhos de reerguimento da propriedade exequíveis e ainda compensar os largos investimentos a serem feitos pelo arrendatário, o contrato foi firmado por nove anos, sendo os quatro primeiros gratuitos e o restante pelo montante de 978 quilos de café por ano. Até que Marie Damien tivesse rendas, Louis Damien colocava a sua disposição um *emplacement* por 1.200 libras anuais, a serem abatidas do arrendamento no futuro.¹⁵⁸

Os terrenos e fazendas nas montanhas faziam parte de transações fundiárias de menor valor e envolviam também grupos sociais mais secundários. A fraca atratividade de alguns desses bens para a elite agrária abriu oportunidades de participação para pessoas que antes pouco poderiam fazer investimentos em *habitations*, como o carpinteiro Jean Doudoux. Em fevereiro, ele arrendou a fazenda cafeeira de René Hervé, em Delices (Arcahaye), pelo intervalo de cinco anos. Ela possuía 19 hectares de extensão, um carretão e um terreiro de secagem dos grãos, além de produção estimada em 4,9 toneladas de café. Doudoux não poderia abater a reserva de mata da propriedade a não ser para plantar pés de café e bananeiras. O valor do contrato foi estabelecido em 1.5000 libras apenas em dinheiro e não outra forma de pagamento.¹⁵⁹

As unidades cafeeiras, embora enfrentando mais obstáculos, também fizeram parte do intenso movimento de retomada dos trabalhos agrícolas da primeira metade de 1799. Os senhores esperavam avidamente o período em que todos aqueles investimentos seriam revertidos em largas riquezas após quase uma década de interrupção. Em especial os ricos afrodescendentes livres, que tinham em mãos boa parte das melhores plantations e assumiram importantes postos nas paróquias do Oeste. O avanço da estrutura centralizadora de Louverture e o consequente estabelecimento do exército negro revolucionário conseguiam aos poucos sanar os problemas de mão-de-obra nas

¹⁵⁸ ANOM, 7DPPC 6327, 4 ventôse an 7 (22 de fevereiro de 1799); ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

¹⁵⁹ ANOM, 7DPPC 6327, 3 ventôse an 7 (21 de fevereiro de 1799).

propriedades, com a dispensa de muitos soldados para as plantações e a perseguição de antigos fugitivos nas montanhas. Tudo parecia indicar um próspero provir.

Mas a consolidação da ordem louverturiana em Saint-Domingue não poderia ser completa enquanto o governo “mulato” de André Rigaud perdurasse no departamento do Sul. Este, também contrário às atitudes autonomistas do líder negro, buscava frear seu poder a qualquer custo. Quando Rigaud invadiu a paróquia de Petit-Goâve em julho, ocupada naquele momento pelas tropas negras revolucionárias, declarava-se a guerra entre as duas forças políticas da colônia. A mobilização de batalhões na província Oeste depressa se fez necessária, principalmente depois que revoltas de colonos em apoio a Rigaud se espalharam em diversas paróquias, onde os *gens de couleur* eram o novo grupo dominante.¹⁶⁰ Junto do acionamento das companhias militares dessas áreas, novos destacamentos foram formados, implicando mais uma vez a retirada de trabalhadores das fazendas. E a classe proprietária sabia bem o que isso significava.

Em Archaye, o primeiro registro de recrutamento de cultivadores aconteceu no final de junho de 1799. Jean Baptiste Hosten Dubourg, arrendatário do engenho e do alambique (*guildive*) Hosten, relatou que, semanas antes, foi obrigado a ceder todos os antigos *chausseurs*, soldados da baixa infantaria da cavalaria francesa, que trabalhavam na fazenda. Eles equivaliam a principal força de trabalho da unidade. Depois disso, a plantation se encontrou tão reduzida em mão-de-obra que parte das plantações tiveram de ser abandonadas, já que os trabalhadores remanescentes não conseguiram dar conta do trabalho total. Canas maduras não puderam ser moídas a tempo, provocando grande perda monetária ao reendeiro. Uma nova ordem de alistamento de cultivadores para a formação de guardas na paróquia foi exigida logo após a primeira. De nada adiantaram as objeções de Dubourg, pois quatro homens da *guildiverie* foram conscritos pelo exército negro, sem os quais a produção de tafiá precisou ser paralisada. Tamanhos entraves, segundo ele, impediam o pagamento do arrendamento à administração colonial.¹⁶¹

Nos primeiros estágios mais agressivos da Guerra do Sul, o Diretório executivo em Saint-Domingue requereu, em decreto de meados de julho, todos os cultivadores masculinos e animais das plantations. A reclamação de Duboug, desta vez, recaiu sobre o engenho Saintard, o qual também arrendava do governo. Tal como na *habitation* Hosten semanas antes, a saída de todos os homens incapacitou a produção no local. A perda não se limitava ao corrente ano de 1799, como também afetaria os anos seguintes: quando a

¹⁶⁰ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 271.

¹⁶¹ ANOM, 7DPPC 6327, 10 messidor an 7 (28 de junho de 1799).

colheita dos canaviais maduros não era feita, o rendimento consecutivo das soqueiras era menor, não servindo, em alguns casos, sequer para produção de melaço. Nessas circunstâncias, Dubourg pedia aos agentes coloniais a redução do preço de arrendamento pelos obstáculos do período de guerra.¹⁶²

A angústia de Dubourg e outros proprietários não era partilhada pelos oficiais do exército revolucionário. O confronto contra os “rebeldes do sul”, como afirmavam os partidários de Toussaint, fez aumentar a presença e a robustez das forças armadas negras nas paróquias do Oeste. Consolidando mais seu poder nesses locais, representantes destes grupos predominaram nas transações agrárias na segunda metade de 1799, conforme os colonos reviam suas atividades fundiárias. Um deles foi o comandante da gendarmaria de Arcahaye, Jacques Douse, investidor em múltiplos negócios agrários naquela ocasião. Em setembro, arrendou uma *habitation* e um terreno em haras, próximos ao rio Boucassin, de Henriette Rateau, amásia (*femme*) de Cameau, por nove anos. Na fazenda, de 52 hectares, todos os edifícios se encontravam incendiados, e no haras não havia construções nos 130 hectares de extensão; o contrato era de 3.068 libras anuais.¹⁶³ Nove dias depois, Douse estabeleceu sociedade com Marc Barrault, negociante em Arcahaye, e Pierre Celestin Grossard, oficial da administração e representante dos comissários dos domínios nacionais na paróquia, para a exploração dessas propriedades.¹⁶⁴

Na mesma semana, o comandante se associou mais uma vez aos mesmos agentes para os cuidados do terreno de Alexandre Casalles, em outro contrato de nove anos. A locação foi feita pela viúva do antigo proprietário, Marie Angélique Petit, a Marc Barrault. No lote não havia edifícios, por isso os sócios deveriam construir uma pequena casa e uma cozinha para uso de Marie Angélique após o fim do arrendamento. Caso decidissem erigir um edifício para o carretão, ela e os herdeiros Casalles os reembolsariam. Pelos grandes trabalhos que os três teriam, as anuidades seriam de 330 libras no primeiro ano, seguido de 660 libras nos próximos quatro, e 1.000 libras para os anos finais.¹⁶⁵ Ainda em novembro, Jacques Douse se envolvia ativamente em convênios fundiários. Dessa vez com Madelaine Couillaud, viúva de Hachin, que arrendou a fazenda

¹⁶² ANOM, 7DPPC 6327, 20 termidor an 7 (7 de agosto de 1799).

¹⁶³ ANOM, 7DPPC 6327, 3 vendémiaire ano 8 (24 de setembro de 1799). O qualitativo *femme*, ao invés de *épouse*, pode ser indicativo de uma relação de concubinato, isto é, sem a formalização do casamento.

¹⁶⁴ ANOM, 7DPPC 6327, 12 vendémiaire ano 8 (3 de outubro de 1799).

¹⁶⁵ ANOM, 7DPPC 6327, 16 vendémiaire ano 8 (7 de outubro de 1799); ANOM, 7DPPC 6327, 17 vendémiaire ano 8 (8 de outubro de 1799).

de café vizinha à propriedade do falecido marido. A *habitation* alocada possuía 104 hectares e todas as edificações queimadas.¹⁶⁶

O cenário de conturbação, num primeiro momento, propiciou a disseminação da estrutura de poder louverturiana nas paróquias do Oeste. A fragilidade do grupo senhorial, que mal conseguira se recuperar da época tumultuosa dos britânicos, foi novamente exposta, sobretudo com valorização do exército revolucionário com o início da guerra. Isso foi fundamental para que as políticas de financiamento dos conflitos avançassem na região. Enquanto na província setentrional elas provocaram um aumento violento da exploração dos trabalhadores das plantations sequestradas, no Oeste houve uma escalada na apropriação das propriedades de ausentes, agora dos bens de falecidos. Qualquer aumento das rendas públicas era desejável, não importava os meios para tanto. Provavelmente assim que a medida foi estabelecida, Pierre Celestin Grossard, encarregado do serviço como representante da administração dos bens nacionais, a colocou em prática. Em 20 de setembro, Grassard oficializou o sequestro da fazenda de café do finado François Girouard, em Fond Baptiste (Arcahaye), que possuía 6.000 pés de café, parte em bom estado, parte em mau estado, além da casa principal.¹⁶⁷ No dia seguinte, a *habitation* cafeeira de Pierre Pomier foi declarada vacante pelo agente; os edifícios em ruínas eram compensados pela presença de 10.000 arbustos plantados em dez hectares, vários deles ainda em bom estado.¹⁶⁸ O apossamento público nem sempre acontecia com a totalidade da propriedade. No caso do falecido Jacques Michel *dit* Bougency, que possuía uma fazenda com seus irmãos em Delices, apenas sua parte foi sequestrada pelo governo.¹⁶⁹

Por outro lado, se a reabertura de um novo período de conflagração sinalizou a vulnerabilidade até entre os mais fortes dos senhores, os mais enfraquecidos deles, sem rendas havia anos, tiveram de adaptar suas ambições à realidade do momento. Mais de um ano após a entrada dos republicanos franceses nas antigas comunas de ocupação, esses colonos não haviam encontrado meios e nem pessoas interessadas em recuperar seus bens, como ocorreu com os engenhos nas planícies e as melhores fazendas de café nas montanhas. A procura pela posse da terra, contudo, existia entre os estratos subalternos da sociedade colonial. Malgrado a desvalorização do setor fundiário nas montanhas ter

¹⁶⁶ ANOM, 7DPPC 6327, 24 brumário ano 8 (14 de novembro de 1799); ANOM, 7DPPC 6327, 27 brumário ano 8 (17 de novembro de 1799).

¹⁶⁷ ANOM, 7DPPC 6327, quatrième jour complémentaire an 7 (20 de setembro de 1799).

¹⁶⁸ ANOM, 7DPPC 6327, quatrième jour complémentaire an 7 (21 de setembro de 1799).

¹⁶⁹ ANOM, 7DPPC 6327, 11 vendémiaire an 8 (2 de outubro de 1799).

possibilitado a participação de alguns nas transações, ainda eram poucos os que conseguiam investir em propriedades inteiras. Assim, a saída encontrada pelos proprietários mais necessitados foi a cessão, para venda ou arrendamento, de parcelas das *habitations*, com intensa participação de *gens de couleur* de poucas rendas. Assim fizeram Aliais Chovet e sua esposa Marie Rose Pierret no início de setembro. Eles venderam cinco hectares de uma concessão em *hatte* em Bretteles (Arcahaye), a Marie Madelaine Hustin por 400 libras coloniais, pagas inteiramente no momento da compra.¹⁷⁰ Oficiais em hierarquia inferior dentro da divisão das comunas também aproveitaram da oportunidade para adquirir seus quinhões. O capitão da Guarda Nacional no *quartier* de Fond Blanc (Arcahaye), Antoine Aban, conseguiu o arrendamento da pequena propriedade de café de Marie Louise Emisé. O terreno possuía cinco hectares totais, sendo um em café e o resto em reserva de mata, sem qualquer edifício. O contrato tinha duração de sete anos e foi acordado por um quarto da produção como forma de pagamento, além do fornecimento de cachos de banana à proprietária.¹⁷¹

O prosseguimento da Guerra do Sul, em violenta intensidade na primeira metade de 1800, aumentou a crise agrária nas comunas ocidentais. As baixas de trabalhadores nas propriedades pelo recrutamento militar continuaram a ser registradas na virada do ano. Como havia antecipado Jean Baptiste Dubourg no início do conflito, a retirada de tantos trabalhadores influenciava de tal forma a produtividade das plantations que pedidos de redução do arrendamento aumentaram naqueles meses. Era provável que quase todos os rendeiros de Arcahaye, principalmente dos engenhos, possuíssem dívidas de arrendação.¹⁷²

Tais problemas de produtividade, todavia, não eram apenas consequências do alistamento obrigatório de cultivadores. A instabilidade da guerra alargou as possibilidades de afirmação da liberdade pelos ex-escravizados, sobretudo em zonas que continuavam fragilizadas. Os colonos mal haviam começado os trabalhos de recuperação no sistema de plantation quando foram mais uma vez afetados. E o cotidiano das *habitations* pôde novamente ser manipulado pelas pretensões dos novos libertos. O registro de arrendamento da fazenda de café Geslin, em Matheux (Arcahaye), foi demonstrativo disso. O proprietário e negociante francês Jacques Benjamin Geslain permitiu ao rendeiro Gabriel Dossat derrubar parte da reserva de mata para a extração de

¹⁷⁰ ANOM, 7DPPC 6327, 16 fructidor an 8 (2 de setembro de 1799).

¹⁷¹ ANOM, 7DPPC 6327, 9 brumário an 8 (30 de outubro de 1799).

¹⁷² ANOM, 7DPPC 6328, 19 prairial an 8 (7 de junho de 1800).

madeira para as construções e para a plantação de novos pés de café. Entretanto, ele deveria ter cuidado especial para não deixar que os bosques fossem “desperdiçados” pelos trabalhadores para o cultivo de inhame e batata – ou seja, na expansão das roças próprias. Para que uma preocupação como esta fosse inscrita num documento, significava que essa prática era corrente entre os trabalhadores da propriedade e mesmo da região. O estado da propriedade era tão desfavorável que três anos, de um contrato de nove, seriam gratuitos, destinados a restauração dos edifícios e das plantações. Muito provavelmente em todo o período que a fazenda ficou improdutiva, os cultivadores aplicaram seu tempo da melhor maneira que podiam: no cuidado de suas próprias roças.¹⁷³ O gerente da fazenda de café Andrault, em Fond Baptiste (Arcahaye), relatou as dificuldades que tinham em manter os trabalhadores na propriedade principal. Com muito esforço conseguia os reter no local, pois preferiam as condições da *petite place* La Colline, onde a proximidade da água e o clima favoreciam o cultivo de víveres, abundante nesse terreno.¹⁷⁴

Ao passo que essas ações eram frequentes e aumentaram cada vez mais desde o ataque ao complexo produtivo na época da expedição britânica, outros episódios foram viabilizados pelo contexto instável da guerra. No início de maio, por exemplo, um comício (*rassemblement*) de cultivadores foi organizado no engenho Merot, em Vases, com duração até o final do mês. A escolha da plantation para a recepção do acontecimento tinha um motivo claro: os trabalhadores do local eram sócios de arrendamento da propriedade e os responsáveis por sua administração cotidiana, junto do condutor de trabalho. Os propósitos do encontro, entretanto, são desconhecidos.¹⁷⁵ Independentemente disto, o evento exigiu a junção, no burgo de Arcahaye, de todas as companhias da Guarda Nacional pelo comandante da comuna. O afastamento de proprietários, rendeiros, procuradores e condutores, que compunham as ditas companhias, provocou enorme lentidão de trabalho nas *habitations* no geral pela falta de supervisores nos locais. E assim permaneceram até que o general chefe da paróquia,

¹⁷³ ANOM, 7DPPC 6328, 30 nivôse an 8 (19 de janeiro de 1799).

¹⁷⁴ Cf. DEBIEN, *La fortune et la famille d'un colon poitevin*, p. 143. *Petite place* é uma propriedade contígua à *habitation* principal, fazendo parte de ricas fazendas.

¹⁷⁵ Talvez estivessem relacionados à promessa de Toussaint de mais um dia de folga para conquistar a lealdade dos cultivadores no começo da Guerra das Facas, sobretudo quando o líder negro começou a enfrentar oposição da população em várias partes de Saint-Domingue. Agora que os conflitos já demonstravam a evidente vitória de Louverture, quiçá quisessem reconstituir os regulamentos laborais mais de acordo com suas concepções de liberdade. Sobre as promessas de Louverture, ver HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 269.

Charles Belair, retornasse da guerra no final de maio.¹⁷⁶ Na conjuntura bélica de 1800, os cultivadores conquistaram grande poder de mobilização em nome de sua liberdade, a ponto movimentar todo o aparato policial de Arcahaye.

Ao final dos embates no departamento do Sul em julho, o sistema de plantation no Oeste estava fragilizado. Só que a inauguração dos tempos de paz, desta vez, não trouxe perspectivas de futuro positivas entre os senhores, como aconteceu em 1798. A retirada de cultivadores, vários dos quais não regressaram ao fim da guerra, e a negligência de trabalho nas plantations, somados à debilidade desses locais desde a ocupação inglesa, inibiram as esperanças de uma breve recuperação do complexo exportador por parte dos colonos. As transações fundiárias, em meados de 1800, manifestavam justamente isso: processos de baixo valor, de unidades produtivas menores, com o envolvimento ainda maior de grupos sociais subalternos, na esteira do que vinha acontecendo na época da Guerra das Facas. A desvalorização progressiva dos bens fundiários foi a porta de entrada definitiva de afrodescendentes livres empobrecidos e libertos na aquisição de terra. Os únicos que pareciam ainda ter capacidade para investir nas plantations eram o alto escalão do exército e importantes funcionários da administração colonial. Para além das benesses financeiras de seus cargos, tinham força de imposição para aplicar os rígidos regimentos de trabalho, reformulados por Toussaint naquela época.¹⁷⁷

Jean Jacques Dessalines, general de divisão e recém-nomeado comandante em chefe dos departamentos Oeste e Sul, era o melhor exemplo disto. No final de outubro de 1800, o negociante de Saint-Marc, Jean Pierre Bacqué, cedeu o arrendamento de três *habitations* de café, localizadas nas montanhas da mesma comuna, ao general. Doravante, Dessalines responderia por qualquer acusação de desgaste, perda ou dívida referente a Bacqué.¹⁷⁸ Algumas semanas mais tarde, foi a vez de Mare Joseph Larac, negociante em Arcahaye e chefe de brigada durante a guerra, ceder sua parte do arrendamento do engenho Raby Dallet et Cartel ao comandante, com quem já era sócio da propriedade. Relativo à sociedade, Larac devia parte do valor para o aluguel de bois que havia feito,

¹⁷⁶ ANOM, 7DPPC 6328, 9 prairial an 8 (28 de maio de 1800); ANOM, 7DPPC 6326, 5 nivôse an 7 (25 de dezembro de 1798).

¹⁷⁷ HEBRARD, Les deux vies de Michel Vincent, p. 69-70; COVO, *op. cit.*, p. 718; MINTZ, Sidney. Slavery and the Rise of Peasantries. *Historical Reflections; Réflexions historiques*, Vol. 6, No. 1, summer/été 1979, pp. 225.

¹⁷⁸ ANOM, 7DPPC 7241, 6 brumário an 9 (27 de outubro de 1800).

além de 11 toneladas de açúcar, possivelmente do rendimento que fizeram no último ano.¹⁷⁹

A maior parte das transações, entretanto, envolviam agentes desconhecidos em posses de baixo valor. Este parece ter sido o caso de Pierre Baudoux e Pierre Pharamond no final de junho. Arrendaram a *habitation* dos irmãos Valentin, no afastado *quartier* de Balahou (Arcahaye), por 12 anos, onde deveriam construir ou reparar os edifícios necessários à produção de café. O terreno possuía 130 hectares, além de seis cultivadores (dois deles crianças), mas a falta de menção sobre as plantações parecia indicar o péssimo estado em que se encontravam. O primeiro ano de contrato era gratuito e os seguintes pelo valor de 600 libras anuais.¹⁸⁰ Situação semelhante foi a de Abraham Petitbois, que arrendou a fazenda de café dos irmãos Mare, em Matheux (Arcahaye), por nove anos. A antiga unidade cafeeira possuía somente 2,6 hectares em arbustos bem cuidados e oito em velhos cafezais, em contraposição aos 52 hectares em terras de pasto, isto é, que já não eram mais proveitosas para a cultura dos grãos. O valor do arrendamento foi também de 600 libras. Petitbois deveria somente cuidar dos pés de café existentes.¹⁸¹ Já em Croix-des-Bouquets, parte de um terreno em pasto (*savanne*) da sucessão Bacqué foi concedido ao carpinteiro Gréchés *dit* Lacoste pela administração dos domínios nacionais. O lote de 32 hectares não possuía nada além edificações incendiadas. O contrato foi feito para cinco anos e por 132 libras.¹⁸²

As oportunidades abertas pela conjuntura do pós-guerra na província Oeste possibilitaram o aparecimento, nas transações fundiárias, não apenas de *gens de couleur* de poucas rendas, como também de antigos escravizados. Por mais que fossem legalmente circunscritos ao sistema de plantation pelos regimentos de trabalho, os novos libertos eram também cidadãos, portanto aptos a participar de relações de troca. Muitas delas, na realidade, ocorriam sob assinatura privada, isto é, em acordo direto entre o vendedor e o comprador, sem a mediação de notários. Entretanto, a partir de finais de outubro de 1800, alguns preferiram a legitimação da posse fundiária em registros oficiais, sem riscos de contestação. Isso porque, no início daquele mês, Louverture proclamou a remodelação dos regimentos de trabalho agrícola, cuja intenção era aumentar a disciplina e a vigilância

¹⁷⁹ ANOM, 7DPPC 6327, 21 floréal an 7 (10 de maio de 1799); ANOM, 7DPPC 7241, 23 brumário ano 9 (13 de novembro de 1800).

¹⁸⁰ ANOM, 7DPPC 6328, 8 méssidor an 8, (26 de junho de 1800).

¹⁸¹ ANOM, 7DPPC 6328, 18 fructidor an 8 (4 de setembro de 1800).

¹⁸² Interessante que nesse caso a parcialização aconteceu em uma propriedade sequestrada pelo governo, situação que não foi comum, justamente por quererem manter a integridade das plantations. ANOM, 7DPPC 6423, 11 brumário an 9 (1 de novembro de 1800).

cotidiana nas plantations. Para além do comando militar destes espaços, Toussaint impôs um rígido controle sobre todos aqueles que tentavam uma vida fora do complexo produtivo ou das forças armadas. O quarto artigo de sua regulação prescrevia que aqueles que não fossem cultivadores em *habitations* deveriam comprovar uma ocupação suficiente para sua subsistência e para pagamento de tributos ao governo colonial. Caso contrário, as pessoas encontradas cometendo tal infração seriam presas e, se condenadas, enviadas ao exército ou às plantações.¹⁸³

Sendo assim, uma maneira de se salvaguardar das medidas severas do líder negro e proteger suas ações de liberdade foi o registro oficial das transações de bens. Assim agiram François Cornet e Claire ao arrendarem o terreno para criação de equinos de Sophie Poy, em Boucassin (Arcahaye). Por mais que fosse de larga extensão, 130 hectares, a anuidade de locação era baixa, em 198 libras. Provavelmente suas pretensões envolviam a criação de animais e o cultivo de alimentos, pois não tinham de construir novos edifícios e deveriam fornecer as provisões necessárias à arrendadora. A ausência de sobrenome, como o caso de Claire, era bastante indicativa da antiga condição da escravidão.¹⁸⁴

A busca por terra e, conseqüentemente, pela transformação em produtores independentes apareceu em peso em Saint-Marc.¹⁸⁵ Enquanto nas demais paróquias as transações de novos libertos se mantiveram sobretudo em convênios privados, em Saint-Marc a procura pelo registro notarial da posse foi muito maior. A comuna era a base militar de Dessalines, que, além de general de brigada na região, era o comissário em chefe das províncias Oeste e Sul. A forte imposição das políticas econômicas e sociais de Toussaint despertou, portanto, a insegurança nos cultivadores que queriam se ver livres em definitivo do trabalho nas plantations. Quando perceberam que a sua prática da liberdade estava ameaçada, os que podiam recorreram aos procedimentos oficiais para

¹⁸³ No original: “Cette mesure nécessaire pour le bien général, prescrit positivement à *tout individu quelconque, qui n’est ni cultivateur ni cultivatrice*, de justifier incessamment qu’il professe un état utile qui le fasse subsister et qu’il est susceptible de payer une rétribution quelconque à la République : sinon et faute de ce faire, tous ceux ou celles qui seront trouvés en contravention, seront immédiatement *arrêtés*, pour être, s’ils en sont trouvés coupables, *incorporés dans un des régimens* de l’armée ; dans le cas contraire, *envoyés à la culture, où ils seront contraints de travailler*. Cette mesure à laquelle il importe de tenir sévèrement la main, empêchera le vagabondage, puisqu’elle *forcera* un chacun à s’occuper utilement”. Règlement relatif à la culture, Toussaint Louverture, Général en Chef de l’Armée de Saint-Domingue, 20 Vendémiaire an IX (11 de outubro de 1800) [grifos do original].

¹⁸⁴ ANOM, 7DPPC 6328, 3 brumário an 9 (24 de outubro de 1800).

¹⁸⁵ Somente na segunda metade de 1800 foram 22 processos que apareceram nos livros notariais de Guiramond, acontecendo sobretudo nos *quartiers* montanhosos mais afastados e menos estabelecidos, onde a terra valia menos e onde os ataques foram maiores ao desenvolvimento de fazendas. ANOM, 7DPPC 7241 e 7242.

assegurar suas posses e comprovar uma ocupação válida fora do complexo latifundiário. É evidente que outras formas de obtenção de terra, como a compra privada ou mesmo a apropriação de domínios abandonados ou devolutos, continuaram existindo; mas essa foi a saída encontrada por alguns para assegurar suas propriedades e sua liberdade.

Esses processos aconteciam quase diariamente. Em 29 de novembro, Joseph e Minerve compraram 13 hectares da sucessão do falecido Hossey; cinco hectares foram vendidos pelo antiga nora Rose Carenavé, viúva de Charles Hossey, e oito hectares vendidos pela filha Madelaine Hossey, viúva de L'Archeveque. A parte de Madelaine (792 libras) foi inteiramente paga até o dia da compra, enquanto a de Rose (528 libras) seria finalizada dali um ano.¹⁸⁶ Em 4 de dezembro, a viúva Ducas vendeu cinco hectares da *habitation* de seu falecido marido a Pepin creol, pelo valor de 528 francos, sendo 124 pagos no momento da compra e o resto a ser quitado com a primeira colheita. No mesmo registro, ambos formaram uma sociedade para a exploração dos demais oito hectares do terreno da viúva, em que ela cuidaria da venda das mercadorias e Pepin se encarregaria da administração dos cultivos. Os ganhos e despesas seriam partilhados pelos dois igualmente.¹⁸⁷ O pagamento das transações com os rendimentos da colheita foi também adotado na compra de um terreno em Petite Riviere cinco dias mais tarde, em 9 de dezembro. A viúva de Jean Pierre Lafond vendeu 21 hectares da fazenda do antigo esposo (de 178 hectares totais), a Margueritte Duvivier, Hector e Brigitte e seus herdeiros, pela soma de 1.056 libras. Metade do montante foi quitado, enquanto a outra parte seria acertada com a futura produção.¹⁸⁸ Essa parece ter sido uma estratégia comum entre os novos libertos, já que permitia a aquisição imediata dos bens, mesmo que não tivessem todo o valor no momento.

O mesmo acontecia nos contratos de arrendamento em que participavam. Em 19 de dezembro, Prosper arrendou um terreno de oito hectares de Philippeau Mangé, no *quartier* de Petite Rivière. O contrato foi acordado por nove anos em 792 francos anuais, a serem pagos em dinheiro ou animais. Era encargo do arrendador disponibilizar certa quantidade de ovelhas e cabritos na propriedade para que Prosper se dedicasse à criação de animais.¹⁸⁹ Por seu turno, outros arrendamentos sequer estabeleciam valores fixos,

¹⁸⁶ ANOM, 7DPPC 7241, 9 frimaire an 9 (29 de novembro de 1800).

¹⁸⁷ ANOM, 7DPPC 7241, 14 frimaire an 9 (4 de dezembro de 1800). O franco substituiu a libra *tournois* em 1795. MCCURSKER John J. Les équivalents métriques des poids et mesures du commerce colonial aux XVIIe et XVIIIe siècles. In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, tome 61, n°224, 3e trimestre 1974, p. 360.

¹⁸⁸ ANOM, 7DPPC 7241, 19 frimare an 9 (9 de dezembro de 1800).

¹⁸⁹ ANOM, 7DPPC 7241, 29 frimaire an 9 (19 de dezembro de 1800).

como aconteceu com Alexis e Jean Pierre. A locação dos oito hectares de Joseph Alexandre Ogé por sete anos foi firmada por metade da produção que fizesse, após retirada da parte devida aos cultivadores e do quarto de subvenção do governo colonial.¹⁹⁰

Para além das compras e arrendamentos, as sociedades foram outra maneira encontrada pelos antigos escravizados para escaparem da vida das plantations, agindo na maior parte dos casos como administradores das propriedades. No final de novembro, a viúva de Alexandre Barnege se associou a Gabriel Arlequin para a exploração da fazenda do defunto esposo em Petite Rivière. Ele seria responsável por toda a condução da *habitation*, da produção à venda das mercadorias, enquanto a viúva disponibilizava os direitos de uso. Os rendimentos seriam divididos de modo igual entre ambos, num acordo de três anos.¹⁹¹ Termos parecidos foram aplicados na sociedade de Philipeau Manger, arrendatário da fazenda Prevat, e Nicolas Cesar, em que o primeiro era o responsável pela comercialização dos produtos, ao passo que o segundo gerenciava a produção.¹⁹²

De modo geral, os ex-escravizados buscaram diferentes formas de conquistar suas parcelas de terra, desde a compra direta até a formação de sociedades. Mas se sua participação era variada, os antecedentes dessas transações eram praticamente os mesmos: feito pelas pessoas mais vulneráveis do grupo senhorial, em especial as viúvas. Várias legatárias de seus maridos, elas não tinham meios de explorar as fazendas nesse contexto de grande instabilidade. Encontraram nos libertos e livres pobres, ansiosos pela conquista de qualquer espaço de terra possível, uma solução para suas dificuldades. Este foi o caso de Barbe Crub, esposa de Lapointe Lebon, quando arrendou a parcela da *habitation* que herdou de seu avô. Sem notícias do marido ausente e sem meios de fazer produzir a propriedade, preferiu alocar sua parte como fonte de renda.¹⁹³

Muitas delas se tornaram inclusive viúvas durante a Guerra das Facas, cujos cônjuges lutaram no exército revolucionário de Toussaint. Neste caso, corriam o risco até de perder o controle sobre as fazendas com a prática de sequestro de falecidos, que passou a ser aplicada no início do conflito. Pior do que a falta de condições de administração dos bens fundiários, era a privação involuntária de controle sobre eles, como ocorreu com Marie Rose Pinaud. Em meados de dezembro, ela teve de peticionar a Dessalines para a confirmação de morte de Jean Baptiste Lambert em combate na comuna de Grand Gôave.

¹⁹⁰ ANOM, 7DPPC 7241, 2 nivôse an 9 (22 de dezembro de 1800).

¹⁹¹ ANOM, 7DPPC 7241, 9 frimaire an 9 (29 de novembro de 1800).

¹⁹² ANOM, 7DPPC 7241, 9 frimaire an 9 (29 de novembro de 1800).

¹⁹³ ANOM, 7DPPC 7241, 1 nivôse an 9 (21 de dezembro de 1800).

Lambert partiu com a armada republicana, mas a falta de notícias provocou o confisco pública de sua propriedade. Apenas com a declaração do comandante em chefe ela poderia entrar com a execução do testamento e tentar a reconquista dos bens.¹⁹⁴

Esses tipos de transações, envolvendo novos libertos e livres pobres, seguiram ativos nos primeiros meses de 1801, porém não continuariam sem retaliação. Principalmente porque Louverture, pela primeira vez em comando de toda Saint-Domingue, estava resoluto na expansão de seu poder em nome da abolição geral, o que envolvia a firme recuperação do sistema de plantation. O líder sabia das aberturas que as hostilidades haviam proporcionado aos ex-escravos para o escape da vida no complexo de plantation, fosse por meio da fuga (mais comum no Norte), fosse pelos pequenos assentamentos nas áreas mais afastadas e decaídas do Oeste, além da diminuição do ritmo de trabalho nas propriedades. Foi por isso que, no final de 1800, promulgou a reformulação draconiana dos códigos de trabalho e da vigilância sobre a vida dos cidadãos *domingoises*. Entretanto, Toussaint logo percebeu que apenas estes decretos não eram capazes de segurar os cultivadores nas *habitations*, haja vista todo o movimento de transações oficiais registradas nos notários, afora as que continuaram sob acordos privados. Sendo a formação de um campesinato independente um grande obstáculo à sobrevivência do latifúndio monocultor, essas ações deveriam ser barradas.

Com tal intenção, Louverture proclamou uma nova lei em maio de 1801 vetando qualquer operação fundiária sem autorização especial. As licenças só seriam concedidas em transações maiores de 65 hectares (50 *carreaux*), acompanhada de provas de que os compradores possuíam recursos suficientes para a exploração da propriedade, segundo os critérios de produtividade do general negro. As consequências do decreto foram rápidas, pois, a partir de então, as pequenas transmissões de posses desapareceram conforme os maiores negócios prevaleciam nos processos notariais. Não apenas a divisão de fazendas estava proibida, como Toussaint também tentou anular retroativamente as transferências de pequenas parcelas de terra.¹⁹⁵ Isso não quer dizer que elas tenham deixado de existir em âmbito privado, como já acontecia antes. Os riscos dessas transações aumentaram com a fiscalização militar instaurada por Louverture, mas os anseios por terra permaneceram a despeito dos ordenamentos governamentais.

Desde a militarização da disciplina nas plantations em outubro de 1800, a presença das forças armadas revolucionárias multiplicou no departamento Oeste e,

¹⁹⁴ ANOM, 7DPPC 7241, 24 frimaire an 9 (14 de dezembro de 1800).

¹⁹⁵ FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 25; Cf. GONZALEZ, *op. cit.*, p. 80.

consequentemente, sua participação no complexo fundiário. Diante do enfraquecimento econômico das elites proprietárias, os oficiais substituíram alguns colonos no controle das principais *habitations*, na intenção de efetivamente revigorar esses locais em conformidade às políticas de Toussaint. Já em janeiro os processos começaram a se intensificar. Foi nesse período que o comerciante Jean Lefond cedeu o arrendamento público da fazenda cafeeira Magnan Cabeuil, em Grande Cahot (Saint-Marc), a Jean Pierre Lafortune, comandante militar do distrito de Petite Rivière, e Aignan Mathieu, chefe de batalhão e comandante da Guarda Nacional de Grande e Petite Cahot, por 2,2 toneladas de café.¹⁹⁶ Aignan, dois meses mais tarde, arrendou as três *habitations* de Elisabeth Henry, viúva de Prunier, por sete anos.¹⁹⁷ Em Arcahaye, o colono Pierre Repussard cedeu a locação da propriedade de café Lilavois a Pierre Poy, capitão da Guarda Nacional da comuna, por 3.300 libras.¹⁹⁸ E assim foi com muitos outros.

A consolidação da ordem louvertureira na província ocidental sobre a fraqueza dos colonos locais se tornou indiscutível em julho de 1801, quando Toussaint proclamou a Constituição. Reiterando as resoluções feitas desde a vitória sobre o Sul rebelde, na carta constitucional publicada em Port-Républicain ele foi nomeado governador vitalício de Saint-Domingue, com direito de escolher seu sucessor. As propriedades agrícolas deveriam se parecer com batalhões, em que os cultivadores deveriam cumprir seu papel de soldados, uma vez que as plantations eram parte fundamental da guerra pela liberdade geral da população.¹⁹⁹ A ampliação do policiamento nos *quartiers* e da supervisão dos arredores das fazendas contribuiu para o controle direto das forças revolucionárias sobre o complexo fundiário, sem a necessidade de associação com o grupo dominante local, como costumava acontecer nos anos anteriores. Em janeiro essa tendência começou a aparecer, a exemplo de Joseph Hipolie, ajudante de ordens de Dessalines, e La Rose, chefe da oitava meia brigada da infantaria colonial; eles se associaram para a exploração da *habitation* Dubort La Garenne, nas montanhas de Saint-Marc, arrendada por Joseph. Pela posição determinada de La Rose no local, ele ficaria responsável pela administração da fazenda.²⁰⁰

¹⁹⁶ ANOM, 7DPPC 7241, 21 nivôse an 9 (10 de janeiro de 1801).

¹⁹⁷ ANOM, 7DPPC 7242, 20 venôse an 9 (10 de março de 1801).

¹⁹⁸ ANOM, 7DPPC 6328, 18 messidor an 9 (6 de julho de 1801).

¹⁹⁹ Cf. DUBOIS, *op. cit.*, p. 239. FICK, *Emancipation in Haiti*, p. 23-27; FICK, *Dilemmas of Emancipation*, p. 12; JAMES, *op. cit.*, p. 222.

²⁰⁰ ANOM, 7DPPC 7241, 8 pluviôse an 9 (27 de janeiro de 1801).

O conjunto dessas promulgações mudou rapidamente a natureza dos processos notariais. Somado às trocas envolvendo militares, as transações de bens maiores de 65 hectares voltaram a dominar os registros. É claro que a venda de *habitations* menores que isso não eram vetadas e até mesmo parcelas de propriedades continuaram a ser comercializadas. O que importava para o governador *domingoise* eram os participantes das operações e quais os objetivos que tinham com elas. Desde que não afetassem o funcionamento do sistema de plantation – e isso interditava de cara os cultivadores – esses tipos de transferências poderiam ser feitos. Em maio, por exemplo, metade de um terreno de 65 hectares em Saint-Marc foi vendido por Marie Jeanne Lacoudre, viúva de Antoine Violeau, a François Le Beuf *dit* Malouin. Este era um proprietário *gen de couleur* de uma fazenda de café e, portanto, não representava uma ameaça à produção da commodity.²⁰¹ Caso parecido foi o de Marie Jeanne Tolo, que comprou 21 hectares de um terreno de 32 hectares totais, em Arcahay, de Thomas Gaspard e Anne Cecile Buffet por 4.488 libras coloniais. Tamanho valor não poderia ser custeado por um antigo cativo que buscasse criar animais e plantar alimentos.²⁰² Já os herdeiros de Etienne Lacoudre venderam uma parcela de oito hectares dos bens herdados a Pierre Lacoudre, ele também um dos legatários, para quitar dívidas do processo de sucessão no valor de 1.452 francos. A parte vendida continuaria atrelada a concessão total, porém Pierre teria maiores direitos aos rendimentos do que os irmãos.²⁰³

O grande impacto da Constituição de 1801 no departamento ocidental deve ter ocorrido nas plantations arrendadas, várias das quais estavam agora sob controle dos oficiais do exército revolucionário. A busca pelo retorno de trabalhadores, a vigilância militar do trabalho e a cobrança de disciplina foram fortemente praticados com a propagação do poder das forças armadas pela região do Oeste. Dessas oportunidades se aproveitaram também alguns representantes do debilitado grupo dominante local, que recorriam aos oficiais para a recuperação de cultivadores ausentes. Todo esse movimento estimulou, mesmo que de modo limitado, certa recuperação das principais *habitations* no departamento. No ano de 1801, Saint-Domingue atingiu o auge da produção de commodities do período revolucionário, chegando a 57% do montante de exportação de café e 13% da quantia de açúcar em comparação a 1789.²⁰⁴ No entanto, a contribuição da

²⁰¹ ANOM, 7DPPC 7242, 25 floréal an 9 (14 de maio de 1801).

²⁰² ANOM, 7DPPC 6328, 6 prairial an 9 (25 de maio de 1801).

²⁰³ ANOM, 7DPPC 7242, 10 vendémiaire an 10 (1 de outubro de 1801).

²⁰⁴ Em termos de peso, a exportação de café em 1801 foi de 19.534 toneladas, de açúcar 8.340 toneladas. Dados retirados de LACERTE, *op. cit.*, p. 453; FICK, Carolyn. “From slavery colony to black nation:

região não foi igual para ambas as cifras. O enorme sucesso do café se deveu principalmente às fazendas da província do Norte, que eram o foco das políticas de Toussaint havia alguns anos. No Oeste, por seu turno, o parque produtivo das montanhas foi o que mais sofreu durante a Revolução. Desde a formação dos grupo *marrons* até os embates contra os britânicos, os ataques e a evasão de colonos do local provocaram abandono de várias propriedades. Assim sendo, eram unidades que exigiam muito para sua recuperação, como ocorreu com os engenhos da planície setentrional.

Mas as políticas econômicas louverturianas não deixaram de ter seus frutos nas plantations apropriadas. Muitas das *sucreries* ainda contavam com os edifícios e equipamentos mais importantes, malgrado a defasagem das culturas e o problema generalizado da privação de mão-de-obra. O exército revolucionário deve ter conseguido forçar o retorno de um bom número de trabalhadores para as propriedades após o endurecimento dos regimentos de trabalho. A conjugação dos militares ao complexo fundiário no Oeste possibilitou, num momento em que os proprietários se viam enfraquecidos no pós-guerra, algum florescimento produtivo. Mesmo que a exportação do açúcar em 1801 não chegasse aos pés da riqueza *domingoise* pré-revolução, as 8.340 toneladas enviadas pela colônia provinham em grande medida das planícies ocidentais.²⁰⁵

Se os novos tempos de paz inaugurados em meados de 1800 não foram economicamente encorajadores para os senhores do Oeste como havia sido 1798, para o governo colonial de Toussaint essa parecia ser uma época de bom entusiasmo. Era não somente o governador de Saint-Domingue, como também de toda a ilha de Hispaniola, após a conquista de Santo Domingo em janeiro de 1801.²⁰⁶ Este território apresentava toda uma nova fronteira agrícola de expansão das produções tropicais para financiamento de sua luta. Além disso, tinha controle das mais importantes plantations de Norte a Sul, que estavam dispostas sob arrendamento público a uma maioria de oficiais do exército e que pareciam dar bons frutos com a severa aplicação de suas políticas agrárias.

Os planos de Louverture, contudo, logo seriam comprometidos pelos acontecimentos na metrópole. A falta de comunicação com primeiro cônsul francês,

Haiti's Revolutionary Inversion", in *New Countries*, ed. John Tutino. Durham: Duke University Press, 2016, p. 195; MCDONALD, Michelle Craig. The Chance of the Moment: Coffee and the New West Indies Commodities Trade. *The William and Mary Quarterly*. Third Series, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul. 2005, p. 464.

²⁰⁵ LACERTE, *op. cit.*, p. 453; LACROIX, Pamphile de. *Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Pillet aîné, 1820, v. 2, p. 48.

²⁰⁶ FICK, Emancipation in Haiti, p. 23; HAZAREESINGH, *op. cit.*, *op. cit.*, p. 351-363; MANIGAT, *op. cit.*, p. 123.

Napoleão Bonaparte, desde sua escalada ao poder pelo golpe de 18 brumário do ano VIII, era motivo de preocupação para o líder negro. Sem qualquer validação do governante, ele havia estabelecido relações comerciais independentes com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha enquanto ainda estava em guerra com a França; ocupado a colônia de Santo Domingo e abolido a escravidão no local; e organizado a Constituição de 1801 e se autoproclamado governador perpétuo. Toussaint agia como um chefe de Estado em Saint-Domingue, sem embargo continuasse subjugado ao poder metropolitano. Nenhuma dessas medidas era tida com bons olhos por Bonaparte e o seu entourage conservador e escravista, que queriam, o quanto antes, recuperar as forças do império francês no Atlântico. No final de 1801, quando o tratado de paz entre a França e a Grã-Bretanha foi assinado no continente europeu, a metrópole se tornou uma ameaça à Revolução na colônia. Agora que o inimigo britânico não era mais o centro de sua atenção, o cônsul francês poderia reaver o controle do que já fora a mais preciosa de suas possessões americanas.²⁰⁷

Foi com esse propósito que Bonaparte preparou uma expedição de dezenas de milhares de seus melhores soldados, liderada por seu cunhado Charles Victoire Emmanuel Leclerc, antes mesmo que as negociações com os ingleses fossem finalizadas. Com a passagem marítima finalmente reaberta aos franceses, a campanha partiu do Velho Mundo em dezembro de 1801. Mas Toussaint, assim que soube do possível acordo entre os antigos inimigos europeus, se preparou para uma futura invasão francesa. Aprestou o exército negro revolucionário por todo o território colonial e procurou incitar a população, colonos e cultivadores, a pegar em armas em defesa da Revolução e da liberdade. A nenhuma das partes, todavia, interessava seguir essas ordens. Para o grupo senhorial, a chegada das tropas metropolitanas poderia ser uma nova oportunidade de recuperar sua força e o domínio sobre as plantations que estavam perdendo para os militares e agentes coloniais. Em contraposição, tudo o que queriam os novos libertos eram se ver livres do mundo das plantations, fosse sob a escravidão, fosse sob o regime de assalariamento coercitivo pós-abolição; se tivessem que lutar, seriam pela sua própria concepção de liberdade e não por Louverture ou qualquer outra liderança *domingoise*. Mesmo que bem arranjada, a defesa da Revolução em Saint-Domingue encontrava fortes inimigos internos.²⁰⁸

²⁰⁷ DUBOIS, *op. cit.*, p. 251-258; HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 391.

²⁰⁸ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 387; POPKIN, *op. cit.*, p. 121-122.

Foi esse cenário que as tropas de Leclerc encararam ao chegarem em diversas partes da ilha em fevereiro de 1802 e, por causa disso, os franceses conseguiram facilmente entrar em Saint-Domingue, apesar das determinações de Toussaint. No departamento Oeste, não obstante as reticências dos soldados de Dessalines, comandantes locais apoiaram o desembarque das forças metropolitanas na capital Port-Républicain. Uma vez que estavam no controle de alguns pontos costeiros da colônia, Louverture ordenou a destruição de tudo que pudesse ser aproveitado pelo lado inimigo nas cidades e plantações. Mas mesmo sem saber das ordens do governador, Dessalines, enquanto comandante em chefe do Oeste e do Sul, determinou a retirada de suas tropas para áreas internas mais distantes, incendiando tudo o que encontravam no caminho. Foi assim que as cidades de Saint-Marc e Croix-des-Bouquets caíram em cinzas em fevereiro, antes que pudessem ser ocupadas pelos franceses, como tinha ocorrido em Arcahaye dias antes.²⁰⁹

Após percorrer diversas paróquias procurando reunir seus oficiais e a população, e dizimando todo branco que encontrava no caminho, Dessalines se estabeleceu nas montanhas de Ennerey, próximo de Petite Rivière. Espalhando que os franceses pretendiam restabelecer a escravidão, o general esperava atrair o maior número possível de apoiadores entre os cultivadores. Porém a organização dos libertos ou mesmo de *marrons* independentes era difícil, pois lutavam por suas próprias causas e convicções e não por ordens das autoridades negras.²¹⁰ Enquanto isso, o exército napoleônico fazia avanços pelo território. Dos espaços urbanos litorâneos, as tropas começaram a subir para os *mornes* mais próximos e aumentar sua área de domínio. Em Matheux, região montanhosa de Arcahaye, vários refugiados de Saint-Marc e arredores foram realocados após a saída de Charles Belair, comandante da comuna.²¹¹ As dificuldades que passaram a enfrentar as forças armadas *domingoises* foram fortes incentivos para que oficiais negros se rendessem a Leclerc e assomassem os batalhões estrangeiros.²¹²

Com exceção da resistência popular em diversos pontos de Saint-Domingue, restava praticamente os poderes dos generais Christophe, Dessalines e Louverture na defesa militar. Na batalha do forte de Crête-à-Pierrot, onde estavam concentrados soldados e cultivadores em apoio à Revolução, o destino parecia por um momento selado. Apesar da determinação desses homens, inferiores em quantidade e armamento e que

²⁰⁹ JAMES, *op. cit.*, p. 269-274.

²¹⁰ JAMES, *op. cit.*, p. 273-274; POPKIN, *op. cit.*, p. 123-124.

²¹¹ Cf. LACROIX, *op. cit.* v.2, p. 175.

²¹² JAMES, *op.cit.*, p. 282-284.

resistiram por dias aos ataques de 10.000 soldados franceses, não conseguiram preservar sua posição. Malgrado as largas perdas de oficiais metropolitanos, a determinação dos líderes negros diminuiu diante dos grandes reveses no final daqueles meses. Um por um, os generais de Toussaint passaram para o lado de Leclerc, levando consigo soldados e munição. Lutavam agora para acabar com a Revolução que por todos aqueles anos fizeram parte.²¹³

Desde as primeiras perturbações da expedição de Bonaparte em Saint-Domingue, a atividade notarial foi praticamente paralisada no departamento ocidental. Alguns tabeliões interromperam suas atividades de forma definitiva, enquanto outros retomaram após o fim dos conflitos nas cidades e burgos.²¹⁴ No meio de abril, Dessalines e o resto do exército negro havia se rendido a Leclerc, e Toussaint estava recluso em uma de suas propriedades em Gonaïves em acordo com o chefe da expedição francesa. As hostilidades continuavam apenas com os novos libertos nas montanhas, imperturbáveis em seus múltiplos agrupamentos por Saint-Domingue.²¹⁵ Foi nesse momento de confiança do chefe de campanha francês, quando os primeiros projetos para a organização do sistema produtivo foram desenvolvidos, que os processos notariais ressurgiram. A principal preocupação manifestada pelos colonos que continuaram presentes em Saint-Marc era a perda das escrituras e outros documentos nos incêndios generalizados nas comunas desde fevereiro. Eram atos quase diários de declarações que exigiam atestação oficial que servisse de comprovação de posse, tudo para tentar evitar um futuro sequestro por parte da administração francesa.

O primeiro a ser arrolado foi o caso do sapateiro Jean Baptiste Duvallon em 12 de abril. Segundo constava, os conflitos de fevereiro provocaram a perda do ato de sociedade sobre a fazenda de algodão Dugas Duvallon em Petite Rivière, feita entre ele e Sanon Dugas, arrendatário público da sociedade. Provavelmente para não ser retirado dos direitos de arrendamento, Duvallon fez a declaração assim que possível.²¹⁶ A mesma situação foi a de Jean Jacques David três dias depois, quando comunicou ao notário a avaria do documento de arrendação da fazenda de Marie Joseph Grellier, feita apenas três

²¹³ JAMES, *op. cit.*, p. 292-297; POPKIN, p. 125.

²¹⁴ Em Arcahaye, Dreux era o único em atividade desde a saída dos ingleses, porém não teve registros desde o final de janeiro de 1802. Em Saint-Marc, Morel de Guiramond não registrou processos por todo o ano de 1801. Já Jean Louis Moillet voltou à atribuição notarial em abril, após as primeiras vitórias do franceses no Oeste. ANOM, 7DPPC 6328; ANOM, 7DPPC 7243; ANOM 7DPPC 7206.

²¹⁵ HAZAREESINGH, *op. cit.*, p. 402.

²¹⁶ ANOM, 7DPPC 7205, 23 germinal an 10 (12 de abril de 1802).

meses antes.²¹⁷ Em alguns casos, os danos foram tão numerosos que os senhores nem lembravam da totalidade de títulos perdidos; o que importava de fato era a descrição dos bens fundiários que possuíam. Assim fez Adrien Jacques Niel fils nessa mesma semana: na descrição os documentos destruídos, manifestou não recordar de todos, mas referia ao notário os mais indispensáveis. Eram eles a certidão de locação da *habitation* Niel Grande Place, de concessão pública por sete anos e 684 quilos de algodão; e o processo de cessão de arrendamento da propriedade feito por Boniface Fiéfé a Adrien Niel pelo acordo de 195 quilos de algodão anuais.²¹⁸

Este nível de detalhamento sobre as propriedades e os contratos eram mais evocados por agentes envolvidos em sociedades e arrendamentos do que por proprietários, em especial por herdeiros. Sanite Guyon, *vulgairement connüe* como Sanite Sterlin, ao atestar os títulos de posse de três fazendas (uma de algodão, uma em haras e outra de café), não sabia precisar a área de nenhuma delas.²¹⁹ Já Margueritte Gaimbois, viúva de Pierre Frinque, não especificou muito sobre os documentos de seu falecido esposo. Mencionou ao notário três atos: o contrato de casamento (não recordava a data); o arrendamento público de uma fazenda em Rozeaux (Saint-Marc); e a compra de uma *cafeyere* em Fond Baptiste (Arcahaye) de Jacques Riobé.²²⁰

Para além das constatações de perda generalizada de documentos após o incêndio de cidades e propriedades, outros tipos de registros escancaravam a conjuntura caótica das comunas. Diversos contratos de sociedade e locação foram anulados nos primeiros meses de 1802 por conta da extrema instabilidade de Saint-Domingue. Em maio, Pierre Gervais finalizou a associação que possuía com o carpinteiro Pierre Ordonne desde janeiro daquele ano para a criação de 17 animais em sua fazenda. Ordonne era o responsável por adicionair os animais na propriedade e não poderia responsabilizar o sócio em caso de roubo ou morte. Desde aquela época, quatro bois foram levados pelos insurgentes e os restantes foram sequestrados pela administração após a morte de Ordonne. Gervais preferiu cancelar o contrato a continuar com os herdeiros do carpinteiro.²²¹ No mesmo mês, Marie Louise Lebon, Eleonore Travers e Felicité Auger,

²¹⁷ ANOM, 7DPPC 7205, 26 germinal an 10 (15 de abril de 1802).

²¹⁸ ANOM, 7DPPC 7205, 27 germinal an 10 (16 de abril de 1802).

²¹⁹ ANOM, 7DPPC 7205, 17 floréal an 10 (6 de maio de 1802). O termo *vulgairement connüe* utilizado pelo tabelião tinha o mesmo sentido do tratamento *dite*, bastante utilizado antes da Revolução nos documentos oficiais; servia para demarcar os *gens de couleurs libres*. Talvez com a administração metropolitana de Napoleão Bonaparte essas caracterizações tenham retornado a ordem do dia.

²²⁰ ANOM, 7DPPC 7206, 6 prairial an 10 (25 de maio de 1802).

²²¹ ANOM, 7DPPC 7205, 25 floréal an 10 (14 de maio de 1802).

viúva de Jean Jacques Jessé, decidiram derrogar o acordo de arrendamento de uma pequena fazenda de café e algodão, feito no ano anterior. Sequer haviam quitado a primeira anuidade quando da suspensão da locação.²²²

Nem mesmo contratos com oficiais do exército negro ofereciam segurança, como demonstrou a suspensão da sociedade entre Herbert Delaunay e Louis Decembre, capitão da Guarda Nacional de Grande e Petite Cahot. Parceiros desde 1800, preferiram encerrar as atividades de exploração da unidade cafeeira de Delaunay no final de maio, ainda que esperassem alguma produção no ano seguinte.²²³ Até a retrocessão de vendas por impossibilidade de quitação ocorreu nessa época. Após a morte do marido, Angelique, viúva de Jean Joseph *dit* Berthe, teve de retransferir os dez hectares adquiridos por Jean Joseph da fazenda de Jean Bernard Villegrange no ano anterior. Somente metade dos 800 francos da venda tinham sido pagos e, diante do impedimento de saldar a outra parte, Angelique achou melhor devolver o terreno pelo mesmo valor. Assim também fez com o arrendamento da *cottonerie* Ibard no mesmo dia.²²⁴

Por parte da expedição francesa, embora contasse com o suporte do exército negro revolucionário, meados de 1802 foi também uma época de intensa crise. Continuavam a enfrentar uma colônia em convulsão, em que a população trabalhadora era o sustentáculo da Revolução em nome da liberdade, lutando não somente contra os franceses, mas também pelo fim definitivo do sistema de plantation que por décadas os aprisionara. Os processos notariais mostravam que, nessas circunstâncias, o funcionamento do complexo produtivo era inviável, fosse nas propriedades sequestradas ou não. Ao mesmo tempo, a expedição de Leclerc necessitava de uma nova fonte de rendimentos, depois que a metrópole deixou de cobrir as urgências de armamentos, munições e provisões das tropas em Saint-Domingue. O chefe da operação esperava aniquilar o movimento revolucionário o quanto antes e, para tanto, o controle sobre o aparato governamental louverturiano, construído nos últimos anos, parecia a melhor saída.²²⁵ Com essa finalidade, encomendou uma nova série de recenseamentos em toda a colônia para tomar conhecimento do estado do sistema de plantation após os primeiros meses de conflito.²²⁶

As informações sobre as *habitations* eram bastante incompletas. Segundo o censo de Arcahaye, quase todos os títulos de propriedades foram perdidos nos conflitos,

²²² ANOM, 7DPPC 7205, 30 floréal an 10 (19 de maio de 1802).

²²³ ANOM, 7DPPC 7206, 8 prairial an 10 (27 de maio de 1802).

²²⁴ ANOM, 7DPPC 7206, 10 prairial an 10 (29 de maio de 1802).

²²⁵ GIRARD, *op. cit.*, p. 250; JAMES, *op. cit.*, p. 301-302.

²²⁶ ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

conquanto a entrada no burgo tenha sido mais pacífica que em Saint-Marc e Croix-des-Bouquets. O agente responsável pela compilação do documento advertiu que os dados sobre a quantidade de arrendamento recebida pela administração eram muito incertos e não sabia sobre o prolongamentos de contratos, que foi o caso de algumas unidades.²²⁷ Não era possível medir, portanto, o montante de dívidas dos arrendatários e quanto o governo colonial deveria receber num futuro próximo. Pior ainda era descrever a situação dos *mornes*, vista a impossibilidade de se deslocar para essas zonas de acentuada atuação guerrilheira, sobretudo agora que não havia mais gendarmaria estabelecida nos *quartiers*. Logo que a paz fosse refirmada em Saint-Domingue, afirmava o agente, um novo censo seria produzido para preencher as lacunas deixadas pelo presente documento.²²⁸ O recenseamento de Saint-Marc, por seu turno, trazia informações complementares ao censo de Arcahaye. Naquela comuna, todas as propriedades arrendadas pelos bens nacionais tinham dívidas de ao menos dois anos de anuidade. O servidor também não pôde consultar os contratos de locação, a maioria incendiado, mas um acordo com a municipalidade ajudou a identificar os rendeiros que apoiavam os rebeldes, cujas concessões públicas possivelmente seriam anuladas. Em nenhum dos casos, contudo, a quantidade de trabalhadores das unidades foi identificada, dado que nenhum deles estava presente.²²⁹

O desempenho insuficiente das plantations sequestradas era um alerta para a expedição francesa. Por mais que tentassem aplicar as políticas econômicas desenvolvidas por Louverture, o estado de calamidade e a falta de braços para o trabalho eram questões que os militares não conseguiam lidar naquela altura. Ainda mais diante da resistência crescente dos novos libertos e do início da temporada das doenças tropicais. Os custos de reviver a colônia em sua total capacidade e preservá-la para a França eram,

²²⁷ No original: “Presque tous les titres tant de l’administration de cet arrondissement que des particuliers se trouvent incendiés, je n’ai que des renseignements très incertains sur le montant des fermages arrivés et aucune sur les prolongations... toutes les maisons sont brûlés. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

²²⁸ No original: “Il n’en point encore parlé des mornes les trois quartiers dependants de cette paroisse n’ayant pas paru jusqu’ici assez tranquille pour m’y transporter et me mettre a même d’un rendre compte, surtout n’ayant bien encore de gendarmerie établie dans cet endroit. Aussitot qu’elle sera en paix, je visiterai toutes les montagnes et donera un nouveau tableau, en portant en tete celui cy. Je serai a porté d’établir le nombre des cultivateurs tant sur les cafeteries que sur les sucreries enoncées au present à l’Arcahaye.” ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/4.

²²⁹ No original: “La municipalité à fait de concert avec moi depuis plusieurs semaines un Etat des ceux qui etoient dans le parti des rebelles dont la majeure partie des fermiers sont du nombre, elle soit l’avoir envoyé au Général Rochambeau ou à l’Administration des Domaines”. ANOM, DPPC, 5SUPSDOM/3, “État général des biens séquestrés affermés dans l’arrondissement de Saint-Marc par l’administration des domaines nationaux sus et compris le 30 floréal an 10eme” (19 de maio de 1802).

assim, descomedidos.²³⁰ Para piorar, a aproximação do verão em Saint-Domingue trouxe efeitos desastrosos ao exército francês. No momento em que faziam os censos no início de maio, Leclerc reportava à metrópole a perda total de 8.000 soldados desde o desembarque das tropas em fevereiro, bom número deles por febre amarela. Na província Oeste, o desfalque de oficiais deve ter sido maior por conta da facilidade de proliferação de moléstias, segundo Moreau de Saint-Méry. Em média 200 pessoas contraíam a doença diariamente. O lado francês cada vez mais perdia suas forças e dependia, por consequência, do apoio das forças armadas negras, pelo menos enquanto a metrópole não enviava novos batalhões.²³¹

A guerra em Saint-Domingue, que para o chefe da expedição napoleônica seria cedo resolvida, não poderia estar mais distante do fim. Mesmo após a captura de Toussaint e seu envio para a França em julho de 1802, suspeito de estar insuflando a insurreição dos novos libertos, as massas não baixaram as armas, enfrentando com presteza as antigas lideranças da Revolução. Nos últimos onze anos, os ex-escravizados haviam praticado alternativas de vida fora da disciplina das plantations numa constante luta por sua concepção de liberdade, mesmo quando continuavam submetidos aos latifúndios monocultores. Se os rumores de restauração da escravidão eram suficientes para encorajar o prosseguimento das revoltas, a confirmação do boato foi decisiva para o desenlace final da Revolução. Seu futuro enquanto pessoas livres dependia da destruição da presença francesa em Saint-Domingue. Na segunda metade do ano, movimentos armados se intensificaram nos departamentos numa rede de resistência descentralizada.²³² Isso até os generais do exército revolucionário, inclusive os afrodescendentes, e suas tropas se unirem na batalha da população contra o poder europeu. A partir de outubro, a guerra de independência passou a ser comandada por Jean Jacques Dessalines, que seguiu o mote insurrecional dos libertos de *koupe tèt, boule kay*, cortar cabeças e queimar casas.²³³

Sendo assim, no final de 1802, os dois lados da batalha tinham por único foco a destruição completa do inimigo. Pouco importava, nessa etapa, a recuperação do sistema de plantation ou qualquer outra política econômica desenvolvida naqueles anos; até que um deles se declarasse vitorioso, nenhuma destruição seria demais. Colonos que se

²³⁰ LACERTE, *op. cit.*, p. 454.

²³¹ POPKIN, *op. cit.*, p. 127.

²³² Cf. FICK, *The Making of Haiti*, p. 215; JAMES, *op. cit.*, p. 311-314. A metrópole reimpôs a escravidão em algumas colônias francesas na lei de 20 de maio de 1802, noticiada em agosto em Saint-Domingue.

²³³ Cf. GONZALEZ, *op. cit.*, p. 75.

mantinham nos espaços de controle francês até então se inquietaram com o desenrolar dos acontecimentos relacionados ao ligeiro declínio da expedição. O exército metropolitano não contava com a organização tão rápida da luta por Dessalines, tendo, nas semanas seguintes, de evacuar suas posições em Saint-Marc, Gonaïves e Arcahaye, mantendo apenas domínio sobre as cidades. Enorme êxodo de colonos ocorreu para a capital Port-Républicain ou para outros espaços do Atlântico, num movimento semelhante ao do início da rebelião escrava no Norte em agosto de 1791. A delicada posição da expedição se agravou com a infecção de febre amarela de Leclerc nesse período e seu falecimento em novembro.²³⁴

A partir de então, tudo mudaria na guerra em Saint-Domingue. Sem forças suficientes para fazer avanços, o novo comandante da missão, conde de Rochambeau, promoveu uma verdadeira campanha de extermínio do povo *domingoise*.²³⁵ Suas posições no Oeste se deterioravam progressivamente, sobretudo com as implacáveis perseguições aos *gens de couleur* e com o pedido de ordem para retomar a escravidão em janeiro de 1803.²³⁶ No entanto, certa confiança da manutenção francesa da colônia ainda transparecia nas atitudes de generais, alguns colonos e senhores. Junto da chegada de novas tropas nas zonas costeiras em março, processos notariais reapareceram em Saint-Marc, que não possuía registros desde meados do ano anterior. A maioria deles demonstrava a preocupação com a recuperação ou conservação da posse sobre as propriedades, mesmo que elas estivessem em áreas de comando das forças independentistas.

Desse modo, algumas procurações passaram a ser depositadas nos livros oficiais, como a de Louis François de Frédelly e sua esposa Jeanne Louise Lebon-Lapointe. Antigos proprietários em Artibonite e então residentes em Cuba, eles nomearam o negociante Jean Pierre Bacqué, no final de fevereiro, como seu representante legal na retirada de sequestro dos bens de ambos.²³⁷ Bacqué foi também designado procurador de

²³⁴ FICK, *The Making of Haiti*, p. 229; FORSDICK & HØGSBJERG, *op. cit.*, p. 109; JAMES, *op. cit.*, p. 323; Cf. POPKIN, *op. cit.*, p. 129-133; POYEN, H de. *Histoire Militaire de la Révolution de Saint-Domingue* (Extrait du Mémorial de l'artillerie de la marine). Paris: Imprièrie Nationale, 1899, v. 1, p. 308-309 e 323.

²³⁵ JAMES, *op. cit.*, p. 324-328.

²³⁶ Cf. JAMES, *op. cit.*, p. 324. Não havia dúvidas que o retorno da escravidão estava num horizonte próximo em Saint-Domingue: em outubro de 1802, Leclerc fez uma proclamação oferecendo liberdade a todos os indivíduos libertos pelos decretos de 1793 que se juntassem a França na luta contra os insurgentes. Proprietários também prometiam a seus antigos escravos fazer os atos de emancipação em notários, assegurando a liberdade para qualquer um que se voluntariasse. DUBOIS, *op. cit.*, p. 286.

²³⁷ ANOM, 7DPPC 7243, 3 germinal an 11 (23 de março de 1803).

Jean Michel, refugiado em Cuba e proprietário em Saint-Marc, de uma fazenda de 130 hectares que continha originalmente 24 trabalhadores. O promotor deveria cuidar da reapropriação da *habitation* e da cobrança de arrendamentos não pagos no passado, além de encontrar um novo rendeiro para o bem fundiário.²³⁸

Os afrodescendentes livres e libertos na cidade, por mais complicada que estivesse a situação para eles sob o poder de Rochambeau, também se preocuparam em oficializar suas posses e suas posições para evitar futuras contestações. Assim fizeram Jean Nort *dit* Marigot, classificado pelo documento como “escravo livre” (*negre libre*) e refugiado em Saint-Marc, e Charles *dit* Robion, também denominado “escravo livre”. Marigot vendeu a Charles seis hectares de seu terreno no *quartier* de Cahot, que possuía 65 hectares. O lote fazia parte da sucessão de Jean Louis, que havia 16 anos libertou Jean Nort e lhe legou a propriedade. Não possuía a escritura, pois, assim como muitos outros, foi perdida nos incêndios de 1802, mas o proprietário tinha a declaração notarial de perda.²³⁹ Robion, embora descrito como “escravo livre” devido ao retorno dos códigos segregacionistas, era um *gen de couleur* liberto que sabia assinar e que, como outros, apoiava o poder francês na região, já que ainda residente no local.

Não demorou para que a sensação de derrota da presença francesa no Oeste voltasse a imperar entre os habitantes. Para além do forte avanço dos insurgentes *domingoises* por terra, a reabertura das hostilidades entre França e Grã-Bretanha no Atlântico rapidamente cercou as tropas metropolitanas por mar em julho.²⁴⁰ Sem meios de defender todas as fortificações ao mesmo tempo, Rochambeau optou por concentrar os batalhões em poucos pontos estratégicos; na província ocidental, determinado em Port-Républicain. Expostas de tal maneira, a ameaça de uma nova invasão inglesa nas cidades portuárias despertou o temor generalizado dos colonos que restavam. Sem saber o que esperar e sem outros recursos em mãos, eles buscaram assegurar, do modo que melhor conheciam, o domínio sobre suas propriedades. Em agosto de 1803, os processos notariais indicavam as angústias dessas pessoas num último tiro de esperança. Elisabeth Dubuisseau, por exemplo, viúva de François Daniel Dutrejot, confiou todas as escrituras que possuía ao tabelião em 12 de agosto. Dentre os documentos, encontravam-se cópias dos atos de venda dos herdeiros de Augustin Daniel Dutrejot a François, feitas originalmente em Nantes em novembro de 1791; expedição de reconhecimento de posse

²³⁸ ANOM, 7DPPC 7243, 8 germinal an 11 (28 de março de 1803).

²³⁹ ANOM, 7DPPC 7243, 22 prairial an 11 (10 de junho de 1803).

²⁴⁰ POYEN, *op. cit.* v. 1, p. 398-405.

de uma *habitation* em Artibonite pertencente ao falecido marido, de novembro de 1801; e comprovante de retirada do sequestro sobre a fazenda Dutrejot de junho de 1802.²⁴¹ Todos garantiriam, em teoria, o usufruto legal sobre os bens no futuro.

Essas ações ocorriam independentemente do tamanho das propriedades. O peluquero (*perrouquier*) Alexandre dit Barbiel, “escravo livre”, depositou as atas de venda de terrenos. A primeira delas se referia a um lote de oito hectares, antes parte da *habitation* de Noel Chatelain, adquirido em novembro de 1800 por 484 francos coloniais. A segunda era sobre uma parcela de terra comprada também de Furey Chatelain, mesmo vendedor do outro processo, em janeiro de 1801 por 6 moedas de ouro (*portugaises*).²⁴² E até aqueles que não possuíam mais os documentos das propriedades, incendiados nas contendas de 1802, insistiram no procedimento. Jean Segin, para contornar este empecilho, levou perante o notário três testemunhas que comprovassem suas posses. Eram eles reconhecidos senhores de Saint-Marc, Pierre Lapalanche, Mathieux Lavignae e Jean Baptiste Nidore Perodin. Ficou oficializado após as confirmações que Seguin possuía uma fazenda de 65 hectares, metade de dois terrenos e casas em Port-Républicain e Saint-Marc.²⁴³

Assim como os proprietários faziam de tudo para proteger suas posses, ex-escravizados que não lutavam na guerra de independência buscaram desesperadamente comprovar seu status de pessoas livres para além da abolição geral de 1793. Um possível retorno da escravidão os assustava e foi por isso também que esse grupo procurou defender seu bem mais precioso, sua liberdade. Numa conjuntura de extrema incerteza, eles se agarraram às antigas práticas de oficialização da emancipação: pelas declarações de seus antigos senhores.²⁴⁴ Em 14 de agosto, o ex-escravo Fleurance depositou no tabelião de Saint-Marc uma carta de Borin, no passado seu proprietário, feita em 19 de julho de 1803. Nela foi ratificada que Fleurence, crioulo de 33 anos, era livre desde 1778, mas seus papeis de alforria foram perdidos no incêndio de Saint-Marc do ano anterior.²⁴⁵ O mesmo fez a liberta Claire, *affranchie* pela viúva Content de Castelin, em 13 de agosto. O inédito era que sua carta de alforria havia sido efetuada apenas alguns dias antes, em 7 de agosto, e ela exigia apenas o recibo notarial. A viúva comprou Claire em Kingston

²⁴¹ ANOM, 7DPPC 7243, 25 thermidor an 11 (12 de agosto de 1803).

²⁴² ANOM, 7DPPC 7243, 15 thermidor an 11 (2 de agosto de 1803).

²⁴³ ANOM, 7DPPC 7243, 21 thermidor an 11 (8 de agosto de 1803).

²⁴⁴ Não apenas o grupo senhorial se usou dos notários para a preservação de uma ordem em meio ao caos, como argumentou Hébrard, como os próprios libertos utilizaram do mesmo mecanismo a seu favor. HÉBRARD, *Esclavage et dépendance dans les archives paroissiales et notariales*.

²⁴⁵ ANOM, 7DPPC 7243, 27 thermidor an 11 (14 de agosto de 1803).

(Jamaica) em outubro de 1801 e a levou consigo para Saint-Domingue, provavelmente quando os franceses passaram a dominar Port-Républicain. A liberdade foi concedida a cativa, de 16 anos, e a seu filho Alcide, de 17 meses, pelos bons serviços prestados.²⁴⁶

A validação da liberdade se tornou de tal maneira essencial para os antigos cativos que até os ditos “emancipados de 1793” faziam o que estava ao seu alcance para assegurar sua atual posição. Assim agiu Sophie dite Gambin, “escrava livre”, em 13 de agosto. Em 1799, cinco ou seis meses antes do início da Guerra do Sul, sua senhora Catherine dite Gambin, “mulata livre” (*mulatresse libre*), instituiu Sophie como sua legatária e executora testamentária. Com a morte de Catherine, o notário Moillet de Saint-Marc se encarregou das formalidades do testamento, mas, segundo a herdeira dos direitos, ela tinha dificuldades no apossamento dos bens da antiga senhora. Isso porque ela não foi formalmente alforriada no documento em que Catherine lhe deixava suas propriedades. Para Sophie, a testadora não poderia assim proceder, uma vez que a abolição geral da escravidão existia “em toda sua força” na época. Ninguém questionaria uma lei oficial que, embora revolucionária, certificava indubitavelmente essa realidade. Nem mesmo Moillet, um agente ligado ao tribunal de primeira instância, ousaria se comprometer a ponto de inserir num ato público tal disposição em 1799.²⁴⁷

Além do mais, Sophie afirmou que o requisito da alforria era redundante se observadas a própria legação universal e a execução testamentária. Por um lado, deve se presumir a liberdade da pessoa a quem se cede todos os bens. Por outro, a herança de domínios materiais compreende necessariamente o legado da liberdade, que é o mais precioso de todos eles e, sem o qual, o resto não vale nada.²⁴⁸ Para a ex-escrava, não existiam dúvidas de que Catherine lhe havia dado a liberdade. A perda do testamento por Moillet no incêndio da cidade fez com que Sophie se adaptasse mais uma vez às circunstâncias. Levou ao tabelião diversas testemunhas “dignas” que pudessem comprovar a existência do antigo documento: Alexandre Gilbert, Charles Savary, Bergé

²⁴⁶ ANOM, 7DPPC 7243, 26 thermidor an 11 (13 de agosto de 1803).

²⁴⁷ No original: “[...] Sa maitresse ne lui donna pas formellement la liberté par le testament ou elle lui donnait tout son bien, parce que le système de la liberté générale de noirs subsistait alors dans toute sa force; qu'une testatrice n'osait pas le mettre en doute par une disposition particulière, lorsqu'une loi formelle quoique révolutionnaire la pronomait d'une manière et en termes non équivoque, et enfin parce que le notaire moillet pas plus que tel autre notaire de la colonie n'aurait pas dié se compromettre au point d'insérer dans un acte public une lettre de disposition”. ANOM, 7DPPC 7243, 26 thermidor an 11 (13 de agosto de 1803).

²⁴⁸ No original: “Mais une telle disposition devenait inutile se supleait par celle du lege universel et de l'exécution testamentaire, car d'une part on a presumé donner la liberté à la personne qui on donnait tout son bien, et que de l'autre le lege de tous ses biens doit nécessairement comprendre celui de la liberté qui est la plus précieux de tous et sans lequel les autres ne rien”. ANOM, 7DPPC 7243, 26 thermidor an 11 (13 de agosto de 1803).

Marchand e Jean Clavery, este último comandante da Guarda Nacional da cidade de Saint-Marc, todos proprietários na comuna. Confirmaram que a falecida Catherine fez um testamento com Moillet, em que Sophie foi nomeada legatária universal. Era intenção da liberta, no presente processo de 1803, obter a declaração do registro – o qual, segundo a lei, equivaleria a liberdade formal – para que ninguém tivesse o direito de *contester sua liberdade*.²⁴⁹

O temido retorno da escravidão, contudo, caiu quando Dessalines conseguiu capturar, pouco a pouco, as comunas do Oeste e do Sul em setembro e outubro, inclusive com apoio de armamento e munição dos britânicos. Antes mesmos que as tropas francesas saíssem humilhadas de Cap-Français em novembro de 1803, Dessalines já tinha se autoproclamado governante da antiga colônia.²⁵⁰ Os trabalhos da primeira versão da declaração de independência do segundo país independente das Américas estavam em execução, fundados na premissa da abolição da escravidão e da liberdade da população do colonialismo europeu. Mas foram as determinações de liberdade dos milhares de cidadãos negros de Saint-Domingue que possibilitaram a existência de uma revolução durante 13 anos, que levava, ao fim, ao extermínio da dominação francesa. Aproveitaram-se de cada brecha aberta pelas circunstâncias para se afirmarem enquanto pessoas livres. Na luta contra os senhores, eles tiveram sucesso. Mas foi uma luta que continuou anos a fio na formação do Haiti independente, e que só completaria quando nenhuma outra esperança havia para a sobrevivência das plantations.

²⁴⁹ No original: ““personne n’a droit de lui *contester sa liberté*” [Grifos meus]. ANOM, 7DPPC 7243, 26 thermidor an 11 (13 de agosto de 1803). Interessante ressaltar que tamanho era o descaso com Sophie, que durante o processo ela foi tratada como escrava, não como uma liberta (*negresse* ao invés de *negresse libre*).

²⁵⁰ JAMES, *op. cit.*, p. 331; POYEN, *op. cit.* v. 1, p. 414; RAINSFORD, Marcus. *An historical account of the black empire of Hayti: comprehending a view of the principal transactions in the Revolution of Saint Domingo, with its antient and modern state*. London: Albion Press Printed, 1805, p. 356.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar ao longo desta dissertação, o embate entre distintas visões de liberdade esteve no cerne do processo revolucionário de Saint-Domingue. Se, por um lado, as autoridades *domingoises* viram, nas garantias da abolição geral da escravidão, a condição de sobrevivência da plantation monocultora, a população escravizada tinha por objetivo a efetiva destruição desse mesmo complexo econômico-social. Opuseram-se, como polos antagônicos, a liberdade de plantation – que garantiria os rendimentos cruciais à manutenção da guerra – à liberdade camponesa, que proveria a autonomia individual por meio das pequenas posses voltadas prioritariamente à agricultura de subsistência. Ou seja, duas concepções formuladas a partir dos interesses práticos tanto dos dirigentes coloniais quanto da massa de trabalhadores em meio aos conflitos generalizados, tendo por base concepções profundamente divergentes sobre como organizar a exploração da terra e do trabalho.

Ao passo que o significado de liberdade dos antigos cativos estava ancorado no passado – vale dizer, em suas experiências de autonomia nas roças pessoais de mantimentos e nos padrões de vivência africanos de muitos deles –, a liberdade das lideranças revolucionárias, sobretudo das forças armadas negras, remetia a uma nova combinação de valores: o da liberdade com o trabalho assalariado. A associação desses elementos era fruto das demandas e ambições imediatas das autoridades coloniais dentro de um contexto de extrema conturbação. A formação de uma nova ordem social no pós-emancipação esteve relacionada – aos olhos dos dirigentes republicanos, negros e franceses – às necessidades de uma economia de guerra, ao papel dos produtos de exportação e à construção do poder do exército negro revolucionário.¹ A abolição da escravidão, assim, deveria ser acompanhada de um novo ordenamento do trabalho, uma vez que a população negra, agora nominalmente livre, deveria exercer as mesmas ocupações que havia exercido como escrava nas mesmas propriedades agrícolas em que havia sido mantida como tal. Porém, por mais que passasse a receber salários por suas tarefas, o exercício cotidiano pouco se diferenciava da antiga disciplina escravista.

¹ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 21.

Dessa forma, enquanto grupo dominante, as lideranças militares se agarraram ao trabalho assalariado dos ex-escravos como a condição para o novo arranjo social da colônia francesa.² Ao mesmo tempo que lutavam em nome de um princípio geral de liberdade antiescravista, a permanência do complexo produtivo escravista, porém sem escravidão, aparecia, para aquelas lideranças, como sendo crucial para a própria conservação da ordem revolucionária. A passagem da escravidão para a emancipação dependeria, para elas, do controle estrito sobre a mão-de-obra, feito por meio de mecanismos coercitivos oficiais de subordinação que transformariam os novos libertos em trabalhadores assalariados nas plantations. Assim, o governo revolucionário empenhava-se para tomar as rédeas da remodelação das relações sociais após o fim da escravidão. É evidente que, para os ex-escravos, esta nova estruturação do trabalho era inaceitável, já que o exercício da liberdade nunca seria absoluto enquanto estivesse limitado à subordinação ao trabalho compulsório – mesmo que remunerado – nas plantations onde haviam sido brutalmente explorados. Mas nem mesmo para as autoridades estava claro o elo entre liberdade e trabalho assalariado. Tal correspondência foi, nesse caso, artificialmente criada para responder aos problemas econômicos da colônia enquanto satisfazia a máxima da luta revolucionária, qual fosse a defesa da abolição geral da escravidão promulgada pelo regime republicano.

Se as autoridades agiam em nome da liberdade republicana, a conduta que exigiam da massa escravizada era, aos olhos delas, a única legítima. Tal equivalência entre liberdade e trabalho assalariado, no entanto, se fez acompanhar por regulações coercitivas do trabalho, fundadas por sua vez em uma dada definição legal dos direitos de propriedade.³ Constituiu-se, assim, uma disputa em torno da formação de uma nova categoria social, que, antes escravizada, agora passaria a ser oficialmente conceitualizada como trabalhadora assalariada *livre*. Foi nessa luta em torno do conceito de liberdade e, por extensão, do que seria a essência do trabalho livre que podemos localizar um dos eixos centrais dos conflitos revolucionários em Saint-Domingue.

O problema para as autoridades revolucionárias francesas e negras estava no fato de que a busca da autonomia econômica e social plena continuava a nortear as massas de ex-escravos, mesmo quando submetidas ao novo complexo produtivo de exportação pós-abolição.⁴ Esta não era uma concepção exclusiva da população cativa em Saint-

² Cf. FONER, *Nada além da liberdade*, p. 19-20.

³ Cf. *Ibidem*, p. 19-28.

⁴ *Ibidem*, p. 141.

Domingue. No final do século XVIII – e até por boa parte do XIX – a dependência e a subordinação a outrem (quem quer que fosse) presentes na relação assalariada eram consideradas degradantes, logo, equivalentes à ausência de liberdade.⁵ O homem livre seria, em essência, aquele que conseguisse se manter *independente* com o cultivo de sua própria terra. Assim como o servo ou até mesmo o escravo, o assalariado era visto antes de tudo como um dependente, sujeito a diversos tipos de compulsão para a execução do trabalho – ainda que em graus diferentes.⁶ O trabalho assalariado, em outras palavras, não era visto como equivalente a trabalho livre – e isso valia tanto para os escravizados de Saint-Domingue como para os camponeses europeus que estavam sendo compelidos, naquele exato momento, ao trabalho fabril.

Na Revolução de Saint-Domingue, a ideologia do movimento abolicionista que se fortalecia nos centros urbanos do Atlântico norte e as urgências de uma economia de guerra confluíram na criação de uma oposição binária entre a escravidão e formas de sujeição laboral. Ao passo que o cativo foi concebido como o intolerante extremo desse espectro, as demais categorias de exploração do trabalho puderam ser construídas ideologicamente como legítimas e, em consequência, como equivalentes à liberdade, mesmo com o largo emprego da coerção extra-econômica.⁷ Na visão antiescravista europeia, a singularidade perniciosa da escravidão revelava a dicotomia entre as coerções ilegítimas presentes no cativo e as condições próprias do trabalhado assalariado. Se a propriedade era a condição da plena liberdade, era necessário que sua identificação recaísse na propriedade de si mesmo e não mais na propriedade dos meios de produção, já que a autopropriedade, negada pela escravidão, estava presente nas diversas formas de trabalho dependente.⁸ Dado seus conteúdos profundamente coercitivos, os regimentos laborais elaborados pelas autoridades revolucionárias em Saint-Domingue traduziam, ao fim e ao cabo, todas as contradições contidas no nascimento da construção ideológica do trabalho assalariado como livre, e não mais como dependente.

⁵ FONER. *Free soil, free labor, free men: the ideology of the Republican Party before the Civil War*. (1st ed. 1970). New York: Oxford University Press, 1995, p. xii.

⁶ VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the World: essays toward a global labor history*. Leiden: Brill, 2008, p. 32-33.

⁷ Cf. MARQUESE, Rafael. Comentário. Escravidão histórica e capitalismo histórico: notas para um embate. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, p. 81-82; STEINFELD, Robert. *Coercion, Contract and Free Labor in the Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 47 e 72.

⁸ Cf. FONER, *Free soil, free labor, free men*, p. xxiii.

Sendo assim, o embate das liberdades da Revolução Haitiana, no limite, ajuda a compreender como a concepção do trabalho assalariado com sendo trabalho livre derivou de uma contraposição artificial do salariado com a escravidão. Se o pensamento abolicionista passou a defender essa assimetria em meio ao desenvolvimento da ordem capitalista industrial, as autoridades revolucionárias francesas a projetaram na emergência de um novo tipo de trabalho com o fim da escravidão. Esse contraste, contudo, não eliminou os modos de compulsão pelos quais os trabalhadores eram subjugados em nenhum dos espaços onde essa disputa se encontrava.⁹ Enquanto em Saint-Domingue a resistência da população liberta permaneceu incomplacente à imposição do trabalho assalariado nas plantations até a consolidação do campesinato nas primeiras décadas do Oitocentos, na Inglaterra, centro do capitalismo, as sanções extra-econômicas só foram vetadas após duras lutas trabalhistas no decorrer do século XIX. Partes de um longo movimento de transformação do conceito de trabalho assalariado, que de dependente se concretizou como trabalho livre,¹⁰ ambos tiveram desfechos díspares. Por um lado, consolidou-se no Haiti independente a visão de que era livre quem possuía terra, a concepção de liberdade dos antigos escravizados. Por outro, a interdição de medidas extra-pecuniárias, conquistada pelos trabalhadores no final do século XIX, trouxe a vitória final da ideologia abolicionista burguesa, ao conduzir as classes trabalhadoras a naturalizar a concepção muito particular de que ser assalariado significava ser livre.¹¹

⁹ FONER, *Free soil, free labor, free men*, p. x-xi.

¹⁰ Cf. MARQUESE, p. 82.

¹¹ Cf. MARQUESE, p. 82; STEINFELD, p. 234.

Este apêndice procura elucidar de forma sucinta o processo de elaboração dos dados expostos nesta dissertação que derivam dos censos dominiais e urbanos de Saint-Domingue (*recensements des biens domaniaux et urbains*) feitos nos anos revolucionários. As tabelas apresentadas no segundo capítulo são resultado de um longo processo, iniciado no segundo semestre de 2017, de decomposição crítica da fonte, reorganização de seus dados e produção de novas informações. Todo esse árduo procedimento necessário para conferir inteligibilidade ao documento talvez ajude a entender por que, até este momento, a historiografia não empreendeu análises mais sistemáticas dessa fonte – e isto a despeito de sua disponibilidade nos Archives Nationales d’Outre-Mer.

De 1795 a 1803, período de produção da fonte, não houve um padrão geral de preparação dos recenseamentos, principalmente no que toca às informações arroladas nos documentos. Por vezes mais de um censo é encontrado para uma paróquia em um mesmo ano – com elementos diferentes e até informações conflitantes –, enquanto outras paróquias possuem defasagem de dados. É evidente que isso pode expressar problemas na preservação da fonte ao longo do tempo, mas se relaciona também ao grau de controle do exército negro sobre cada uma dessas regiões. Para além da pluralidade de dados e formatos, o estado de conservação desses documentos é outro obstáculo ao pesquisador: alguns fólios apresentam corrosões severas e outros perderam a intensidade da tinta, elementos que dificultam a leitura dos manuscritos.

Todos os censos foram fotografados pelo orientador desta pesquisa, num total de aproximadamente 1.300 imagens, as quais, após uma primeira triagem, foram reduzidas a 600 fotos. Em seguida, os recenseamentos foram transcritos por inteiro em arquivo de Excel, discriminando as informações presentes em cada um deles. O arquivo, que conta com mais de 14.000 linhas, é a base para as todas as tabulações que foram – e ainda poderão – ser feitas.

A partir das transcrições, tornou-se possível a divisão das informações por paróquia, cada uma delas compartimentadas também pelos anos de registro. Caso mais de um censo tenha sido elaborado em um mesmo ano, comparamos os dados apresentados

de cada fazenda em busca de discrepâncias. Informações complementares eram unidas, ao passo que divergências de um mesmo elemento (por exemplo o valor do arrendamento) eram solucionadas pela escolha do menor valor. Feito isso para cada paróquia, coletamos as médias e medianas de todos os dados para encontrar um valor geral que representasse o padrão da paróquia em cada ano – sempre desconsiderando valores muito extremos, para mais ou para menos. Foi com base nesses conjuntos que produzimos as tabelas analisadas no segundo capítulo. São múltiplas as opções disponíveis para o rearranjo dos dados, que podem ir além do que apresentamos nesta dissertação.

Abaixo anexamos alguns exemplos de censos e do processo de tabulação feito a partir deles.

Anexo

- Comuna de Plaisance 1798, ANOM 5SUPDOM/1

The image displays two handwritten census tables from 1798 for the Comuna de Plaisance. The left page is titled 'Comuna de Plaisance' and the right page is titled 'Plaisance'. Both tables are organized into columns for various categories, including 'Nom. da fazenda', 'Área', 'Valor', and 'Imposto'. The tables contain numerous rows of data, likely representing individual property holdings and their associated taxes. The handwriting is in a cursive script typical of the late 18th century. The tables are laid out on a wooden surface, and the paper shows signs of age and wear.

- Transcrição dos censos dominiais e urbanos no Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	CAIXA	DEPARTAMENTO	DATA	ARRONDISSEMENT	COMUNA	CANTON	QUARTIER	NOME HABITATION	NOME PROPRE
2	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	AMBROISE JN PRE	
3	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	AMBROISE PRE LOUIS	
4	1	OESTE	1798			JACMEL	GOSSELINE	AUGUSTE MRE MAQ(Y)	
5	1	OESTE	1798			JACMEL	VALLÉ	AUBINET	
6	1	OESTE	1798			JACMEL	CAP ROUGE	BEGUÉS	
7	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE LA VOUTE	BAULIEU	
8	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	BAUDOIS-HEMIETTE	
9	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BROUSSE	
10	1	OESTE	1798			JACMEL	GOSSELINE	BUSCALHON	
11	1	OESTE	1798			JACMEL	ORANGERS	BERRY	
12	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BART	
13	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BROT-JCANETTE	
14	1	OESTE	1798			JACMEL	VALLÉ	BOURSIQUOT-RENÉ	
15	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BLERY	
16	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	BOURSIQUOT VE CHER	
17	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BOSU-ZABETH	
18	1	OESTE	1798			JACMEL	GRANDE RIVIERE	BOYÉ	
19	1	OESTE	1798			JACMEL	COQ-QLH-CHANTE	BRUNET-JN JACQUES	
20	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	BAUDOIS-VELUVE	
21	1	OESTE	1798			JACMEL	RIVIERE DE GAUCHE	BOUCHEREAU MIE	
22	1	OESTE	1798			JACMEL	COTES DE FEU	CIVADIER	
23	1	OESTE	1798			JACMEL	CAP ROUGE	CHENAIR ET OGÉ	
24	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	COSTELADE-CHARLES	
25	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	COSTELADE-PIERRE	
26	1	OESTE	1798			JACMEL	GOSSELINE	COUPET	
27	1	OESTE	1798			JACMEL	COTES DE FER	CABOUILLE	
28	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	CAZARLUS	
29	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	CANGÉ MARIE JEUNNE	
30	1	OESTE	1798			JACMEL	MONTAGNE DE JACMEL	COSTELADE-SUZANNE	

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
14152	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			JABRILON	
14153	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			BARITEAUX	
14154	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			MONETTE	
14155	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			MAGNY	
14156	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			CASTEL	
14157	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			COCETTE	
14158	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			THIOLON	
14159	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			MERON	
14160	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			LARNE	
14161	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			GRAPE	
14162	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			BOULÉ	
14163	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			BOUVARD	
14164	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			AMALUX	
14165	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			FAUCONNETTE	
14166	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			SEGOND	
14167	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			PAUSSELLE	
14168	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			DUVERNY PTE PLACE	
14169	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			ST TURIN	
14170	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			DUCANELLE	
14171	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			FLOSSAQ	
14172	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			COTIN	
14173	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PORT LIBERTE			ROBIN	
14174	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			MARCHAND	
14175	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			COURIEOL	
14176	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			CASTANETTE	
14177	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			BERTIN	
14178	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			GUBERT	
14179	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			BLAIN	
14180	5	NORTE	1803	CAP HAÏTIEN	PLAISANCE			DAUGRAUD	
14181									

- Tabelas realizadas a partir das transcrições

	A	B	C	D	G	H	J	K	AD	AJ	AL
1	CAIXA	DEPARTAMENTO	DATA	ARRONDISSEMENT	QUARTIER	NOME HABITATION	NOME GERENTE	CULTURA	NUM CULTIVADORES	PESO PRODUÇÃO	MULAS
2	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	BACONAI	NICOLAS [GERENT]	AÇUCAR	35	3997	11
3	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	BAYON	LA BOLLE [GERENT]	AÇUCAR	140	4510	12
4	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	CHABOT	HUEL [GERENT]	AÇUCAR	110	16689	18
5	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	DEGOUTEU	JH HALUANGS [GERENT]	AÇUCAR	59	11162	9
6	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	JOUBERT	LOUIS BERTRAND [GERENT]	AÇUCAR	45	9687	10
7	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	LACORÉE	THOMAS MONTREUIL [GERENT]	AÇUCAR	60	4536	12
8	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	LAVAUD	LEANDRE FIERE [GERENT]	AÇUCAR	50	12262	
9	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	MONDION	THOMAS [GERENT]	AÇUCAR	140	26992	33
10	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	NORMAND	HILLAIUE [GERENT]	AÇUCAR	110	14673	18
11	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	PETITTOY	JEAN PATY [GERENT]	AÇUCAR	120	27442	15
12	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	RUSSY	GUILLLOT [GERENT]	AÇUCAR	89		6
13	5	NORTE	1795	CAP	UMBÉ	SAGE	JN BTE CHAILEAU [GERENT]	AÇUCAR	140	31447	18
14	TOTAL								99,5	163397	12

	A	B	C	E	F	G	H	J	K	L	R	U
1	CAIXA	DEPARTAMENTO	DATA	COMUNA	CANTON	QUARTIER	NOME HABITATION	NOME PROPRIETARIO	NOME ARRENDATÁRIO	CULTURA	PREÇO PRODUTO	AREA TERRA
2	4	NORTE	1796			PLAISANCE	ALBERT			CAFE		
3	4	NORTE	1798	PLAISANCE			ALBERT			CAFE	500	50
4	4	NORTE	1798	PLAISANCE			ALBERT [1 PRAIRIAL]			CAFE	500	50
5	4	NORTE	1800	PLAISANCE	PIMENT		ALBERT	ALBERT	LUC	CAFE	568	
6	4	NORTE	1802	PLAISANCE	PIMENT		ALBERT	ALBERT	LUC	CAFE	586	
7												
10	4	NORTE	1796			PLAISANCE	AUTREUX			CAFE		
11	4	NORTE	1797			PLAISANCE	AUTREUX		PIERROT [GERANT]	CAFE		
12	4	NORTE	1798	PLAISANCE			AUTREUX			CAFE	1333	30
13	4	NORTE	1798	PLAISANCE			AUTREUX [1 PRAIRIAL]			CAFE		
14	4	NORTE	1798			PLAISANCE	AUTREUX		BTE COURTOIS	CAFE	1333	
15	4	NORTE	1798	PLAISANCE			AUTREUX			CAFE	600	30
16	4	NORTE	1800	PLAISANCE	LATROUBLE		AUTREUX	AUTREUX	THOMAS ET COMPE	CAFE	600	
17	4	NORTE	1802	PLAISANCE	LATROUBLE		AUTREUX		THOMAS	CAFE	600	25
18	4	NORTE	1803	PLAISANCE			AUTREUX			CAFE		
19												
20	4	NORTE	1796			PLAISANCE	BALLON ET DAUSSIGNÉ			CAFE		
21	4	NORTE	1797			PLAISANCE	BALLON ET DAUSSIGNÉ		THOMAS VIARD [GERANT]	CAFE	3000	
22	4	NORTE	1798	PLAISANCE			BALLON DAUSSIGNÉ		POLIDOR GERANT	CAFE	1000	180
23	4	NORTE	1798	PLAISANCE			BALLON DAUSSIGNÉ [1 PRAIRIAL]			CAFE	1000	180
24	4	NORTE	1800	PLAISANCE	MAPOU		BALLON DAUSSIGNÉ	BALLON DAUSSIGNÉ	POLLIDOR	CAFE	1000	
25												
26	4	NORTE	1796			PLAISANCE	VEUVE BALLON			CAFE		
27	4	NORTE	1797			PLAISANCE	VEUVE BALLON		GUIBERT FILS (POLIDOR [GERANT])	CAFE	6000	
28	4	NORTE	1798	PLAISANCE		PLAISANCE	VEUVE BALLON		FAUCLUR OFFR [REFAM...]	CAFE	6000	
29	4	NORTE	1798	PLAISANCE			VEUVE BALLON			CAFE	2667	60
30	4	NORTE	1798	PLAISANCE			VEUVE BALLON [1 PRAIRIAL]			CAFE	2667	60

I. Fontes

a) Manuscritas: Archives Nationales D'Outre-Mer

ANOM, 7DPPC 5839-5846

ANOM, 7DPPC 6322-6328

ANOM, 7DPPC 7442-7448

ANOM, 7DPPC 5912-5918

ANOM, 7DPPC 6422-6426

ANOM, 7DPPC 7240-7243

ANOM, 7DPPC 7205-7206

b) Impressas

ACACIA, Michel, DUBOIS, Laurent & GAFFIELD, Julia(Ed.). Constitutional documents of Haiti, 1790-1860. In: DIPPEL, Horst (ed.). *Constitutions of the World from late 18th Century to the Middle of the 19th Century*. New York: De Gruyter, 2013.

ANÔNIMO. *Extrait d'une lettre de Saint-Domingue*. Paris : Plancher, 1819. ANÔNIMO. *Manuscrit d'un voyage de France à Saint Domingue, à la Havanne et aux Unis États d'Amérique*. France [?] : 1816.

BENOÎ, Gouly. *Vues générales sur l'importance du commerce des colonies, sur l'origine et le caractère du peuple qui les cultive, avec quelques observations et réflexions sur les sources des désastres de celle du Nouveau-Monde, depuis la Révolution*. Paris: Imprimerie de Rubat, 1795.

BLANCHELANDE, Philibert F.R. *Mémoire de M. de Blanchelande, sur son administration à Saint-Domingue*. Cap-Français: Chez Dufour de Rians, 1791.

BOISROND-TONNERRE, Louis. *Mémoires pour servir à l'histoire d'Haïti, par Boisorond-Tonnerre, précédés de différents actes politiques dus à sa plume*. In : SAINT-RÉMY (ed.). Paris : France Libraire, 1851.

BROWN, Jonathan. *The history and the present condition of St. Domingo*. 2 vols. Philadelphia : William Marshall and Co, 1837.

CARTEAU, Jean-Félix. *Histoire des désastres de Saint-Domingue*. Bordeaux : Chez Pellier-Lawalle, 1802.

CHANLATTE, Juste. *Histoire de la catastrophe de Saint-Domingue, avec la correspondance des généraux Leclerc, ... Henry Christophe, ... Hardy, Vilton, etc., ... publiés par A.-J.-B Bouvet de Cressé*. Paris : Librairie de Peytieux, 1824.

DALMAS, Antoine. *Histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Mame frères, 1814.

DESCOURTILTZ, M. E. *Histoire des désastres de Saint-Domingue*. Paris : Garmey, 1795.

_____. *Voyage d'un naturaliste et ses observations*. 3 vols. Paris : Père Dufart, 1805. *Du seul parti à prendre à l'égard de Saint-Domingue*. Paris: Delaunay et Pélicier, 1819.

EDWARDS, Bryan. *An historical survey of the island of Saint Domingo, together with an account of the Maroon negroes in the island of Jamaica*. London : John Stockdale, 1801.

GARRAN-COULON, Jean-Phillipe. *Rapport sur les troubles de Saint-Domingue*. 4 vols. Commission des Colonies. Paris : Imp. nationale, 1797-99.

GASTINE, Civique de. *Histoire de la République d'Haïti ou S. Domingue, l'esclavage et les colons*. Paris : Plancher, 1819.

GROS, Mr. *Isle de Saint Domingue, Province du Nord. Précis historique*. Paris : Imprimerie L. Poitier de Lille, 1793.

HERBIN DE HALLE, P-E. et PEUCHET, J. *Statistique générale et particulière de la France et de ses colonies*. 7 vols. Paris: F. Buisson, 1803. Vol. 7.

LABORIE, Pierre J. *The coffee planter of Saint Domingo*. London: T. Cadell and W. Davis, 1798.

LACROIX, Pamphile de. *Mémoires pour servir à l'histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Pillet aîné, 1820.

La proclamation de l'Indépendance, 1er janvier 1804. *Outre-mers*, tome 90, n°340-341, 2e semestre 2003. Haïti Première République Noire.

LAUJON, A. *Précis historique de la dernière expédition de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Delafolie et Le Normant, 1806.

LECLERC, V-E. *Lettres du Général Leclerc, commandant en chef de l'armée de Saint-Domingue en 1802*. Edited by Paul Roussier. Paris: Ernest Leroux, 1937.

LOUVERTURE, Toussaint. *Proclamation, Toussaint Louverture, : général en chef, de l'armée de Saint-Domingue, a ses concitoyens de la ville du Cap, aux militaires de sa garnison et aux cultivateurs de la Plaine*. Cap : Roux Imprimeur, IX Fructidor {1800}.

_____. *Mémoires du Général Toussaint-L'Ouverture écrits par lui-même, pouvant servir à l'histoire de sa vie*. Paris : Pagnerre, 1853.

MALENFANT, Colonel. *Des colonies et particulièrement de celle de Saint-Domingue*. Paris : Audibert, 1814.

MAREC, Pierre. *Rapport fait au nom de la Commission des colonies-occidentales sur la situation de l'isle Saint-Domingue*. Paris : Imprimerie Nationale, 1797.

MÉTRAL, Antoine. *Histoire de l'insurrection des esclaves dans le nord de Saint-Domingue*. Paris: F. Scherff, 1818.

_____. LOUVERTURE, Isaac. *Histoire de l'expédition des français, à Saint-Domingue, sous le consulat de Napoléon Bonaparte*. Paris : Fanjat Ainé et Antoine-Augustin Renouard, 1825.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. Letters of Toussaint Louverture and of Edward Stevens, 1798-1800. *The American Historical Review*, Vol. 16, No. 1 (Oct., 1910), pp. 64-101.

PRADT, abade Dominique-Georges-Frédéric de. *Pièces relatives à Saint-Domingue et à l'Amérique, mises en ordre par M. De. Pradt*. Paris : Béchét, 1818.

PONS, François Joseph de. *Observations sur la situation politique de Saint-Domingue*. Paris : Imprimerie de Quillau, 1790.

RAINSFORD, Marcus - *An historical account of the black empire of Hayti: comprehending a view of the principal transactions in the Revolution of Saint Domingo, with its antient and modern state*. London: Albion Press Printed, 1805.

RAYMOND, Julien. *Correspondance de Julien Raimond, avec ses frères, de Saint-Domingue, et les pièces qui lui ont été adressées par eux*. Paris: Imp. du Cercle Social, 1794.

ROUVRAY, M. et Mme. de. *Une correspondance familiale au temps des troubles de Saint- Domingue (1791-1796). Lettres du marquis et de la marquise de Rouvray à leur fille*. Ed. McINTOSH, M. E e WEBER, B. C. Paris : Société de l'histoire des colonies françaises, 1959.

WIMPFEN, François Alexandre. *Saint-Domingue à la veille de la révolution, souvenirs du Baron de Wimpffen*. In : SAVINE, Albert (ed.). *Collection Historique Illustré*. Paris : L. Michaud, 1911.

II. Bibliografia

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. The Rise of Europe, Atlantic Trade, Institutional Change and Economic Growth. *The Economic American Review*, Vol. 95, No. 3, June 2005, p. 546-579.

ADAMS, Donald R. Prices and Wages in Maryland, 1750-1850. *The Journal of Economic History*, Vol. 46, No. 3, Sep. 1986, p. 625-645.

ADELMAN, Jeremy. An Age of Imperial Revolutions. *The American Historical Review*, Vol. 113, No. 2, Apr., 2008, p. 319-340.

ALBERTONE, Manuela & FRANCESCO, Antonio de (Eds.) *Rethinking the Atlantic World: Europe and America in the Age of Democratic Revolutions*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

ALFONSO, Felipe Rodrigues. *A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ALIMENTO, Antonella & STAPELBROEK, Koen (Eds.). *The Politics of Commercial Treaties in the Eighteenth Century: Balance of Power, Balance of Trade*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

ANDRADE, Elias Alves de. *Características paleográficas em carta do século XVIII*. Polifonia, Vol. 22, No. 31, 2015, p. 554-564.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 10a reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

BALANDIER, Georges. La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, NOUVELLE SÉRIE, GEORGES BALANDIER LECTURE ET RELECTURE, Vol. 110, Janvier-Juin 2001, p. 9-29.

BANAJI, Jairus. The Fictions of Free Labor: Contract, Coercion, and So-Called Unfree Labour. *Historical Materialism*, Leiden, Vol. 11:3, 2003, p. 69-95.

BATHÉLÉMY, Gérard. Aux origines d’Haiti: “Africains” et paysans. *Outre-mers*, Vol. 90, No. 340-341, 2e semestre 2003, p. 103-120.

BEAU, Michel. Le bureau de la balance du commerce (1781-1791). *Revue d’histoire économique et sociale*, Vol. 42, No. 3, 1964, p. 357-377.

BELL, Herbert C. British Commercial Policy in the West Indies, 1783-93. *The English Historical Review*, Vol. 31, No. 123, Jul., 1916, p. 429-441.

BELL, Madison Smartt. *Toussaint Louverture: A Biography*. New York: Pantheon Books, 2007.

BELLEGARDE, Dantes. Alexandre Petion: The Founder of Rural Democracy in Haiti. *Caribbean Quarterly*, Vol. 3, No. 3, December 1953, p. 167-173.

BEN-ATAR, Doron. *The Origins of Jeffersonian Commercial Policy and Diplomacy*. London: Palgrave Macmillan, 1993.

BÉNOT, Yves. *La Révolution française et la fin des colonies*. Paris: La Découverte, 1988.

_____. Comment la Convention a-t-elle voté l'abolition de l'esclavage en l'an II ? *Annales historiques de la Révolution française*, No. 293-294, 1993, p. 349-361.

_____ & DORIGNY, Marcel (Eds.). *Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises, 1802 ruptures et continuités de la politique coloniale française, 1800-1830 : aux origines d'Haïti - actes du colloque international tenu à l'Université de Paris VIII les 20, 21 et 22 juin 2002*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003.

BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERG, Maxine. In Pursuit of Luxury: Global History and British Consumer Goods in the Eighteenth Century. *Past & Present*, No. 182, Feb. 2004, p. 85-142.

BJORK, Gordon C. The Weaning of the American Economy: Independence, Market Changes, and Economic Development. *The Journal of Economic History*, Vol. 24, No. 4, Dec., 1964, p. 541-560.

BLACKBURN, Robin. *A Construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. Kindle edition, Verso, 2013.

_____. Haiti, slavery and the age of the democratic revolution. *The William and Mary Quarterly*, Third Series. Vol. 63. No. 4, 2006, p. 643-674.

BLANCPAIN, Francois. *La condition des paysans haitiens: du code noir aux codes ruraux*. Paris: Karthala, 2003.

_____. *Histoire de Saint-Domingue Haïti*. Matoury: Ibis Rouge, 2016.

BLANNING, Timothy C. *Aristocratas versus burgueses? A Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BOULLE, Pierre H. Slave Trade, Commercial Organization and Industrial Growth in Eighteenth-Century Nantes. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Vol. 59, No. 214, 1er trimestre 1972. p. 70-11.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais, a longa duração. *Revista de História*, Vol. XXX, No. 62, Abril-Junho, 1965.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. 3 vols. 2a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BREEN, T. H. "Baubles of Britain": The American and Consumer Revolutions of the Eighteenth Century. *Past & Present*, No. 119, May 1988, p. 73-10.

BROWN, Christophe Leslie & MORGAN, Philip. D. (Eds.). *Arming Slave: From Classical Times to the Modern Age*. New Heaven: Yale University Press, 2006.

BROWN, Gordon S. *Toussaint's Clause: The Founding Fathers and the Haitian Revolution*. Jackson: University Press of Mississippi, 2005.

BROWN, Vincent. Social Death and Political Life in the Study of Slavery. *American Historical Review*. Vol. 114, No. 5, Dezembro 2009, p. 1231-1249.

BUDIL, Ivo. Fall of Ancient Regime at Saint Domingue. *West Bohemian Historical Review*, No. 1, 2011, p. 47-78.

BURNARD, Trevor & GARRIGUS, John. *The Plantation Machine: Atlantic Capitalism in French Saint-Domingue and British Jamaica*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

CABANTOUS, Alain. Résistance de principe ou lucidité intellectuelle? Les historiens français et l'histoire atlantique. *Presses Universitaires de France*, No. 663, 2012-13, p. 705-726.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. *Camponeses brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASSLEMAN, David A. "The Friendly Disposition": American Relations with Toussaint Louverture and Revolutionary Saint-Domingue, 1798-1801. Thesis of Bachelor of Arts. Michigan: University of Michigan, 2012.

CATTERAL, Douglas & CAMPBELL, Jodi (Eds.). *Women in Port: Gendering Communities, Economies, and Social Networks in Atlantic Port Cities, 1500–1800*. Leiden: Brill, 2012.

CAUNA, Jacques de. La Révolution à Port-au-Prince (1791-1792) vue par un Bordelais. *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, Vol. 101, No. 185-186, 1989, p. 169-200.

_____. Polverel et Sonthonax, deux voies pour l'abolition de l'esclavage. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Vol. 84, No. 316, 3e trimestre 1997, p. 47-53.

_____. Les Aquitains à Saint-Domingue : Une Approche Quantitative Globale du Phénomène de la Colonisation Régionale aux Antilles Françaises (fin XVIII ème siècle). *Proceedings of the Meeting of the French Colonial Historical Society*, Vol. 22, 1998, p. 31- 48.

_____. *Au temps des isles à sucre: Histoire d'une plantation de Saint Domingue au XVIIIe siècle*. Paris: Karthala, 2003.

_____. Les secours aux réfugiés de Saint-Domingue à Bordeaux: à la recherche de l'homme de couleur invisible. *Revue d'Histoire Haïtienne*, No. 1, 2019, p. 409-434.

CÉLIUS, Carlo Avierl. Le modèle social haïtien: Hypothèses, arguments et méthode. *Pouvoirs dans la Caraïbe*, 1997, p. 1-23.

CÉSAIRE, Aimé. *Toussaint Louverture : la Révolution française et le problème colonial*. (1 edição 1960). Paris : Présence Africaine, 1981.

CHANG, Magda Holan Yu. A Economia-Mundo Capitalista: conceitos e considerações histórico-espaciais. *E-metropolis*, Ano 4, No. 15, dezembro 2013, p. 44-53.

CHAPLIN, Joyce. Expansion and Exceptionalism in Early American History. *The Journal of American History*, Vol. 89, No. 4, Mar., 2003, p. 1431-1455.

CHARLES, Loïc & CHENEY, Paul. The Colonial Machine Dismantled: Knowledge and Empire in the French Atlantic. *Past & Present*, No. 219, April 2013, p. 127-163.

CHARLES, Loïc & DAUDIN, Guillaume. La collecte du chiffre au XVIIIe siècle: le Bureau de la balance du commerce et la production des données sur le commerce extérieur de la France. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, No. 58, p. 128-155.

CHAUNU, Pierre. Histoire Quantitative ou Histoire Sérielle. *Cahiers Vilfredo Pareto*. Vol. 2, No. 3, 1964, p. 165-176.

CHENEY, Paul. Les économistes français et l'image de l'Amérique: L'essor du commerce transatlantique et l'effondrement du «gouvernement féodal». *Dix-huitième Siècle*, No. 33, 2001, p. 231-245.

_____. A False Dawn for Enlightenment Cosmopolitanism? Franco-American Trade during the American War of Independence. *The William and Mary Quarterly*, Third Series. Vol. 63, No. 3, Jul. 2006, p. 463-488.

_____. *Cul de Sac: Patrimony, Capitalism, and Slavery in French Saint-Domingue*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

_____. Haiti's Commercial Treaties: Between Abolition and the Persistence of the Old Regime. In: ALIMENTO, A. & STAPELBROCK, K. (Eds.) *The Politics of Commercial Treaties in the Eighteenth Century: Balance of Power, Balance of Trade*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

_____. La Persistance de l'Ancien Régime à Haïti: mode de production et idéologie nationaliste. *La Révolution française*, No. 14, 2018, p. 1-18.

CHEW, Richard Smith. *The measure of independence: From the American Revolution to the market revolution in the mid - Atlantic*. Tese (Doutorado em História) - Department of History - The College of William and Mery, Virginia, 2002.

CLARENCE-SMITH, William G. & TOPIK, Steven. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CLEMENS, Paul G. E. The Consumer Culture of the Middle Atlantic, 1760-1820. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, Vol. 62, No. 4, Oct., 2005, p. 577- 624.

CLÉMENT, Alain. "Du bon et du mauvais usage des colonies": politique coloniale et pensée économique française au XVIIIe siècle. *L'Harmattan*, No. 56, 2009, p. 101-127.

_____. Libéralisme et Anticolonialisme: La pensée économique française et l'effondrement du premier empire colonial (1789-1830). *Presses de Sciences Po*, Vo. 63, 2012, p. 5-26.

CLEVES, Rachel Hope. "Jacobins in this Country": The United States, Great Britain, and Trans-Atlantic Anti-Jacobinism. *Early American Studies*, Vol. 8, No. 2, Primavera 2010, p. 410-445.

COATSWORTH, John H. American Trade with European Colonies in the Caribbean and South America, 1790-1812. *The William and Mary Quarterly*, Vol. 24, No. 2, Apr. 1967, p. 243-266.

COHEN, David W. & GREENE, Jack P. (Eds.). *Neither Slave nor Free: The Freedmen of African Descent in the Slaves Societies of the New World*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1974.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COURTWRIGHT, David T. *Forces of Habit: drugs and the making of the new world*. Boston: Harvard University Press, 2002.

COVO, Manuel. *Commerce, empire et révolutions dans le monde atlantique : La colonie française de Saint-Domingue entre métropole et États-Unis (ca. 1778 – ca. 1804)*. Tese (Doutorado em História) – École doctorale en Sciences Sociales - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2013.

COWAN, Brian William. *The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse*. New Haven: Yale University Press, 2005.

CROTHERS, Glenn. Commercial Risk and Capital Formation in Early America: Virginia Merchants and the Rise of American Marine Insurance, 1750-1815. *The Business History Review*, Vol. 78, No. 4, Inverno 2004, p. 607-633.

CROWLEY, John. Neo-Mercantilism and the Wealth of Nations: British Commercial Policy after the American Revolution. *The Historical Journal*, Vol. 33, No. 2, Jun. 1990, p. 339-360.

CURRAN, Andrew S. *The anatomy of blackness: science and slavery in an age of Enlightenment*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.

CURTIN, Philip D. *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. *The rise and fall of the plantation complex: essays in Atlantic history*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2005.

DAUPHIN, Claude. Une scène d'opéra pendant la guerre d'indépendance haïtienne. *Revue d'Histoire Haïtienne*, No. 1, 2019, p. 327-352.

DAVIS, Brion Davis. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. New York: Oxford University Press, 1999.

DAWDY, Shannon Lee. La Nouvelle-Orléans au XVIIIe siècle: Courants d'échange dans le monde caraïbe. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Vol. 63, No. 3, Maio-Junho, 2007, p. 663-685.

DEBIEN, Gabriel. Les plans et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue: La plantation La Merveillère aux Anse-à-Pilre (1789-1792). *Revue d'histoire et de géographie d'Haïti*. Vol. 14, No. 51, Port-au-Prince, oct. 1943, p. 12-32.

_____. *Les colons de Saint-Domingue et la Révolution: Essai sur le Club Massiac (Août 1789 – Août 1792)*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.

_____. As grandes plantações de São Domingos nos últimos anos do século XVIII. *Revista de História*, Vol. 11, No. 23, 1955, p. 135-161.

_____. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962.

_____. Les esclaves aux Antilles françaises, XVIIe-XVIIIe siècles. Basse-Terre: Société d'histoire de la Guadeloupe, 1974.

_____. La fortune et la famille d'un colon poitevin: une caféière a Saint-Domingue (1770-1803). Niort: Société historique et scientifique des Deux-Sèvres, 1977.

DERMIGNY, Louis. Circuits de l'argent et milieux d'affaires au XVIIIe siècle. *Revue Historique*, Vol. 212, No. 2, 1954, p. 239-278.

DESSENS, Nathalie. *From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.

DOUKI, Caroline & MINARD, Philippe. Histoire Globale, Histoires Connectées: Un changement d'échelle historiographie?. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, No. 54-4 bis, 2007, p. 7-21.

DUARTE, Evandro C. P. & QUEIROZ, Marcos Vinicius. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o Constitucionalismo em face do Lado Oculto da Modernidade. *Direito, Estado e Sociedade*, No. 49, jul/dez 2016, p. 10-42.

DRECHER, Seymour. *Abolição: Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DUARTE, Evandro C. P. & QUEIROZ, Marcos Vinicius L. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o Constitucionalismo em face do Lado Oculto da Modernidade. *Direito, Estado e Sociedade*, No. 49, jul. – dez. 2016, p. 10-42.

DUBOIS, Laurent. An Atlantic Revolution. *French Historical Studies*, Vol. 32, No. 4, 2009, p. 655-661.

_____. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press, 2004.

DULL, Jonathan R. *The French Navy and the Seven Years' War*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005.

DUN, James Alexander. "What Avenues of Commerce, Will You, Americans, Not Explore!": Commercial Philadelphia's Vantage onto the Early Haitian Revolution. *The William and Mary Quarterly*. Third Series, Vol. 62, No. 3, Julho 2005, p. 473-504.

_____. *Dangerous Neighbors: Making the Haitian Revolution in Early America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

DUPUY, Alex. *Haiti in the World Economy: Class, Race, and Underdevelopment Since 1700 (Latin American Perspectives)*. New York: Routledge, 1989.

ELTIS, David; LEWIS, Frank D.; RICHARDSON, David. Slave Prices, the African Slave Trade, and Productivity in the Caribbean, 1674-1807. *The Economic History Review, New Series*, Vol. 58, No. 4, Novembro 2005, p. 673-700.

FERRER, Ada. Haiti, Free Soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic. *The American Historical Review*. Vol. 117, No. 1, 2012, p. 40-66.

_____. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. *Almanack*, No. 3, 1o semestre de 2012, p. 37-53.

_____. *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2014.

FICK, Carolyn. Dilemmas of Emancipation: from the Saint Domingue Insurrections of 1791 to the Emerging Haitian State. *History Workshop Journal*, No. 46, 1998, p. 1-15.

_____. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, p. 11-40.

_____. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004.

_____. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, No. 2, 2004, p. 355-380.

_____. Revolutionary Saint Domingue and the Emerging Atlantic: Paradigms of Sovereignty. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 31, No. 2, 2008, p. 121-144.

_____. From slavery colony to black nation: Haiti's Revolutionary Inversion. In: TURINO, John (Ed.). *New Countries*. Durham: Duke University Press, 2016.

_____. La Révolution haïtienne dans l'Atlantique révolutionnaire. *Revue d'Histoire Haïtienne*, No. 1, 2019, p. 151-188.

FIERING, Norman & GEGGUS, Davis P. (Eds.). *The World of the Haitian Revolution*. Indiana University Press, 2009.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

FISHER, Sibylle. *Modernity Disavowed: Haiti and the cultures in the Age of Revolution*. Durham: Duke University Press, 2004.

FISTEIN, David. Theory and the Social Revolution in Haiti. *Journal of Haitian Studies*. Vol. 15, No. 1/2, Haitian Studies Association 20th Anniversary Issue, 2009, p. 180-202.

FLYNN, Dennis O. & GIRÁLDEZ, Arturo. Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century. *Journal of World History*, Vol. 13, No. 2, Fall, 2002, p. 391-427.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Free soil, free labor, free men: the ideology of the Republican Party before the Civil War*. (1st ed. 1970). New York: Oxford University Press, 1995.

FONER, Laura. The Free People of Color in Louisiana and St. Domingue: A Comparative Portrait of Two Three-Caste Slave Societies. *Journal of Social History*, Vol. 3, No. 4, Summer 1970, p. 406-430.

FORSICK, Charles & HØGSGJERG, Christian. *Toussaint Louverture: A Black Jacobin in the Age of Revolutions*. London: Pluto Press, 2017.

FORESTIER, Albane. Risk, kinship and personal relationships in late eighteenth-century West Indian trade: The commercial network of Tobin & Pinney. *Business History*, Vol. 52, No. 6, 2010, p. 912-931.

_____. A “considerable credit” in the late eighteenth-century French West Indian trade: the chaurands of Nantes. *French History*, Vol. 25, No. 1, 2011, p. 48-68.

FOUBER, Bernard. Les habitations Foäche à Jérémie (Saint-Domingue). 1772-1802. *Outre-mers*, Vol. 96, n°364-365, 2e semestre 2009, p. 163-207.

FRENCH, Christopher. Eighteenth-Century Shipping Tonnage Measurements. *The Journal of Economic History*, Vol. 33, No. 2, Jun., 1973, p. 434-443.

FROSTIN, Charles. *Les révoltes blanches à Saint-Domingue aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: L'École, 1975.

FRUCHT, Richard; KARACH, Mary; MARSHALL, Woodvile & MINTZ, Sidney. Slavery and the Rise of Peasantries [with Commentary]. *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, Vol. 6, No. 1, Summer/Été 1979, p. 213-253.

FURET, François. Histoire quantitative et construction du fait historique. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Vol. 26, No. 1, 1971. p. 63-75.

GAFFIELD, Julia. Haiti and Jamaica in the Remaking of the Early Nineteenth-Century Atlantic World. *The William and Mary Quarterly*, Vol. 69, No. 3, Julho 2012, p. 583-614.

_____. *Haitian Connections in the Atlantic World: Recognition after Revolution*. Chapel Hill: North Carolina Press, 2015.

GAINOT, Bernard. Le Général Leveaux, Gouverneur de Saint-Domingue, Deputé Néo-Jacobin. *Annales historiques de la Révolution française*, No. 278, out/dez 1989, p. 433-454.

_____. La naissance des départements d' Outre-Mer: La loi du 1er janvier 1798. *Revue d'histoire des Mascareignes et de l'Océan Indien*, No. 1, 1998, p. 51-74.

GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, Vol. 111, No. 3, Junho 2006, p. 741-757.

GARES, Albert. Stephen Girard's West Indian Trade 1789-1812. *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, Vol. 72, No. 4, out 1948, p. 311-342.

GARRIGUS, John D. Blue and Brown: Contraband Indigo and the Rise of a Free Colored Planter Class in French Saint-Domingue. *The Americas*. Vol. 50, No. 2, Outubro 1993, p. 233-263.

_____. White Jacobins/ Black Jacobins: Bringing the Haitian and French Revolutions Together in the Classroom. *French Historical Studies*, Volume 23, Number 2, Spring 2000, p. 259-275.

_____. *Before Haiti: Race and Citizenship in the French Saint-Domingue*. New York : Palgrave Macmillan, 2006.

_____. Opportunist or Patriot? Julien Raimond (1744–1801) and the Haitian Revolution. *Slavery and Abolition*, Vol. 28, No. 1, abril 2007, p. 1–21.

GASPER, David Barry. *A Turbulent Time: the French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

GAUTIER, Arlette. *Les soeurs de Solitude : la condition féminine dans l'esclave aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle*. Paris: Éditions Caribéennes, 1985.

GAUTIER, Florence. De Mably à Robespierre : un programme économique égalitaire 1775-1793. *Annales historiques de la Révolution française*, No. 261, 1985. p. 265-289.

GEGGUS, David P. The Slaves of British - Occupied Saint Domingue: An Analysis of the Workforces of 197 Absentee Plantations, 1796-1797. *Caribbean Studies*. Vol. 18, No. 1/2, Apr. - Jul., 1978, p. 5-41.

_____. Jamaica and the Saint Domingue Slave Revolt, 1791-1793. *The Americas*, Vol. 38, No. 2, Oct. 1981, p. 219-233.

_____. *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint-Domingue, 1793-1798*. New York: Clarendon Press, 1982.

_____. British Opinion and the Emergence of Haiti, 1791-1805. In: WALVIN, James (Ed.). *Slavery and British Society, 1776-1846*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1982.

_____. Slave Resistance Studies and the Saint Domingue Slave Revolt: Some Preliminary Considerations. *LACC Occasional papers series*, Vol. 3, No. 4, 1993, p. 1-36,

_____. The French and Haitian Revolutions, and resistance to slavery in the Americas: an overview. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Vol. 76, No. 282, 1989, p. 107-124.

_____. Urban Development in 18th century Saint Domingue. *Bulletin du Centre d'Histoire des Espaces Atlantiques*, No. 5, 1990, p. 197-228.

_____. Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, Ira & MORGAN, Philip (Eds.). *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of the Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

_____. (Ed.). *The impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

_____. The French Slave Trade: An Overview. *The William and Mary Quarterly*, Vol. 58, No. 1, Jan 2001, p. 119-138.

_____. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana university press, 2002.

_____. Toussaint Louverture and the Haitian Revolution. In: ANDERSON, David L., HUPCHICK, Dennis P & WEISBERGER, R. William. *Profiles of Revolutionaries in Atlantic History*. New York: Columbia University Press, 2007.

_____. Slave society in the sugar plantation zones of Saint Domingue and the revolution of 1791–93. *Slavery & Abolition*, Vol. 20, No. 2, p. 31-46.

_____. Slave Rebellion during the Age of Revolution. In: KLOOSTER, Wim & OOSTINDE, Gert (eds.). *Curaçao during the Age of Revolutions, 1795-1800*. Leiden: KITLV Press, 2011.

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

GERLUS, Jean-Claude. Revolution and Nation-State Formation: The Economic Origins of the Haitian Military. *Caribbean Studies*. Vol. 29, No. 2, Jul. - Dec. 1996, p. 238-252.

GERVAIS, Pierre. « Agriculture, and Commerce as its Handmaid » L'économie politique et les toasts publics en 1793. *Transatlantica*, No. 1, 2002, p. 1-18.

_____. Neither imperial, nor Atlantic: A merchant perspective on international trade in the eighteenth century. *History of European Ideas*, Vol. 34, 2008, p. 465-473.

_____. Crédit et Filières au XVIIIe siècle. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 67, No. 4, 2012, p. 1011-1048.

GETACHEW, Adom. Universalism After the Post-colonial Turn: Interpreting the Haitian Revolution. *Political Theory*, Vol. 44, No. 6 (December 2016), p. 821-845.

GIRÁLEZ, Arturo & FLYNN, Dennis O. Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century. *Journal of World History*, Vol. 13, No. 2, 2002, p. 391-427.

GIRARD, Philippe. Black Talleyrand: Toussaint Louverture's Diplomacy, 1798- 1802. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, Vol. 66, No. 1, jan 2009, p. 87- 124.

_____. Trading races: Joseph and Marie Bunel, a Diplomat and a Merchant in Revolutionary Saint-Domingue and Philadelphia. *Jornal of the Early Republic*, V. 30, No. 3, Fall 2010, p. 351-376.

_____. *The Slaves Who Defeated Napoléon: Toussaint Louverture and the Haitian War of Independence, 1801-1804*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2011.

_____. Jean-Jacques Dessalines and the Atlantic System: A Reappraisal. *The William and Mary Quarterly*, Vol. 69, No. 3, July 2012, p. 549-582.

_____. The Haitian Revolution, History's New Frontier: State of the Scholarship and Archival Sources. *Slavery & Abolition*, Vol. 34, No. 3, 2013, p. 485–507.

_____. *Toussaint Louverture: A Revolutionary Life*. New York: Basic Books, 2016.

_____. What's in a Name? Slave Trading during the French and Haitian Revolutions. *The William and Mary Quarterly*, Vol. 76, No. 4, out 2019, p. 763-796.

GIRAULT, Christian A. *Le commerce du café en Haïti: habitants, spéculateurs et exportateurs*. Paris : Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

GLAISYER, Natasha. Trade and Exchange in the Eighteenth-Century British Empire. *The Historical Journal*, Vol. 47, No. 2, Jun., 2004, p. 451-476.

GODDEN, Richard. Absalom, Absalom!, Haiti and Labor History: Reading Unreadable Revolutions. *ELH*, Vol. 61, No. 3 (Autumn, 1994), p. 685-720.

GODECHOT, Jacques. Les Relations Economiques entre la France et les Etats-Unis de 1778 a 1789. *French Historical Studies*, Vol. 1, No. 1, 1958, p. 26-39.

GOMEZ, Alejandro. *Le syndrome de Saint-Domingue*. Perceptions et représentations de la Révolution haïtienne dans le Monde atlantique, 1790-1886. Tese (Doutorado). Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2010.

GONZALEZ, Johnhanry. *The War on Sugar: forced labor, commodity production and the origins of the Haitian peasantry, 1791-1843*. Tese (Doutorado em Filosofia) – The Faculty of the Division of the Social Sciences – University of Chicago, Chicago, 2012.

_____. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019.

GOODMAND, Dena & NORBERG, Kathryn (Eds.). *Furnishing the Eighteenth Century: What Furniture Can Tell Us about the European and American Past*. London; New York: Routledge, 2007.

_____, LOVEJOY, Paul & SHERRATT, Andrew. *Consuming Habits: Global and historical perspectives on how cultures define drugs*. (1a edição 1997). New York: Routledge, 2007.

GOULG, Eliga H. & ONUF, Peter S. (Eds.). *Empire and Nation: The American Revolution in the Atlantic World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

GRACHEM, Malick W. The "Trap" of Representation: Sovereignty, Slavery and the Road to the Haitian Revolution. *Historical Reflections / Réflexions Historiques*, Vol. 29, No. 1, Slavery and Citizenship in the Age of the Atlantic Revolutions (Spring 2003), p. 123-144.

_____. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2012.

GREENE, Jack P. & MORGAN, Philip D. *Atlantic History: A Critical Appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GRENIER, Jean-Yves. "Fault-il rétablir l'esclavage en France?": Droit naturel, économie politique et esclavage au XVIIIe siècle. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, Vol. 2, No. 57-2, 2010, p. 7-49.

GRÜNER, Eduardo. *The Haitian Revolution: Capitalism, Slavery, and Counter-Modernity*. Cambridge, UK; Medford, MA: Polity Press, 2020.

HALE, Matthew Rainbow. On Their Tiptoes: Political Time and Newspapers during the Advent of the Radicalized French Revolution, circa 1792-1793. *Journal of the Early Republic*, Vol. 29, No. 2 (Summer, 2009), p. 191-218.

HAMILTON, Andrew. *Trade and Empire in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008.

HANCOCK, David J. L'émergence d'une économie de réseau (1640-1815): Le vin de Madère. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Vo. 58, No. 3, 2003, p. 649-672.

HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HEATH, Elizabeth. Sugarcoated Slavery: Colonial Commodities and the Education of the Senses in Early Modern France. *Critical Historical Studies*, (Fall 2018), p. 169-207.

HÉBRARD, Jean. Les deux vies de Michel Vincent, colon à Saint-Domingue (c. 1730-1804). *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, No. 57-2, 2010, p. 50-78.

_____. & SCOTT, Rebecca. *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*. Massachusetts: Harvard University Press, 2012.

_____. Esclavage et dépendance dans les archives paroissiales et notariales des sociétés esclavagistes en transition. *Esclavages & Post-esclavages*, No. 1, 2019. p. 1- 18.

HECTOR, Michel. L'historiographie haïtienne après 1946 sur la Révolution de Saint-Domingue. *Annales historiques de la Révolution française*, No. 293/294, RÉVOLUTIONS AUX COLONIES, Juillet-décembre 1993, p. 545-553.

HENOCHSBERG, Simon. *Public debt and slavery: the case of Haiti (1760-1915)*. Thesis (Doctorate) – Paris School of Economics, 2016.

HICKEY , Donald R. America's Response to the Slave Revolt in Haiti, 1791-1806. *Journal of the Early Republic*, Vol. 2, No. 4, Winter, 1982, p. 361-379.

HIGMAN, B. W. The Sugar Revolution. *The Economic History Review, New Series*, No. 2, Vol. 53, 2000, p. 213-236.

_____; MOORE, Brian; CAMPBELL, Carl & BRYAN, Patrick. *Slavery, Freedom and Gender: The Dynamics of Caribbean Society*. Kingston: University of the West Indies Press, 2003.

HIGONNET, Patrice Louis-René. The Origins of the Seven Years' War. *The Journal of Modern History*, Vol. 40, No. 1, Mar., 1968, p. 57-90.

HILL, Peter P. Prologue to the Quasi-War: Stresses in Franco-American Commercial Relations, 1793-96. *The Journal of Modern History*, Vol. 49, No. 1, On Demand Supplement, Mar., 1977, p. D1039-D1069.

HIRSCH, Jean-Pierre. Les milieux du commerce, l'esprit de système et le pouvoir à la veille de la Révolution. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, Vol. 30, No. 6, 1975. p. 1337-1370.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 36a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOPKINS, Terence K & WALLERSTEIN, Immanuel (Orgs.). *World-Systems Analysis, Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

HRODEJ, Philippe. L'État et ses principaux représentants à Saint-Domingue au XVIIIe siècle : contradictions et manquements. *Outre-mers*, Vol. 94, No. 354-355, 1er semestre 2007. L'URSS et le Sud, p. 173-195.

HUNTER, Brooke. Wheat, War, and the American Economy during the Age of Revolution. *The William and Mary Quarterly, Third Series*, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul., 2005, p. 505-526.

ISRAEL, Jonathan. *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights 1750-1790* (7th ed.). Oxford: Oxford University Press, 2003.

IVES, Robin. Political Publicity and Political Economy in Eighteenth-Century France. *French History*, Vol. 17, No. 1, p. 1-18.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

JOHNSON, Erica. Memories of the Old Regime in the Foundation of Haiti. *The Journal of the Western Society for French History*, No. 43, 2015, p. 86-97.

KAISARY, Philip. Hercules, the Hydra, and the 1801 Constitution of Toussaint Louverture. *Atlantic Studies*, 12:4, 2015, p. 393-411.

KING, Stewart R. *Blue coat or powdered wig: free people of color in pre-revolutionary Saint Domingue*. Athens: The University of Georgia Press, 2001.

KLEIN, Herbert S. & VISION III, Ben. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

LACERTE, Robert K. The Evolution of Land and Labor in the Haitian Revolution, 1791-1820. *The Americas*, Vol. 34, No. 4, 1978, p. 449-459.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa (1789-1799)*. São Paulo: IBRASA, 1989.

LEYBURN, James. *The Haitian People*. New Haven: Yale University Press, 1966.

LINDEN, Marcel van der. *Workers of the World: essays toward a global labor history*. Leiden: Brill, 2008.

_____; RODRÍGUES, Magaly. *On Coerced Labor: Work and Compulsion after Chattel Slavery*. Leiden/Boston: Brill, 2016.

LOBECK, Elmire M. Haiti: A Brief Survey of its Past and Present Agricultural Problems. *The Journal of Geography*. Vol. 53. No. 7, Outubro 1954, p. 277-290.

LOGIS, Berno. *Cor, privilégios e liberdade na época da revolução: a luta de Julien Raymond em São Domingos-Haiti (1789-1794)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2020.

LUBAL, Maurice A. Les Premiers Rapports de la Nation Haïtienne Avec L'Étranger. *Journal of Inter-American Studies*. Vol. 10, No. 2, Apr. 1968, p. 277-305.

LUNDHAL, Mats. *Peasants and Poverty: A Study of Haiti*. London: Croom Helm, 1979.

_____. Toussaint Louverture and the war economy of Saint-Domingue, 1796–1802. *Slavery & Abolition*, Vol. 6, 1985, p. 122-138.

_____. History as an Obstacle to Change: The Case of Haiti. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 31, No. 1/2, Special Issue: Latin America at the Crossroads: Major Public Policy Issues, 1989, p. 1-21.

_____. Underdevelopment in Haiti: Some Recent Contributions. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 23, No. 2, 1991, p. 411-429.

_____. *Povety in Haiti: Essays on Underdevelopment and Post Disaster Prospects*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MACHADO, Ivete de Miranda Pereira. *La Guyane française sous l'occupation portugaise. Administration, société, économie (1809-1817)*. Tese (Doutorado). École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2019.

MANUEL, Keith Anthony. *Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789*. Thesis of Master of Arts. Florida: University of Florida, 2005.

MARI, Eric de. *Notes sur le droit privé dans la pratique notariale à l'Ouest et au Sud de Saint Domingue (an II - an VIII)*. Disponível em:

https://www.academia.edu/34019895/saint_domingue_1_doc_v2_1_doc_v_7_pdf.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 16, No.4, 2009, p. 855-880.

_____. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. *História [online]*. Vol.34, No.2, 2015, p.108-127.

_____; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.), *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____; PIMENTA, João Paulo Garrido. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História e historiografia*, No. 17, abril 2015, p. 30-49.

_____; SALLES, Ricardo (Orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Visualidade e administração do trabalho escravo nas fazendas de café e engenhos de açúcar de Brasil e Cuba, c.1840-1880. *Estudos Históricos*, Vol 32, No. 66, janeiro-abril 2019, p. 143-170.

_____. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanços e Perspectivas. *Esboços*, Vol. 26, No. 41, jan./abr., 2019, p. 14-41.

_____. A Tale of Two Coffee Colonies: Environment and Slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750–1790. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 64, No. 3, 8 mar. 2022, p. 722-755.

MATSON, Cathy. The Atlantic Economy in an Era of Revolutions: An Introduction. *The William and Mary Quarterly, Third Series*, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul. 2005, p. 357-364.

MATTHEWSON, Tim. Jefferson and Haiti. *The Journal of Southern History*, Vol. 61, No. 2, May 1995, p. 209-248.

MCCLELLAN III, James. *Colonialism and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

MCCUSKER John J. Les équivalents métriques des poids et mesures du commerce colonial aux XVIIe et XVIIIe siècles. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Vo. 61, No. 224, 3e trimestre 1974. p. 349-365.

MCDONALD, Michelle Craig. The Chance of the Moment: Coffee and the New West Indies Commodities Trade. *The William and Mary Quarterly, Third Series*, Vol. 62, No. 3, The Atlantic Economy in an Era of Revolutions, Jul. 2005, p. 441-472.

MENIER, M. A. Archives du Ministère de la France d'Outre-Mer: Saint Domingue (abornements, domaines, recensements des biens domaniaux et urbains). *Revue d'histoire des colonies*, V.44, No. 155, 1959, p. 223-235.

MINTZ, Sidney. A Tentative Typologie of Eight Haitian Marketplaces. *Revista de Ciencias Sociales*. Vol. 4, No. 1, 1960, p. 15-57.

_____. WOODVILLE, Marshall K; KARASCH, Mary; FRUCHT, Richard. Slavery and the Rise of Peasantries [with Commentary]. *Historical Reflections / Reflexions Historiques*. Vol. 6, No. 1, Roots and Branches: Current Directions in Slave Studies, 1979, p. 213-253.

_____. From Plantations to Peasantries in the Caribbean. In: Idem; PRINCE (eds.). *Caribbean Contours*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.

_____. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989.

_____. Plantations and the Rise of a World Food Economy: Some Preliminary Ideas. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 34, No. 1/2, p. 3-14.

MOCOMBE, Paul C. The Children of San Souci, Dessalines/Toussaint, and Pétion. *Africology: The Journal of Pan African Studies*, Vol.12, No.1, September 2018.

MORAL, Paul. *Le paysan haïtien: étude sur la vie rurale en Haïti*. Paris: G. P. Maisonneuve & Larose, 1961.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiaí: Paco, 2017.

MORGAN, Edmund. Slavery and Freedom: The American Paradox. *The Journal of American History*, Vol. 59, No. 1, Jun. 1972, p. 5-29.

MORGAN, Philip D. The Caribbean Islands in Atlantic Context, circa 1500-1800. In: NUSSBAUM, Felicity A. *The Global Eighteenth Century*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *A Revolução Francesa, 1789-179*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

MURRAY, Gerald Francis. *The evolution of Haitian peasant land tenure: a case study in agrarian adaptation to popular growth*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculty of Political Science, Columbia University, 1977.

NESSLER, Graham T. *An Islandwide Struggle for Freedom: Revolution, Emancipation and Reenslavement in Hispaniola, 1789-1809*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

NICHOLLS, David. *Haiti in Caribbean Context: Ethnicity, Economy and Revolt*. Hampshire: The Macmillan Press, 1985.

PALMER, J. J. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and Americas, 1760-1800*. (1ed. 1964). New Jersey: Princeton University Press, 2014.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um estudo comparativo*. (1 edição em inglês 1982). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PIQUERAS, Jose Antonio (org.). *La Historia Comparada de las Antillas*. Madrid: Doce Calles, 2014.

PONS, Frank Moya. *History of the Caribbean: plantations, trade, and war in the atlantic world*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007.

POPKIN, Jeremy D. *Facing Racial Revolution: eyewitness accounts of the Haitian Insurrection*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

_____. *You Are All Free: The Haitian Revolution and the Abolition of Slavery*. New York: Cambridge University Press, 2010.

_____. *A concise history of the Haitian revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

_____. The Haitian Revolution comes of age: ten years of new research. *Slavery & Abolition*, Vol. 42, No. 2, 2021, p. 382-401.

RICHARD, Robert. Les Minutes des notaires de Saint-Domingue aux Archives du Ministère de la France d'Outre-Mer. *Revue d'histoire des colonies*, Vol. 38, No. 135, troisième trimestre 1951, p. 281-228.

ROGERS, Dominique. *Les libres de couleur dans les capitales de Saint-Domingue: fortune, mentalités et intégration à la fin de l'Ancien Régime (1776-1789)*. Thèse en Histoire, Université Michel de Montaigne, Bordeaux III, 1999.

_____. Raciser la société: un projet administratif pour une société domingoise complexe. *Journal de la société des américanistes*, Vol. 95, No. 2, 2009.

SAES, Laurent A. M. de. *A propriedade sob a República jacobina: o impacto da legislação revolucionária sobre a questão fundiária*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. A primeira abolição francesa da escravidão (4 de fevereiro de 1794) e o problema dos regimes de trabalho. *SÆculum – Revista de História*, No.29, jul./dez. 2013, p. 125-143.

_____. *A Sociedade dos Amigos dos Negros: A Revolução Francesa e a Escravidão (1788-1802)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SAINT-LOUIS, Vertus. Le surgissement du terme « africain » pendant la révolution de Saint-Domingue. *Ethnologies*. Vol. 28, No. 1, p. 147–171, 2006.

_____. *Aux origines du drame d'Haïti: Droit et commerce maritime, 1794-1806*. Elsie HAAS, 2006.

_____. L'expédition française de 1792 à Saint-Domingue et la politique des États-Unis d'Amérique (1792-1793). *Revue d'Histoire Haïtienne*, N. 1, 3^o trimestre 2019, p. 125-149.

SAMEDY, Jean-Baptiste. Classes, strates sociales et émergence de la " Petite paysannerie " à Saint-Domingue-Haïti (1640-1835). *Anthropologica*, New Series, Vol. 23, No. 1, 1981, p. 73-100.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética (precedido por Questões de Método)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SCHNEIDER, Christian. Le colonel Vincent, officier du génie à Saint- Domingue. *Annales historiques de la Révolution française* [En ligne], 329, juillet-septembre 2002, p. 101-122.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Julius. *The Common Wind: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution*. London/New York: Verso, 2018.

SCOTT, Rebecca. *Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SHELLER, Mimi. The Army of Suffers: Peasant Democracy in the Early Republic of Haiti. *New West Indian Guide*. Vol. 74. No. 1/2, 2000, p. 33-55.

SIDBURY, James. Saint Domingue in Virginia: Ideology, Local Meanings, and Resistance to Slavery, 1790-1800. *The Journal of Southern History*, Vol. 63, No. 3, Aug. 1997, p. 531-552.

SIGURET, Roseline. Esclaves d'indigoteries et de caféières au quartier de Jacmel (1757-1791). *Revue française d'histoire d'outre-mer*. Vol. 35, No. 199, 1968, p. 190-230.

SILVA, Amanda Bastos. *A Revolução de São Domingos e os embates entre forcas abolicionistas e escravistas no longo século XIX: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

STEIN, Robert. Revolution, Land Reform, and Plantation Discipline in Saint-Domingue. *Revista de Historia de Américas*, No. 96, 1983, p. 173-186.

_____. The Abolition of Slavery in the North, West, and South of Saint Domingue. *The Americas*, Vol. 41, No. 3, Jan., 1985, p. 47-55.

STEINFELD, Robert. *Coercion, Contract and Free Labor in the Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2001.

TARRADE, Jean. *Le Commerce coloniale de la France à la fin de l'Ancien Régime*. L'évolution du régime de l'Exclusif de 1763 à 1789. Paris: Publications de l'Université de Poitiers, 1972.

THOMAS, Logan. The Success of Toussaint Louverture: Dependence by Design. *Journal of Haitian Studies*, Vol. 15, No. 1/2, Spring/Fall 2009, p. 125-134.

TOMICH, Dale. Thinking the "Unthinkable": Victor Schoelcher and Haiti. *Review (Fernand Braudel Center)*. Vol. 31, No. 3, 2008, p. 401-431.

_____. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. Rethinking the Plantation: Concepts and Histories. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 34, No. 1/2, 2011, p. 15-39.

_____. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830–1848*. Albany: State University of New York Press, 2016.

_____. TOMICH, Dale. The Second Slavery and World Capitalism: A Perspective for Historical Inquiry. *International Review of Social History*, Vol. 63, No. 3, December 2018, p. 1-25.

TROUILLOT, Michel-Ralph. Motion in the system: coffee, color, and slavery in the eighteenth-century Saint-Domingue. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 5, No. 3, 1982, p. 331-388.

_____. *Haiti, state against nation: Origins and Legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

_____. The Inconvenience of Freedom: Free People of Color and the Political Aftermath of Slavery in Dominica and Saint-Domingue/Haiti. In: DRESCHER, Seymour & MCGLYNN, Frank (Eds.). *The Meaning of Freedom: Economics, Politics, and Culture after Slavery*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992.

_____. *Silencing the past: power and production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa, 1789-1799*. São Paulo: Editor Unesp, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

_____. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WALTON, Rachel. *Slaved Women and Motherhood: Saint Domingue on the eve of the Haitian Revolution*. Thesis of Master of Arts. Florida: University of Florida, 2012.

WATTS, David. *The West Indies: Patterns of Development, Culture and Environmental Change Since 1492*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZANEZI, Juliana Cristina. *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domigue, 1775- 1797*. Relatório parcial de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, inédito.

_____. *Sociedades cafeeiras na economia escravista de Saint-Domigue, 1775- 1797*. Relatório final de iniciação científica em História/FAPESP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, inédito.

ZUCKERMAN, Michael. *Almost chosen people: oblique biographies in the American grain*. Los Angeles: University of California Press, 1993.